

DEOLINDO AMORIM

O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS

Colaboração
Herminio C.
Miranda

U.S.E.
EDITORA





DEOLINDO AMORIM

Filho do primeiro matrimônio de Maria Flora Amorim, nasceu Deolindo Amorim em 23 de janeiro de 1906, em Baixa Grande, no sertão baiano, quando o pai – também Deolindo – já havia partido para o mundo espiritual.

A vocação literária manifestou-se cedo. Seus primeiros escritos sobre temas religiosos apareceram, aos 17 anos, em NORDESTE EVANGÉLICO, uma publicação protestante de Canavieiras, BA. Embora com simpatias pela seita, Deolindo não chegou a aderir formalmente a ela. É que, observando a amplitude de seus interesses pela leitura, especialmente de História e pela obra de

Ruy Barbosa, um pastor amigo observou, certa vez: "Irmão, quem vai seguir ao Cristo não se dedica às coisas do mundo." Não era aquele, portanto, o seu caminho. Como ignorar o mundo se o Cristo nos quer precisamente no mundo, trabalhando por ele? A bem intencionada, mas infeliz observação do pastor, levou-o, contudo, a um período de agnosticismo que duraria alguns anos.

Na idade militar, decidiu servir ao Exército do Rio, onde continuaria sendo o brilhante autodidata de sempre. Viveria na então Capital Federal, um tempo de solidão e dificuldades materiais, mas acabou conseguindo espaço no veterano JORNAL DO COMÉRCIO, como colaborador. Passaria depois, já como jornalista profissional sindicalizado, para o RADICAL. Seria fiel ao jornalismo até o fim da existência.

Foi um companheiro de quarto que o levou certa vez a uma palestra espírita no C.E. "Jorge Niemeyer" e lhe emprestou alguns livros doutrinários. Destes, o que mais impressionou Deolindo, à época, foi O PORQUÊ DA VIDA, de Léon Denis, que se tornaria seu autor predileto. Escolheria Denis como patrono, ao tomar posse na Academia Brasileira de Filosofia e sobre ele escreveria um dos seus excelentes estudos.

Por influência do Com. João Torres e de Francisco Klors Werneck, passou a frequentar a antiga Liga Espírita e a colaborar na REVISTA.

Dera-lhe o Espiritismo o rumo que faltava à sua vida e a sólida convicção que ele fundamentaria com extensas leituras e profundas meditações. Também no meio espírita – precisamente na Liga – encontraria a companheira ideal, à qual se uniria pelo casamento, em 1941. A jovem Delta era vizinha de Aurino Souto, que a convidou para prestar serviços de secretária à Liga, da qual era o Presidente.

Levado por Henrique Andrade, Deolindo daria início ao longo período de colaboração em MUNDO ESPÍRITA, de Curitiba, no qual escreveu até o último alento a sua valiosa coluna.

Deolindo foi o pioneiro no Brasil nos métodos didáticos de difundir a Doutrina, desde a fundação de um grupo de estudos que denominou "18 de Abril." Lançaria mais tarde, com outros idealistas, a Faculdade de Estudos Psíquicos, posteriormente convertida, por força de exigências legais, no Instituto de Cultura Espírita, que serviria de modelo a outras instituições do mesmo tipo. Ao seu querido Instituto dedicaria os melhores anos de sua vida e competência. Implantou ali os 'cursos regulares de Espiritismo', como preconizava Kardec, ao qual Deolindo manteve inabalável fidelidade em tudo quanto fez, escreveu, falou e ensinou no contexto do movimento espírita e fora dele. Importante contribuição sua foi o lançamento dos ANAIS, que reuniam o material debatido nas mesas redondas durante o ano letivo.

Além da importante obra que deixou em livros, disseminava generosamente por toda a imprensa espírita nacional e estrangeira numerosos e apreciados artigos. É sem dúvida, o autor espírita mais aifundido no exterior.

Menos conhecida no meio espírita é a sua atividade intelectual não especificamente doutrinária, no trato de temas históricos, filosóficos, sociais, econômicos e antropológicos. Há citações suas em obras de Pedro Calmon e Delgado de Carvalho, bem como em teses e estudos publicados no exterior. Poucos e íntimos amigos sabiam, por exemplo, da consagrada opinião do eminente Prof. Roberto Lyra, entusiasmado com a sua memorável conferência na antiga Faculdade de Direito do Catete, sobre Espiritismo e Criminologia.

Trabalhava Deolindo neste livro O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS, quando partiu, aos 76 anos de idade, em 24 de abril de 1984. Deixava inacabado o Capítulo IX, onde assumiu a tarefa de concluir a obra do confrade e amigo de muitos anos.

Herminio C. Miranda

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS

DEOLINDO AMORIM

O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS
HUMANOS

(Obra concluída com a colaboração de
Hermínio C. Miranda)

U.S.E.

UNIÃO DAS SOCIEDADES ESPÍRITAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento do Livro
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 685 — Itaim Bibi — CEP 04542
São paulo - SP - Brasil

1ª edição

Do 1º ao 5º milheiro

Capa de Nedyr
Arte-final da capa: Tom

Ficha Catalográfica	
133.9 A 524E	Amorim, Deolindo O espiritismo e os problemas humanos, por Deolindo Amorim e Hermínio C. Miranda. São Paulo, U.S.E. 1985. 162 p. 21 cm.
	Espiritismo Miranda, Hermínio C. colab.
	catalogação na fonte Biblioteca Pública Municipal - "Prof. Ernesto Manoel Zink" Campinas - SP

DIGITALIZAÇÃO
PENSE - Pensamento Social Espírita
www.viasantos.com/pense
Junho de 2012

Copyright 1985 by
UNIAO DAS SOCIEDADES ESPÍRITAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO
rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 685 — Itaim Bibi
04542 — São Paulo — SP — Brasil
CGC 43.305.762/0001-09
Direitos autorais cedidos gratuita-
mente
ao Departamento do Livro da USE

Impresso no Brasil
Presita en Brazilo

ÍNDICE

Palavras da Editora I

Primeira Parte - DEOLINDO AMORIM

Nota preliminar	III
Definição e opção	VII
Transição inevitável	XV
I - Reflexos da II Guerra	25
II - Entre Deus e César	35
III - O aborto à Luz da Doutrina Espírita	45
IV - O Estado e as obras sociais	55
V - Reencarnação e desigualdades	61
VI - Conceito de Socialismo	71
VII - Considerações sobre Espiritismo e Positivismo	81
VIII - A máquina e a fé	101
IX - A ordem econômica e a ordem moral	113

Segunda Parte - HERMINIO C. MIRANDA

Parêntese para uma explicação	125
X - Educação - o aprendizado da vida	129
XI - A família como instrumento de redenção espiritual	147
XII - Visão dualista do problema da sexualidade	163
XIII - Drogas, o trágico mecanismo da fuga	185

PALAVRAS DA EDITORA

A condição de insegurança interior e confusão de valores ético-morais que têm envolvido o Homem nos tempos que vivemos preocupa, sobremaneira, líderes e governos.

Recursos são direcionados, das mais diversas origens, para a solução desses problemas. Algumas vezes mecanismos repressivos são acionados; em outras oportunidades críticas são desfechadas sobre os protagonistas ou promotores dos dramas que se desenrolam no cenário humano. No entanto, acima dos críticos contumazes e da sumária repressão, ao lado dos indiferentes e contemporizadores, os problemas humanos parecem desafiar as instituições expandindo-se ilimitadamente, aliciando e comprometendo impunemente: miséria, aborto, homossexualismo, o menor infrator, marginalização social, corrupção, etc.

O Homem, quando distanciado das bases religiosas, vê-se aturdido em face da problemática sócio-moral da atualidade, fugindo para a

aridez das perquirições de teses sociológicas e científicas, divorciadas de Jesus. Chamado a posicionar-se, enfileira-se entre os apáticos, ou no meio dos descontentes, senão revoltados, para criticar a educação repressiva dos avós e a educação libertária dos pais, reclamando das falhas dos programas oficiais e atacando a falta de adequado preparo técnico dos recursos humanos das instituições religiosas. Outros preferem negar a problemática que se desenvolve, irrefreável, por todos os cantos, acomodando-se em suas tarefas e “obrigações religiosas”.

Atuante, na sociedade que sofre e evolve, a União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo inicia-se, através de seu Departamento do Livro, na área editorial, utilizando-se do Livro Espírita como recurso maior em socorrer o Homem, desnorteado, curvado ao peso da angústia e da ansiedade...

Esse primeiro passo é realizado de mãos dadas a Deolindo Amorim — que, ainda, reencarnado, nos cedeu os direitos autorais da obra sob análise — e a Hermínio C. Miranda — que finalizou a obra —, o que nos honra sobremaneira. Seus escritos levam o leitor a adentrar os caminhos serenos da “Fé Raciocinada”, tomando maior intimidade com a Codificação Kardequiana, e, portanto, encontrando a própria libertação! Não é outro nosso desejo e ideal.

A U.S.E. espera, assim, que esta colaboração para a paz entre os homens seja mais uma tentativa de esclarecimento e trabalho, que estimule o surgimento de novas colaborações, pois que todos os esforços nesse sentido serão pequenos, escassos.

Aprendamos, pois — desvestidos de preconceitos e com a alma agasalhada de humildade — com Deolindo Amorim e Hermínio C. Miranda — a analisar, racionalmente, os problemas humanos, onde nos estamos encontrando — com eles — a chave para a solução dessas questões. Reencontramos, com os autores, a granítica construção de Allan Kardec, sempre inabalável e esclarecedora, luminosa e racional!

Edições USE

PRIMEIRA PARTE -- DEOLINDO AMORIM

NOTA PRELIMINAR

Este livro não tem pretensões de originalidade. Os assuntos nele expostos ou discutidos já foram objeto de palestras e artigos, em circunstâncias diversas, naturalmente com argumentos adequados às motivações de cada momento. Alguns companheiros nossos, por sua vez, também já se ocuparam de certos temas, aqui ventilados, o que vem provar, assim nos parece, que há, no conjunto, um sentido de convergência e oportunidade em relação a determinadas contingências da vida presente em face da Doutrina Espírita. Não pretendemos, portanto, *descobrir* ou revelar “coisas novas”, mas apenas fixar uma perspectiva que nos permita encarar seriamente a situação da Doutrina perante o mundo atual, com as suas transformações constantes, quer na ordem social, quer na ordem científica e na ordem moral. Os artigos de jornais e revistas geralmente se perdem com o tempo, ao passo que o livro

permanece, ainda que não seja lido... O que se diz em palestras e discursos, ou através de artigos, fica muito disperso e, além disto, não tem o necessário encadeamento, não tem unidade finalmente. O livro dá margem muito mais ampla para o exame sereno de umas tantas teses, que não devem ser diluídas em comentários avulsos.

Os artigos doutrinários têm o seu mérito, é indiscutível. Justamente por isso, sempre dissemos e repetimos que o movimento espírita precisa de uma imprensa doutrinária cada vez mais eficiente, mais definida perante o verdadeiro pensamento da Codificação. Acontece, no entanto, que muitos trabalhos de colaboração jornalística, e trabalhos valiosos em todos os sentidos, são destruídos com os próprios jornais quando vão para os *encalhes* e, depois, são vendidos a peso, como papel de embrulho. Vem, a propósito, o que nos disse, ainda há pouco, ilustre ensaísta brasileiro, um crítico literário de autoridade na imprensa carioca, um homem que escrevia pontualmente em suplementos literários e, agora, resolveu não escrever mais "aos pedaços", a fim de não fracionar as suas idéias em recortes de jornais. Perguntamos-lhe, com surpresa, porque tomara tal resolução, e ele nos explicou: é melhor dedicar o tempo à elaboração de livros, porque o livro não se perde, mas o jornal desaparece logo depois, e a gente fica lamentando o esforço inútil... É um modo de ver. Realmente, os jornais têm um destino bem medíocre, depois de lidos: quando não descem para o forno de lixo, vão parar nas quitandas ou nas barracas de feiras, embrulhando cenoura, tomate e batatas. Lá se vão, assim, muitos artigos brilhantes, muitos estudos que custaram horas e horas de meditação e consulta a bibliotecas; ensaios de valor, escritos com seriedade e sacrifício, desaparecem de um instante para outro, *impiedosamente* rasgados com as folhas de jornais, nos embrulhos de carne verde, legumes etc. E o pior, ainda, é quando o próprio autor vê o seu artigo, como simples pedaço de papel, nos pacotes do açougue. É o que não podemos evitar. Tinha razão, por isso mesmo, um escritor-acadêmico/patricio, quando dizia que o livro está sempre de pé na estante, enquanto o jornal leva sumiço facilmente, assim que se faz qualquer arrumação em casa. Principalmente hoje, com a vida em apartamentos, vivendo-se em crise de espaço, é impossível guardar jornais por muito tempo. Até mesmo coleções de revistas, e boas revistas, já não podem ser conservadas em casa, porque não há lugar... É o fim melancólico de muitos artigos, valiosos.

Quem escreve na imprensa espírita, se é realmente idealista, não se preocupa com o destino de seus trabalhos, porque escreve para ser útil, cumpre um dever para com a causa e dá-se por muito feliz quando sente que, de alguma forma, está procurando espalhar a luz do conhecimento

ou distribuindo palavras de conforto, não sabe a quem, mas fica com a consciência tranqüila, porque está fazendo um esforço bem intencionado, ainda que nem sempre seja compreendido. Embora saibamos do que se passa com os jornais, quando *envelhecem*, nunca devemos faltar com a nossa colaboração, pois é um compromisso, que assumimos espontaneamente. Se, de fato, muita gente rasga os jornais assim que termina a leitura, ou os põe fora, também é certo que outras pessoas recortam e guardam os artigos que lhes interessam. O jornal instrui, educa e leva expressões de consolo e caridade a muitos lares. Se, porém, há jornais que muitas vezes são instrumentos de confusão, o problema não é da imprensa, é de quem escreve, é de responsabilidade pessoal. E cada qual responde, cedo ou tarde, pelo uso que vem a fazer da inteligência ou dos *talentos*, na frase do Evangelho. Seja como for, a doutrinação através de jornais e revistas é sempre útil e cada vez mais necess'aria.

— Sempre que possível, porém, é melhor enfeixar, em livro, muitos artigos que guardam entre si um nexos de continuidade e concordância, para que não corram os riscos da dispersão e dos extravios. Em nosso caso — convém frisar logo — não estamos reunindo artigos já publicados, mas o nosso intuito, neste livro, é apenas refundir e ordenar idéias que já ventilamos algumas vezes e, agora, mais do que nunca, devem ser postas em foco, por causa das interpelações que nos fazem constantemente, a propósito de certos fenômenos da atualidade. Estará a Doutrina Espírita com suficiente aparelhamento conceitual para uma análise da conjuntura histórica e social do mundo? Terá ela, ainda hoje, elementos de elucidação para um diálogo sério com a crítica moderna? Estarão os seus princípios superados com as novas descobertas científicas? Com estas questões, que não podem deixar de entrar em nossas cogitações, porque os problemas existem, estão aí, com eles nos defrontamos a todo momento, o que desejamos é, naturalmente, formular um convite, para que pensemos em conjunto, procurando auscultar e sentir em profundidade o autêntico espírito da Doutrina. Com esta declaração introdutória, cremos que já explicamos bem o nosso objetivo.

DEFINIÇÃO E OPÇÃO

Quando escrevemos “O Espiritismo e os Problemas Humanos” (Edições “Mundo Espírita”), em 1948, o mundo de “após guerra” já estava, como se sabe, vivendo um ciclo de transformações muito sensíveis, notadamente nas estruturas políticas e nas adaptações tecnológicas. A experiência ampliou-se muito e, por isso mesmo, no decorrer destes vinte anos já se deram fatos novos, exigindo a reconsideração de uns tantos problemas, à luz de outros elementos de observação e crítica. Embora as idéias capitais do livro não tenham sofrido a menor alteração, porque não vemos motivo para modificá-las, entendemos que a repetição do que já dissemos naquele trabalho seria ociosa ou enfadonha, bastando-nos apenas reafirmar, aqui, os seguintes pontos:

apesar de todas as transformações que se verificaram, de 1948 em diante, a Doutrina Espírita não ficou ultrapassada;

continuamos a sustentar a primazia da reforma moral do homem, como base ou ponto de partida de todas as reformas que visem ao melhoramento dos costumes e das condições humanas;

mantemos a mesma idéia de que o movimento espírita não pode ficar alheio aos problemas sociais, cumprindo-lhe, por isso, interferir na solução desses problemas;

devemos desenvolver e aprimorar cada vez mais a consciência de participação na vida social, em hermonia com o legítimo pensamento da Doutrina, que não quer o espírita fora do mundo, mas dentro do mundo, ajudando a transformá-lo;

Estamos, assim, na mesma linha de pensamento até hoje. Dentro desta ordem de idéias, ainda consideramos válidas, sem tirar nem pôr, as conclusões finais de nosso livro *“Espiritismo e os Problemas Humanos”*:

“O Espiritismo — a Doutrina codificada por Allan Kardec — tem relações com a sociologia, o Direito, a Economia, a História;”

“O Espiritismo e uma Doutrina de sentido universal, podendo ter pontos e coincidência com diferentes doutrinas e religiões, mas conserva a autonomia de seus princípios;”

“O Espiritismo é progressista, afirma a liberdade espiritual e crê na subordinação do homem a qualquer determinismo absoluto;”

“O Espiritismo tem por fim precípua a espiritualização do homem na sociedade;”

“O Espiritismo acompanha a evolução das idéias e, por isso, não pode ser considerado fora da atualidade”.

Somos ainda deste mundo, pertencemos à sociedade, temos compromissos na Terra e, por isso mesmo, não podemos fugir às contingências do meio cósmico e do meio social. Não queremos pedir à Doutrina Espírita a solução pronta e acabada de todos os problemas da vida, assim como não alimentamos nem poderíamos alimentar a ingênua suposição de ser o Espiritismo a única doutrina capaz de nos proporcionar o Bem ou nos abrir clareiras para o conhecimento espiritual. Não. Há muitos caminhos para iluminação interior, mas é sempre uma conquista, que depende do esforço próprio, da luta constante,

em qualquer ambiente, não é uma "graça que cai do céu", não é um estado de quietude displicente. Há muitas vias de conhecimento e, conseqüentemente, cada qual se faz àquela que mais de perto combina com as suas inclinações e possibilidades.

Se, entretanto, escolhemos a Doutrina Espírita, naturalmente porque achamos que é um caminho certo, uma vez que ela significa, para nós, a diretriz mais segura perante a vida, embora saibamos que existam outras doutrinas também consistentes e esclarecidas, não podemos deixar de ser coerentes com as nossas idéias, agindo e reagindo na sociedade em concordância com os princípios e padrões espíritas. Se, porém, com toda a nossa fidelidade aos ensinamentos espíritas, sentimos que nos falta a necessária segurança, porque já não encontramos, nas idéias que esposamos, a mensagem adequada às necessidades e exigências do mundo atual, então vai ocorrer, aí fatalmente, um dilema: ou ainda não penetramos bem no cerne da Doutrina e, por isso, devemos reestudá-la cuidadosamente, ou a Doutrina já não pode mais corresponder às solicitações do momento. É o grande problema que se nos apresenta.

Desde que aceitamos integralmente a Doutrina, com ela devemos sedimentar as nossas reflexões, sem dispensar o exercício da faculdade crítica.

Pouco importa a especulação acerca de seus fundamentos se efetivamente não procuramos conformar as nossas idéias e os nossos atos aos princípios da Doutrina, como advertiu Allan Kardec. Por isso mesmo, é natural que nos detenhamos, agora, com toda a isenção e honestidade, para verificar até onde pode esta Doutrina oferecer elementos de convicção, em virtude das mudanças sociais e dos novos rumos que a ordem das coisas está imprimindo aos estilos de vida. Terão ainda as proposições básicas do Espiritismo a necessária solidez para resistir às transformações por que passa o mundo, atualmente? Terão apenas valor histórico? É uma questão muito séria, mas inevitável, porque a realidade social nos afronta de vários modos, como se estivéssemos fazendo um teste de tudo quanto aprendemos até agora ou de tudo aquilo em que acreditamos. Precisamos saber, mas saber criteriosamente, se as nossas convicções ainda estão intactas e se podem ou não enfrentar os desafios do mundo exterior. É o ponto de partida para uma tomada de posição.

As descobertas científicas e o desenvolvimento da tecnologia estão produzindo fenômenos surpreendentes, e não apenas no campo da pesquisa e da cultura humana, mas também na própria ordem dos

conceitos e na hierarquia de valores, trazendo outros critérios de avaliação. Não podemos deixar de pensar muito nessa situação, que é uma situação de fato, pois a problemática do momento exige definição e opção: ou nos definimos pela validade da Doutrina, se ela realmente não está superada pelos acontecimentos, ou teremos de optar por outra solução, tomando roteiro diferente. É uma alternativa indisfarçável, porque precisamos saber, conscientemente, onde devemos ficar ou para onde devemos ir. A Doutrina tem recursos inesgotáveis, mas é necessário saber como descobrir e aplicar esses recursos em face das motivações que vão surgindo.

Em tudo por tudo, a Doutrina Espírita mostra sempre o equilíbrio, o bom-senso, nunca o radicalismo nem a precipitação. Isto não quer dizer que a Doutrina seja omissa ou obscura em relação aos problemas da sociedade humana. O que acontece, entretanto, é que a Doutrina tem uma "contextura de princípios", como tem as suas concepções, os seus conceitos, não podendo, portanto, adaptar-se a qualquer sistema de idéias, cujo caráter esteja em contradição com a sua filosofia, ainda que haja coincidência de ponto-de-vista neste ou naquele ângulo. Uma relação meramente circunstancial não é suficiente para confundir ou identificar doutrinas que se diferenciam nos aspectos essenciais. O Espiritismo pode projetar, como vem projetando, muita luz de esclarecimento sobre vários ramos da cultura científica, filosófica e religiosa, tanto quanto pode e deve influir ativamente na remoção e extirpação de muitos males sociais, decorrentes da incúria, do egoísmo, do relaxamento de costumes.

O Espiritismo não é uma doutrina fatalista: se existem dificuldades insuperáveis, porque se prendem a vinculações bem dolorosas com o passado de outras etapas da vida, também existem problemas que correm por conta da falta de solidariedade ou da frieza de muitos corações, que ainda não aprenderam a palpitar nas expansões de amor ao próximo. Tudo isto é ensino da Doutrina Espírita. E o próximo é o ser humano, não é apenas o nosso irmão consanguíneo, o nosso amigo, o nosso correligionário de crença ou de partido político. Se a Doutrina é assim, se ela nos predispõe ao trabalho de ajuda moral e material, sem qualquer discriminação, está bem visto que também se interessa pelo mundo, pelo homem e pelas suas condições terrenas. É verdade que a Doutrina se preocupa, acima de tudo, com o lado espiritual da vida, mas nem por isso devemos desconhecer as omissões da sociedade, que é culpada de muitos dramas e conflitos por causa de sua indiferença diante de injustiças de toda ordem. E a sociedade somos todos nós, logo, também nos cabe uma parte de responsabilidade. Se a

Doutrina Espírita abrange os dois aspectos da vida — o material e o espiritual — situando as necessidades e os valores nos planos que lhes são correspondentes, logicamente não pode adotar soluções unilaterais nem assumir posições dogmáticas. Nem a solução materialista, que se atém apenas ao estado presente, nem a solução providencialista, que transfere os deveres pessoais para a onipotência divina. Se é um erro, e erro aberrante, desprezar o espírito e concentrar todos os ideais do homem no círculo restrito das realizações exclusivamente temporais, também é um erro, e dos mais inconstantes, menosprezar o mundo a que se pertence para ficar na pura contemplação do espírito, fugindo às leis da natureza.

Conquanto admitamos como certa e necessária a precedência do espírito sobre a matéria, segundo a Doutrina Espírita, não podemos cair no exagero e na incoerência de querer instituir um tipo de vida inteiramente à parte, como se estivéssemos vivendo em dimensões estranhas. A Doutrina Espírita não nos induz a pender para qualquer tendência ortodoxa ou obstinada: nem o irrealismo dos ascetas, nem o egocentrismo dos que vivem somente para a realidade momentânea e utilitária.

O Espiritismo é, para nós, uma filosofia de vida, não é simplesmente uma crença. Como filosofia, tem as suas afirmações fundamentais, aceita certos postulados e, por isso, estabelece diretrizes de orientação para as diversas circunstâncias com que nos defrontamos. Tem a Doutrina Espírita, portanto, uma sistematização própria. Se tem a sua sistematização formando uma estrutura de princípios e previsões concordantes com as suas premissas, evidentemente não pode deixar de ter uma linha de ação no mundo. É uma participação ativa, mas naturalmente ajustada a uma ordem de pensamentos diferente de outras doutrinas, políticas, religiosas ou filosóficas. A Doutrina Espírita não se entrosa com o esquema comunista, do mesmo modo que não se conformaria a qualquer doutrina distoante de suas proposições básicas. O fato de haver um terreno amplo, no qual se conjugam, inevitavelmente, os esforços de todas as procedências ideológicas no combate às falhas mais sensíveis da composição social, que são falhas gritantes, estão à vista de todos, e ninguém poderia fechar os olhos aos problemas concretos, não anula os traços diferenciais do Espiritismo, como Doutrina de construção global. É uma Doutrina de grande conteúdo humano; não aprova, de forma alguma, o desinteresse perante as necessidades pessoais e sociais; não sanciona qualquer atitude alienatória ou recolhimento sistemático para evitar contacto com os que sofrem ou estão esmagados pela injustiça; e se assim fosse, estaria

em contraposição ao próprio Cristo, que nunca se omitiu nem desertou de sua missão, mas é uma Doutrina que tem a sua maneira peculiar de interpretar os fenômenos do mundo e, por isso, não pode acompanhar todos os processos propostos e admitidos nas competições sócio-políticas.

O problema não é somente de técnicas nem de situações históricas; é de concepção total, porque a Doutrina Espírita não vê apenas a realidade objetiva ou exterior, mas também o mundo interior do homem, e esse mundo íntimo não é uma figura de ficção, é um campo de experiências. Sem se descuidar dos problemas sociais, cuja densidade está acelerando cada vez mais o nosso ritmo de vida, a Doutrina Espírita, apesar disto, leva muito em conta os condicionamentos e os fatores subjetivos, porque não pode relegar, em hipótese alguma, o melhoramento do homem pela reforma moral, embora os problemas sejam muito particulares, variando de caso em caso. É um dos objetivos intrínsecos do Espiritismo, pois a sua noção de tempo, neste ponto, não se limita à existência presente, uma vez que, segundo a sua filosofia, a vida se configura em termos de continuidade, através da reencarnação.

Não é da índole da Doutrina fazer profecias nem lhe compete muito menos apresentar um modelo ideal de regime político, porque não é este, na realidade, o seu campo de perquirição. Todavia, partindo de induções perfeitamente compreensíveis, porque nada tem de fantasiosas, a Doutrina preconiza uma *aristocracia intelecto-moral*, isto é, uma sociedade em que devam prevalecer ao mesmo tempo a competência e a honestidade. Não é uma forma de governo, não é um programa específico, mas um estágio de adiantamento pelo processo de seleção, escolhendo os mais capazes e mais idôneos, moralmente falando. O fator tempo há de ter, aí, necessariamente, a sua parte relevante.

Não se deve pensar que a Doutrina esteja, com isto aconselhando procedimentos aleatórios ou retardando a interferência imediata nos problemas inadiáveis. Não. Neste particular, a Doutrina Espírita é muito mais realista do que se possa pensar. O fato de prever a escolha de valores nos grupos dirigentes, o que não é a mesma coisa que pensar na formação de *elites* sofisticadas, não nos leva a ficar esperando o futuro com displicência, mas, pelo contrário, a noção de responsabilidade para com o próximo, e já é uma decorrência da própria Doutrina Espírita, predispõe ainda mais ao trabalho e à solidariedade, a fim de que tenhamos "oportunidades de serviço", auxiliando a transformação da sociedade para melhores condições de vida. Se não houver

disposição para *servir*, e o verbo servir deve ter, para os espíritas, um sentido muito mais extenso do que no entendimento comum; se não houver ação prática, inspirada no amor humano, que não é o amor simplesmente romântico; se cada qual quiser distanciar-se tranqüilamente, à espera de um “reino encantado”, que nunca chega, o mundo ficará sempre na estagnação e jamais sairemos do círculo vicioso: esperar, para ver como vai ficar...

O Espiritismo é uma doutrina profundamente humanitária e dinâmica. Não podemos, portanto, perder o senso da realidade. O que não é possível, porém, é mudar o caráter da Doutrina. Se é verdade que o Espiritismo não é uma doutrina de conformismo, também é verdade que não é uma doutrina de adaptações oportunistas. Queremos dizer, com isto, que as nossas opções ou preferências pessoais não podem incidir sobre o corpo da Doutrina. Ainda que seja a pretexto de atualizá-la (em que ponto estaria ela desatualizada?...), não seria cabível estabelecer conexões impossíveis com doutrinas ou movimentos que tenham filosofia e programas que com ela não se conjuem.

Não podendo adotar um prisma exclusivista na interpretação dos fenômenos sociais, porque as suas premissas e conseqüências não decorrem de uma categoria única de inferências, a Doutrina Espírita é infensa, por isso mesmo, a qualquer esquematização forçada. É uma Doutrina que não cabe dentro de bitolas, religiosas ou políticas, tanto faz da *direita*, como da *esquerda*. Nem a radicalização violenta, muito afeita a certas manifestações esquerdistas, nem as posições retrógradas, muito próprias de certas tendências direitistas. A Doutrina Espírita ultrapassa todas as formas de particularismo, porquanto a sua constituição se vincula ao plano terreno e ao plano de espiritualidade, formando um *todo*, uma construção integral, com a preocupação universalista de tempo e espaço. Com as suas luzes, podemos ver claramente os processos evolutivos da sociedade, com todos os conflitos de interesses, sem subordinação a esta ou àquela área fechada.

Se não quisermos compreender o mundo atual, ficaremos marginalizados. É a hora mais decisiva de nos voltarmos para o pensamento fundamental da Doutrina. Se ela já estiver sobrepujada, naturalmente o nosso rumo, a essa altura, será imprevisível; se ainda estiver em condições de nos dar uma orientação certa no momento presente, se os seus alicerces continuam inabaláveis, então o nosso modo de pensar e agir não se deve desviar de seus objetivos. Neste caso, obviamente não precisaremos abandonar as nossas idéias, mas antes devemos revigorá-las pela confiança e pelos atos, pois não teremos necessidade, está bem

claro, de substituir a nossa filosofia de vida. Indiscutivelmente, podemos e devemos lutar pelas boas causas, dentro e fora de nosso campo doutrinário, “combatendo o bom combate”, integrando-nos à vontade nos problemas do mundo, que muito precisa de nós, tanto quanto dos outros, a fim de que prevaleça na Terra uma justiça mais humana e equânime, sem chegarmos à utopia de pretender uma justiça perfeita.

Como elementos operantes em todos os quadros da vida terrena, também nos cumpre concorrer para que haja modificações progressivas, sem o que jamais desaparecerão as deficiências da organização social. Tudo isto, porém, ou ainda mais, sem quem tenhamos de abrir mão dos princípios que informam e fortalecem as nossas opiniões. Não precisamos, portanto, deixar de ser espíritas, como não precisamos trocar de lugar na execução consciente do papel que nos cabe na sociedade. Não nos esqueçamos de que cada espírito reencarnado, como ensina Léon Denis, tem a sua missão, grande ou pequena, brilhante ou obscura, mas sempre meritória, se for bem cumprida.

Já devemos, agora, encerrar este capítulo. Fizemos, até aqui, apenas algumas considerações, muito gerais, com o intuito de ponderar que, em virtude dos novos *impactos* que o mundo vem sofrendo nestes vinte anos, também novas experiências já se registraram e, por isso mesmo, não podemos observar certos fenômenos ainda com a visão de 1948, conquanto as nossas convicções pessoais e a nossa sensibilidade básica não se tenham modificado. Há uma situação diferente no cenário mundial. Novos centros de interesse cultural, político, profissional e emocional também se formaram, pela força das circunstâncias, e com repercussões bem acentuadas nas posições antigas, envolvendo a esfera religiosa e as decisões político-administrativas, do mesmo modo que levam a sua influência ao âmbito mais restrito da convivência doméstica. Há um “conflito de gerações”, provocando o choque irreprimível entre duas mentalidades, que vivem separadas por um abismo de idéias, de emoções, de perspectivas. Minimizar a importância desse fenômeno seria perder o sentido da época; evitar o diálogo seria demonstrar debilidade intelectual; desinteressar-se, com pretensões de superioridade ou por mero comodismo, seria renunciar ao direito de participação. O estado atual do mundo exige um reexame de conjunto, em face da Doutrina Espírita, a fim de nos prepararmos para as transições de toda ordem, acompanhando o fio da História e procurando compreender as situações de cada momento. A Doutrina tem luzes para nos indicar o caminho.

TRANSIÇÃO INEVITÁVEL

As estruturas sociais também se esva-
ziam, com os regimes políticos, ceden-
do lugar a outras formas de convivência. Há um momento em que, não
podendo mais suportar as tensões e a seqüência incontida das crises,
terão de mudar ou adaptar-se a novas experiências. A semelhança do
que se passa nos organismos biológicos, com as suas curvas de
ascensão e declínio, também elas têm os seus ciclos históricos, porque
se desgastam com os atritos, ficam desatualizadas e terminam perden-
do a razão de ser. A própria evolução encarrega-se de provocar
modificações, fazendo que uns tantos conceitos e costumes se tornem
obsoletos. Conquanto haja necessidades básicas em qualquer tempo,
assim como valores permanentes, como é o caso dos valores espiri-
tuais, cada momento histórico tem as suas idéias propulsoras, e seus
problemas e reivindicações características, os seus centros de inte-
resses.

As estruturas religiosas, por exemplo, embora sejam conservadoras por natureza, não podem manter certas posições por tempo indefinido, visto como, em suas relações temporais, estão sujeitas, do mesmo modo, a ser envolvidas nas conjunturas sócio-políticas, porque não podem ficar acima dos problemas inerentes ao mundo terreno, a despeito de suas preocupações transcendentais. Dá-se, na ordem social, em relação a determinadas cúpulas políticas e religiosas, analogicamente falando, o que se dá com o vaso em laboratório: quando não agüenta mais a temperatura crítica, ou fica no limite de capacidade, ou estoura. Algumas instituições podem dar a impressão de que os seus lineamentos externos sejam inalteráveis, mas não podem evitar a ebulição interna, porque os anseios de substituição, com o tempo se transformam em fermentação irreprimível. Começam assim, e a simples observação corrente bem o demonstra, todas as mudanças de efeitos mais decisivos nas organizações sociais, políticas, culturais, religiosas etc. É um fenômeno de *defasagem* natural, tomando-se o termo em sentido extenso e, não apenas em seu contexto estritamente econômico, pois é verdade que toda estrutura debilitada, seja de que natureza for, tende a ser deslocada ou superada por outra ordem de ideias e problemas, para cuja solução a estrutura antiga não possui os instrumentos adequados. Muitas vezes, quando sobrevém a desintegração, certos elementos remanescentes são incorporados à nova ordem, podem até oferecer resistência às transformações, mas não conseguem contornar ou estancar a pressão fatal dos acontecimentos. O apogeu e o crepúsculo das instituições é um fenômeno dos mais cediços na sociedade.

Com esta perspectiva, que está no curso da História, podemos inferir, pela própria lógica das coisas, que o choque de forças ou de *blocos*, cada qual disputando a hegemonia política, econômica ou ideológica, levará o mundo não se sabe ainda por que meios, a uma situação nova. As divergências entre capitalismo e estatismo, entre individualismo e socialismo terão de chegar, forçosamente, a uma alternativa, da qual não poderão sair: ou encontrarão um meio de conciliação e “coexistência pacífica”, transigindo em suas soluções radicais de parte a parte, ou terão de enfrentar o pior, que será o estado de saturação e, por fim, a luta de esfacelamento cujas conseqüências para a humanidade nem sequer poderão ser vislumbradas. Há certo receio ou temor dentro das forças em demanda, apesar de todo o aparelhamento material de que possam dispor, uma vez que não há segurança psicológica. No seio de alguns grupos, por exemplo, já se nota, através de atitudes bem significativas, uma espécie de reviravolta, no sentido de modificar posições até então irremovíveis. Ninguém

se iluda! Se, realmente, há uma convicção sincera em determinadas frentes de conciliação, seja por lucidez do espírito crítico, seja por sentimento de concórdia e renúncia, o que, aliás, é uma esperança das mais confortadoras para o mundo atual, também é verdade que muitas “adesões” ou transformações decorrem apenas do medo, que existe dos dois lados. Ainda não é, infelizmente, a procura espontânea da mensagem do Cristo; ainda não é o desejo, real e profundo, de realizar o esperado e reclamado “desarmamento de espírito”, mas apenas uma preocupação de sobrevivência calculada. É o reconhecimento de uma realidade mais exigente. Certos organismos, a exemplo de certas pessoas, são levados a um esforço muito inteligente de habilidade política, adaptando-se ou acomodando-se diante de fatos novos para resguardar conveniências ameaçadas. Mas o mundo terá de abrir, inevitavelmente, outros filões de experiência social, política, científica e religiosa, devido à inconsistência das estruturas que, gradualmente, vão ficando superadas.

Não precisamos ir a minúcias de comparação histórica. A cronologia sumária da evolução social mostra que cada tipo de organização tem a sua época, enquanto há condições suficientes. O feudalismo, que nos vem a propósito, representou uma sociedade cujos horizontes limitados permitiam relações de trabalho inteiramente baseadas na vassalagem, formando suzeranias quase absolutas. E os *feudos* davam a idéia de “reinos” particulares, fechados em si mesmos. A sociedade feudal teve o seu período de estabilidade, durante o tempo em que lho permitiram certos condicionamentos favoráveis. Mas o feudalismo, todo ele descentralizado, comprometia o poder dos Reis. A contraposição subsequente seria a centralização, reforçando a autoridade da realeza. Daí, a luta, a competição, embora os feudos tivessem sido necessários em determinados momentos, quando o poder real, sem meios suficientes, precisou desses núcleos sociais para a defesa local contra as invasões. Se houve casos em que se deu até a aliança ostensiva entre governantes reais e *barões* ou *senhores* feudais, para atender a circunstâncias políticas, também houve casos em que realeza e povo se uniram para enfrentar o crescimento e o domínio dos *feudos*. Concentrou-se ainda mais o poder nas monarquias, como réplica ao feudalismo. Depois de certo tempo, entretanto, por causa das novas condições sociais do mundo, que saía da Idade Média para outras direções da vida, o sistema feudal perdeu naturalmente a consistência, extinguindo-se no decorrer das transformações, porque já não havia ambiente para esse tipo de sociedade.

Como o feudalismo outras instituições (sociais, políticas, e religiosas) tiveram a sua fase de solidez ou até mesmo de esplendor,

segundo os padrões do meio e da época em que floresceram, mas entraram em decadência com o advento de novos sistemas e costumes. Algumas dessas instituições para os dias que correm são apenas uma referência histórica. Tudo isto está na ordem natural das coisas, pois a lei da evolução é tão necessária na escala social e cultural, como na escala biológica, embora os processos e acidentes sejam diferentes. Como no plano social as configurações políticas também se sucedem, a despeito de todas as tentativas de conservação. A conjugação de uns tantos fatores ocasionais pode prolongar por muito tempo a permanência desta ou daquela instituição, mas não pode impedir a inexorável marcha da História'' o *absolutismo* por exemplo.

Enquanto encontrou um meio propício, amparado pelos recursos materiais e pelas concepções então vigentes no mundo de outrora, o absolutismo dos reis pode manter-se, apesar de todos os esforços das novas correntes de idéias, mas não conseguiu neutralizar as tendências reformadoras. E o absolutismo passou, como se fosse uma sombra no panorama histórico.

A velha imagem dos reis absolutos, exercendo um poder de "origem divina", chega a nos dar, hoje, a impressão de uma lenda ou ficção, quando é, na realidade, o reflexo de um estágio político. O misticismo da época, com a falta de uma visão clara do mundo e das deficiências humanas, permitia que se atribuísse aos monarcas o privilégio de prerrogativas divinas, porque, segundo a noção corrente, "o poder dos reis vinha de Deus". Convém notar, entretanto, que, apesar de toda a incultura daquele obscuro período da História, houve manifestações contrárias à continuação do *absolutismo*, lançando as primeiras sementes da inconformação. Já eram pruridos renovadores, ainda sem influência decisiva. Mas essas manifestações, a princípio ainda tímidas, mais tarde tomaram corpo. E o absolutismo caiu, porque não podia deixar de cair, dando margem a outro estilo de governo, com as limitações jurídicas inauguradas pelo *constitucionalismo*. A bem dizer, o constitucionalismo mudou a face política da Europa, não sem resistências muito fortes. Mas mudou. Desapareceu a figura do rei absoluto, que governava com "poderes divinos", e ficou, então, o rei constitucional, sujeito a uma lei básica, que é a Constituição de todo povo organizado. Implantou-se, portanto, a fórmula retificadora, restringindo as prerrogativas da autoridade: o rei é rei, mas acima dele está a Lei.

Nesta ordem de considerações, sem a preocupação de um rigoroso encadeamento cronológico, queremos mostrar a nossa concordância com o que afirmamos na abertura deste capítulo: o esvaziamento

das estruturas sociais, porque, como os regimes políticos, também se desgastam. Do mesmo modo, as instituições religiosas, quando não querem reconhecer e acompanhar as transformações. Todavia, quando não estão bem fundamentadas no senso de equilíbrio, as transições mais profundas podem produzir um estado de coisas muito diferente do que se espera. Ainda que haja as melhores intenções, cada qual na suposição de estar com a verdade, os pólos opostos, tanto em religião, quanto em política ou em qualquer espécie de reforma, podem dar resultados negativos pela hipertrofia de certos aspectos mais sensíveis. Se a sociedade feudal, por exemplo, caracterizava-se por uma descentralização muito dispersiva, a tendência centralizadora, que se corporificou depois, nas mãos dos reis, deu origem a um *estatismo* absorvente e autoritário. Querendo corrigir a descentralização dos feudos, cujos barões rivalizavam em poderes, fazendo concorrência ao império, o poder real centralizou demais. O exagero, neste ou naquele caso, levou a impressionantes assomos de delírio, confundindo a pessoa do rei com o próprio Estado. E não se diz que um dos monarcas da época chegou a proclamar que o Estado era ele?... Não há maior personificação de absolutismo!

O *estatismo* daquela época era um fenômeno político de exagerada concentração de autoridade. Estava, entretanto, na corrente de idéias que via, no poder supremo do Estado, a solução de todos os problemas da sociedade. Não era outra a concepção do *Leviatã*, invocada por Thomas Hobbes para justificar a monarquia absoluta. *Leviatã* é a figura de um monstro marinho, de criação bíblica, simbolizando o instinto destruidor do homem. Para que houvesse paz social — segundo a filosofia política de Hobbes (sec. XVII) — seria necessário o absolutismo do Estado, enfeixando todos os poderes para refrear o instinto egoísta do homem. Não é de estranhar, portanto, a existência de raízes tão antigas nas propensões para o estatismo, sob formas diversas com o andar dos tempos. Entre os gregos também houve exaltação do Estado. Em determinado momento histórico, inclusive com Platão, “o divino”, como tantas vezes o chamaram, a Grécia antiga ensaiou a supremacia do Estado. Os romanos, que foram herdeiros da cultura grega, não poderiam, por sua vez, fugir a essa tendência. O estatismo moderno tomou feições diferentes em face das novas situações. Seja como for, o que se encontra sempre, na sucessão de todos esses fenômenos, é um conflito, ora atenuado, ora exacerbado, entre *individualismo* e *estatismo* como pólos de interesses opostos.

Se o *constitucionalismo*, foi, no plano político, uma reação frontal ao absolutismo, também é verdade que o individualismo definiu,

no plano social, um estado de espírito generalizado contra o estatismo. Bastaria lembrar a Revolução Francesa. Não foi, na realidade, uma afirmação marcante de individualismo? A inspiração filosófica da grande Revolução de 1789, com a bandeira de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, não impediu a desfiguração desconcertante de seus princípios. Os julgamentos sumários, as decapitações e os episódios de terror desvirtuaram dolorosamente o ideal do movimento enciclopedista, cujo conteúdo doutrinário trazia o sentido de uma renovação total dos conhecimentos da época. A fúria popular, inflamada pelo ódio e pela sede de vingança, implantando os excessos mais desumanos e levando muita gente à guilhotina com os seus tribunais de emergência e os implacáveis conselhos de “salvação pública”, sacrificou logo cedo o espírito da Revolução. Teve, ela, contudo, uma influência incalculável na transição social, política e cultural do Ocidente.

Com a Revolução Francesa, formou-se uma consciência nova, dando ao homem atributos a bem dizer de auto-suficiência. O homem era senhor, não mais súdito. Insurgindo-se contra a onipotência do Estado, a nova mentalidade inaugurou um surto individualista de consequências muito elásticas. A noção de liberdade individual como que explodia desmedida em todas as formas de atividade. Além do ambiente agitado, que se formara na França contra a realeza, havia também a confluência de idéias preparatórias, e que já vinham de longe. O *Contrato Social*, de Rousseau, por exemplo. Tão contundentes foram os excessos que um grupo de homens de pensamento, com responsabilidade na vida intelectual e social da França de 89, tentou organizar um movimento de reação, para evitar a destruição de certos valores. Não era a volta ao passado nem a restauração da velha ordem, que desabara de modo irremediável, mas uma tentativa de preservação de estilos e valores recomendáveis nas letras, nas artes, nos costumes. Era uma desaprovação mais ética do que política. Como sempre acontece, e ressaltando-se os abusos dos primeiros tempos, a expansão revolucionária teria de suscitar prevenções. Como poderiam antigas monarquias européias aceitar pacificamente as idéias da Revolução, se todos os conceitos e hábitos, naquele momento decisivo, estavam na iminência de substituição radical pela nova ordem? Veio, daí, a Santa-Aliança, que foi, como se sabe, uma espécie de liga entre velhos impérios inspirada em motivos místicos (o de *Santa* bem o confirma), com objetivos políticos imediatos, em 1815, para contornar os efeitos das idéias liberais, que “incendiavam as consciências” daquele século. Mas os lampejos revolucionários, irradiados da França do século XVIII, tiveram o seu apogeu dentro de uma sociedade que suportou e aprovou certos procedimentos, porque realmente havia

uma ordem social já antiquada e carcomida; de certo tempo em diante, e é sempre assim, a doutrinação ardente, com os seus “rasgos de eloquência arrebatadora”, começou a cair no lugar-comum e, por isso mesmo, expressões, que tiveram força mágica nos dias das arrancadas de 89, passaram a ser mero recurso de oratória ornamental ou pomposa, porque já não interpretavam fielmente a realidade do momento, já não afinavam inteiramente com as exigências da vida.

Se o absolutismo entronizava ou endeusava a soberania do Estado, o individualismo, por outro lado, encarnava a concepção mais frisante de liberdade pessoal. A passagem do *estatismo* para o *individualismo* não foi nem poderia ser fácil ou serena. Era uma filosofia contrária a todo o sistema vigente. Embora nascido de outras contingências sociais, porque à época já era bem diferente, o individualismo da Revolução Francesa faz lembrar o que se passou durante a transição da Idade Média para o Renascimento ou *Renascença* como querem alguns autores. Houve, naquela época, um movimento *humanista* com algumas variantes bem acentuadas. Uma delas, por exemplo, visava a emancipar o homem da tutela teológica. Embora não tivesse os mesmos pretextos do individualismo do século XVIII porque eram outros os fatores condicionantes, o humanismo fincou muito bem uma tomada de posição em face da “cristandade medieval”. Foi um de seus aspectos. A preocupação dessa nova tendência renascentista era justamente fazer o homem ocupar o seu lugar na vida, firmando pé no mundo, como se diz. Apesar de outras afirmações não religiosas, certos círculos da Idade Média situavam o homem na dependência integral da fé. A subordinação ao *sobrenatural* era a bem dizer uma regra de vida, porque “não cai uma folha da árvore sem a vontade de Deus”. Era um processo místico de alienação, pois o homem ideal, dentro daquela conceituação medieval, seria aquele que abrisse mão de suas possibilidades e aspirações naturais, voltando-se intensamente para o mundo transcendental, como se o mundo terreno também não tivesse nobreza ou não refletisse o pensamento divino.

É verdade que o surto de *humanismo* como fenômeno de transição teve outras características e, por isso, não se pode tomar como ponto de referência apenas a rebeldia contra o domínio do sobrenatural, uma vez que houve outras manifestações dentro daquele ciclo renovador. Do mesmo modo, não se pode deixar de levar em conta certos elementos da cultura medieval, adstritos aos recursos da época, dentro de um mundo geograficamente muito limitado. A generalização seria prejudicial à visão total desse longo período histórico. Mas a cultura da Idade Média apesar das Universidades, aliás, de inspiração

teológica, e de outros traços de pensamento, teria de ser, e foi, mais especulativa, mais propensa às generalizações conceituais, sobretudo porque não havia condições para a ciência experimental, a não ser em tentativas esporádicas, marcando o pioneirismo do frade Rogério Bacon e outros. Seja como for, o apriorismo fez escola na Idade Média. Apesar das divergências doutrinárias, e não foram passageiras, os famosos silogismos de Aristóteles dominaram notoriamente a cúpula intelectual da Idade Média através da *escolástica*. Houve uma ruptura com o advento do renascentismo.

A eclosão renascentista abriu horizontes bem largos, notadamente com a expansão marítima, proporcionando a permuta de conhecimentos, as descobertas e o incremento de relações econômicas e culturais. Convém fixar, entretanto, um ponto indispensável. A noção de *humanismo* tem, simultaneamente, três sentidos: entendeu-se por humanismo, de um lado, a definição do verdadeiro papel do homem sobre a Terra, querendo desligar-se da subordinação a qualquer primado religioso ou sobrenatural; de outro lado, humanismo significou, durante muito tempo, a prevalência da chamada cultura clássica, especialmente porque houve, na decadência da Idade Média, um movimento de restauração dos modelos gregos, uma retomada de contato com as fontes helênicas e, por isso, esse movimento se chamou “a volta aos clássicos”; por extensão, finalmente, sem a idéia de retorno ao classicismo puro, chama-se humanismo, de um modo indeterminado, ao conjunto de conhecimentos fundamentais, para estabelecer diferenciação com a cultura especializada ou técnica. Diz-se humanista alguém que demonstra uma cultura geral muito bem formada nas ciências, nas letras, artes, etc. É o caso de Allan Kardec.

Evidentemente, a despeito de se haver dedicado à Pedagogia, vivendo em profundidade os problemas da educação, o que lhe deu ensejo de escrever diversos trabalhos especializados, como se pode verificar pela sua bibliografia, tinha Allan Kardec, na realidade, uma formação de humanista na genuína acepção clássica, porque dominava idiomas, conhecia as vertentes da cultura antiga e sabia utilizar as ciências básicas, como a Biologia, a Fisiologia, a Física, Psicologia etc. em seus raciocínios e planejamentos. Não se perdia na erudição superficial e pedantesca. *A Gênese*, para não apontar outros livros da Codificação doutrinária do Espiritismo, é uma obra suficiente para revelar o lastro cultural de Allan Kardec. Veja-se bem que o contexto dessa obra formula uma série de proposições científicas, não desordenadas ou arbitrarias, mas atinentes a vários ramos do conhecimento, como Astronomia, Geologia, História, Ecologia Humana, e assim por

diante, naturalmente sem as particularizações e a terminologia dos especialistas, mas com a lucidez e segurança de quem não é inexperiente nem leigo em tais províncias do saber científico.

Se é verdade que umas tantas observações já permitem, hoje, novas elucidações, neste ou naquele ponto, porque foram apresentadas ou discutidas à luz das noções correntes na época (1868), também é verdade que são observações ou interpretações não decisivas nas bases da Doutrina, cujo conteúdo fundamental não foi desautorizado até hoje. A obra preenche inteiramente o fim para que fora elaborada como parte integrante da Doutrina Espírita. Nas próprias questões propostas na fase de preparação de *O Livro dos Espíritos* (1857), há contribuições pessoais em que Allan Kardec, ora neste, ora naquele passo, deixa transparecer o embasamento de sua rede geral de conhecimentos, embora as suas interferências, perguntando ou esclarecendo certas questões, não tenham pretensões de sapiência.

Não devemos ver no Codificador da Doutrina Espírita, apesar de tudo isso, apenas um tipo representativo de humanismo clássico, pois ele também era humanista no sentido prático e moderno, porque em toda a sua existência, antes e depois de ser espírita, sempre se voltou para o *homem*, e por amor, como síntese de suas maiores preocupações, como razão de ser de todo o seu ideal. E o conceito de humanismo, nos dias atuais, com os problemas que nasceram ou se agravaram em consequência da II Guerra Mundial, concentra-se cada vez mais na integridade do homem, preservando-lhe a liberdade, a dignidade e os “direitos alienáveis da pessoa humana”.

Sob o ponto de vista de interesse pelo homem, a Doutrina Espírita é verdadeiramente humanista. Mas interessar-se pelo homem é procurar compreendê-lo profundamente em suas virtualidades e ajudá-lo a reformar-se para saber ocupar o seu lugar perante o mundo e as leis divinas, não é reduzir as dimensões do problema, situando-o apenas nas necessidades do estômago. Em todo o entrelaçamento de suas indicações e consequências, o que se nota na Doutrina Espírita é uma preocupação insistente com o homem, não somente quanto ao bem-estar, que é uma condição normal de decência em qualquer sociedade bem organizada, mas também no que diz respeito aos valores intrínsecos de sua personalidade. Neste ponto, a solução espírita é muito mais humanista do que as soluções de interesse simplesmente político, pois não basta oferecer o necessário à subsistência, que é dever elementar, nem promover ascensões violentas, porque é preciso educar, preparar o homem, melhorar também o sistema que o envolve e remover hábitos, idéias e processos defeituosos

ou viciados de sua formação e do ambiente de origem. A solução é global, não pode ser parcial nem momentânea.

Tanto no Renascentismo quanto na Revolução Francesa, apesar da diferença de época, de motivos e forças atuantes nos dois movimentos, houve muita ênfase em relação à capacidade do homem. É justamente por isso que estamos apresentando este sumário panorama histórico a fim de chegarmos ao individualismo e às estruturas modernas perante a Doutrina Espírita. O sentido de emancipação, que ganhou corpo entre certas posições humanistas, com a desintegração da sociedade medieval, tinha um fundo individualista bem definido, embora as provocações não fossem as mesmas que ativaram o individualismo de 1789. Deste ou daquele modo, o certo é que o individualismo caracterizou um estado de coisas, dentro de uma ordem social que teve a sua época na sucessão de conceitos e padrões de vida. O individualismo da Revolução Francesa já não poderia funcionar em toda a plenitude em face dos fenômenos do mundo moderno, porque as interações sociais se intensificaram cada vez mais, fortalecendo as relações de interdependência em todos os sentidos. Por falta de ajustamento à nova realidade é que se reabre, hoje, sob feições um pouco diferentes, o velho conflito entre *individualismo* e *estatismo*, cada qual querendo aniquilar ou absorver o sistema oposto. A esta altura do antagonismo entre duas tendências conflitantes já podemos pedir luzes à Doutrina Espírita a fim de sabermos como caminhar certo no mundo atual. A visão social da Doutrina Espírita, que não abona o exagero de nenhuma das duas concepções em luta, não é uma utopia, tampouco está fora de nossa época, pois estamos vendo, e muitos já reconhecem — estadistas, sociólogos, educadores, psicólogos, economistas —, a não ser os que ainda não penetraram a fundo na psicologia dos acontecimentos, que a crise do momento é uma crise estrutural, não pode ser resolvida por meios empíricos e de efeitos superficiais. Vamos ver, diante desta situação, qual a diretriz que nos aponta a Doutrina Espírita.

I

REFLEXOS DA II GUERRA

Sob os auspícios do Instituto Interaliado de Alta Cultura, o padre Desobry, Prior dos Dominicanos de Paris, proferiu veemente conferência no Ministério das Relações Exteriores sobre o *Renascimento católico na França*. Muito longa, aliás, a conferência foi publicada no “Jornal do Comércio” (Rio) de 08 de dezembro de 1944 e deu, realmente, uma idéia muito clara da situação do movimento católico de seu país. Pelo que disse o padre Desobry, sob a responsabilidade maior em virtude da projeção de seu nome no meio católico, o Clero francês pretendia então realizar um Cristianismo de ação, identificado com as realidades do mundo. (1) Dominicano professo e de hábito, o conferencista pertencia à mesma Ordem religiosa do padre Ducatillon, também inconformado com o imobilismo de muitos cristãos, ainda não

(1) Ainda sob o estado emocional da II Guerra — Estávamos em 1948

“tocados” pelo espírito do Cristianismo. Justamente por isso, o padre Ducatillon também fez conferências, consideradas revolucionárias dentro de alguns grupos católicos, tanto assim que não foi “bem visto” no Brasil, onde esteve por breve tempo. Grande orador, indiscutivelmente. Quando falou, por exemplo, na Associação Brasileira de Imprensa (2), teve uma assistência compacta, e das maiores na “Casa do Jornalista”.

As posições discrepantes da tradição ou dos padrões dominantes geralmente provocam reações muito ostensivas, ainda mais nas áreas da fé. A história que o diga. Temos aí, como prova, a guerra que muitos católicos, de batina e sem batina, fizeram a Jacques Maritain, filósofo e escritor católico, identificado com o pensamento tomista. Muito discutido àquela época, não há dúvida, é um nome internacional, inegavelmente. E fez escola. Sem jamais deixar de ser fiel à Igreja, em cujo seio permaneceu e terminou a sua trajetória humana, assumiu algumas posições contrárias a certa ala do clero, é verdade, notadamente na área jesuítica. Em seus pronunciamentos, algumas vezes contundentes em relação a fortes redutos católicos, defendeu a autenticidade do Cristianismo, o que, na realidade, vinha a ser nada mais e nada menos do que isto: um Cristianismo que não se acomodasse à injustiça nem cortejasse os desmandos do Poder político. Incompatibilizou-se irreconciliavelmente com a situação que se implantara na Espanha daquela década e, por isso, atraiu antipatia e hostilidade tanto de simples padres quanto de bispos. Vivia-se realmente uma quadra histórica muito agitada e confusa. De fato, no esforço que empregou para mostrar ao mundo a compatibilidade do Cristianismo com a Democracia, um dos traços bem acentuados de sua obra, Maritain teria de se opor, como se opôs frontalmente, ao “Estado farisaicamente cristão”. E foi realmente o farisaísmo de regimes falsamente cristãos que levou a humanidade a ver, contristada, o doloroso e deprimente espetáculo de opressão e do sacrifício de vidas humanas sob o “pálio” de Jesus ou sob escudo de uma “fé” sem alma e sem dignidade, porque invocada pela força e dominada pela cegueira do ódio e da prepotência. Verdadeira e aberrante negação de tudo quando ensinou a Mensagem do Cristo! Quem apóia perseguições e fuzilamentos não tem a mínima condição de falar em Cristo e muito menos apreçoar o advento de uma civilização cristã”.

Dentro de uma contingência histórica de tal ordem e gravidade, compreende-se bem o papel desempenhado por Jacques Maritain diante do drama europeu. Por isso mesmo, sofreu restrições muito ostensivas

(2) — O autor deste livro assistiu à conferência.

dentro e fora de seu próprio rebanho. Também no Brasil, onde tinha e ainda tem adeptos, principalmente entre os que adotam a linha tomista. Podemos apresentar um episódio ilustrativo. Apesar de já ter estado no Brasil, embora passageiramente, organizou-se um grupo de oposição, certa vez, já faz bastante tempo, para impedir que Maritain visitasse o nosso país novamente, apenas porque não era *persona grata* daquele grupo. O movimento de “rejeição” repercutiu desfavoravelmente em diversos círculos de opinião e provocou um protesto do padre e deputado Medeiros Neto na Câmara Federal. Pois bem, naquela ocasião, embora acentuando a nossa condição de não católico, enviamos um telegrama de apoio ao deputado, justamente por entendermos que os valores representativos da cultura não podem ser repelidos por nenhum país que se preze de seus “foros de civilizado”.(3)

Voltemos, porém, à rumorosa conferência do padre Desobry e vejamos o que ele afirma a certa altura de suas manifestações críticas: *Não me refiro a essa massa sempre compacta demais de católicos que se encontra, infelizmente, em todos os países no mundo, na França como fora da França — católicos de nascença, que praticam um cristianismo de fachada ou, ao menos, um cristianismo ritual, sem alma e sem vida.* Ainda bem que um padre quem o diz... Anote-se: *cristianismo ritual.* Assim falava, naquele incerto e tumultuado momento do mundo, o chefe de uma das grandes comunidades católicas, um homem que vira de perto os horrores da guerra e, por isso mesmo, estava inconformado e decepcionado com o cristianismo formal de muitos católicos.

As colocações do padre Desobry suscitam apreciações especiais, sobretudo em relação às posições espíritas perante o mundo e os problemas humanos. Antes de qualquer explanação doutrinária, entretanto, convém frisar logo que, há mais de um século, já o Espiritismo vem mostrando a distinção insofismável entre o ver o Cristianismo, que é mais espiritual, e o “Cristianismo ritual” de que falou o dominicano francês. O Espiritismo — sabem-no quantos já fizeram leituras amplas de sua Doutrina — absorve exatamente a essência, a parte moral, a mensagem que fica do ensino de Jesus. Então, o “Cristianismo redivivo”, tal como o entendemos à luz da Doutrina Espírita, não se confunde com os cultos formalizados ou ritualizados nem tampouco

(3) — Jacques Maritain estivera no Rio de Janeiro em 1936, tendo sido homenageado com a investidura na categoria de membro-correspondente da Academia Brasileira de Letras. Foi embaixador da França junto ao Vaticano, sob o governo De Gaulle. Escreveu sobre Filosofia, Sociologia, Cristianismo, Política, Educação e temas de literatura. Publicou diversos livros, entre os quais: *Os Direitos do Homem, Cristianismo e Democracia, O Homem e o Estado, Filosofia da História, Noite de agonia em França.* Sua obra-chave, segundo algumas opiniões, é *Humanismo Integral.* Deixou a vida terrena aos 91 anos, em 28/4/1973, recolhido à “Fraternidade dos Irmãozinhos de Jesus”, de Toulouse (França).

se comprime nas limitações de uma corrente religiosa ou de uma organização sacerdotal. O espírito do Cristianismo é universal. Do ponto de vista sociológico, entretanto, quando considerado apenas historicamente, com a visão de uma configuração geográfica e cultural, não seria possível situá-lo em tudo por tudo fora e acima do meio social que lhe serviu de cenário

Apesar de suas raízes mais longínquas no tempo e no espaço assim como de reconhecidos pontos de coincidência com antiqüíssimas concepções orientais, ora neste, ora naquele passo, o movimento cristão, digamos assim, concentrou-se mais na faixa ocidental ao assumir as proporções de um corpo de idéias, repellido pelo Poder dominante. Conquanto alimentado e conduzido pelo amor e pela resignação, mas inabalável, pois não abdicou nem se acomodou, o surto das idéias cristãs teria de se contrapor, forçosamente, a uma ordem de coisas sedimentada em tradições políticas e religiosas com as quais o ideal do Cristianismo puro não poderia combinar. Era o lastro cultural de uma sociedade cujos valores refletiam bem um estágio evolutivo ainda muito terreno, a despeito de todo o esplendor dos variados cultos. Até aí, na realidade, temos de ver o movimento cristão dentro de um quadro cultural do meio e da época. Não poderia desvincular-se radicalmente. Mas o Cristo não se dirigia apenas ao ocidente, falou para quem tivesse “olhos de ver” e “ouvidos de ouvir”. Daí, pois, o sentido universal de sua palavra, fosse onde fosse, ainda mais porque impregnada do maior desinteresse relativo ao reino do mundo.

Enquanto a imprensa transmitia certos pronunciamentos de pós-guerra, dando a impressão bem clara de que havia como que um grito ou um brado de alerta contra omissões e desvirtuamentos na comunidade cristã diante da nova realidade que se apresentava, naturalmente o observador dos fatos sentia, naquela “hora sombria e cheia de incertezas”, que havia em profundidade um anseio de mudança ou de retorno do Cristianismo aos legítimos padrões de sua autenticidade. Maritain reclamava “nova cristandade”, Desobry verberava com toda a veemência a inoperância dos cristãos “mornos”, os “nem quentes nem frios”, pois aquele tipo de crente — dizia ele — é dos que faz “o maior mal à religião” da qual têm a pretensão de ser membro. E outras vozes, de menor ou equivalente ressonância, por sua vez também denunciavam perplexidade não apenas por causa da conjuntura geral, mas ainda pela falta de um rumo bem definido diante dos problemas do mundo.

Duas tendências paralelas delineavam bem o panorama. De um lado, e com evidente exagero, aqueles que viam o Cristianismo fora da

realidade humana, ou no plano puramente transcendental, como se o cristão, pelo simples fato de rezar e ter fé, já estivesse no “reino do céu”, inteiramente alheio à experiência social e à dor humana; do outro lado, e com inegável radicalismo em determinados assomos de protesto, os que defendiam um lugar de ação para o Cristianismo no “mundo conturbado”, porque queriam um Cristianismo participante, mas dotado de uma instrumentalidade política muito competitiva, senão até agressiva. Em suma: ou um Cristianismo calculadamente marginalizado, “pairando acima” dos dramas da sociedade, ou um Cristianismo social, voltado para as soluções do momento, mais preocupado com Cesar do que propriamente com Deus. Claro que o Cristianismo, como força de pensamento e ação, tem um lado humano, necessariamente, sensivelmente humano, mas não seria possível tirá-lo o conteúdo espiritual em desviá-lo de suas implicações na vida futura e nas relações do homem com Deus.

Ao chegarmos a este ponto, e porque estamos vendo que são justamente os problemas humanos o maior desafio lançado à humanidade deste ciclo histórico, queremos pensar, agora, na posição que nos indica a Doutrina Espírita, pois ela também faz luz no campo social. Se, por um lado, não podemos estabelecer conotações do ponto de vista estritamente religioso, pois nada temos com os problemas da Igreja, não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que os problemas sociais são do domínio comum e, por isso mesmo, podem ser analisados pelo prisma católico quanto pelo prisma espírita, mao-metano, marxista, e assim por diante. E o movimento espírita, como estamos vendo no Brasil, não está ralmente empenhado em apresentar o Cristianismo bem vivido nas realizações humanitárias? Estão aí as obras, e obras levantadas e mantidas pela força do amor e pelo trabalho desinteressado. É natural que nos interesse pelos debates que se travam neste campo, apesar de termos uma direção, já indicada pela Doutrina que esposamos. Os problemas são da mesma natureza em qualquer parte do mundo, pois exprimem sempre a incerteza e as aflições do homem na luta pela subsistência diante das desigualdades econômico-sociais, ainda que as circunstâncias de ordem local, nesta ou naquela faixa, apresentem características diferentes. No fundo, porém, é a mesma realidade gritante e absorvente. Partindo, então, dos mesmos problemas, as posições ideológicas e políticas podem chegar ao mesmo ponto, quanto à solução fundamental de melhorar as condições de vida e libertar o homem da aflição ou da miséria social. Mas os métodos e objetivos são diferentes, porque dependem de premissas filosóficas e éticas. Seria inútil pensar em uniformidade ao chegarmos a este plano de avaliações.

Quando Jesus recomenda vestir os nus e dar pão a quem tem fome, implicitamente está ensinando ação social, que é uma forma prática de aplicar o Evangelho. O movimento espírita, neste particular, já está em campo há muito tempo. Mas a solução proposta pela Doutrina Espírita não é unilateral, é diferente de outras soluções. Antes de tudo, precisamos ter em vista, sempre e sempre, a premissa básica do Espiritismo: a ação social é um *meio*, e um meio necessário, mas não o *fim* último de nossa realização. Não se melhora o homem, profundamente, apenas pela comida e pela roupa. Temos de ir mais longe. Se é verdade que nos cumpre matar a fome física como dever inadiável, também é verdade que não podemos deixar em segundo plano as necessidades de ordem espiritual, pois no ser humano coexistem a fome do corpo e a fome do espírito. Dentro desta concepção, naturalmente a ação social do Espiritismo não poderia reduzir-se ao suprimento exclusivo das carências materiais. Seria uma assistência incompleta, conquanto benéfica e de caráter premente. Quem está faminto e abandonado cria “alma nova”, como se diz, quando recebe um prato de comida, mas o resultado do benefício, que é, aliás, um dever elementar, pode ser apenas momentâneo ou passageiro, se não houver uma palavra de orientação e reerguimento espiritual. Se o indivíduo volta ao que era, depois de alimentado, retornando à trilha do vício e do crime, sem o menor indício de transformação, evidentemente o trabalho de assistência ficou na superfície, porque não penetrou na alma. Justamente por isso, a visão espírita do problema é diferente: a assistência deve corresponder também às necessidades do espírito, pois é preciso despertar o homem, mostrar-lhe a vida por outro prisma, levá-lo a formar uma consciência de responsabilidade perante o seu próximo e perante as leis divinas.

Já se sabe que, diante de um quadro pungente ou desesperador de miséria, onde há revolta e lágrimas por causa da fome, não é com um discurso nem um sermão que se abrande uma criatura que já não pode fazer uso da razão, já perdeu a fé em si mesma, nos homens, em tudo, afinal. A solução, no caso, terá de ser prática, imediata. Dê-se-lhe o alimento, antes de quaisquer observações teóricas. Quem chega a esse ponto, naturalmente sente a Mensagem do Cristo cada vez mais diante. Não basta, porém, alimentar e deixar como está. E como falar da mensagem do Cristo, como dizer que ela não está distante sem ajudar, sem conversar, sem instruir? É o outro aspecto da assistência preconizada pelo ensino espírita. O programa espírita no campo social não está, portanto, fora da realidade humana, tanto assim que a Doutrina desaprova o procedimento dos que “fogem” do mundo ou ficam à parte, pois não se pode recomendar a observância de princípios

superiores sem conhecer o mundo, sem sentir os problemas de perto, tal como Paulo, pois é pelo trabalho junto às necessidades do corpo e do espírito que se desenvolve a ação social do Espiritismo. E se o Espiritismo significa, para nós, a restauração do Cristianismo em sua expressão mais viva, sem roupagens de culto externo e sem instituições hierarquizadas, portanto, o trabalho espírita de assistência é uma afirmação do Cristianismo, porque leva mensagem de amor sem nenhuma discriminação religiosa e sem o mínimo intuito de proselitismo. Nesta linha de procedimento, conseqüentemente, não se pode perder de vista a necessidade da reforma do homem, por mais relevante ou imperiosa que seja a assistência material. Dar o alimento, a roupa, o remédio e o abrigo, segundo a natureza dos casos, é um recurso imediato, a bem dizer imposto pelo dever de solidariedade humana, quando se tem a consciência desse nobilitante dever. E tanto um cristão, israelita ou budista, quanto um cético ou sem religião pode distribuir socorro de emergência ou atender pessoas necessitadas, se tiver inclinação para o bem. Muitas vezes se observa, na vida prática, o impulso generoso de um descrente ou apontado como ateu, com verdadeiro espírito de sacrifício pelo seu semelhante, ao passo que muitos crentes, entre os que vivem de Evangelho na mão e não faltam às cerimônias do templo, ficam indiferentes aos apelos da dor e aos quadros deprimentes da pobreza desamparadas, porque preferem a comodidade e as grandezas de seu mundo de egoísmo.

A visão espírita de assistência abrange o homem na totalidade, justamente porque, além do plano biológico, onde se localizam as necessidades básicas do mecanismo orgânico, existem direitos e aspirações que dizem respeito à destinação superior do homem. Cumpre, pois, ajudar o homem a melhorar-se nos três planos — material, intelectual e espiritual — não importa o grupo étnico a que pertença ou o meio social de onde provenha. É o ser humano, antes de tudo, em sua conceituação global. Não podemos, entretanto, pensar em melhorá-lo sem que lhe ofereçamos instrumentos que o ajudem a reerguer-se, compenetrando-se conscientemente de seu papel no mundo. Por isso mesmo, repetimos que a comida e a roupa têm muito valor em seu momento mas é indispensável libertá-lo da ignorância e reintegrá-lo na dignidade da vida pelo conhecimento e pela reeducação. Se o pão do corpo, em muitos casos, pode até ser esquecido (não faz mal dizer de novo), o pão do espírito nunca se desfaz, nem com a idade nem com as mudanças que ocorrem no “trem de vida”, justamente porque é luz espiritual. Não podemos certamente alimentar ilusões com programas que vejam somente a solução material. Seria como que um retorno à época do “pão e circo”.

Diante dos desafios que estamos enfrentando em todas as direções, dentro de uma sociedade cada vez mais cheia de incertezas e apreensões, com a evidência de contrastes verdadeiramente desnorteantes, consideramos válidas (é justo que o reconheçamos) as tentativas e experiências que se proponham a corrigir distorções por meio de equitativa distribuição dos bens indispensáveis à vida. Aliás, de tanto se falar em Cristianismo, de tanto se exaltar a sublimidade da palavra de Jesus, já não se compreende tamanha desigualdade sob “o céu de uma civilização cristã”... Se, realmente, a eficiência de um planejamento de alto a baixo pode assegurar a estabilidade social, ainda que interferindo nos problemas de ordem mais íntima, a fim de que todos participem da riqueza como patrimônio coletivo, convém levar em conta, entretanto, que a natureza humana tem aspirações e exigências que não podem ser padronizadas, a não ser sob a compressão da força ou de artifícios dissimuladores. Nenhum esquema poderia, em última análise, estabelecer equivalência absoluta de valores, pois o mundo íntimo tem critérios de julgamento muito diferentes dos critérios que avaliam as necessidades do mundo orgânico. Se as criaturas humanas podem ser niveladas nos direitos e no uso dos bens essenciais, o que representa, inegavelmente, um traço positivo de justiça social, já não podem, todavia, ser arroladas no mesmo plano quando se trata de opções individuais e valores atinentes à esfera religiosa, política, científica, artística, e assim por diante. Dê-se a um indivíduo, por exemplo, tudo quanto lhe seja necessário à subsistência, faça-se tudo para que não lhe falte o indispensável à vida cotidiana, mas a proteção exterior, ainda assim, ou apesar disto, poderá ser constrangedora, se lhe retiram o direito de fazer as suas opções ou lhe negam liberdade para pensar e dizer como pensa. Não será bem uma *pessoa* em sua plenitude, mas uma peça humana, bem alimentada e bem vestida, mas imobilizada espiritualmente, porque não tem espaço para as suas idéias. A faculdade decisória é inerente à racionalidade do ser humano.

Como se vê, a ótica espírita naturalmente nos abre outros ângulos de observações, sem fugir às imposições da realidade humana. Temos de reconhecer forçosamente a incidência de fatores políticos e econômicos na ordem social, mas não podemos pensar em reforma profunda, do homem e da sociedade, sem educação real, e não educação de verniz, quando não preparada unicamente para corresponder aos interesses do Estado. Como seria possível uma ordem social realmente justa sem atenção à pessoa humana, sem liberdade, sem amor, mas amor na acepção elevada de respeito e solidariedade sem discriminação? Nem do materialismo, nem tampouco do *angelismo* ou da beatitude improdutiva sairá a resposta cabal às questões que estão agitando o

mundo e ameaçando a humanidade com o pesadelo de uma convulsão geral, cujas consequências nenhum filósofo, nenhum sociólogo, nenhum cientista político seria capaz de prever com toda a exatidão. Cedo ou tarde, o equilíbrio terá de ser procurado no Evangelho, ainda que a muitos se afigure utopia.

Em suas incursões no pensamento filosófico e social de origens diversas, o espírita é livre para citar Tomás de Aquino ou Leão XIII, Augusto Comte ou Spencer, assim como Weber ou Maritain, por exemplo, sem comprometer os conceitos do Espiritismo. Os problemas sociais não constituem preocupação exclusiva de uma religião ou de um partido político; são problemas da humanidade, atualmente ainda mais amedrontada pela violência e pela impressionante desproporção entre a fartura e a miséria, como se fossem dois mundos estranhos entre si. O antagonismo entre os que desfrutam da opulência e os que sofrem as amarguras do abandono levam a crises sociais evidentemente alarmantes, como estamos vendo. E não se diga que é extremismo de direita ou de esquerda: é a realidade por si mesma. A desproporção é muito grande. Nesta linha de análise político-social, ainda está com a palavra o Prior do Dominicanos de Paris. Pelo teor de seu discurso, o Cristianismo precisa entrar em todos os meios “para ser vivo e fecundo”. Não se pode esperar um Cristianismo fora do mundo, ou todo metafísico nesta quadra tormentosa da História, inteiramente à margem das condições em que vive o homem. Mais um trecho do padre Desobry: *Foi sempre uma tentação para alguns crer que a perfeição consiste em se desligar de todas as contingências deste século. O Cristo disse, é verdade: “Meu reino não é deste mundo”. Mas uma compreensão errada desta palavra evangélica — explica um grande teólogo da ação católica, o padre Chenu, O.P. — pode fazer crer que os trabalhos dos homens, seus fracassos, seus bons êxitos, os sobressaltos da sociedade não passam de uma ocasião indiferente de sofrimento redentor para a conquista de um mundo supraterrâneo. Não têm nada a ver, como cristãos, com toda a trama humana e natural da sociedade* (4). Examinemos o tema com isenção.

Neste ponto, embora, não nos interesse saber se o conferencista porventura se prende a esta ou aquela tendência política e apesar de estarmos em campos abertamente discordantes no que diz respeito a “pontos de fé”, há uma coincidência com o pensamento espírita.

(4) Este ponto sugere melhores reflexões dentro do contexto espírita. Entendemos a expressão “meu reino não é deste mundo”; no sentido de não ter o menor interesse pelo domínio político nem pelas grandezas terrenas, o que não quer dizer, porém, que a Mensagem do Cristo estimule a displicência e muito menos a omissão diante da injustiça e das necessidades da criatura humana, principalmente quando desprotegida ou ignorada pela própria sociedade.

Espiritismo também não aprova a “vida puramente contemplativa”, como se não estivéssemos com os “pés na terra”. O homem precisa da vida social, porque lhe cumpre, antes de tudo, participar do mundo, sem o que não terá condições de progredir, também espiritualmente. E a visão humanista da Doutrina Espírita é tão penetrante que chega a recomendar um tipo de vida concordante com a nossa época, isto é, viver de acordo com a ordem natural, sem esquisitice, sem regras conventuais. (Leia-se: *O homem deve progredir. Não o fará sozinho, porque não possui todas as faculdades: é-lhe necessário o contato com os outros homens. No isolamento se embrutece e se estiola.* — “O livro dos Espíritos” — questões 766 a 770). E Allan Kardec, por sua vez, acrescenta:...”necessitando-se uns dos outros, os homens são feitos para viver em sociedade, e não isolados”. (Leia-se ainda “O Evangelho Segundo o Espiritismo” cap. XVII nº 10).

Para os espíritas, finalmente, o Cristianismo não é apático. Se, na realidade, o cristão ficasse apenas na fé, rezando e contemplando o mundo a grande distância, sem participar do trabalho de transformação do homem e da sociedade, jamais a palavra do Cristo teria influência ponderável. O verdadeiro cristão, o que tem o Evangelho dentro de si, e não o que apenas repete versículos e sentenças, não pode cruzar os braços dentro de um mundo arruinado e poluído pelos vícios, pela imoralidade e pelo egoísmo. Aqui está, sem tirar nem pôr, o rumo de vida apontado pela Doutrina Espírita:

“O HOMEM TEM POR MISSÃO TRABALHAR PELA MELHORIA DO PLANETA. Então, podemos, nós, espíritas, deixar de lado os problemas que dizem respeito ao homem? Não. Cabe-lhe (ao homem) desobstruí-lo, saneá-lo, dispô-lo para receber um dia toda a população que a sua extensão comporta. Para alimentar essa população que cresce incessantemente, preciso se faz aumentar a produção. Se a produção de um país é insuficiente, será necessário buscá-la fora. Por isso mesmo o intercâmbio entre os povos constitui uma necessidade.” (O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO — Cap. XVI.)

Não estando corporificada em nenhuma igreja, como não está subordinada a nenhuma forma do culto, conquanto sejam todas respeitáveis, a Mensagem do Cristo é transcendente, acima de todas as limitações, pois exprime valores perenes no tempo e no espaço. Devemos procurá-la, portanto, sempre fora de conotações políticas e combinações de grupos.

II

ENTRE DEUS E CÉSAR

Muita gente vê no Evangelho apenas “revelação de fé”. Nem todos os crentes das diversas denominações cristãs percebem o sentido humano das recomendações do Cristo. O Evangelho há de ser vivido também neste mundo, e não apenas no “outro mundo”, como se não tivesse consistência no plano terreno. Para muitos, é certo, as soluções materiais nada têm que ver com a vida espiritual, o que vem a ser, por outras palavras, apenas isto: o homem é inteiramente livre no mundo dos negócios e, assim, tudo lhe é lícito, contanto que obtenha o êxito desejado. Entretanto a interpretação espírita, atendo-se à própria realidade humana, aponta um rumo diferente. Os problemas materiais são inerentes ao nosso mundo e aqui mesmo se desfazem quando de nossa passagem para o outro plano da vida; mas os nossos atos, descobertos ou velados, têm influência em nosso

futuro espiritual, visto como — segundo a Doutrina Espírita — a grande lei moral, cujo foro é a consciência, também se faz sentir nas coisas de César. Em termos mais claros: os atos que praticamos ou viermos a praticar tanto na vida empresarial quanto na política ou no comércio, seja como patrão, seja como empregado, estão sujeitos ao julgamento da suprema instância divina. Se o indivíduo é honesto apenas para efeito exterior, mas não o é na intimidade da consciência, ainda que lhe coloquem na cabeça todas as coroas de grandeza, terá de sofrer as conseqüências, não em “penas eternas”, mas no curso de provas inevitáveis pelas quais terá de corrigir-se e reparar os males que praticou e ocultou. E como? Onde? Pela reencarnação, aqui mesmo, neste mundo. E, um dia, cumprida a justiça, não precisará mais regressar ao “palco das experiências terrenas”.

Deixemos, agora, as idéias gerais, naturalmente destinadas àqueles que ainda não têm leituras espíritas, nem mesmo superficiais, e procuremos o aspecto prático das aplicações do Evangelho. Já nos primeiros tempos do Cristianismo a nova Mensagem defrontou-se com o formalismo farisaico, que usava de todos “os expedientes” para encobrir-lhe a essência. É inútil, no entanto, tal como então se praticava, lavar as mãos no templo, assumir posturas estilizadas, recitar os preceitos da religião e levar oferendas ao altar, mas logo depois praticar os atos mais escusos lá fora, depois da devoção. É a flagrante dicotomia entre a *moral* do ato religioso e a *moral* dos negócios, como se fossem duas pessoas em tudo e por tudo antagônicas ou de naturezas diferentes. A recomendação do Cristo sempre foi utilizada em muitos casos como anteparo de acomodações e distorções.

Sobrepondo-se às sutilezas e divagações equívocas, o ensino espírita deixa bem claro que entre Deus e César existe realmente uma linha divisória no que se refere à natureza das coisas e das obrigações estritamente temporais, como pagar imposto, atender às convocações do Estado, dirigir bem o patrimônio coletivo, e assim por diante. Tudo isto é da Terra e fica na Terra, pois o que se leva desta existência é o patrimônio espiritual. Mas não encontramos a neutralidade absoluta que tanto se invoca em defesa de certos procedimentos. Os desvios do homem nas coisas de Cesar têm repercussão na Justiça Divina. “Se as coisas de Deus nada têm de comum com os negócios de nosso mundo, porque são dois planos distintos, as ações que praticamos aqui ficam por aqui mesmo, e, portanto, cada qual que se defenda de acordo com a ocasião que se lhe apresente”. Há quem raciocine assim. É sofisma. Somos responsáveis, perante o julgamento divino, pelo que fizemos na Terra, sejam quais forem as “habilidades” e artimanhas para

encobrir o movel das ações. É uma inferência do pensamento espírita. Se “os bens da Terra pertencem a Deus”, obviamente a sentença evangélica “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus” também é válida em relação à origem da fortuna material. Que diz a Doutrina Espírita sobre a propriedade privada, por exemplo? Simplesmente: *Uma propriedade só é legitimamente adquirida quando de sua aquisição não resulta prejuízo para ninguém*. Se alguém prospera materialmente, mas os seus triunfos custam a ruína de terceiros ou deixam lágrimas em famílias que ficam sem teto e sem pão, está inevitavelmente incurso na lei de causa e efeito, pois terá que responder pelo mal praticado, não importa quando, em que situação ou em que lugar. Está no corpo da Doutrina: *Contas serão pedidas de todo dinheiro mal ganho, isto é, com prejuízo de outrem* (“O Evavelho segundo o Espiritismo”). Temos aí, portanto, um código de ética.

É bem verdade que, com dinheiro ou influências fortes, por meio de uma “papelada” astuciosamente preparada, as espertezas humanas podem emprestar “legitimidade” ou direito de posse a muitos bens obtidos ilicitamente. E porventura quem assim procede nas coisas de César, que são muito envolventes, estará isento da prestação de contas perante a Lei maior, acima das jurisdições terrenas? E que significa esse veredicto senão a própria Justiça de um Poder superior? Não aceitamos a idéia de inferno nem “penas eternas, nem muito menos as do céu e purgatório”, mas a prevalência de uma Justiça perante a qual todos terão julgamento. A consciência não se apaga com a “morte”. Os abusos de hoje, seja no exercício da autoridade, seja na administração pública ou particular, no emprego do dinheiro ou no uso da inteligência, serão reparados amanhã, nos altos e baixos da vida, à custa de experiências reencarnatórias até que se complete a reparação e reabilitação. Isenta de condenações e “castigos eternos”, a justiça reparadora, segundo a visão espírita, abre as perspectivas da oportunidade a todos. Isto quer dizer que a reencarnação permite a cada qual reabilitar-se perante a Justiça Divina no tempo e no espaço. Aquele, portanto, que fizer mau uso dos talentos, como adverte o Evangelho, naturalmente na suposição de que o mundo de Cesar é livre para tudo, voltará à Terra, tantas vezes se torne necessário, para cumprir a Lei, sofrendo, aprendendo, reabilitando-se, pois a reencarnação também abre clareiras de esperança.

Em resumo, a posição em que a Doutrina Espírita nos coloca diante dos dois planos — Deus e César — implicitamente nos indica uma regra de procedimento equilibrado, enquanto estamos na Terra devemos viver segundo as leis deste plano, de acordo com a natureza e

as necessidades de nosso mundo, sem sairmos da ordem natural e sem ser necessário recorrer a privações e mortificações, absolutamente desnecessárias. Entretanto, na satisfação natural das vantagens que a vida terrena nos proporciona ou na conquista dos títulos alcançados pelo esforço e pela competência, jamais devemos esquecer a supremacia da Lei Divina, pois Deus não está ausente do mundo de César, embora tenham ambos instrumentos e valores diferentes.

Diz-se às vezes que o Espiritismo se descuida inteiramente da vida material. É uma suposição totalmente errônea. Bastaria lembrar que a Doutrina Espírita reprovava a omissão ou o enclausuramento deliberado para fugir do mundo, pois devemos participar e, assim, oferecer à sociedade a nossa cota de serviço. Como poderemos trabalhar pelo melhoramento do mundo, se nos afastamos ou nos alienamos na “vida puramente contemplativa”, que é muito cômoda, mas inteiramente infrutífera por ser inoperante? A Doutrina Espírita nunca esteve e não está à margem dos problemas humanos. Seria aconselhável, a esta altura, pedir atenção, de um modo especial, para a IIIª parte de “O Livro dos Espíritos”, pois ali não somente os estudiosos do Espiritismo, mas também sociólogos e economistas encontrarão disposições sobre a necessidade da vida social, distribuição da riqueza, problemas de reprodução, relações trabalhistas etc. O pensamento social da Doutrina Espírita ainda não foi descoberto em sua plenitude, a não ser pelos que se interessam por esta área de estudos. Convém notar, entretanto, que certas mudanças, hoje incorporadas ao nosso estilo de vida, já estavam previstas na Doutrina há mais de cem anos. Legislação sobre repouso, equivalência de direitos entre o homem e a mulher nas competições da vida pública, liberdade de pensamento, dignidade do trabalho como dever social, não mais como simples obrigação dos mais necessitados, educação do homem como fator determinante da reforma da lei penal, por exemplo. Condizente, porém, com a linha ética de suas formulações, a análise espírita encaminha-se mais para o meio-termo, justamente porque a sua índole não se ajustaria a nenhum tipo de radicalismo. Por isso mesmo, não perde de vista o problema do desacordo entre o necessário e o supérfluo, fenômeno gritante na sociedade de ontem como na sociedade de hoje. De fato, há necessidades reais e necessidades artificiais. O desejo de ostentação e o “delírio de grandeza” tanto na administração pública quanto na gestão do orçamento particular criam necessidades de efeito aparatoso e provocam insegurança e aflições em todo o corpo social, ora direta, ora indiretamente.

Ao lado de grandes e suntuosas superfluidades, se abrem claros sensíveis e deprimentes de abandono das necessidades primordiais do

ser humano, como escola, saúde, preservação da natureza, defesa da vida. Não é a única, porém uma das causas de muitas crises internas com reflexos externos. A crítica espírita incide, por isso mesmo, nos desvios tantas vezes notados entre as necessidades reais e as necessidades acessórias ou secundárias, o que quer dizer, em suma, que o Espiritismo não desloca o homem da realidade social. Sem compromisso com qualquer doutrina política, encara os fatos com objetividade como aqui se vê: *A civilização criou para o Homem novas necessidades, e estas são relativas à posição social que ele conquistou. Teve ele que regular direitos e deveres dessa posição por meio de leis humanas. Entretanto, sob a influência das paixões, por vezes criou ele direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos riscam de seus códigos à medida que progridem. A lei natural é imutável e a mesma para todos. A lei humana é variável e progressiva. Só ela pode na infância da humanidade, consagrar o direito do mais forte.* (Comentário de Allan Kardec, a propósito da questão 794, referente ao progresso da legislação humana - “Livro dos Espíritos”) Em todos os passos em que se ocupa dos problemas sociais, sem se desviar das preocupações intrínsecas com o lado espiritual do ser humano, a Doutrina valoriza fundamentalmente a educação no âmbito das relações entre o capital e o trabalho, empregador e empregado, Estado e indivíduo, e assim por diante. Justamente por isso, sua maneira de situar e interpretar os problemas à luz do mandamento “a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, não se identifica nem poderia identificar-se com esquemas rigorosamente político-econômicos, conquanto haja coincidências neste ou naquele ponto. Nada mais do que isto. Há conceitos muito elásticos e, por isso, às vezes se encontram pensamentos coincidentes em doutrinas diversas.

Se o fator econômico é o primeiro elemento relevante sem perder de vista a conjugação política, o fator moral se torna tão importante como os outros, pois não podemos pensar em *direito* sem *dever*. Se há direito, há dever. É o que há de mais óbvio na vida cotidiana. Se o trabalhador tem direito de exigir ou reclamar salário justo, na hora certa, aquele que paga tem o direito, por sua vez, de exigir pontualidade e serviço bem feito. E como formar a consciência do dever, de parte a parte, sem uma noção clara de responsabilidade moral? Não é sem motivo que as previsões espíritas encarem o papel decisivo da educação no mecanismo das relações sociais. Como querer uma reforma de mentalidade sem esclarecimento, e sem um plano de educação em profundidade? Que estamos vendo hoje, por exemplo? O desespero causado pelo desemprego, o pânico generalizado por causa da incerteza e da falta de segurança pessoal. As ciências e as técnicas, utilizadas

em grande parte para fins de destruição, constituem uma das maiores e mais pavorosas ameaças à humanidade. Então, muita cultura humana, muita sofisticação tecnológica, mas cada vez maior desrespeito à vida humana e à natureza. E não poderia tanto poder de criatividade científica ser posto a serviço do bem estar humano?... E por quê não o é? Porque o desenvolvimento da capacidade intelectual não está em correspondência com o sentimento. E o homem sem sentimento ou insensível é tão indiferente à vida de seu semelhante como qualquer máquina. Sem a reforma do homem, antes de tudo, não se pode esperar o reinado da justiça e da paz. É uma das proposições implícitas no contexto espírita.

Ao lado, porém, desta desalentadora situação geral, a ignorância e o fraquíssimo teor de educação concorrem para o agravamento das dificuldades, pelo menos até certo ponto. Muita gente vive desregradamente, sobrecarregando sua já sacrificada economia em futilidades. A imprevidência, em muitos casos, é responsável pela decadência material de muitas pessoas, cujos problemas denunciam a extravagância em que vivem. Se houvesse mais ordem na vida particular, menos desperdício, mas em todos os segmentos da sociedade, a gravidade da situação certamente não assumiria proporções tão alarmantes. Sabemos que existem causas mais remotas e mais complexas, porém o desequilíbrio nos hábitos e na economia particular tem repercussão muito funda na crise social. E, por cima de tudo, há uma crise moral. A falta de exemplo, tanto faz no Poder Público como na esfera familiar ou empresarial, gera a incerteza, a desconfiança, a permissividade irrefreável.

Sem a reforma moral não há instituição que resista aos processos de ação corrosiva. Há quem sustente a tese da independência definitiva entre a economia e a moral como dois universos completamente estranhos. Justifica-se a tese com a alegação, aliás trivial, de que a economia se rege por leis próprias, tem campo próprio, como métodos e técnicas que nenhuma relação tem com princípios subjetivos de moral. A economia, neste caso, deve ser *aética* (palavra cunhada nestes últimos tempos e de uso mais adequado à linguagem tecnocrática), porque está inteiramente fora dos padrões de ética. Se a ciência econômica em si pertence a outra escala de valores, independentemente das especulações morais, o que não se contesta, a condução das operações econômicas, entretanto, sob a responsabilidade do homem, necessita de uma garantia moral para que não venha a degenerar-se nas ambições desmedidas, com efeitos sociais profundamente danosos.

Os resultados dessa concepção econômica — a experiência que o diga — estão causando transtornos gerais: planos muito bem elaborados,

minuciosamente esquematizados, mas desumanos, porque se planeja a economia sem pensar no homem. Por isso mesmo, a humanidade está sofrendo, em grande parte, as duras conseqüências da tecnocracia mundial. Ao invés de servir ao homem, a predominância tecnológica está anulando o homem pelo poder de absorção, quando poderia ser um bem geral e uma comprovação de adiantamento da espécie humana. Já em 1968, agudo observador de uma crise ocorrida na França, crise iniciada por uma reivindicação universitária, identificou o fenômeno da agressão tecnológica com muita lucidez. Não temos elementos para fazer apreciação dos acontecimentos, mas sublinhamos bem o que escreveu Ellen Appel. Disse ele, em palavras candentes, porém muito apropriadas, que o movimento francês não reclamava somente reforma universitária, mas “a transformação de uma sociedade cuja finalidade é a de produzir para consumir”. (“Correio da Manhã” de 30 de maio de 68) Disse mais: *Lutam contra uma civilização tecnocrática onde até mesmo a cultura é imposta em função de sua rentabilidade. Luta pela revalorização do indivíduo, atacando a educação de “catálogo”, que visa a formar homens “eficazes”. Lutam por uma sociedade livre e justa, tendo como base o diálogo, e como fim o homem, consciente, capaz de escolha.* (5) Palavras que ainda se enquadram muito na situação atual. Seja qual for a condição social, a criatura humana tem aspirações que não podem ser reprimidas por nenhum poder estranho: — o saber pelo saber, a criatividade do espírito, o culto das expressões estéticas, a liberdade nas preferências intelectuais. Sem o direito de escolha nas tendências vocacionais, a civilização terá uma geração de jovens frustrados e recalçados. Os planos da inteligência criadora na conquista do conhecimento não podem ser traçados pelo Estado. E, se assim for, se continuar a interferência do Poder na formação da cultura, impondo uma “profissionalização” absorvente para que haja somente homens “eficazes”, como acentuou o crítico da situação francesa de 68, a chamada civilização tecnológica chegará a ponto extremo de transformar o homem apenas em robô, cuja função na vida é produzir, e produzir maquinalmente. Então, a cultura já não teria o sentido de riqueza do espírito, uma vez que tudo já estaria “programado”, segundo a bitola do sistema dominante. Tudo isto, afinal, significa a primazia da preocupação econômica sem um padrão de ética. Tais fenômenos, analisados à luz dos princípios espíritas, revelam uma tendência ostensivamente prejudicial

(5)— O “Correio da Manhã” era um dos maiores jornais do Rio, mas saiu de circulação faz algum tempo. Lembramos, a propósito, que o “Correio” teve uma *coluna espírita*, a princípio sob a responsabilidade de Fred Figner.

ao desenvolvimento espiritual do ser humano, pois a cultura nunca deve ser dirigida mecanicamente com o intuito de apresentar produção para fins imediatos e predeterminados. A cultura é opção do espírito, tanto faz literária, quanto científica, filosófica ou artística. Por isso mesmo, em concordância com o raciocínio espírita, entendemos que não se pode excluir a ética das realizações econômicas, embora o fato econômico não se confunda com o fato moral. A distinção entre Deus e César não exclui a responsabilidade moral nos empreendimentos do mundo.

Permitimo-nos incluir aqui o que escrevemos, sobre esta matéria no “Jornal do Commercio” (Rio) de 26/11/980:

Por mais que o espírito pragmático se esforce para separar a ordem econômica da ordem moral, como se fossem duas instâncias completamente indiferentes entre si, a experiência histórica vem demonstrando que a condução dos planos econômicos sem a inspiração de princípios morais pode criar riqueza, como pode acelerar os processos de uma prosperidade rápida e ruidosa, mas agrava cada vez mais os conflitos socio-emocionais, exatamente porque provoca injustiça e descontentamentos irrefreáveis. Inevavelmente, a expressão econômica pertence a uma categoria diferente dos conceitos abstratos de Ética especulativa. Leve-se em conta, entretanto, que a direção econômica não pode fazer abstração de padrões normativos, precisamente porque a Economia envolve o ser humano, existe em razão de necessidades fundamentais, não é uma criação situada no espaço, fora da realidade social.

Se é verdade que, na classificação geral, a Economia tem relações com a Sociologia, o Direito, a Psicologia Social, etc., o que não impede, em última análise, que seja até objeto de inquirição filosófica, igualmente é verdade que a sua preocupação objetiva é a realização do bem-estar material, seja a serviço da iniciativa particular, seja a serviço do Estado. Mas o bem-estar individual está naturalmente implícito na visão global das aquisições públicas e, por isso mesmo, pressupõe uma noção clara de justiça, para que não haja distorções. E como poderia a Economia ser um instrumento do bem público sem os escrúpulos e as cautelas que a Ética preconiza tanto na esfera privada quanto na esfera estatal? Há quem diga, por força de uma interpretação muito simplista dos fenômenos sociais ou por motivos não revelados, que “a Economia nada tem com a Ética”, ou ainda de outro

modo mais frisante: “a ordem moral e a ordem econômica têm caminhos próprios e fins diversos; por isso, nunca se encontram”. É uma concepção destituída de compreensão sociológica, pois o fato econômico não se configura na sociedade como um dado superposto ou subsistente por si mesmo; conjuga-se inevitavelmente aos fatores políticos, sociais e emocionais, nos devidos quadros históricos. E não seria acertado entender o alvo de uma economia planificada sem objetivos humanos. Como atender, porém, a esses objetivos, visando ao bem público, sem noções básicas de responsabilidade? A Economia tem muito o que ver com a Ética, sejam quais forem as objeções.

Obviamente, do ponto de vista metodológico, a ciência econômica, como ciência autônoma, tanto quanto a Sociologia e outros ramos das ciências sociais, tem peculiaridades inconfundíveis, mas as suas aplicações na gestão da coisa pública têm implicações éticas, a não ser nas situações de caos, com todas as franquias à irresponsabilidade e ao descrédito das instituições. Temos de considerar necessariamente três aspectos na elaboração crítica: em primeiro lugar, temos a Economia no estado natural, enquanto procuramos apenas as fontes de produção, dependendo de solo, clima e eventualidades mesológicas; em segundo lugar, a Economia no processo cultural, assim que se faz sentir a ação do homem; em terceiro lugar, a Economia como meio de realização política do Estado. Exatamente neste último ponto, o mecanismo econômico não pode deixar de ser informado por princípios de ética, apesar de se dizer, lá uma vez por outra, que “uma coisa não se subordina à outra”. Há conotações, sim, desde que raciocinemos com equilíbrio. Assim como a Economia não constitui o objetivo supremo da vida, pois há outros valores, acima do êxito material, também não pode ser transformada em fim último do Estado, justamente porque as necessidades e aspirações do homem têm a sua escala de importância e prioridade no tempo e no espaço. A ordem econômica tem o seu lugar inquestionável no conjunto das contingências, mas não pode ter a precedência que muitas vezes se lhe atribui em detrimento da ordem jurídica e de outras perspectivas culturais, apoiadas na permanência de valores éticos.

Nesta linha de idéias, sentimos que a hipertrofia das preocupações econômicas deu muita ênfase às soluções técnicas, sem pensar naturalmente na visão global do homem, com as suas manifestações biológicas, sociais e estéticas. Nem tudo quanto é

inerente à realização da vida se expressa em reduções estatísticas e gráficos de gabinete, como se as apresentações numéricas tivessem a chave de todos os problemas. E quanto sofisma se pode fazer com o manejo de estatísticas?... E o homem, por sua vez, não tem aspirações ideais? Sem a conformação da atividade econômica aos padrões de Ética ou de respeito a um consenso de ressalvas limitativas, a administração corre o risco de abrir caminho fácil a todas as formas de artifícios.

Pois bem, a neutralidade absoluta que se pretende estabelecer entre os valores econômicos e o valores éticos, se temos em vista as responsabilidades do Estado, também seria muito permissiva, porquanto admitiria ou estimularia a prevalência do interesse imediato sobre outras esferas do interesse social, ainda que sacrificando as criações do espírito, quer no domínio da cultura desinteressada ou do saber puro, quer no aperfeiçoamento da própria experiência política. É o que acontece quando se supervaloriza a atividade econômica como centro de fixações do Estado. Não seria possível admitir progresso integral se a sociedade se descuida do lado espiritual da vida ou menospreza a produção intelectual. Quando o econômico se sobrepõe ao ético, sob alegações que nunca faltam, embora sibilinas, ocorre um fenômeno, cuja gravidade nem todos percebem: a imposição de um primado capaz de asfixiar todo o organismo social pela absorção dos outros valores e pelo sentido preferencial do pensamento econômico como razão única de convivência. Economia e Ética são conceitos distintos, mas não se excluem.

III

O ABORTO À LUZ DA DOCTRINA ESPÍRITA

Se a Doutrina Espírita não propõe soluções técnicas quando se refere aos problemas socio-econômicos, o que, realmente, está fora de seu programa, não deixa, entretanto, de se preocupar com o problema demográfico quando diz que “Para alimentar essa população, que cresce incessantemente, preciso se faz aumentar a produção”. É uma regra óbvia,; dir-se-ia. Mas as previsões da Doutrina são condizentes com a sua filosofia. Já sabemos que a tese de Malthus teve a sua época, que passou, mas voltou a ser utilizada de certo tempo a esta parte, dentro de contextos novos(6) Lançou-se, por isso, uma *política populacional*

(6) — Thomas Malthus, economista inglês. Sua teoria foi lançado no começo do sec. XIX: a população cresce em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência aumentam em progressão aritmética. Defendia então haver uma legislação especial para restringir a população, principalmente nas “classes pobres”.

exatamente a fim de impedir os “nascimentos desordenados”. Em suma, “controle” da natalidade para chegar ao equilíbrio econômico. Motivo: come-se mais do que se produz, é a alegação de todo momento. A providência administrativa seria até um tanto simplista: regulamentar o crescimento da população para evitar o desnivelamento entre a produção e o consumo. É indisfarçável o temor da “explosão demográfica”.

Sob o ponto de vista estritamente econômico, a interferência do Estado seria pacífica, em última hipótese. Mas a sociedade humana é um *todo*, muito complexo, com necessidades, tendências, reações e aspirações imprevisíveis em função do meio natural e do meio cultural. Já sabemos que as mudanças operadas neste quarto de século trouxeram problemas que não poderiam ser definidos há cinquenta anos, digamos assim. Estamos vivendo uma realidade desafiante. E é dentro desta realidade que se apresenta, hoje, o problema populacional. Há experiências políticas em que o “controle” prevalece, sob força de lei, e é muito aplaudido como eficiência administrativa. É certo que o tempo virá a demonstrar, mais cedo ou mais tarde, até quando será possível o regime de limitação. Por enquanto o que está em tela é o modelo chinês, que ainda não teve tempo para a definitiva confirmação histórica. Se é verdade que não podemos desconhecer os fatos que se sucedem no mundo, pois estamos envolvidos na contextura social, também é verdade que o problema da limitação de filhos se configura através de mais de um prisma quando o encaramos pela ótica espírita.

Que o problema da produção e do consumo se agravou muito depois da última guerra, não há a menor dúvida; que os homens de governo estão diante de uma situação aflitiva é tão notório como a existência do desemprego em massa. Todavia, a imposição do “controle” dos nascimentos, seja em nome do Estado, seja em nome de uma instituição ou de um plano administrativo, contraria diretamente a ética espírita. Justamente por isso, não seríamos conseqüentes com as nossas idéias se nos voltássemos apenas para o lado imediato ou prático, deixando de lado as implicações da Doutrina, que nos serve de roteiro em todas as circunstâncias. Enfim, a decisão de ter ou não ter filho é da competência privativa do casal, a não ser nos casos em que prepondera a força da natureza por meio da esterilidade ou de outras deficiências que impedem a gestação. A intromissão do Estado é uma violência, quaisquer que sejam as razões políticas. Se pensamos assim é porque não raciocinamos por uma linha de pensamento visceralmente organicista nem tampouco nos inclinamos pela teoria da equiparação dos fenômenos sociais aos fenômenos biológicos, como tanto se encarecia noutros tempos. Afinal, qual a direção que nos aponta a Doutrina Espírita hoje, perante a convergência dos problemas decorrentes das restrições à natalidade? O problema da reprodução está vinculado

a três fatores que se completam: assistência integral, esclarecimento e educação. O problema não é, portanto, de decreto. A falta de informações, conjugada a uma educação precária, tem influência inevitável nas precipitações e nos riscos do aborto, muitas vezes praticado por ignorância ou, deliberadamente, para fugir à responsabilidade. A falta de assistência, cada vez mais agravada pelo desemprego, principalmente no momento crucial em que o chefe de família não tem o mínimo de subsistência e não vê como sustentar mais filhos, gera o temor e os dramas de consciência, profundamente desesperadores. É o clímax propício ao aborto como solução imperiosa. Quem poderia condenar o aborto como ato de desespero, forçado pelas agruras da fome, e sem esperança de melhores dias?!... Nem o Estado nem a sociedade, porque não deram nem assistência nem pelo menos a base para a dignidade da vida humana. Não é o caso, porém, daqueles que, pertencendo a outro meio social, têm mais esclarecimento e tomam as suas decisões de planejamento familiar com inteligência e realismo sem descambar para os desvios obscuros e enganosos. A intromissão estranha é uma exorbitância.

Que o Estado regulamente a ordem econômica ou gestão dos bens de consumo, por exemplo, é atribuição que lhe é pertinente em determinadas circunstâncias, mas não interfira no ventre materno, pois a decisão de ter ou não ter filhos pertence à esfera privativa do livre arbítrio. Os planos estatais dão precedência à ordem econômica, com abstração, portanto, de qualquer ponderação de ética. Dentro desses *parâmetros* (palavra muito usada atualmente na linguagem tecnocrática) bastaria então “distribuir pílulas entre as populações mais carentes”, até mesmo com o emprego da força, como quem lida com um rebanho de animais encurralados, e estaria assegurada a conformidade da produção com as “taxas de nascimento”. Não desconhecemos os argumentos que reforçam a predominância do econômico sobre o ético, tanto quanto do material sobre o espiritual. Se o equilíbrio entre a produção e o consumo — não faz mal repetir — é um dos dados mais relevantes do problema; e se esse equilíbrio depende, como se afirma, de uma política de contenção da natalidade para que não haja aumento desproporcional da população, há outros dados cuja significação não seria justo pôr à margem. Um deles, por exemplo, é a desigualdade das concepções de vida e, conseqüentemente, do estilo familiar. Por isso mesmo, não é sem uma razão forte que as proposições espíritas encaram o poder transformador da educação. Por influência de uma ação educativa realmente formadora, e não apenas informadora ou de verniz, os horizontes do espírito se abrem para outras solicitações além dos sentidos materiais. Naturalmente aqueles que se voltam mais para

as realizações de natureza intelectual, estética ou emocional, já não vivem apenas para a matéria ou pela matéria. Cumprem as suas funções normais segundo as leis biológicas, porém não se concentram exclusivamente na função procriadora. Mas a dura verdade é que nem todos recebem educação e orientação suficiente. Quanto mais bem informada é a criatura humana, mais possibilidades tem de dirigir a sua vida. Não é necessário que o Estado ou qualquer instância “controladora” venha traçar o programa familiar, uma vez que o próprio interessado tem discernimento para fazê-lo e assumir responsabilidade.

De acordo com a constituição biopsíquica, o funcionamento do sistema glandular e, muitas vezes, tendências especiais, há pessoas que vivem mais para o espírito do que para a matéria sem se desgarrarem, no entanto, para a esquisitice e as pretensões de santidade. A educação exerce, aí, o papel de coordenadora. Há outras, porém, cujo estado de atraso revela muito pouca diferença entre a animalidade e a natureza humana. Vivem para o corpo. Comer e procriar são os dois únicos objetivos da vida. E por quê? Inegavelmente, porque sempre viveram abandonados, entregues a si mesmos, ignorando as coisas mais elementares da vida. São impulsionados pelo instinto e, por isso, tudo se resume no sexo. Muitos homens ainda nesse estágio social ficam até envaidecidos quando mostram cinco, seis ou mais filhos, pois a “prole numerosa”, para eles, é uma afirmação de masculinidade. Ignorância pasmosa, mas reflete o estado de abandono em que nasceram e continuam vivendo. Espíritos reencarnados ainda em degrau primário na “escala evolutiva”. Mas não devem ficar indefinidamente assim. O Poder Público e a sociedade têm obrigações junto aos grupos humanos que ainda estão nesse quadro sombrio e formam populações inteiras. Então, em lugar de promover a restrição ou proibição da natalidade, seria mais humano e mais racional enfrentar os problemas locais ou regionais e modificar o ambiente e ajudar o homem a sair da obscuridade. Muitos elementos são verdadeiras vítimas do desprezo ostensivo ou da insensibilidade dos que podem mas não querem. Se tivessem tido escola e boa assistência espiritual, e se não lhes faltassem os recursos mais comuns ao meio de vida mais vulgar, naturalmente compreenderiam que têm um papel na sociedade, além do desempenho apenas orgânico.

Seria inócua a idéia de “elementos irrecuperáveis”, muitas e muitas vezes invocada como justificativa. Seria então a apologia da imobilidade, incompatível com a Doutrina Espírita. Aí estão os inúmeros exemplos concretos do trabalho espírita, cuja influência em

comunidades então abandonadas já conseguiu a recuperação social e espiritual de criaturas anteriormente consideradas marginais e perigosas. E no Brasil inteiro: “favelas”, prisões, antros de vícios, hospitais etc., etc. A preocupação básica é cuidar do corpo e do espírito, sem desrespeitar o livre arbítrio. O esclarecimento inteligente e fraternal tem mais eficiência, em muitos casos, do que o rigor de uma lei drástica, que amedronta, mas não convence nem elucida. Conseqüentemente, o “controle oficial” é uma política discutível, embora tenha atualmente grande número de apologistas. Até aqui, tanto quanto possível, vimos o assunto pelo lado sócio-econômico. Vejamos, porém, o outro lado, muito importante para a nossa posição: a regulamentação da natalidade e a reencarnação. Como analisar um tema de tanta magnitude e delicadeza, através de um encadeamento de idéias espíritas, sem recorrer à tese da reencarnação, que é um princípio angular da Doutrina em que nos apoiamos? Em matéria de consciência cada qual responde pelas suas deliberações. Como ficam, porém, os espíritos que precisam reencarnar, porque têm compromissos de provas, reajustes ou missão em determinadas famílias?... (As questões 178 e 258 a 273, de “O Livro dos Espíritos”, fazem muita luz a este respeito). o ato de impedir deliberadamente o nascimento priva o espírito de uma oportunidade reparadora. Afinal, é o livre arbítrio que decide o julgamento íntimo. A legislação que rege o assunto naturalmente prevê o “aborto terapêutico”, com as devidas prescrições médicas quando uma vida está em perigo. (“O Liv. dos Espíritos” — questão 359). Fora desta situação, toda circunstancial, há muito o que considerar em termos espíritas. Há o aborto estimulado pelas dificuldades de vida ou pelo estado de penúria, justamente porque ainda não se corrigiram as feridas sociais, e há o aborto calculado, cometido indiferentemente, sem qualquer cogitação de ordem ética (7). E ainda se faz apelo, como já vimos, ao aborto econômico, exatamente o aborto predeterminado por um programa administrativo para manter a conformidade com a produção de alimentos.

O plano obedece a uma “programação técnica”, não há dúvida. Mas a Terra tem recursos que ainda não foram explorados em benefício da humanidade.

Seja como for, a prática do aborto não poderia “enquadrar-se” na Doutrina Espírita. Convém ainda considerar que as concepções de

(7) — O Prof. Leopoldo Machado, uma das figuras humanas mais respeitáveis do movimento espírita brasileiro, sustentou uma polémica, de muita repercussão, em defesa da tese reencarnacionista em confronto com o controle da natalidade, faz bastante tempo. Da rumorosa polémica jornalística ficou o livro “Doutrina Inglória”.

vida, por sua vez, têm influência nas “soluções abortivas” até certo ponto. Quem, por exemplo, entende que a vida está definitivamente demarcada entre o berço e o túmulo, sem qualquer perspectiva além da visão terrena, naturalmente não pensa em conseqüências futuras, porque se atém ao *presente* e quer viver o seu *momento*. Quem, ao contrário, cultiva uma concepção mais voltada para o aspecto espiritual, notadamente quando bem informada pelas reflexões reencarnacionistas, certamente vê o problema do aborto sob o peso de uma responsabilidade inevitável. São dois ângulos muito diferentes, pois os valores são muito desiguais. Qualquer que seja o motivo ou a razão de Estado, há sempre uma vida em jogo. Em termos espíritas, não podemos fugir a esta conclusão. (Sobre as relações do espírito com o corpo desde o início de sua formação, será sempre oportuno, assim nos parece, voltar as vistas para as questões 332/333/344” de “O Livro dos Espíritos”-Allan Kardec).

O uso do aborto deixou de ser, afinal, uma opção exclusivamente individual, para assumir as proporções de um problema social dos mais inquietantes. A sociedade atual, insegura e amedrontada diante das crises econômicas e dos “impactos emocionais”, atordoada com a eclosão de fenômenos realmente convulsivos, está prevendo uma falta de alimentos em proporções incalculáveis e, por isso, recorre à contenção dos nascimentos. O problema, entretanto, é muito mais de justiça social. Teme-se escassez de comida e clama-se pelo impedimento da natalidade a todo custo. Se, realmente, há muita gente que não tem o que comer, enquanto adultos e crianças morrem de fome (!), há muita gente que se regala na mesa. E há ocasiões que há *sobra* de comidas para jogar fora. Ao lado da miséria, visível e vergonhosa, a mesa farta ostenta uma abundância que desafia e deprime. Ainda há pouco o “Jornal do Brasil” nos trouxe a notícia de um banquete, no Rio G.do Norte, com um cardápio para mil convidados. Foram consumidos:

450 quilos de carne de sol
200 quilos de feijão verde
200 quilos de arroz
30 litros de leite
120 quilos de costela de porco
120 quilos de costela de carneiro
80 quilos de doce em calda
250 quilos de queijo de manteiga

(*Jornal do Brasil* de 24 de agosto de 1983, pg.4)

Exatamente na região nordestina, onde a seca já implantou a desolação e a fome. É muito frisante o contraste! É falta de alimentos ou de uma distribuição justa? Quantas crianças àquela hora ainda

estariam de estômago vazio!... Quantos velhos já teriam desmaiado pela fraqueza! E o nosso Nordeste repetidamente é o cenário desse flagelo, ainda não contornado por um plano assistencial capaz de enfrentar o rigor da seca e da calamidade generalizada.

Pouco antes, em Copacabana, na zona Sul do Rio de Janeiro, outro banquete de grandes proporções e muito requinte fora divulgado com realce pelo mesmo jornal. Além das bebidas, foram postos à disposição dos convivas

100 quilos de camarão,
150 frangos,
150 patos,
20 perus,
50 quilos de presunto cru,
100 quilos de filé mignon,
80 quilos de peixe,
200 dúzias de ovos, e gelatina, queijos, frutas etc.
(*Jornal do Brasil* de 5 de junho de 1983, pg. 9)

Muita fartura e bom gosto, é verdade. Mas ali mesmo, na praia de Copacabana ou nas feiras livres da zona Sul, cruzamos com meninos e adultos esfomados, procurando restos de comida nas latas de lixo (!) porque não podem comprar nem meio quilo de feijão. Nada temos com as pessoas e muito menos com o modo pelo qual fazem uso de seu dinheiro, seja em banquetes, seja em turismo etc. etc. O que temos em vista é o fato, que já está no domínio público. E o fato é justamente a fartura de um lado, às vezes com extravagância, e a dolorosa falta de alimentos do outro. Situações paralelas dentro da mesma sociedade. Alega-se, porém, que o “controle dos nascimentos” é uma necessidade social por causa da carência de produtos alimentares. O que se sente, no fundo desse contraste, é um desequilíbrio injusto e profundo, permitindo que, ao mesmo tempo, uns tantos comam demais e outros tantos morram de inanição. O mundo ressentido-se da falta de solidariedade, embora tenhamos de ressaltar sempre as belas e edificantes exceções indiscriminadas nos momentos mais difíceis.

Se houvesse critério equânime de atendimento, não estaríamos vendo, hoje, na “era da tecnologia”, populações completamente abandonadas, como se não fossem parte da humanidade. O abandono cria o *pauperismo*, que é um fenômeno dos mais agressivos do momento; do *pauperismo* vem a miséria, que traz a degradação moral e alimenta a violência e o crime. Onde está a justiça social de que tanto se fala em discursos políticos e plataformas de governo?... A falta de justiça entre as populações marginalizadas já tomou o sentido de ameaça, principalmente

nas maiores concentrações urbanas. É a realidade social que o demonstra a cada passo. Destruir as causas da miséria e da revolta, antes de tudo, porque é muito mais difícil conter os efeitos quando o mal começa a extravasar. A natureza produz, mas não tem culpa de o homem ainda não estar *humanizado* para sentir os problemas de seu semelhante em desigualdade de condições. Então, independentemente de regimes políticos, partidos, doutrinas econômicas etc., a reforma do homem impõe-se entre as necessidades essenciais da reforma social. É a dedução a que nos conduz o pensamento espírita.

Chegamos, finalmente, a um ponto em que a perspectiva dos problemas sociais nos conduzem a esta reflexão: os desajustamentos dos modos de vida perante as desigualdades, criando discriminações verdadeiramente aflitivas, terão de ser corrigidos por uma política mais justa e, portanto, mais humana, mais interessada no homem como valor insubstituível, e não por leis drásticas de restrição da natalidade, não importa que sejam processos rudimentares ou métodos habilíssimos de esterilização. Já sabemos que há explicações e normas aceitas como plausíveis noutras direções de raciocínio, notadamente na esfera econômica, tomada como um fim em si. Mas a posição da Doutrina Espírita é muito clara. Entre outras, aqui estão afirmações espíritas inteiramente inequívocas:

“A reprodução dos seres vivos é uma lei da natureza?”

— *Evidentemente. Sem a reprodução o mundo corpóreo pereceria.*

“Se a população seguir sempre a progressão crescente, como observamos, chegará o momento em que se tornará excessiva?”

— *Não. Deus a regula e mantém sempre o equilíbrio. Nada faz ele de inútil. Vendo apenas a ponta do quadro da natureza, não pode o homem julgar da harmonia do conjunto.*

(“O Livro dos Espíritos” — questões 686/7)

Ainda mais. Na questão 693, embora faça ressalva quanto a certas espécies de animais e plantas “cuja reprodução indefinida seria prejudicial às outras espécies”, a Doutrina refere-se diretamente aos “costumes humanos que têm por efeito obstaculizar a reprodução e declara sem reboço que *todo entrave à marcha natural é contrário à lei geral*. A idéia de que “Deus regula e mantém sempre o equilíbrio” poderia parecer simplesmente uma “divagação metafísica” sem correspondência com a vida real. Nossos pontos de referência são os princípios espíritas. E, à luz desses princípios, qualquer obstáculo à

reprodução contraria a natureza e a ética. Mais uma prescrição doutrinária, colhida na Codificação de Allan Kardec:

A Terra produzirá o suficiente para alimentar a todos os seus habitantes, quando os homens souberem administrar, segundo as leis de justiça, de caridade e de amor ao próximo, os bens que ela dá. Quando a fraternidade reinar entre os povos, como entre as províncias de um mesmo império, o momentâneo supérfluo de um suprirá a momentânea insuficiência do outro; e cada um terá o necessário. (“O Evangelho segundo o Espiritismo” — cap. XXV - nº 8).

A grande reforma depende do próprio homem para que os bens da Terra sejam utilizados com justiça. O apelo ao aborto é apenas a tentativa de um “atalho”. Conseqüentemente, ainda que venha a ser institucionalizado pela compressão das ocorrências históricas, o aborto não é a solução social que muitos imaginam e proclamam porque será sempre um atentado à lei natural de reprodução com repercussões espirituais no presente e no futuro, segundo os preceitos doutrinários que esposamos.

IV

O ESTADO E AS OBRAS SOCIAIS

Já se disse, com alguma ênfase, que “obra social é função do Estado” e, por isso, o movimento espírita não deveria interessar-se por esse campo de trabalho. É uma afirmativa à primeira vista ponderável, mas discutível quando confrontada com os fatos. Nas condições em que vivemos hoje são tais e tão gritantes as deficiências em matéria assistencial que chegam a dar a impressão de uma patologia social generalizada. Não queremos dizer que a ação do Estado seja desnecessária. Não. Mas a presença do Poder Público não é suficiente para preencher todas as lacunas, principalmente quanto às carências de espiritualidade. Podemos anotar claramente duas posições exageradas: de um lado, a dos que advogam totalmente a gerência do Estado por entenderem que somente a este compete os empreendimentos assistenciais, como a criação e manutenção de orfanatos, abrigos, creches etc;

do outro lado, os que, unilateralmente, embora bem intencionados, acham que os objetivos ou as metas do trabalho espírita devem situar-se na assistência social, como se o ser humano não tivesse outras necessidades e aspirações. Há oportunidade, aqui, para uma repetição: assistência social é um *meio*, não é o fim último a que se propõe o programa espírita.

É inegável que as diversas formas de assistência à infância ou à velhice oferecem um campo muito dignificante para a aplicação do que se aprende na Doutrina Espírita: amor ao próximo, dedicação desinteressada (muitas vezes com sacrifício), espírito de solidariedade, por exemplo. Há, entretanto, uma distinção conceitual entre *assistência social* e *serviço social*. A seara espírita engloba muitas formas de trabalho em benefício dos sofredores do corpo e da alma, o que provoca muitas vezes iniciativas momentâneas ou de emergência pela gravidade ou premência das circunstâncias. É um ímpeto de auxílio todo espontâneo, ainda que apresente feição empírica em determinados casos, porque obedece mais ao sentimento do que a normas metodológicas. Mas a necessidade pode estar no corpo (doença, fome ou debilidade) como pode estar na alma (depressão, desespero ou perturbação obsessiva), o que exige, às vezes, conforme a natureza dos casos, mais desvelo ou mais amor do que propriamente técnica. Sob este ponto de vista, o trabalho espírita presta inestimável serviço à coletividade e ao próprio Estado, embora as suas realizações assistenciais, muitas delas impregnadas de verdadeiro espírito missionário, não tenham todas as características do Serviço Social no conceito específico. Serviço Social não é assistência pura e simples, é uma forma de ação racionalizada, com técnicas, princípios e meios próprios. O Serviço Social utiliza inquérito, pesquisa de campo, levantamentos grupais. E já é uma profissão, há muito tempo, com aprendizado e currículo adequado. Conquanto não obedeça inteiramente aos princípios e às técnicas ensinadas nos cursos de Serviço Social, a assistência que se pratica no meio espírita, cuidando do corpo e da alma, é obra de altruísmo e, por isso mesmo, reclama sempre umas tantas condições individuais: vocação para servir por amor, coragem moral para superar preconceitos, paciência e tenacidade.

A esta altura, naturalmente já podemos levantar uma questão, que vem a calhar: estaria realmente o mecanismo do Estado, com a sua engrenagem burocrática, bem aparelhado para preencher os requisitos de uma assistência integral? O que chamamos assistência integral não se encerra na distribuição de alimentos e roupas, mas envolve outros aspectos, aliás mais delicados e profundos, porque concernentes ao

reerguimento moral e ao tratamento espiritual, que não depende dos recursos médicos usuais. Temos de dizer, portanto, que a noção de assistência, no entendimento espírita, vai além das providências exteriores. A cobertura do Estado é necessária, mas os seus instrumentos não têm a indispensável adequação aos problemas dos desajustamentos de ordem interior. Há instituições meritórias, com pessoal muito solícito e responsável, porém, são exemplos muito especiais, não constituem a generalidade. Quer no âmbito estatal, quer no âmbito particular, nem todos estão preparados para esse tipo de assistência. Os fatos bem o demonstram. Não basta construir abrigos ou “casas de recolhimento” sem a base da educação e dos valores espirituais. Muitos elementos que saíram de estabelecimentos assistenciais ou simples “depósitos de meninos” trazem hábitos e vícios perigosos, o que prova, lamentavelmente, que não foram educados, mas foram corrompidos na inexperiência e na miséria! Até parece que vieram de um antro, e não de uma instituição assistencial. Outros, que formam, a bem dizer, uma legião de deformados psicologicamente, são desajustados para a vida prática porque foram maltratados, não receberam a mínima consideração, como se não tivessem direito pelo menos ao respeito humano. Apenas vestidos e alimentados, sem nenhuma transformação. Passam então para a sociedade uma carga de problemas, que se agravam de dia para dia.

Para conviver com internados — pessoas idosas sem família, crianças que não tiveram lar, órfãos abandonados, inválidos de qualquer idade — três predicados deveriam ser a recomendação essencial: amor, paciência e capacidade natural de ouvir e dialogar para compreender e ajudar. Quem trabalha apenas no cumprimento de uma obrigação funcional ou adstrita aos regulamentos, sob a rigidez dos horários, não tem como extravasar o sentimento e descer à intimidade dos conflitos mais profundos e às confidências aliviadoras. Quem está segregado de seu meio social, na prisão, no hospital ou no asilo, suponhamos, sente necessidade muitas vezes de confiar em alguém ou de se “abrir” a respeito de seus problemas. E se todos passam indiferentes, se ninguém lhe dá atenção, a vida transforma-se de tal modo que tudo parece um deserto de frieza e desumanidade. A tortura íntima ainda será maior, enquanto a alma se envenena de ódio e revolta, por falta de uma palavra compreensiva e paciente. A administração pública por natureza é formal e pragmática, não se subordina a critérios sentimentais. O agente do Estado tem obrigação de administrar, mas não de oferecer carinho aos que têm problemas espirituais. Por isso mesmo, há muita diferença entre *função* e *missão*. A função é inerente aos regulamentos e estatutos, é rotina, mas a missão é doação de alma

para alma, é permuta de sentimentos, com alto espírito de renúncia. Independentemente de convenções ou regras escritas, as criaturas que têm vocação missionária vão ao encontro principalmente daqueles que têm “sede de justiça”, nunca ouviram expressões deste teor afetivo: “meu irmão, você não está sozinho, estou aqui para ajudá-lo”. E como fortalece e tranqüiliza uma palavra de solidariedade quando alguém se sente abandonado ou injustiçado!...

A função pública tem as suas ordenações: horário de expediente, livro de “ponto”, prescrições regimentais etc. Fora disto ou além disto, nada mais se pode exigir. A missão é escolha voluntária, porque sente felicidade em servir. Ainda mais: há muitos casos em que o trabalho missionário se prende a compromissos do passado, isto é, a responsabilidade assumida noutras existências, à luz da reencarnação. De um momento para outro pode dar-se uma “tomada de consciência”, exatamente no momento em que a criatura “desperta”, faz um auto-exame e verifica que na existência atual, no fausto ou na ociosidade exagerada, nada fez de útil a alguém ou à coletividade; resolve então mudar o rumo da vida e vai dedicar-se a uma obra, porque já tem, agora, outra visão do mundo e das coisas. Espíritos que passaram a vida inutilmente noutros tempos muitas vezes voltam à Terra com a missão de redimir-se, trabalhando pelos outros. E é ainda terapia das mais salutares, pois o trabalho edificante é um tônico da alma e também ajuda a superar muitos problemas.

Reafirmamos, pois, que as obras de assistência à pobreza abandonada; assim como à orfandade desprotegida ou à velhice desamparada, por exemplo, necessitam de verdadeiras vocações missionárias, antes de tudo. Por isso mesmo, não nos parece que uma área social, como esta, tão sensível e tão complexa, deva ser absorvida pelo Estado, cujos meios de ação não chegam até à intimidade dos problemas mais profundos. O movimento espírita ainda tem muito o que realizar, além das obras já consolidadas (8). Apesar do tempo já decorrido, ainda têm cabimento, aqui, as palavras do Desembargador Saboya Lima, antigo Presidente do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, palavras proferidas há mais de trinta anos:

(8) — Quando escrevemos este livro (1ª edição) fizemos referência, muito a propósito, a uma tese, que nos chegara de Cuba, sustentando a mesma opinião. A tese fora apresentada pelo nosso confrade Lucas Pião à 12ª Concentração Espírita - 946. Convém acrescentar, pelo menos como informação histórica, que o movimento espírita cubano àquela época era dos mais expressivos do nosso continente. Já em 1920 previa a criação de cursos de Doutrina Espírita; teve a revista “Rosendo”, que circulou por muito tempo, e ainda as publicações “Urânia” e “Psiquis”. Além da organização federativa, havia a União das Mulheres Espíritas, em cujo desenvolvimento muito se empenhou a sra. Ofélia L. Bravo, mais tarde deslocada para os Estados Unidos, onde fixou residência. Um dos Congressos Espíritas Pan-americanos se realizou ainda em Havana, onde esteve a sede da Confederação Espírita Pan-americana (CEP) quando tinha sede móvel. Em 1949, por ocasião do II Congresso Pan-americano, no Rio de Janeiro, o movimento espírita cubano se fez representar pelo Dr. Miguel de Santo Estevão.

“O problema de proteção legal do menor é essencialmente de assistência.

A delinqüência infantil é, em regra, resultante do abandono. Enfrentar este problema é dever primordial do Estado.

Preliminarmente, fica estabelecido:

a) — que o Estado não tem elementos para, por si só, resolver o problema da família;

b) — que o Estado não deve assumir essa exclusiva responsabilidade, porque destruiria a função natural da família.

Pelo que a ação do Estado deve ser:

a) — restaurar as células familiares ameaçadas;

b) — criar uma consciência viva e permanente de solidariedade social;

c) — estabelecer medidas assistenciais rápidas e práticas.”

Convém acentuar que o digno magistrado, com experiência própria, visto que conhece o problema de perto, por ter exercido as funções de Juiz de Menores, pondera muito bem que “O ESTADO NÃO TEM ELEMENTOS PARA, POR SI SÓ, RESOLVER O PROBLEMA DA FAMÍLIA”. (“Jornal do Comércio” de 20-4-47).

A consciência de solidariedade é realmente uma força. (A transcrição deu relevo, em “caixa alta”, à última afirmativa do magistrado)

Justamente este ponto é que nos leva a repetir que “não podemos esperar que o Estado venha realizar aquilo que o Espiritismo está realizando nas obras de assistência”, porque o Estado não pode penetrar nas feridas da alma para localizar a origem de muitos males sociais.

Embora o Estado seja neutro em matéria religiosa, segundo a letra da Constituição Federal, a participação direta do elemento oficial nas instituições assistenciais — principalmente em casas espíritas — abriria caminho para interferências na orientação essencial. Nossas instituições não catequizam, não criam obrigações de fé, mas têm os seus princípios e não podem, por isso, afastar-se da diretriz espírita. Já houve casos em que, por causa de subvenções oficiais, as instâncias do Poder Público chegaram a insinuar que as instituições beneficiadas ou em vias de receberem auxílio, deveriam excluir o caráter *espírita*. Já houve problemas igualmente por decorrência de convênios, cujas cláusulas restringiam muito a liberdade doutrinária, às vezes até condicionando a substituição do próprio nome da instituição. São “amarras” às vezes disfarçadas, às vezes descobertas, mas prejudiciais ao ideal dos que trabalham inspirados nos princípios espíritas. Que o

Estado, finalmente, cumpra a sua função no âmbito administrativo, mas que fique livre o campo das iniciativas impulsionadas e realizadas por sentimento de solidariedade humana, ainda que com os maiores em peças da natureza ou do meio social.

V

REENCARNAÇÃO E DESIGUALDADES

Como política preventiva, que significa simplesmente atacar o mal ainda na raiz, antes que seja tarde, o programa espírita sempre se esforçou no trabalho de assistência e educação, visando à modificação do ambiente moral e social, até mesmo nos recantos mais sórdidos. Prevenir, portanto, para que a pobreza aviltada não chegue a uma convulsão incontida. Se é óbvio que não podemos tratar somente do corpo, mas também, principalmente, do espírito, é óbvio ao mesmo tempo que não devemos relaxar os deveres em relação às necessidades do corpo. Se o espírito precisa de instrumento humano para a comunicação de seus dons, logicamente um corpo doente, abatido pela deficiência alimentar ou depauperado pelo esgotamento, não pode ser bom veículo por causa do desmantelo orgânico. E já se sabe que há repercussão

recíproca entre o orgânico e o psíquico. Mas a Doutrina adverte, a certa altura, que às vezes uma pessoa pode nascer em “posição difícil e embaraçosa, precisamente para ser obrigada a procurar vencer as dificuldades”; nunca, porém, deve *deixar a vida correr à revelia, o que seria mais preguiça do que virtude*. (“O Evangelho Segundo o Espiritismo” — cap. V, nº 26). Este ponto, sem dúvida alguma, sugere reflexão sobre o problema das desigualdades sociais à luz da reencarnação.

Seja, porém, como for, a despeito dos “altos e baixos” dos compromissos reencarnatórios na vida social, não nos compete fazer julgamento, mas temos o dever de trabalhar pela melhoria do homem. E como fazê-lo sem ir ao encontro dos focos de revolta e decadência? Disse muito bem o dr. João Pompílio de Almeida Filho: (9)

“Devemos ir ao encontro dos necessitados, para dar-lhes o que precisam, moral e materialmente, antes que eles venham até nós arrancar o que lhes falta, e destruir as riquezas, que são nossas, mas exigem emprego inteligente, com distribuição de parte em favor dos que têm fome, sofrem frio, vivem envilecidos nos vícios, constituindo verdadeiro peso-morto à margem da sociedade” (Tese oficial — 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul — 1945).

Realmente. Tais palavras estão inteiramente abonadas pela Doutrina Espírita. A *esmola* é uma doença da sociedade. Ainda não temos uma consciência de solidariedade capaz de suprir as falhas deixadas no rastro da pobreza extrema e da invalidez relegada. Mas a palavra *esmola* não teria mais razão de ser, dentro de uma organização social mais espiritualizada ou mais aproximada do Evangelho. Em vez de *esmola*, diríamos acertadamente *dever*. Se é verdade que os males sociais, em grande parte, têm relação com o nosso passado e, por isso, não seria possível removê-los de um modo radical ou de roldão, também é verdade que cabe à criatura humana fazer a sua parte, a fim de que ninguém seja privado pelo menos do essencial à subsistência nos flancos mais ínfimos da sociedade.

Melhoramento social engloba estabilidade e libertação do medo, mas não significa que todos tenham de ser ricos ou venham a possuir automóvel como requinte de bem-estar; mas todos têm o mesmo direito a uma condição de vida condizente com a dignidade humana,

(9) — João Pompílio foi Procurador da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e Diretor do Instituto “Dias da Cruz”, de Porto Alegre. (Desencarnou há bastante tempo.)

por mais frisante que seja a desigualdade dos níveis sociais. O Espiritismo não propõe a eliminação total das desigualdades, notadamente no estágio evolutivo em que nos encontramos, pois a sociedade é toda diversificada, com ricos e pobres, inteligentes e parvos, empreendedores e preguiçosos, progressistas e retrógrados, homens de bem e homens trapaceiros, por exemplo. Sem pensarmos, porém, na utopia de um mundo sem falhas e disparidades, como se fosse um paraíso terrestre, podemos e devemos, contudo, dar o quinhão que a Doutrina Espírita nos atribui, porque temos a nossa parte de responsabilidade no conjunto:

“Condenando-se a pedir esmola, o homem se degrada física e moralmente: embrutece-se. Uma sociedade que se baseie na lei de Deus e na Justiça deve prover à vida do fraco, sem que haja para ele humilhação. Deve assegurar a existência dos que não podem trabalhar, sem lhes deixar a vida à mercê do acaso e da boa vontade de alguns”. (O LIVRO DOS ESPÍRITOS — Parte 3ª — Cap. XI).

Como se vê, a Doutrina Espírita não absorve a idéia de fatalismo como explicação genérica dos desacertos sociais, nem a tese da reencarnação levaria a tanto. O fatalismo social seria a condenação de pessoas ou grupos a uma vida de privações indefinidamente, como se fossem todos *marcados* pela adversidade inarredável. Não. Nesta ordem de considerações o que a Doutrina afirma nada tem de radical: os males deste mundo são de duas ordens, isto é, os que têm vínculos com o passado, por causa de atos praticados noutra existência, e os que resultam de erros e abusos cometidos no presente. Nem tudo, portanto, se deve lançar na conta do passado. A incapacidade ou a falta de escrúpulos na gestão administrativa, a negligência na vida pessoal e os desperdícios são responsáveis por muitas crises na sociedade. O cotidiano das ocorrências bem o demonstra. São fatos da presente existência. A interpretação unilateral seria muito inconveniente, pois os problemas exigem, antes de tudo, análise conjuntural. Dois fatores são indiscutivelmente relevantes neste passo: a educação e a reforma moral.

Na confluência dos problemas com que nos defrontamos, de um lado e do outro, não seria lógico pôr de lado a interferência de “situações cármicas”. Há criaturas humanas sujeitas ao determinismo de uma existência difícil ou penosa em razão do que fizeram antes, não se sabe onde ou em que época. Quem, suponhamos, explorou o suor alheio, quem abusou da riqueza ou da autoridade como verdadeiro tirano ou corruptor certamente vai ter que lutar muito contra a humilhação,

as aflições e os embaraços, ainda que trabalhe e estude com o maior afinco para “subir” pela inteligência e pela tenacidade. Por mais que insista na tentativa de afastar os empecilhos, fica sempre na planície social, em posição apagada, obrigado a executar serviços “inferiores”, segundo os valores convencionais de nosso mundo. Mais adiante se nos depara o varredor de rua, um homem que já fora um *lord* noutra época e, agora, volta à Terra para reeducar-se na humildade, pois impusera humilhação a muita gente quando estava na opulência. Semelhantemente, não seria um despropósito admitir que antigo e orgulhoso aristocrata, daqueles que faziam pouco caso das pessoas que estivessem abaixo de sua camada social, venha a reencarnar com uma prova que o coloque nas calçadas como engraxate, vivendo à margem das multidões nos grandes centros urbanos. Noutros tempos, tinha criados sobre os quais tripudiava com arrogância e desumanidade. O fato de engraxar sapato nada tem de deprimente para quem trabalha honestamente, tanto quanto a profissão de *gari* e outras profissões tidas como das mais modestas não aviltam as mãos honradas. Se a sociedade precisa do médico para os problemas de saúde pública, também precisa do *gari*, ao mesmo tempo, porque sem a limpeza da cidade e a remoção dos detritos e entulhos transmissores de vermes e alimentadores de mosquitos os planos sanitários ficam seriamente comprometidos. O cavalheiro elegante, habituado a vestir-se com apuro, não pode fazer “boa figura” em público se não tiver quem lhe engraxe os sapatos no momento necessário. E quem vai fazê-lo? O titular de um cargo importante? O funcionário de *status* mais elevado? Claro que não. É o engraxate, que se torna uma figura indispensável naquele momento.

Naturalmente é uma prova para o espírito que reencarna, como se diz, nas “classes baixas” da sociedade e não consegue projetar-se, porque tem débitos pesadíssimos de outras existências. O tipo *inteligente* ou espertalhão de outrora, muito afeito a espertezas com prejuízo de terceiros, depois de ter tantas e tantas vezes abusado da inteligência para fins inconfessáveis, sem jamais ter sido alcançado pela justiça terrena, não poderá reincorporar-se à mesma sociedade a que pertencera, mas agora reencarnado como servente ou trabalhador explorado, sempre em aperturas financeiras, lesado aqui, sacrificado ali? É uma contingência admissível no desenrolar do processo reencarnatório. É a lei de “causa e efeito”. A justiça nunca deixa de vir, cedo ou tarde, segundo as nossas noções de tempo. A reencarnação está na vida social, não tenhamos dúvida. Conseqüentemente não se exclui em tudo por tudo a reencarnação como um dos dados de avaliação nos

“desajustes sociais”, ainda que não seja razoável generalizar, o que daria motivo a conclusões muito rígidas. Se, de fato, há circunstâncias que se sobrepõem aos nossos desejos e meios de ação, porque decorrem de uma carga de responsabilidade individual ou coletiva de outras etapas da vida, há obstáculos e eventualidades que denunciam apenas a falta de vigilância ou a displicência nesta existência. E se o homem fosse conduzido pelo passado em todos os instantes não haveria mudança nem disposição do livre arbítrio. A vida seria uma sucessão fatal de episódios predeterminados.

Como corpo de idéias, baseado em fatos que comprovam a sobrevivência do espírito além do corpo e a sua comunicação com o nosso mundo, o Espiritismo também se interessa pelo ser humano na vida de conjunto, o que quer dizer: o homem na sociedade. Sem a vida social ninguém teria como se desenvolver e renovar-se, pois a penitência reclusa, distante dos problemas, ignorando o sofrimento de seu próximo, sem dar sequer um pouco de si, não faz nenhum santo. É na forja social realmente que adquirimos experiências e exercitamos as nossas possibilidades latentes, ora caindo, ora levantando, até que nos modifiquemos para melhor. Não sendo, portanto, fatalista, como já dissemos e fazemos questão de repetir, está bem claro que a Doutrina Espírita se preocupa com as desigualdades humanas, cujas causas devem ser atacadas para que se corrijam as injustiças. Muitas chagas sociais já teriam sido extirpadas se houvesse mais sentimento de humanidade, mais respeito às razões éticas, tanto no plano do poder público quanto no plano particular. Há desigualdades que são o flagrante resultado do egoísmo, da ambição e, por fim, das incongruências de uma sociedade discriminativa na distribuição dos bens indispensáveis à vida humana. Uma sociedade em que a vivência real do Cristianismo ainda está reduzida a compartimentos limitados, porque o Cristo é apenas objeto de devoções formais, sem ação nas profundezas do coração, a não ser das pessoas abnegadas, cujo espírito de sacrifício vem contrabalançar o peso da indiferença ou da frieza dominante. Pois bem, é contra esse tipo de sociedade, ainda vigente, que invocamos os princípios espíritas, sem compromisso com ideologias e facções políticas.

Não estamos defendendo a igualdade maciça ou mecânica, pois seria uma pretensão visionária. Como *igualar* os elementos de um aglomerado humano composto de criaturas desiguais? Sim, desiguais *espíritualmente*, desiguais no temperamento, na formação moral, tanto quanto desiguais intelectualmente, etnicamente, psiquicamente. Neste ponto, exatamente, a noção de *igualdade*, tão mal situada nas discussões doutrinárias ou políticas, tem dois sentidos muito naturais: somos *iguais* pela natureza e pela origem, porque somos criaturas de Deus e

pertencemos à espécie humana, mas não somos iguais nas aptidões, no caráter, na educação, na cultura, nas decisões do livre arbítrio. Teoricamente, “todos são iguais perante a lei”. Seria, de fato, o ideal de uma sociedade bem equilibrada. Como seres humanos, *todos* têm o mesmo direito a uma vida normal, uma vez que todos têm aspirações, compromissos e deveres compatíveis com as necessidades biológicas e espirituais. Necessidades inerentes à natureza humana e, por isso mesmo, não se condicionam, pelas categorias sociais. No entanto, há muitos casos em que animais de “estimação”, como cavalos, cachorros e gatos são mais bem tratados do que as próprias crianças que ficam em volta desses animais. Que os animais sejam bem cuidados e defendidos, mas que não se despreze o ser humano. A proteção do reino animal é uma prova de adiantamento de uma civilização.

É válido indiscutivelmente o conceito de igualdade na aceção de respeito aos direitos comuns, os direitos intrínsecos da pessoa humana em qualquer nível social: preservação da integridade física, oportunidades para estudar e melhorar-se, liberdade na escolha de seus objetivos, profissionais, intelectuais e religiosos. Igualdade, portanto, nos direitos essenciais. Nosso conceito de igualdade, porém, não vai ao irrealismo de imaginar uma sociedade em que todos tenham o mesmo “trem de vida”, as mesmas regalias, as mesmas qualificações sociais. Na luta pela vida, sob a pressão das competições, sempre se defrontam capacidades diferentes, com interesses conflitantes. O emprego do livre arbítrio, por sua vez, está sujeito às variações circunstanciais nos empreendimentos e nos modos de proceder ou de julgar as coisas. Ao lado, por exemplo, dos que querem vencer e, por isso, estudam, trabalham, enfrentam todos os reveses, há muitos que não querem sair da comodidade, não se esforçam para mudar de posição, porque preferem ficar onde estão, cultivando a displicência como regra de vida. Ora, o indivíduo operoso e realizador, porque leva a vida a sério, não se confunde com o preguiçoso, que se anula por si mesmo no grupo social. Figuremos de passagem o caso de dois irmãos, cujo pai tenha dado oportunidades ou *chances*, como se diz correntemente, tanto a este quanto àquele. O primeiro trabalhou, não esbanjou o tempo, preparou-se para ocupar lugares mais altos, enquanto o segundo deixou tudo correr à vontade, fazendo suas farras, abusando das energias da mocidade. Mais tarde, na “idade madura”, quando as ilusões já estão desfeitas, um irmão está em boa situação, com estabilidade, mas o outro, completamente despreparado, desgastado pelas extravagâncias, está de mãos vazias, nulificado na planície social. De quem a culpa?... Iguais na origem, no lar de onde saíram, mas visivelmente desiguais na organização/temperamental, na vontade, nas inclinações.

A sociedade, em suma, é um somatório das desigualdades individuais. Seria então irrealizável a igualdade em termos absolutos. A reencarnação não invalida totalmente o livre-arbítrio. Justamente por isso, se estamos encarando a questão à luz do pensamento espírita, precisamos ter uma visão mais elástica. De um lado, há quem afirme, por exemplo, que as desigualdades são problemas sociais e, portanto, “nada têm que ver com a reencarnação”; do outro lado, com o mesmo acento categórico, afirma-se que as desigualdades são “conseqüências de nosso passado” e, assim, seria inútil qualquer tentativa de modificação. Então, a única solução é “deixar como está”. São entendimentos contrários à verdadeira índole da Doutrina Espírita, de um lado e do outro. Nossa posição há de ser de meio-termo, nunca de definições intransigentes diante da realidade social. Há, de fato, situações que inferiorizam o indivíduo socialmente, durante uma reencarnação ou mais, por causa da rede expiatória de envolvimento que o acompanham do passado. Se não cabem no vocabulário espírita as palavras “azar”, “má sorte”, “capricho do destino” e outras, de uso comum, naturalmente há uma razão para que certos casos perdurem na sociedade, a despeito de todo o empenho que se faça para afastá-los ou atenuá-los. Se a razão determinante do sofrimento ou das dificuldades não está nesta existência, teremos de encontrá-la no passado, sob a ação da lei moral de “causa e efeito”, não pelo que os pais fizeram, mas pelo que o próprio culpado fez, não importa se neste ou noutro século. Daí, porém, não se segue que todas as injustiças da Terra, efeitos da maldade, do engodo e do orgulho, por exemplo, sejam projeções do passado e, por isso, irremediáveis. Não. Até certo ponto, as deficiências sociais podem ser retificadas pelas atitudes reparadoras, pela luta contra o mal e pela pelas reações da parte mais sadia da sociedade. E sempre houve, felizmente, em todos os grupos humanos, os elementos que não se contaminam, ainda que sejam obrigados a transitar pelas mesmas vielas por onde passam o ódio, a baixeza, o vício e a hipocrisia bem enroupada. Os desafios são uma contingência desse estado de coisas, mas nem todas as ocorrências são fatais. A reparação das brechas que se abrem no organismo social exige a reforma periódica de suas estruturas. É um fenômeno inevitável, sem o que a sociedade não se adaptaria às mudanças impostas pelas necessidades. Mas as reformas estruturais não eliminam a relevância da reforma moral, é ponto em que insistimos. São instâncias concomitantes. A reforma de uma estrutura política, administrativa, religiosa ou educacional, por exemplo, pode ser muito inteligente, com boa base de sustentação, mas o funcionamento vai depender do homem. E se o homem não estiver preparado para conviver com os novos mecanismos,

não apenas do ponto de vista intelectual ou técnico, mas também do ponto de vista moral, a melhor estrutura possível corre o risco da poluição, apesar das boas aparências. Que poderíamos esperar de uma casa muito bem traçada, muito bonita por fora, mas construída com material de péssima qualidade, sem alicerce seguro?...

Então, embora as reformas de estruturas sejam necessárias, o equilíbrio social não dispensa a reforma moral de alto a baixo. Não se reformam costumes por leis ou pela força. Por mais bem intencionada e cuidadosa que seja uma lei, não está isenta de acomodações e distorções quando o homem quer usá-la em benefício de seus caprichos ou de conveniências ocultas. A lei por si só não reforma a sociedade, pois os resíduos da imoralidade e das artimanhas sempre subsistem enquanto o homem, por sua vez, também não se modifica interiormente. Dentro dessa concepção, que está na ordem geral das idéias que até aqui explanamos, naturalmente nos defrontamos com o problema da propriedade. Como já recordamos, o Espiritismo nos põe diante de uma concepção igualitária quanto aos direitos essenciais da criatura humana. Mas também estabelece a distinção entre a propriedade privada e a propriedade destinada ao uso geral. Não usa terminologia jurídica nem muito menos formulações técnicas, mas divide claramente, em termos éticos, o bem comum, a que todos têm direito, e a fortuna de uso particular. Reconhecemos, por isso mesmo, a legitimidade da propriedade privada, obtida à custa do trabalho honesto, sem prejuízo de ninguém, como ensina a Doutrina. E porventura não tem o direito de usufruir o resultado de seu esforço todo aquele que trabalha e sabe perseverar e economizar para conseguir um padrão de vida melhor? É lógico e humano. Isto não implica aceitar ou defender a transformação de recursos ou bens de uso geral em propriedade particular, para o enriquecimento de uns poucos em desfavor de muitos. É o que significa, sem tirar nem pôr, a monopolização de um patrimônio coletivo. A propriedade e o capital são, portanto, valores relativos. Se a Doutrina Espírita não é contra o capital em si, coerentemente não apóia a designação depreciativa do dinheiro como o “vil metal”. O homem é o responsável pelos efeitos do capital, pois o dinheiro é apenas um instrumento, que tanto pode ser empregado para realizações nobres e humanitárias quanto pode servir de peça decisiva de um sistema de corrupção e violência. O problema é com o ser humano, não é com o dinheiro, pois já sabemos muito bem que as melhores coisas deste mundo, quer materialmente, quer intelectualmente, podem ser usadas para o mal ou para o bem na medida em que o livre arbítrio pende para um lado ou para o outro.

É o que aprendemos na Doutrina Espírita:

“Se a riqueza houvesse de constituir obstáculo absoluto à salvação dos que a possuem, conforme se poderia inferir de certas palavras de Jesus interpretadas segundo a letra e não segundo o Espírito, Deus, que a concede, teria posto nas mãos de alguns um instrumento de perdição, sem apelação nenhuma, idéia que repugna a razão.” (O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO, CAP. XVI).

Coincidentemente — apesar da grande distância no tempo e nas circunstâncias —, o Presidente Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, chefe de uma nação capitalista, dizia isto:

“Os capitlistas vorazes serão devorados pelo fogo que eles atearam... O capital é essencial; razoáveis compensações ao capital são essenciais; porém o mau uso dos poderes do capital ou a egoística supervisão de seu emprego precisa ter fim, ou o sistema capitalista se destruirá pelos seus próprios abusos”.

Roosevelt estava então fomentando a política do *New Deal*, um plano econômico realmente revolucionário (10). Roosevelt defendia até veementemente a propriedade privada, mas ressaltou logo que a propriedade “nao pode ser sujeita à manipulação desumana dos jogadores profissionais da bolsa ou dos conselhos de administração”. O sentido humano da propriedade, em suma. São idéias que se encontram com as idéias espíritas:

“O que, por meio do trabalho honesto, o homem junta, constitui legítima propriedade sua, que ele TEM O DIREITO DE DEFENDER, porque a propriedade que resulta do trabalho é um direito natural, tao sagrado como o de trabalhar e de viver”. (“LIVRO DOS ESPÍRITOS” — capítulo XI - parte 3ª n. 882).

Outra coincidência relevante, sobretudo pelo espaço de tempo (90 anos) entre o pensamento espírita e o pensamento de um economista contemporâneo, o que demonstra, mais uma vez, as antecipações da Doutrina Espírita em relação a problemas de nosso tempo:

1947 H. HANSEN:

“Numa fase de industrialização e urbanização, o indivíduo não pode ordenar a sua vida isoladamente. Só conseguirá solver os complexos problemas hodiernos mediante esforço conjugado e a ação cooperativa dos seus semelhantes”.(11)

(10) -- A transcrição é de 1948, quando saiu a 1ª edição deste livro.

(11) -- Hansen, professor de Economia Política, escreveu “Economic Policy and Full Employment” e em cada vez mais os indivíduos e as nações são interdependentes.

1857

“O LIVRO DOS ESPÍRITOS”

“O homem tem que progredir. Isolado não lhe é isso possível, por não dispor de todas as faculdades. Falta-lhe o contacto com os outros homens. No isolamento ele se embrutece e estiola”.

No fundo, o que resulta de duas conceituações de origens tão diferentes é um apelo de ordem ética, porque contrário ao egoísmo, mas identificado com o espírito de solidariedade, que continua a ser uma força social das mais ponderáveis. “Uma sociedade que se baseia na lei e na justiça de Deus — diz a Doutrina Espírita — deve prover à vida do fraco, sem que haja para ele humilhação”. É o caso da esmola, que humilha e não resolve os problemas. Mas o assunto provoca reflexões no campo sócio-econômico, o que será objeto de próximo capítulo.

VI

CONCEITO DE SOCIALISMO

Do pensamento de Roosevelt ainda extraímos mais um ponto de coincidência com a Doutrina Espírita. Disse o então Presidente dos Estados Unidos: *Todo homem tem o direito de viver, isto é, o direito de se proporcionar uma vida agradável.* O termo *agradável* pode parecer um pouco romântico, mas o que significa, como entendemos, é necessariamente uma vida digna, e não uma vida no submundo da sociedade. Não seria possível chegar a esse plano de equidade sem uma ordem político-econômica fundamentada na justiça. Há duas categorias de bens: os que se destinam a todos como um direito inerente à condição humana, e os bens de uso puramente particular, cujo gozo não interfere nos interesses de terceiros. Até certo ponto explica-se a presença do Estado, justamente para dirimir as contendas do particular com o geral, ainda mais porque a velha economia liberal, nos moldes

clássicos do “deixar fazer”, não teria sentido nos dias atuais, pois estamos vendo claramente a participação do Estado a bem dizer em tudo. Cabe ao Estado, inegavelmente, evitar que a economia privada se sobreponha aos direitos da coletividade na obtenção dos bens essenciais. Por “bens essenciais” não se entende apenas o conjunto dos meios primários de subsistência, como alimento, roupa etc., mas também o que faz parte das aspirações naturais do espírito, como a cultura, o lazer, o ideal, por exemplo.

Nem sempre, porém, a ingerência do Estado opera com acerto. Muitas concessões convertidas em monopólios favorecem mais a prosperidade avassaladora de indivíduos e grupos do que propriamente a segurança da maioria necessitada. E, assim, o próprio Estado muitas vezes estimula o individualismo insaciável. No fundo, é a volta à economia liberal sob outra fachada. Se, na realidade, o capitalismo sem freios produz efeitos danosos na economia social quando se transforma em instrumento de pressões, açambarcamento e outras formas de domínio, o socialismo de Estado, por sua vez, exerce um poder de compulsão esmagadora através da economia dirigida e padronizada pela onipresença dos órgãos oficiais. Implicitamente, é a sufocação da iniciativa pessoal. Anula-se então a capacidade inventiva, que é uma das “molas propulsoras” do progresso. E não apenas na gestão econômica, mas também nas atividades científicas, literárias, artísticas. Não há lugar para as inteligências independentes nem mesmo quando despontam capacidades geniais. Um gênio frustrado porque não tem meios de expandir-se ou não pode revelar o fruto de suas elaborações se não estiverem dentro do “figurino” do regime, é um sol que se retrai ou se esconde sob a atmosfera turva do Poder. Mas o policiamento da inteligência, tenha o pretexto que tiver, é sempre uma violência que sacrifica o espírito criador. O índice de adiantamento de uma civilização não se avalia pela produção em massa, mas pelo surto de iniciativas capazes de criar, renovar e enriquecer ao longo do tempo e no acervo da cultura. Nenhum desses objetivos seria realizável sem liberdade, o que quer dizer sem campo aberto às opções, sem respeito ao livre arbítrio.

Voltando à posição espírita, o que estamos querendo ponderar, como reflexão própria, é que nenhum dos dois sistemas, quer o individualismo desmedido, quer o socialismo de Estado, se ajustaria ao Espiritismo. Conquanto haja idéias coincidentes neste ou naquele ângulo, ora com teses marxistas, ora com o Catolicismo, por exemplo, não seria possível amoldar a Doutrina Espírita aos esquemas de Marx nem tampouco ao pensamento da Igreja. Entre as doutrinas mais

antagônicas pode haver algum ponto comum. Até mesmo com o materialismo, a Doutrina Espírita pode ter algum ponto de contacto no momento em que ambos se referem a verdades comuns. Daí por diante, porém, há um abismo imensurável. A defesa do homem contra a exploração do trabalho, por exemplo, não é privilégio de um partido ou de uma agremiação doutrinária, é uma postulação do Evangelho. Todos os movimentos interessados nos problemas sociais reconhecem a existência de um fato: a exploração do homem pelo homem. A palavra do Cristo sempre clamou contra a injustiça. E, por isso, nenhuma doutrina até hoje foi mais lógica e mais incisiva contra a exploração do que o Cristianismo em sua pureza, tanto mais quanto nenhuma forma de injustiça encontra abrigo no Evangelho. Logo, é no Evangelho que se devem inspirar as soluções, uma vez que a ordem material, cujo centro de ação está no valor econômico, não pode ser modificada enquanto não prevalecer a moralidade, o sentimento de justiça e responsabilidade.

A sociedade humana é como um doente. Diversos médicos, à cabeceira da cama, podem estar de pleno acordo quanto a diagnóstico, todos chegam ao mesmo resultado acerca da gravidade do caso; porém, cada qual, segundo a sua escola ou doutrina médica, pode apresentar ou empregar meios diferentes para curar o enfermo. Entre um alopata e um homeopata, um naturista, por exemplo, ainda que haja absoluta concordância sobre os sintomas, os processos terão de ser diferentes. O doente, que é o maior interessado, não toma conhecimento das divergências, porque lhe interessa ficar bom, seja qual for a doutrina médica. No organismo social, como no organismo humano, também se empregam terapêuticas nem sempre concordantes. Sob este ponto de vista, o fato clínico tem analogia com o fato social. O organismo social está sujeito, como o organismo humano, a enfermidades passageiras, longas e crônicas. Cada corrente de pensamento, cada escola propõe a sua terapêutica, isto é, o seu modo de resolver o problema social e, assim, pôr o homem a salvo da exploração.

Temos o exemplo de duas forças inteiramente opostas: a Igreja tradicional e o movimento marxista(12) — Não há quem não saiba que existe uma barreira imensa entre a teologia católica e as teses marxistas. Entretanto as duas direções se encontram quando reconhecem a

(12) — Dizemos Igreja tradicional justamente porque depois da 1ª edição deste livro (1948) houve mudanças bem sensíveis na vida interna da Igreja, o que provocou, como estamos vendo, um conflito aberto entre os conservadores e os renovadores, estes últimos com tendências políticas bem discrepantes, enquanto outros, ao mesmo tempo, defendem modificações até na parte litúrgica, tendentes a um retorno às origens. Não nos cabe fazer apreciações, uma vez que não temos interesse na área católica, mas estamos registrando um fato histórico.

injustiça social, causada principalmente pela desproporção do bem estar, geradora de tantos choques de que a História dá testemunho. O cerne da grande questão está no conflito entre o capital e o trabalho e na desigualdade econômica. A *Rerum Novarum* (Encíclica de Leão XIII) firmou o seguinte princípio: *não pode haver capital sem trabalho nem trabalho sem capital*. Logo adiante, a mesma Encíclica, que é um documento oficial da Igreja sobre a questão social, declara categoricamente:

O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços. (Tradução brasileira)

A doutrina de Marx, apesar de seu caráter materialista, também se insurge contra a utilização do braço humano para fins exclusivamente lucrativos, no que se encontra naturalmente com o verdadeiro espírito cristão, ressalvada a incompatibilidade filosófica. Neste ponto, a *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”), que é muito mais nova do que o Manifesto comunista de 1848, pois saiu em 1891, também revolucionária, desde que apliquemos o qualificativo de revolucionário a qualquer idéia ou atitude oposta à ordem vigente. O próprio Cristianismo do Cristo, todo impregnado de mansidão e humildade, não deixa de ser revolucionário, mas no bom sentido, porque se opôs à ordem dominante e aos costumes da sociedade em que se projetou. A mensagem do Cristo trouxe uma revolução moral e espiritual, pondo abaixo velhas concepções de sua época e, por isso mesmo, foi perseguido pelos dominadores. Revolucionário político, o Cristo? Não. Agitador de multidões? Muito menos. E por que o Estado não o viu com simpatia, mas com prevenção e prepotência? Evidentemente porque a mensagem do Cristo não veio para se acomodar ou acobertar os erros e as injustiças, a despeito de toda a força de César. E revolucionou realmente idéias e costumes. Mas a revolução do Cristianismo é do pensamento e do coração, nunca das armas nem do ódio.

Seja como for, estamos vendo que, embora rivais entre si, duas doutrinas muito distanciadas podem estar de acordo em determinado momento histórico, como a *Rerum Novarum* e o Manifesto de Marx, quando defendem a dignidade do trabalho humano. Claro que os métodos não combinam, mas não se pode negar a coincidência. Já se disse, também no Brasil, que a Encíclica de Leão XIII é a última palavra sobre a questão social e, portanto, bastaria apenas que se

cumprisse o que está nas palavras do Papa. Entretanto, muito antes da *Rerum Novarum*, justamente na primeira década que se seguiu à transformação de 1848, na França, a Doutrina Espírita tratou das desigualdades sociais e da valorização do trabalho. Do que lá está, no corpo da Doutrina, fica a lição de que é um perigo subordinar o homem aos interesses puramente materiais, tanto quanto são muito comprometedoras as conseqüências da falta de amparo dentro de uma sociedade em que os necessitados sejam obrigados a pedir esmola. Façamos o confronto. Em 1857, quando Allan Kardec publicou “O Livro dos Espíritos”, a Doutrina Espírita pronunciou-se assim:

Todo aquele que tem o poder de mandar é responsável pelo excesso de trabalho que imponha a seus inferiores, porquanto, assim fazendo, transgride a lei de Deus. (Capítulo: Lei do Trabalho)

A idéia central está muito clara: ninguém deve explorar o trabalho do assalariado, seja o trabalho braçal, seja o trabalho intelectual, porque é um desrespeito à Lei divina. Este o pensamento espírita. Pois bem, trinta e quatro anos depois, em 1891, a Igreja viria sustentar a mesma idéia, pela *Rerum Novarum*:

O Cristianismo proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou sexo.

Tanto na *Rerum Novarum* quanto noutros documentos relativos a problemas sociais há idéias que estão incorporadas a contextos diversos, com o mesmo sentido, embora dentro de formulações diferentes. Duas outras conquistas sociais, hoje consagradas em lei, também foram previstas pela Doutrina Espírita com muita antecedência: a limitação das horas de trabalho, para que haja o repouso indispensável, e a igualdade de direitos da mulher. (“O Livro dos Espíritos” - questões 682- 817 a 822).

Parece-nos pacificamente compreensível que Espiritismo, Catolicismo, Socialismo, Anarquismo e outras correntes conflitantes estejam de acordo em determinado momento ou diante de uma emergência em que a necessidade ou aflição coletiva reclame a convergência de esforços acima das divergências ideológicas. O problema das enchentes no Sul do Brasil e o das secas do Nordeste, por exemplo (1983). Em momento tão grave, tão doloroso(!) não se pensa em discordâncias religiosas ou políticas, pois o que cumpre a todos é entrar em ação, é ajudar. Mas é uma situação ocasional. Doutrinariamente, porem, não se identificam concepções tão díspares na base e nos processos. Com

vistas ainda à posição socialista, naturalmente há contingências em que se torna necessária a intervenção do Estado na ordem econômica, pois estaríamos fugindo à realidade se quiséssemos alimentar, hoje em dia, uma tendência liberal tão ampla dentro de uma sociedade em que somos cada vez mais interdependentes. Apesar de todas as resistências, as próprias circunstâncias conjugam-se para a transformação do capitalismo, ainda que lentamente. Por assim entendermos, escrevemos alguns comentários na revista "Digesto Econômico", de S. Paulo, a propósito do "Plano Social" de Volta Redonda, justamente quando, há quase três décadas, a Cia. Siderúrgica estava "a bem dizer" iniciando uma experiência, a nosso ver apreciável, de equilíbrio entre o capital e o trabalho. Dissemos então:

Uma das grandes vantagens do regime democrático sobre os outros regimes é justamente a sua elasticidade. Não se pense, por isso, que a Democracia seja o regime da hipertrofia individualista.

No decorrer de nossas considerações, naturalmente com referências ainda às mudanças resultantes do Tratado de Versalhes, externamos assim o nosso modo de ver:... *estamos caminhando para um tipo de relação em que não haverá predominância nem do socialismo estatal nem do "extremismo comunista". O fenômeno atual (1954) pode ser apresentado, em linhas gerais, dentro do seguinte quadro:*

a) - se, por um lado, não é mais possível admitir o liberalismo amplo, fundamentado na concepção individualista do "laissez faire", porque o mundo atual não tem ambiente para esse sistema de atividade econômica;

b)- por outro lado, é inegável, é evidente que os processos de relações entre o capital e o trabalho não podem nem devem ser subordinados à flexibilidade ou à ortodoxia de qualquer sistema fechado, porque é indispensável não perder de vista o princípio da iniciativa individual. ("Digesto Econômico" nº 110-janeiro de 1954)

Pouco depois daquela publicação, recebemos uma carta do então Senador Aiberto Pasqualini (Rio G. Sul) na qual o ilustre tratadista do trabalhismo diz exatamente o que acabamos de expor, linhas atrás. Afirma ele: "Há setores de atividade econômica que devem ser reservados ao Estado; há setores que podem ser considerados livres. Toda vez que o interesse social do empreendimento é o predominante, não poderá ficar subordinado à idéia de lucro". Apesar do tempo decorrido, o pensamento ainda é inteiramente válido. Quando a Doutrina Espirita preceitua o caráter legítimo da propriedade privada, aquela

que não causa prejuízo a terceiros, deixa bem implícita a diferença entre a propriedade particular, de uso pessoal, e a propriedade que absorve bens indispensáveis à coletividade por meio de monopólios e consórcios, com objetivos exclusivamente lucrativos para o enriquecimento de poucos em prejuízo da maioria. Nesta contingência, compreende-se muito bem o papel do Estado para estabelecer o equilíbrio. E, ainda mais, porque certas iniciativas estão muito acima dos recursos particulares.

É de 23 de fevereiro de 1.954 a carta do Senador Pasqualini, nos seguintes termos:

“Ao ler, em seu trabalho, que o mundo moderno não permite mais a estagnação do capital parasitário ou improdutivo e que o dinheiro deve ter aplicação de acordo com os interesses sociais, verifico que nossas concepções são mais divergentes na forma ou na terminologia do que na substância. É desnecessário esclarecer que não preconizo para o Brasil a instituição do socialismo, mas tão somente a modificação do regime capitalista em bases racionais, única condição de possibilidade de sua sobrevivência.

Volta Redonda, que é objeto de seu belo artigo, constitui uma prova da necessidade do empreendimento estatal em determinados setores. O empreendimento privado, sobretudo em um país de capital escasso, é exclusivamente guiado pelo intuito lucrativo. O capital particular jamais se teria abalçado a criar, no Brasil, uma Volta Redonda. Nos países subdesenvolvidos há certas inversões e empreendimentos que têm caráter pioneiro e somente podem ser realizados pelo Estado. Um dos pontos importantes é a forma de financiá-los. Entre nós, tem-se recorrido à inflação (ocorreu inclusive em Volta Redonda), o que representa uma taxa clandestina de salários, método que não pode ser socialmente aceito e de que se tem abusado em nosso país. As conseqüências estão aí à vista.

.....
.....

Queira o nobre patricio, com os meus agradecimentos, aceitar os meus cumprimentos cordiais.”

Alberto Pasqualini (13)

Como diz na própria carta, Pasqualini não era adepto do socialismo, pelo menos àquela época, mas lutava honestamente por modificações

(13) — Entre outros trabalhos, deixou *Bases e sugestões para uma política social e Trabalhismo e desenvolvimento econômico*. A Imprensa Oficial do Rio G. Sul publicou em 954 *Idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*.

estruturais que lhe pareciam indispensáveis. As idéias avançadas não são privativas de um partido ou sistema. O fato, por exemplo, de enaltecer a justiça social, que é de interesse geral, não quer dizer que o indivíduo esteja obrigado a comprometer-se com a linha comunista, assim como o fato de alguém elogiar um bispo, porque fez belo discurso sobre a caridade, não quer dizer que deva “cair nos braços da Igreja”. Nada tem que ver uma coisa com a outra, como se diz.

Não nos iludamos com a rotulagem tanto em matéria religiosa quanto em matéria política. Quantos indivíduos, por aí, que se dizem ateus ou presumem sê-lo, mas assumem atitudes mais evangélicas, na prática, do que as posturas disfarçadas de muitos crentes, desses que recitam máximas e versículos na “ponta da língua”, mas não conseguem reformar-se moralmente. Quem nos merece mais confiança: um ateu sincero e generoso ou um cristão fariseu com aparência de santidade?... Em política, do mesmo modo, não faltam socialistas retóricos que vivem sob os padrões de um individualismo intransigente e egoísta, apesar de muito exaltarem a solidariedade, o ideal comunitário etc. Teoricamente. Há, no entanto, apreciáveis exemplos de indivíduos que, embora partidários da economia liberal e acusados, por isso, de individualistas retrógrados, têm uma compreensão mais lúcida dos problemas sociais em comparação com o que se observa em muitos socialistas ferrenhos.

Nos quadros políticos anteriores a 1930 ninguém foi mais liberal do que Rui Barbosa. Liberal pela sua formação. Sempre defendeu ardorosamente a liberdade em todos os sentidos que a dignidade humana exige. Também liberal do ponto de vista econômico. Grande admirador da Inglaterra, onde viveu algum tempo como exilado, muito afeiçoado aos estilos britânicos, Rui nunca disfarçou a influência inglesa no lastro de suas heranças culturais. Mas o individualismo de Rui não era tão inflexível como então se dizia. Chamado abertamente de *conservador* e aristocrata, chegou a ser transformado gratuitamente em “inimigo dos operários”. Mas a verdade é que Rui não parou no tempo. Tanto assim que, em 1919, durante uma campanha política, tomou posição muito aberta sobre a *questão social*, exatamente quando, sobre as ruínas deixadas pela 1ª guerra mundial (1914/1918), se traçavam novos rumos às relações do trabalho, com o Tratado de Versalhes.

Já tivemos ocasião de ressaltar este aspecto de sua vida pública quando escrevemos *Rui e a questão social*, posteriormente à 1ª edição deste livro. (“Gazeta Judiciária” de 30/06/1.956). Ele, que não era socialista, propugnou uma “democracia social”, justamente porque

sentiu que a legislação da época, por ser muito falha, não assegurava a proteção devida aos trabalhadores (14). É verdade que, na plataforma de 1.919, Rui declarou que a questão social (diríamos hoje questão trabalhista) não era o único centro de atenção dos governos, pois a realidade social, pelo que depreendemos de sua pregação política, deveria ser vista de um modo global. Em carta a Maurício de Lacerda, seu antigo correligionário, ainda a propósito de sua apoteótica conferência no Teatro Lírico, Rui deu a entender, nas entrelinhas, que, embora candidato ao mais alto posto eletivo do País, não queria cortejar nenhuma classe, nenhum grupo: *Sou pelas reivindicações operárias, mas dentro do programa que esbocei na conferência do Teatro Lírico, sem quebrar a justiça que devemos às outras classes nem esquecer os direitos da propriedade individual. Todavia, não é a questão social que enche ainda o cenário da política brasileira. O que tudo domina é o problema político-administrativo.* (A carta é de 09/02/1921 — “Correspondência de Rui”). As idéias devem ser avaliadas com a perspectiva do tempo e do ambiente em que foram lançadas. Sem ter feito profissão de fé socialista, o certo é que Rui Barbosa demonstrou sensibilidade diante da questão social, cujo desdobramento exigiria, hoje, naturalmente outra colocação.

Mas não é a legenda de socialista, liberal ou eclético que decide nas tendências mais íntimas do homem para este ou aquele segmento social. É a sua maneira própria de ver e sentir os problemas.

Depois destas digressões, sem quebrar, contudo, a ordem de idéias a que estamos obedecendo, vem uma pergunta de caráter conclusivo: e a palavra da Doutrina Espírita? Que podemos dizer, depois de tudo isto, à luz da Doutrina que abraçamos? Em primeiro lugar, temos um problema conceitual. O conceito de socialismo, em termos espíritas, se quiséssemos argumentar com esse conceito, jamais poderia ser um socialismo de militância política, envolvido nos esquemas de uma facção partidária. A Doutrina Espírita é muito transcendente em relação a qualquer tipo de partido. Em segundo lugar, a forma de socialismo mais condizente com a natureza da Doutrina deve ser entendida no sentido amplo de uma justiça social em que haja harmonia com a mensagem do Cristo, cada vez mais próxima do respeito aos direitos da pessoa humana, sem discriminações de nível social, raça, cor ou latitude. Socialismo, sim, como concepção de uma sociedade em que, um dia, os homens saibam viver como irmãos,

(14) — Rui Barbosa (1849-1923). Candidato a Presidente da República em oposição à Epitácio Pessoa em 1919. Já competira em 1909/10 com o Marechal Hermes da Fonseca.

apesar das diferenças inevitáveis. Não é, portanto, um conceito formal ou específico. Finalmente, conquanto a Doutrina Espírita, como já sabemos, tenha conexões com os problemas humanos, quer na ordem econômica, quer na ordem intelectual e na ordem política, o resumo de suas previsões está exatamente na ordem moral. É na reforma do homem, não há dúvida, que está o denominador comum:

Somente o progresso moral pode assegurar aos homens a felicidade na Terra, restando as paixões más; somente esse progresso pode fazer que entre os homens reinem a concórdia, a paz, a fraternidade. Leia-se adiante: O Espiritismo não cria a renovação social; a madureza da Humanidade é que fará dessa renovação uma necessidade.

(Allan Kardec — “A Gênese”, cap. XVIII n.ºs 19/25).

É preciso que o homem chegue à maturidade espiritual, como adverte “O Evangelho seg. o Espiritismo”. E Allan Kardec, por fim, pensa na conciliação da competência com a moralidade ao falar em “aristocracia intelecto-moral”. É o caminho que indica a Doutrina Espírita.

VII

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPIRITISMO E POSITIVISMO

Ao referir-se, embora de passagem, ao livro de Agenor Correia — “A Objetividade da alma” (os fenômenos espíritas em face da positividade e da verdade cristã), o escritor e acadêmico Ivan Lins, em sua apreciada “História do Positivismo no Brasil”, classificou de *incongruente o entrelaçamento da doutrina de Augusto Comte com o espiritismo brasileiro*. Inegavelmente, o trabalho do eminente acadêmico e discípulo de Augusto Comte é um livro notável, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista crítico e ético. Não vemos, porém, incongruência no confronto com alguns aspectos do Espiritismo. Não seria o caso de querer comparar duas doutrinas fundamentalmente opostas. E não haveria razão para forçar combinações descabidas. Mas a verdade é que há pontos de coincidência nas prescrições de ordem moral, como também nas conseqüências sociais.

Coincidências, e não entrelaçamento doutrinário. Podemos ir mais longe e dizer que há coincidência com o próprio Evangelho.

O Positivismo prega o amor como princípio. E o Cristo não nos ensina o amor como princípio de tudo? O Positivismo recomenda “viver para outrem”, porque combate o egoísmo e exalta o altruísmo. E, no fundo, não equivale a dizer desprender-se, doar-se em benefício do próximo, como se aprende no Evangelho? A mensagem do Positivismo encarece largamente o valor da solidariedade humana. E não é também um dos preceitos espíritas? São motivos de encontros entre duas doutrinas que se distanciam notoriamente na base e nas origens. Augusto Comte (15) nasceu na França, como Allan Kardec, e desencarnou em 1857, exatamente o ano da publicação de “O Livro dos Espíritos”. Apesar de se haver desdobrado para a “Religião da Humanidade” (religião sem Deus e sem preocupação com a sobrevivência da alma) a doutrina de Augusto Comte teve muita participação na vida brasileira no século passado e nas primeiras décadas do regime republicano. Suas idéias penetraram muito nas escolas superiores. E por influência do Positivismo operou-se uma das reformas do ensino, com Benjamin Constant. A geração militar que conviveu com Benjamin Constant, na antiga Escola da Praia Vermelha, onde o insigne republicano era muito mais do que professor, porque era um guia da mocidade, formou-se sob a influência positivista. No ensino de engenharia, como no de medicina e direito o pensamento de Augusto Comte deixou sulcos bem fortes. É certo que, depois, com a divulgação da doutrina de Herbert Spencer — *O Evolucionismo* — uma forma de Positivismo com algumas diferenças não propriamente na essência, houve elementos que se voltaram mais para Spencer (inglês). A doutrina de Comte passou a ser como que uma “camisa-de-força” entre os que mais se empoalgaram com Spencer. Na direção fundamental não há, porém, divergência: O Positivismo sustenta que não podemos conhecer as primeiras causas e, por isso, não devemos cogitar de Deus, vida futura etc., porque são problemas metafísicos; o Evolucionismo faz a mesma afirmação e chega, por fim, ao *incognoscível*, isto é, o que não pode ser conhecido. Ambos pararam aí. Apesar de todas as restrições que lhe façamos, há pontos, no Positivismo, que se aproximam do ensino espírita no que diz respeito à convivência humana. É o que veremos linhas adiante.

(15) — Augusto Comte (1798-1857). Espírito matemático pela sua formação, deu muita ênfase à razão e à experiência científica. Além do “Curso de Filosofia Positiva”, “Síntese subjetiva”, “Apelo aos conservadores”, “Sistema de Política Positiva” e outros trabalhos que lhe projetaram o nome como filósofo ainda fez uma classificação das ciências. É o “pai da Sociologia”, primeiramente apresentada por ele como “física social”.

Ao organizar o corpo de doutrina, que tomou o nome de Positivismo, Augusto Comte firmou três princípios iniciais, notoriamente conhecidos: AMOR, ORDEM E PROGRESSO. São, realmente, a base de toda a construção filosófica do sistema. As três palavras decisivas estão assim combinadas: o amor por princípio; a ordem por base; o progresso por fim. Veja-se a linha de coerência, o encadeamento natural dos três conceitos. Vamos decompor a trilogia positivista. Antes de tudo e como ponto de partida, o AMOR; e se não houver amor, tudo o mais será frágil ou falso. Nenhuma ordem social terá estabilidade, nem à força de artificios, enquanto não houver o amor real, ainda que haja um aparelho policial dos mais aperfeiçoados, ainda que as leis sejam drásticas. Sem amor, o edifício não terá alicerce. E, por isso, Augusto Comte, espírito de clarividência extraordinária, colocou o amor em primeiro lugar. Mas não é o amor das expansões românticas, é o amor como estado de espírito, disposto à renúncia em benefício da causa comum. É o amor em forma de altruísmo, oposto ao egoísmo. O amor, segundo Augusto Comte, é que deve impulsionar todos os atos da vida. É o princípio ativo por excelência.

Logo depois vem a ORDEM, por seqüência lógica, e será uma ordem mais estável, porque baseada no amor. Sem amor e sem ordem, o progresso é uma utopia, seja qual for o regime, sejam quais forem as leis. Quando os homens se amam, naturalmente podem e querem construir a ordem, que é a condição básica para o verdadeiro PROGRESSO. Como falar em progresso social sem ordem, sem amor? O funcionamento da sociedade não poderia começar logo pelo progresso. Primeiramente é preciso que haja ordem. E o progresso vem depois, como decorrência, como coroamento. E, por isso mesmo, Augusto Comte colocou o progresso por fim, não por princípio.

Não faltará, sem dúvida, quem veja em tudo isso uma ingenuidade. Mas é preciso conhecer a obra de Augusto Comte, sentir o peso de sua construção filosófica e científica para compreender o fundamento do sistema. Claro que, com o tempo, certas idéias tiveram de sofrer retificações, o que aconteceu com todos os grandes homens, como Aristóteles, Descartes e assim por diante. Ingenuidade, porém, não. Quem lê cuidadosamente a terceira parte de "O Livro dos Espíritos", prestando bem atenção ao sentido de encadeamento das "Lei Morais", observa logo que as idéias de amor, ordem e progresso estão preconizadas na Doutrina Espírita de outra forma, dentro de outros contextos, evidentemente, mas com a mesma preocupação superior. O amor, para o Espiritismo, é também uma regra de vida, em todas as

circunstâncias. E o amor deve projetar-se na sociedade, a fim de que se possa edificar uma ordem duradoura, pois amor pressupõe solidariedade humana, tolerância, respeito, dignidade na vida pública e na vida particular. Daí, então, vem o progresso. A Doutrina Espírita ensina o respeito à natureza (“Lei de conservação”); a contribuição de todos para a ordem comum (“Lei do Trabalho”) e, por fim, a “Lei do progresso”, que não pode funcionar sem que haja ordem.

Não nos esqueçamos de que Allan Kardec, antes de seu desenlace, realizou um trabalho de síntese sobre alguns pontos da Doutrina, tendo deixado, em “Obras Póstumas”, um capítulo especial sobre “Aristocracia intelecto-moral”. Previa o Codificador uma ordem social em que a moralidade se conjugasse à competência. Por ser uma Doutrina de equilíbrio em todos os sentidos, o Espiritismo não se compatibiliza com posições extremadas, com soluções violentas. Ninguém pode, portanto, modificar a natureza da Doutrina. O sentido de ordem e progresso está no pensamento da Doutrina Espírita, em toda a sua contextura de princípios. Neste ponto, inegavelmente, é natural que se possa encontrar convergência de idéias entre Espiritismo e Positivismo. Enquanto, porém, a Doutrina Positivista se atém ao mundo objetivo ou simplesmente humano, desprezando qualquer cogitação acerca do além, a Doutrina Espírita encara os problemas da Terra e do Homem através de outra dimensão muito maior, uma vez que sua filosofia não se encerra nos limites de uma vida única. A sistemática espírita — que nos permitam a expressão — admite a participação do mundo espiritual no processo histórico, como admite, ainda mais, a interferência de espíritos nas transformações sociais, nos momentos exatos, através de instrumentos humanos e por meios nem sempre compreendidos. Isto não significa que a Doutrina Espírita queira entrosar a ordem temporal e a ordem espiritual de modo sistemático ou absoluto. O Espiritismo separa muito bem o que é de César e o que é de Deus, mas não chega ao exagero de pretender negar ou excluir a intervenção divina nos destinos do mundo e da humanidade. Seria uma forma de deísmo desligado da subordinação divina, em moda nas discussões do século dezoito. O mundo espiritual e o mundo terreno têm suas necessidades, suas configurações, seus valores próprios. Embora sejam duas esferas distintas, duas realidades que se defrontam no tempo e no espaço, a Doutrina Espírita considera o progresso social um meio, uma preparação da experiência do homem para a vida futura ou vida espiritual. Não é, em tudo por tudo, um fim em si.

Não se pode, então, pensar na existência de uma ordem social justa e duradora, sem a idéia de Deus, como a “causa primária”, a

“inteligência suprema”. O Espiritismo tem, como se vê, uma visão sociológica diferente. O Positivismo vê a ordem social em função do mundo, como se a sociedade se bastasse a si mesma. Apesar disto e já depois de bem amadurecida sua doutrina, Augusto Comte instituiu a “Religião da Humanidade”, o que, aliás, provocou uma das crises mais sérias entre seus discípulos, na França, no Brasil, no Chile, principalmente. Religião que tem sacerdote, cerimônia de casamento, rende culto à mulher etc., mas põe a Humanidade em lugar de Deus, como objeto de adoração. Não cogita de Deus, para não cair nas “fantasias teológicas” ou na “pura metafísica”, mas adora o Grande Ser que é a Humanidade, transformada em abstração, como entidade transcendental. Daí veio a dissidência no Positivismo, pois os discípulos chamados independentes não queriam pruridos teológicos, em seu conjunto de idéias, e, por isso, preferiram ficar à margem da Igreja Positivista; mas os outros, os positivistas ortodoxos, como eram chamados, faziam questão de parecer como religiosos.

Miguel de Lemos, um dos chefes do Positivismo no Brasil, em carta a Teixeira Mendes, homem que impôs respeito até ao Cardeal, por causa da vida exemplar, dizia isto:

—Se há Deus ou não há Deus é o que ninguém pôde provar até hoje, como ninguém pôde explicar o que é a vida, onde, quando, como começa e como acaba. Nos livros sensatos que tenho lido vejo confirmada esta ignorância, como vejo também confirmada a impossibilidade absoluta em que está o homem de explicar a razão de ser das coisas.

Miguel de Lemos estava em Paris quando escreveu suas cartas, cujo conteúdo crítico é um documento valioso para a história do Positivismo. Miguel de Lemos ouvira primeiramente as conferências de Littré, do grupo científico, e ficara decepcionado; bandeando-se então para o outro grupo, o que defendia o aspecto religioso do Positivismo, inspirado em Lafite, ficou deslumbrado e mandou dizer ao seu confidente e amigo no Rio:

—Estou, pois, um religioso. E tu, que ainda não sentes a nova fé, que mesmo não a conheces, não podes avaliar o alcance desta transformação imensa! Que ponto de vista original em todas as questões, que riqueza de indicações para a conduta social, individual e coletiva! Como lamento que tu não tenhas tido tempo de converter-te também à nova fé! Mas aí o podes fazer: lê e relê as últimas obras de Augusto Comte. (“Cartas de Miguel de Lemos a Teixeira Mendes”. Publicação da Igreja Positivista do Brasil.)

A correspondência é de 19 de novembro de 1879 a 31 de dezembro de 1880. Teixeira Mendes tornou-se depois líder inconfundível do Apostolado Positivista e chegou a exercer o sacerdócio. Desligara-se de Lafite, tempos depois.

*Nota-se, em suma, a preocupação de criar um culto novo, um sistema de fé em que não seja necessária a crença em Deus, para evitar a teologia. Fez-se da Humanidade o deus da nova religião, com o nome de "Grande Ser". Seja como for, os positivistas integrais, que não se confundem com os dissidentes, buscavam alguma abstração, saíam do mundo sensível para o imponderável, embora recusando sistematicamente a metafísica. Convém notar — e este ponto é relevante — que Augusto Comte e seus discípulos mais fiéis eram, no fundo, conservadores, a despeito de se falar muito na "era revolucionária" do Positivismo. Veja-se, por exemplo, o *Apelo aos Conservadores*, lançado em plena ebulição na Europa. Havia receio de desordem mental e social trazida na inquietação que viera no bojo da Revolução Francesa. Muitas inteligências brilhantes daquela época, e não apenas os positivistas, ficaram preocupados com a nova ordem de 1789, temendo justamente a desorientação espiritual, pois a mudança havia sido radical e profunda, com lamentáveis assomos de violência.*

A "Lei dos Três Estados", como se sabe, está na base da concepção sociológica de Augusto Comte, o fundador do Positivismo ou Doutrina Positivista. Conquanto se trate de duas direções de pensamento muito diferentes — Espiritismo e Positivismo — não nos parece despropositado fazer um confronto da "Lei dos Três Estados" com algumas teses espíritas, embora seja muito anterior à Codificação de Allan Kardec.

A divergência doutrinária entre Espiritismo e Positivismo, que são duas concepções filosóficas muito distintas, não impede que haja, aqui ou ali, algum ponto de confluência.

*Com esta premissa, vamos considerar a "Lei dos Três Estados", que foi o ponto de partida de Augusto Comte para interpretar a evolução social e psíquica do homem, dentro de seu meio, sujeito a fatores de ordem cultural, ambiental e emocional. Em que consiste a «Lei dos Três Estados»? Exactamente na sucessão gradual de fases ou estágios evolutivos: **teológico ou fetichista, metafísico ou racional e, por fim, o científico ou positivo.** A primeira fase, segundo Augusto Comte, corresponde ao «estado teológico», justamente porque ainda predomina o misticismo, e o homem, por isso mesmo, não sabe interpretar os fenômenos da natureza, a não ser pela crença primária em "forças sobrenaturais", em deuses ou entidades misteriosas. Na segunda fase*

ou “estado metafísico”, a inteligência já pode tentar a especulação acerca das primeiras causas. É o estágio evolutivo em que o homem começa a generalizar-se. O terceiro “estado”, no esquema positivista, é o da explicação científica. Quando o homem chega a este ponto da evolução mental, já não precisa mais de “forças sobrenaturais”, nem de deuses nem de anjos, porque já dispõe de recursos suficientes para compreender a natureza. Será então o domínio da Ciência. Veja-se bem: no primeiro estágio, porque ainda não tem o raciocínio desenvolvido e porque também não dispõe de instrumentos adequados, o homem recorre ao sobrenatural, faz apelo à crença, porque tudo, para ele, ainda é mistério. Daí o nome de “estado teológico” ou fetichista, porque é o período de predominância religiosa em seu nível mais rudimentar.

O esquema de Augusto Comte não foi e ainda não é bem compreendido. Sua famosa “Lei dos Três Estados” deu margem a interpretações muito amplas, permitindo até certas desfigurações. Hoje, entretanto, já se pode ter uma idéia mais precisa de seu pensamento, por causa de alguns trabalhos críticos, nos quais se procura colocar o assunto em devidos termos, corrigindo as discrepâncias. Ainda assim, há um fato muito curioso, na História do Positivismo; e este fato, queiram ou não queiram os adeptos mais fiéis à Doutrina de Comte, não deixa de insinuar a idéia de uma contradição: O criador do Positivismo deu muito valor à Ciência e colocou o “estado positivo” ou científico no ponto mais alto de seu esquema, querendo dizer, com isto, que seria a fase decisiva na evolução do ser humano. Entretanto, com todo o seu espírito científico, Augusto Comte criou, depois, a “Religião da Humanidade”. Religião que não se preocupa com a idéia de Deus, mas endeusou a Humanidade, como “O Grande Ser”; não adora santos, mas venera, em culto, grandes figuras da História, como Aristóteles, César, Arquimedes, Descartes etc; não admite explicações metafísicas, mas incluiu, em seu sistema, duas grandes abstrações: “o grande meio”, que é o espaço, e “o grande fetiche”, que é a Terra. Teve sacerdotes, chefe supremo e prédicas religiosas. Não fala em Deus, nem cogita da vida futura “após a morte”, mas cultiva a Moral, acima de tudo, e ensina o amor à Humanidade como regra básica de vida. Tem preceitos realmente profundos. Sabemos de alguns positivistas que tiveram uma vida tão exemplar, tão digna, que poderia causar inveja a muitos cristãos... Mas a verdade é que a “Religião da Humanidade” abriu uma dissidência muito acentuada no movimento positivista, a começar pela França, terra do nascimento de Augusto Comte e onde tinha a sua sede a Chefia Suprema da nova Religião. Deu-se o rompimento, publicamente, nas últimas décadas do século passado, e

o Positivismo ficou dividido em dois grupos discordantes: os chamados ortodoxos ou místicos, que aceitavam a Doutrina Positivista com três aspectos — científico, filosófico e religioso — formaram a sua Igreja, com sacerdote, culto e ritual; os dissidentes, que rejeitavam abertamente a “Religião da Humanidade”, ficaram apenas com o aspecto científico e filosófico da Doutrina (16).

Antes de retomarmos o tema deste artigo — “A Lei dos Três Estados” — queremos contar um episódio que ocorreu, não faz muitos anos, no Rio de Janeiro, por motivos de atos fúnebres. Tendo falecido (desencarnado) um industrial que gozava de muito prestígio nos círculos econômicos e sociais, a família, os amigos, empregados de suas empresas, etc. mandaram celebrar “missa do 7º dia” por alma do morto, segundo a tradição católica. Haveria, no mesmo dia e à mesma hora, missas em diversos templos da Cidade. Mas, para surpresa quase geral (!...), o ilustre extinto era filiado à Igreja Positivista e ninguém, a bem dizer, sabia disto, talvez até nem a própria família, o que só se tornou conhecido, quando se deu o inesperado incidente. E agora?... Como homem de negócios, muito conceituado na sociedade, tinha relações no meio católico, participava socialmente de certas cerimônias da Igreja, como tantas outras pessoas, pois era, ao que se sabe, um espírito muito liberal. Seja como for, o certo é que, por causa de sua filiação à corrente positivista, houve uma cena muito surpreendente, provocando um imprevisto, cremos que inédito: as missas foram suspensas por ordem da autoridade eclesiástica, no momento exato em que os assistentes estavam à espera dos sacerdotes para o ofício religioso: não houve concessão, a determinação superior era terminante, e todos saíram dos templos completamente desorientados. As missas não se realizariam mais, de forma alguma!

E por quê?... Era a pergunta que se repetia de boca em boca à saída das igrejas. Exatamente por isto: no mesmo dia em que os jornais publicaram os convites para as missas, o Apostolado Positivista, por sua vez, também fazia convite para uma cerimônia religiosa, em homenagem ao seu ilustre correligionário, de acordo com o ritual da “Religião da Humanidade”, fundada por Augusto Comte. A nota distribuída pela Cúria Metropolitana fazia ver que desconhecia a vinculação do defunto ao culto positivista e, por isso, concordara em

(16) Existe, no Rio de Janeiro, na rua Benjamin Constant, bairro da Glória e por sinal bem próximo ao Palácio do Cardeal, o templo positivista, onde antigos discípulos se reúnem aos domingos de manhã, fazem as suas prédicas e exaltam a memória do fundador da “Religião da Humanidade”. É uma Igreja. O “Apostolado Positivista”, que teve papel relevante no movimento republicano, desenvolveu atividade muito polêmica, principalmente no período de organização da República, no Brasil.

autorizar as missas de finados, mas, agora, diante da publicação feita pelo grêmio positivista, não seria possível a celebração simultânea de atos religiosos completamente distintos, para a mesma pessoa. Em suma, para resumir a história: não se pode ter, ao mesmo tempo, duas religiões. Houve críticas, comentários e sussurros, mas o incidente ficou encerrado. Não nos compete entrar no mérito desse procedimento, pois estamos apenas recordando um episódio que se tornou público. Queremos crer que tivesse havido apenas, em tudo isto, inadvertência do cidadão desencarnado, por não ter procurado regularizar a sua situação em matéria religiosa. Certamente não se lembrou de possíveis dificuldades após a sua morte. Fora positivista na mocidade, fazia parte do apostolado, porque estava inscrito como adepto, mas não conversava sobre esta particularidade e, por isso, os parentes e amigos o tinham na conta de católico praticante. Com o tempo e por causa das motivações da vida social, passou a freqüentar o meio católico, participando talvez até de atos públicos. Mas o seu nome continuou figurando no registro do Apostolado Positivista. Daí, o impasse na ocasião das "missas do 7º dia", porque o culto positivista resolveu também prestar a sua homenagem fúnebre ao ilustre correligionário. Isto é apenas uma hipótese de nossa parte. Se era positivista intimamente e comparecia a cerimônias católicas apenas para efeito social ou por espírito de tolerância, não sabemos; se já aceitava mais a antiga doutrina, porque se convertera realmente ao Catolicismo, também não sabemos, pois é problema de consciência. De qualquer forma, por isto ou por aquilo, a duplicidade religiosa criou um problema inesperado e deixou muita gente desapontada. Deixemos, agora, o lado religioso do Positivismo que provocou muita divergência entre os próprios adeptos da Doutrina, e voltemos à concepção básica da "Lei dos Três Estados", sobre a qual Augusto Comte sistematizou a Sociologia.

Vimos, em linhas muito gerais, que os três estados — teológico, metafísico e positivo — coexistem na humanidade, não se sucedem automaticamente, como a princípio se pensou. E não foi rigorosamente neste sentido que o fundador do Positivismo traçou o seu esquema fundamental. O que ele quis dizer, em síntese, foi apenas isto: As concepções humanas passam naturalmente por três estados, de acordo com a evolução: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e, finalmente, o científico ou positivo. De fato, à medida que o espírito se desenvolve, vai passando de uma concepção para outra; se ontem, por exemplo, admitia a existência de poderes diabólicos, "castigo do céu" etc., diante dos fenômenos naturais, agora, com os conhecimentos científicos, tem outra concepção, porque conhece as leis da natureza. É o predomínio do estado positivo, de acordo com Augusto Comte. Isto

não quer dizer, porém, que haja ruptura violenta, como também não pressupõe destruição do estado anterior. Foi neste ponto que muita gente se enganou. O Positivismo tinha, no fundo, certa preocupação conservadora, apesar de ser, em seu tempo, uma doutrina de ação contra idéias e crenças tradicionais. Ninguém melhor do que Miguel de Lemos, um dos maiores chefes do Positivismo no Brasil (sacerdote da "Religião da Humanidade"), para traduzir a posição de sua doutrina perante o passado. "As sínteses anteriores — disse ele — foram todas oportunas, porque correspondem às necessidades de cada época, preparando, por meio de tutores fictícios e de crenças provisórias, o advento final do reino da Humanidade" (*Cartas de Miguel de Lemos a R. Teixeira Mendes. Publicação da Igreja Positivista do Brasil*). Vê-se, pois, que o Positivismo não era demolidor. Bastaria lembrar uma de suas fórmulas: "Conservar, melhorando".

Não se pode fazer comparação entre Espiritismo e Positivismo sob o ponto de vista da sobrevivência ou imortalidade do espírito, porque as duas concepções filosóficas são frontalmente distintas. Todavia, se fizermos um confronto entre certas concepções sociais, encontraremos muitos pontos de coincidência entre as duas doutrinas. Há conceitos positivistas que se encaixam inteiramente na Doutrina Espírita, ressaltando-se, é claro, a imortalidade do espírito, que é tese fundamental do Espiritismo. Vejamos bem: *viver para outrem; viver às claras*. São princípios basilares do Positivismo. E também do Espiritismo. E não ensina a mesma coisa a Doutrina Espírita sobre o amor ao próximo, dizendo que devemos até esquecer a nossa própria personalidade, a fim de que se realize a fusão de nosso ser com o nosso irmão? Isto, na realidade, é "viver para outrem". Nenhuma doutrina é mais afirmativa, mais categórica do que o Espiritismo, quanto ao modo de proceder na vida particular e na vida social. Com mais razão ainda o espírita deve viver às claras, em primeiro lugar, porque, tendo convicção imortalista, sabe muito bem que os atos de sua vida, se não forem claros, terão de influir diretamente em seu destino, em seu futuro; em segundo lugar, porque, à luz da reencarnação, um dia, cedo ou tarde, as mazelas ocultas do espírito serão postas a olho nu e terão consequências inevitáveis. Conscientemente, portanto, o espírita deve fugir a soluções obscuras ou sinuosas. *Viver às claras*, que é norma fundamental do Positivismo, é também e não pode deixar de ser um conceito espírita pelas repercussões morais da Doutrina.

Outro exemplo: *A sã política é filha do moral e da razão*. Os positivistas dão muita ênfase a esta sentença, que está gravada no pedestal da estátua do grande brasileiro José Bonifácio, no Rio de Janeiro. A verdadeira política do bem público exige duas condições

primaciais: a dignidade do homem e a inteligência esclarecida para saber conduzir bem a “coisa pública”. É a harmonia entre a moral e a razão. A Doutrina Espírita adota o mesmo pensamento, por outras palavras: Aristocracia — intelecto — moral. O sentido, no fundo, vem a ser o mesmo, embora a expressão literal seja diferente.

A própria trilogia do Positivismo — O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim — também combina com a Doutrina Espírita em suas conseqüências morais e sociais(17). Na III parte de “O Livro dos Espíritos” (Leis Morais) estão consubstanciados os princípios que regulam a vida social, com base no Amor, na Ordem e no Progresso. É evidente que a Doutrina Espírita apresenta formulações próprias, partindo de outra concepção filosófica em relação ao futuro, mas a seqüência das Leis Morais (Destruição, Conservação, Progresso, Trabalho, Liberdade, Igualdade, etc.), tendo como corolário a Lei de Justiça, de Amor e Caridade, pressupõe a predominância de valores éticos, sintetizando o equilíbrio das relações sociais antes de tudo na lei do Amor, e o Amor pressupõe a Ordem, e a Ordem traz o Progresso.

Agora, finalmente, vamos completar a nossa exposição. Se levarmos em conta a reencarnação na “Lei dos Três Estados”, chegaremos à conclusão de que, em determinados indivíduos, há três tipos de comportamento ao mesmo tempo. Nos atos de fé, como simples crentes, são de credulidade impressionante, aceitando fetiches, poderes “diabólicos” e outras coisas; nos gabinetes de estudo, quando entregues à meditação, procedem como racionalistas, são dados à especulação, assim como adotam atitude científica ou positiva, quando estão no laboratório de pesquisa. Estão aí, portanto, os três estados, coexistindo na mesma pessoa. Há indivíduos muito rigorosos, muito positivos para certas coisas e, por outro lado, são de boa fé, quase ingênua, para outras... Isto significa que nem sempre os três estados — teológico, metafísico e científico — se anulam por substituição recíproca. Há homens de cultura muito sólida, mas ainda presos a certas influências

(17) Com a proclamação da República em 1889, os positivistas inscreveram na Bandeira Brasileira a divisa *Ordem e Progresso*. É notória a influência do Positivismo no movimento republicano, bastando lembrar algumas idéias, que se integram na Constituição Federal de 91 e ainda o seguinte fato: o traçado da Bandeira Nacional, com a sua constelação de estrelas, substituindo o antigo Pavilhão do Império, saiu do Apostolado Positivista. Embora tenham concorrido ainda outras influências da época no regime republicano brasileiro, é inegável, como fato histórico, a participação do movimento positivista.

Segundo a revista “Reação” de 1º/7/1.909, o Arcebispo de Mato Grosso não permitiu que a Bandeira Nacional entrasse na Catedral justamente porque a divisa “Ordem e Progresso” fora inspirada no Positivismo. Houve protesto da Liga de Livres-Pensadores. A revista era muito polêmica e anticlerical. Mas o passo aconteceu por ocasião das homenagens fúnebres ao Presidente Afonso Pena, desencarnado exatamente naquele ano.

antigas; quando conversam sobre assuntos elevados, dão a impressão de que já se emanciparam de crenças e hábitos antigos, mas verdade é que, na prática, nas reações mais íntimas, têm medo de muita coisa, como “chinelo emborcado”, “dia 13”, “borra de café” e tantas outras crendices. Não se sabe, neste caso, onde termina o estado fetichista ou místico e onde começa o estado positivo ou científico. São duas mentalidades antagônicas, que se manifestam simultaneamente; a do místico e a do homem de ciência, não é verdade?

No meio espírita há indivíduos que, embora aceitando a Doutrina, ainda revelam certas propensões para velhos cultos. É uma tendência do espírito. Em muitos casos são reminiscências do passado reavivadas pela reencarnação. O simples estudo geral da Doutrina, conforme seja a formação de certos espíritos reencarnados, não apaga facilmente a “saudade do altar”. Justamente por isso é que devemos compreender a “Lei dos Três Estados” como fases características do processo mental que se opera no indivíduo, à medida que vai compreendendo os fenômenos da vida e do mundo exterior. Muitas vezes uma única existência não é suficiente para que o indivíduo passe inteiramente de um estágio evolutivo para outro. Se Augusto Comte fosse espírita e tivesse incluído em seu sistema a premissa da reencarnação, a sua “Lei dos Três Estados” daria outra visão do quadro evolutivo e seria, hoje, mais conhecida e mais compreendida. O Espiritismo também acompanha o desenvolvimento mental, embora não empregue especificamente a expressão usada pelo Positivismo; mas a Doutrina fornece elementos para que se dê a mudança gradativa de uma fase mais simples e mais grosseira para outra mais aperfeiçoada. No começo, é natural que predomine a crença em fetiches, mas o conhecimento da Doutrina vai emancipando o ser humano, até que ele não precise mais de certas fórmulas e símbolos.

Se observarmos bem, os “três estados” de Augusto Comte também estão previstos nas entrelinhas do Espiritismo, mas de outro modo, porque a Doutrina Espírita parte da reencarnação e, por isso, tem condições para compreender, ou nos fazer compreender, que a mudança de um estado para outro não se realiza da mesma forma e ao mesmo tempo, em todos os indivíduos. Cada qual é um problema, espiritualmente falando, porque os compromissos de vidas anteriores são diferentes; se este ou aquele, quando recebe as luzes do Espiritismo, abandona logo toda a bagagem do passado, esposando novas idéias e adquirindo novos hábitos mentais e sociais porque já trazia predisposição, o outro, por exemplo, que tem outra estrutura psicológica, que tem outra “história” espiritual, já demora mais, porque sente atração por certos objetos, certas formas de culto, etc. A tendência, porém, é

caminhar até chegar ao ponto mais positivo da evolução, isto é, a libertação íntima, desprezando idéias, crenças e fórmulas desnecessárias; mas nem todos podem fazer a marcha nas mesmas condições, porque a desigualdade espiritual é um facto. Um dos principais objectivos do Espiritismo na Terra é levar a criatura humana a realizar a sua emancipação, mas sem violência, sem imposição, porque este processo há de ser executado conscientemente, pela conquista do terreno, palmo a palmo.

Em linhas gerais, muita gente compreendeu a “Lei dos Três Estados” com muito rigor, como se ela obedecesse rigidamente a uma ordem predeterminada: no primeiro período de experiência da vida, a humanidade adoraria “forças” desconhecidas, acreditando em “fetiche” e apelando para soluções teológicas, justamente porque, ainda na infância histórica, não poderia dispor de meios, instrumentais e racionais, para interpretar os fenômenos da natureza; no segundo período, que seria um estágio evolutivo mais elevado, o ser humano começaria a pensar em termos metafísicos, procurando responder às indagações de sua inteligência através de formulações abstractas, recorrendo ao politeísmo e, depois, ao monoteísmo, a fim de encontrar as causas mais remotas; no terceiro período ou estado, finalmente, e que seria o ponto de consolidação do processo evolutivo, o homem não precisaria mais das crenças antigas, abandonando naturalmente as soluções divinas ou teológicas.

Esta impressão, entretanto, é muito sumária. No plano individual, também se pensou que o esquema de Augusto Comte pudesse funcionar assim: o homem primitivo seria apenas supersticioso, porque tudo, para ele, era sobrenatural; mais tarde, já um pouco adiantado, seria mais indagador, porque já se preocuparia com os “os primeiros princípios”, até que, de estado em estado, chegasse à maturidade científica. Uma vez de posse dos conhecimentos científicos, tornando-se auto-suficiente, já estaria apto a resolver os seus problemas sem precisar da crença em Deus ou em qualquer potência sobre-humana. A solução, se fosse assim mesmo, seria mais simplista. Como esquematização teórica está muito interessante; mas será que a realidade humana, em tudo por tudo, se comporta assim mesmo?... É preciso compreender a Lei de Augusto Comte mais por dentro do que por fora. Na realidade, vemos a cada passo que, apesar de todo o material tecnológico, apesar de todo o progresso científico, há problemas que o ser humano está vivendo e enfrentando sem saber como resolvê-los. Isto quer dizer, portanto, que os conhecimentos da ciência positiva, embora alarguem muito as perspectivas da inteligência, não conseguem dar soluções a TODOS os problemas a vida humana.

Reconhecendo que os seus instrumentos de trabalho e pesquisa não podem chegar à intimidade do mundo interior, que tem outras necessidades, outros recursos e outras aspirações, o homem terá de se voltar, cedo ou tarde, para alguma realidade, algum princípio superior. É a procura de Deus, como solução última, muitas vezes até no estado de depressão ou desespero. Neste ponto, o erro do Positivismo, a nosso ver, foi dar muita preferência aos conhecimentos humanos e deixar fora de cogitações os problemas transcendentais, como a sobrevivência do espírito e a existência de Deus. Tudo isto, para os positivistas, são problemas metafísicos, e a Ciência não se preocupa com o irreal, com o que está fora do campo objetivo de suas leis. Houve muito exagero nisto. E se o Positivismo tivesse compreendido que o espírito não é irreal, porque é também uma realidade objetiva, que se apresenta a olhos claros, materializando-se ou identificando-se de um modo bem positivo, teria completado a sua grandiosa e profunda síntese, que é, sem dúvida, uma das maiores elaborações do pensamento humano até hoje, a despeito de todas as críticas e restrições. Tão preocupado estava Augusto Comte em “libertar a mente humana” da metafísica e dos “prejuízos teológicos”, que terminou fazendo tábula rasa do espírito, isto é, o espírito como entidade individualizada e objetiva.

Convém notar que o Positivismo não se insurgiu contra a crença em Deus, mas até justificou essa crença, como outras, no estado teológico da humanidade. Sua posição, em face da idéia de Deus, é muito especial: não combate, não nega sistematicamente, mas apenas não se interessa por este problema. Tendo desprezado completamente a metafísica, para se fixar no mundo imediato dos fenômenos objetivos, o Positivismo não discute a existência de Deus nem da imortalidade do espírito, por entender que tais assuntos são inatingíveis para o homem. Se, portanto, este não pode chegar a tanto, deve deixar o problema de lado e cuidar somente do mundo visível. Sua posição — é bom repetir — não é de combate à idéia de Deus, mas não toma propriamente conhecimento do problema. É problema inexistente para a Doutrina Positivista (Em vários momentos da História os positivistas deram demonstração de tolerância religiosa). Com relação ao materialismo, a filosofia positivista mantém uma posição igualmente neutra: não entra em especulações para negar ou combater a idéia de Deus e da “imortalidade objetiva” da alma, porque considera o assunto fora dos quadros da ciência. Por isso é que Augusto Comte não admitia que o chamassem de ateu, porque ateu é quem discute o problema para negar o princípio da divindade, tomando assim uma posição militante em face da idéia de Deus e da imortalidade espiritual, ao passo que o Positivismo não

assume essa feição, visto não negar nem afirmar, preferindo deixar a questão no plano da pura metafísica, porque só lhe interessa a ciência positiva

O Positivismo tem um conceito de alma muito diferente do nosso em suas conseqüências. Para os seus adeptos, a alma é apenas subjetiva, interior, sintetizando os sentimentos e os valores morais; não é a alma na acepção de espírito, como entidade independente que sobrevive à matéria. É muito conhecida e muito citada, por exemplo, uma sentença de Augusto Comte, segundo a qual os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos. É verdade. Na problemática espírita, esta sentença é de realidade flagrante, mas é noutra sentido que o fundador do Positivismo se refere à influência dos mortos sobre os vivos. Os positivistas dizem que os chamados mortos deixam os seus exemplos, ficam na História e, por isso, os seus feitos e as suas virtudes passam de geração a geração, servindo de inspiração aos vivos. Neste caso é que “os vivos são sempre governados pelos mortos”, porque o presente necessita de lições do passado e, deste modo, os homens de ontem, que já se foram deste mundo, continuarão a influir nos que ficaram, através de experiências e traços marcantes que deixaram na Terra. De facto, os bons exemplos dos antepassados, nunca se perdem pois a lembrança afetiva ou histórica é um patrimônio que as gerações vão acumulando e passando adiante. Muito filosófica, realmente, a afirmação de Augusto Comte. A Doutrina Espírita, entretanto, vai muito mais longe, porque afirma a ação dos mortos sobre os vivos no sentido direto, pessoal, pois os espíritos desencarnados influem nos pensamentos e nos atos dos homens. A Doutrina Espírita não impugna, mas apenas amplia o conceito de Comte. Se a sua filosofia não cuida da sobrevivência do espírito no além, é óbvio que não poderia prever a ação dos chamados mortos como seres reais, participando objetivamente da vida terrena, Seja como for o Positivismo representou um marco transitório entre o pensamento antigo e a renovação. Se a sua doutrina, que tem grande conteúdo moral e filosófico, tivesse partido de outra base, levando em conta o princípio espiritual, que não é uma ficção, certamente preencheria toda a lacuna que encontrou na cultura ocidental. Seu papel histórico é inconfundível.

Na época de elaboração e apogeu do Positivismo havia muita prevenção com a metafísica, o que, aliás, levou algumas inteligências, das mais lúcidas e penetrantes, à visão unilateral de certos problemas fundamentais. Com toda a rigidez de certos esquemas que pretendiam fugir ostensivamente às explicações de ordem sobrenatural, havia sempre, no fundo, um apelo sutil ou indefinido ao imponderável. Veja-se,

como simples ilustração, o caso de Hegel. Ao formular o seu sistema *tese, antítese e síntese* — procurou uma «saída» no **Absoluto**, que é um termo indefinido. O sistema hegeliano serviu para os dois lados materialistas e espiritualistas tiram deles conclusões próprias. Não se sabe, com certeza, o que ele quer dizer ou a que ponto quer chegar quando fala em “idéia pura”, “absoluto” e outras ficções. Se há quem diga que **Absoluto**, no esquema hegeliano, corresponde à idéia de Deus, também há quem aproveite a base do sistema — *tese-antítese-síntese* — na mecânica geral da evolução e despreze o outro aspecto, que considera metafísico. Sua doutrina teve, de qualquer forma, bastante influência no materialismo, pelo uso que fizeram, posteriormente, de suas idéias. A reação positivista, dentro da conjuntura social, cultural e religiosa da época, refletia um estado de espírito contrário à predominância teológica. Era o conflito aberto entre o “espírito positivo” e a Teologia, que vinha da tradição escolástica. Daí, a posição, um tanto radical, contra a metafísica, tomada de modo indiscriminado, subestimando a discussão do problema espiritual.

Se tomarmos a “Lei dos Três Estados” em sentido muito amplo, naturalmente iremos encontrar um “desmentido” na própria realidade social. De fato, o fundador do Positivismo preconizou a evolução por fases, isto é, do estado fetichista ou teológico, como ponto mais baixo na escala, ao estado positivo ou científico, como ponto mais alto. Mas acontece que o verdadeiro pensamento de Comte nem sempre é bem interpretado. Há sutilezas que escapam às interpretações elásticas. Em *tese*, e pela ordem natural das coisas, a “Lei dos Três Estados” corresponde à sequência evolutiva do espírito humano em relação aos fenômenos da natureza. É uma proposição lógica, portanto.

Deu-se, porém, muita amplitude à tese de Augusto Comte, como também se deu, em muitos casos, um sentido por demais rígido, quase dogmático, prejudicando, assim, a idéia central. Se quisermos, por exemplo, aplicar a concepção comteana de um modo global, “enquadrando” toda a sociedade humana, com a sua complexidade incalculável, dentro do esquema dos “três estados”, ao pé-da-letra, verificaremos prontamente que as coisas não se passam assim, com tanto precisão, como se fosse uma lei matemática. Vejamos. Ao lado de grandes empreendimentos tecnológicos, ainda subsistem velhas superstições no mesmo povo, na mesma sociedade, na mesma época. Nas chamadas sociedades supercivilizadas, onde não deveria haver qualquer vestígio de credências e fetichismos, devido ao progresso científico e tecnológico, sempre apareceram velhos remanescentes de crenças e práticas anacrônicas. Note-se bem o que acontece nas grandes aglomerações humanas. Muita gente pensa que as superstições e credências só

existem nas camadas sociais em estado de atraso, intelectualmente falando. É um engano. Na “alta sociedade”, com todos os seus requintes de elegância e bem-estar, com toda a cultura científica, literária ou artística, as superstições ainda têm mais influência do que parece. Há pesquisas que demonstram este fato. Bastaria apenas observar o procedimento de muitas pessoas em face de certos objetos. É o caso do elefante, que, embora seja, às vezes, usado como simples peça de adorno ou enfeite de salas, é também conservado, em grande parte, como remanescência de velha crença. Existe, até, a superstição do elefante. Nas janelas, nas mesas de trabalho etc., muita gente instruída faz questão de ter um elefante em miniatura, em lugar certo, seja de matéria plástica, seja de louça ou de prata, porque serve para “dar sorte” ou para evitar prejuízos ou desgraças... É uma crença de fundo supersticioso enraizada em todas as classes sociais.

Onde a maior freqüência? Somente nos subúrbios, nas zonas de populações consideradas obscuras? Não. Também nos bairros chamados aristocráticos ou mais chiques, para usar uma forma antiga de expressão. Nas zonas urbanas encontra-se às vezes pequeno elefante de celulóide em automóveis de luxo, como se fosse um objeto de culto. E por quê? Porque existe a crença na influência de poderes sobrenaturais através desse objeto. Dizem, ainda mais, que é preciso deixar sempre o elefante com a tromba voltada para determinada direção, justamente para que a casa ou o escritório fique bem protegido contra mau-olhado ou qualquer forma de azar. É ou não é uma sobrevivência do fetichismo? Ainda que o elefante seja de prata ou de ouro, colocado entre pequenas coisas de bijuteria e se a intenção é chamar a prosperidade para a casa ou afastar “más influências, o sentido é o mesmo, porque há um vestígio de superstição, embora revestindo-se de aspecto elegante, parecendo adorno de salão.

Outro exemplo, também muito comum, para demonstrar que o “estado fetichista”, a que se referiu o fundador do Positivismo, coexiste com os outros “estados”, na mesma sociedade e, muitas vezes, no mesmo grupo social. E porventura são apenas as pessoas mais simples ou incultas que andam pelos terreiros à procura de “pais de santo” a pedir proteção nos negócios e nas aventuras sentimentais? Claro que não. Quem quiser tirar a prova que passe a observar o movimento de certos lugares, onde se confundem elementos de todas as categorias sociais. Qual o móvel de tudo isso? O interesse material. Quando nos referimos a interesse material, damos a esta expressão um sentido amplo e não apenas o sentido exclusivo de negócios, pois há interesse político, interesse de competição funcional ou amorosa e assim por

diante. Quanta gente intelectualizada, por exemplo, vive às voltas com trabalhos de magia negra ou de feitiçaria, querendo “dar um jeito” para afastar alguém do seu caminho ou para vencer uma partida na política ou nas conquistas ocultas?... E é gente que estuda, que possui diploma de nível universitário. As credices, portanto, não estão apenas nas “camadas obscuras” da sociedade.

Depois de saírem de determinados ambientes, altas horas da noite, muitas pessoas vão à igreja no dia seguinte, mas procuram guardar as devidas aparências, por causa da posição social. Não interessa freqüentar um Centro Espírita, porque lá se estuda a Doutrina para orientar e esclarecer, enriquecendo o espírito. Não é disto que muitas pessoas cogitam. Não estamos fazendo crítica a esta ou àquela crença; examinamos um fenômeno social, em face da “Lei dos Três Estados”, que é um tema de Sociologia, a fim de podermos considerar a tese fundamental de Augusto Comte à luz da Doutrina Espírita, que lhe é bem posterior. Queremos dizer, e a realidade social bem o demonstra, que os três estados de Augusto Comte (teológico, metafísico e científico) participam simultaneamente da sociedade humana em todas as suas configurações e não se sucedem de modo imediato, como a princípio se pensava.

*Outra ilustração: Quem não ouviu falar da devoção da Igreja dos frades **barbadinhos**, no Rio de Janeiro? É uma devoção tradicional. Há filas enormes, na 1ª sexta-feira do ano, na rua Haddock Lobo enfileirando pessoas de todas as classes: banqueiros, operários, estudantes, comerciários, funcionários, professores, industriais, militares, jornalistas, etc. etc. Espírito religioso? Em grande parte, não! A maioria vai ali, impreterivelmente, porque deseja bons negócios no ano entrante. Muita gente acredita que, se for à Igreja dos **Barbadinhos** na 1ª sexta-feira de janeiro e se receber a “água-benta” ou conseguir pelo menos tocar na batina de um dos frades, terá muito êxito nos negócios, a vida vai correr bem, durante todo o ano... Não é, portanto, um ato de fé, no sentido elevado; é mais uma prática simplesmente costumeira, ditada por interesses corriqueiros.*

*No entanto, ainda há pouco, falando pela TV, o frei Cassiano, que é um missionário muito estimado pelo seu nobre espírito de caridade, fez uma explanação muito sensata, fazendo sentir, principalmente, que “não se deve atribuir à bênção dos **barbadinhos**, na 1ª sexta-feira do ano, um valor que ela não tem e não poderia ter”. Palavras textuais do esclarecido e caridoso frei Cassiano. Disse ele, claramente, que a afluência, este ano, chegou a seguramente 100 mil pessoas (!), pois às duas horas da madrugada já havia gente à porta do templo,*

formando fila para esperar a hora da bênção e da água-benta; mas o frade explicou muito bem, pela TV, que é uma ilusão pensar-se que a bênção dos barbadinhos dá “sorte” nos negócios e outras coisas da vida mundana. Como já dissemos, e é verdade, vai gente de todas as classes sociais à devoção anual na Igreja dos barbadinhos, o que vem demonstrar, por conseqüência, que, apesar de todo o adiantamento social e cultural, certos hábitos primitivos ainda permanecem na civilização do asfalto, dos arranha-céus, da televisão e do avião a jato.

Diante de tais evidências da vida social, conclui-se que a “Lei dos Três Estados” não pode ser aplicada de modo tão absoluto. Certas interpretações às vezes desfiguram o verdadeiro pensamento de Augusto Comte. Se quisermos entender a “Lei dos Três Estados” como rígida sucessão de fases históricas, passando do “teologismo” para o predomínio da explicação científica, veremos facilmente que a evolução da humanidade não se realiza assim. Estão aí as provas: ao lado dos grandes parques industriais, dos laboratórios de ciências experimentais e dos grandes centros de cultura em todos os ramos do saber existem ainda velhas superstições, que fazem lembrar a bruxaria medieval. Logo, o estado fetichista não desapareceu com o advento da ciência. Ambos participam da sociedade humana.

Do mesmo modo, a evolução individual não obedece, em todos os casos, a essa invariável sucessão de estados, como se fosse uma lei fatal. É muito mais complexo o processo de transformação do indivíduo. Há homens de ciência, por exemplo, que são muito positivos ou muito frios, quando estão no laboratório ou na cátedra, mas acreditam, lá fora, em muita coisa contrária ao verdadeiro espírito científico: usam “bentinho” no bolso, com medo de “coisa feita”; não fazem viagem na 1ª segunda-feira de Agosto, e assim por diante; outros, que são muito eruditos, homens de inteligência brilhante, têm “cisma com gato preto, não gostam do número 13, não passam por baixo de escada, etc. etc. Já se vê que, também neste ponto, não se pode aceitar a “Lei dos Três Estados” inteiramente à risca ou em termos intocáveis.

Há sobrevivências de superstições e crenças que pertencem à “cal de cultura”, independentemente da ocorrência em faixas urbanas ou rurais.

Espiritismo e Positivismo são duas construções doutrinárias muito diferentes, mas não podemos deixar de reconhecer, em estudos de confronto, que, na parte humana ou social, há pontos de afinidade. O Positivismo ficou no esquema dos “três estados” e na sua engenhosa organização científica e filosófica, mas não chegou à sobrevivência do

espírito, à “imortalidade objetiva” nem à idéia de Deus, ao passo que o Espiritismo partiu da comunicação do espírito como fato positivo e subiu às indagações filosóficas, tendo como centro do seu pensamento a “causa primária de todas as coisas”: Deus.(18) (Condensação de comentários publicados na revista “Estudos Psíquicos”, de Lisboa entre março de 68 a junho de 971).

(18) — Tivemos convivência com positivistas na *Coligação pró Estado Leigo*, juntamente com pastores evangélicos, espíritas, livre pensadores etc. A Coligação batia-se, acima de tudo, pela liberdade religiosa e pela igualdade dos cultos, segundo a Constituição Federal. Como preito de justiça, julgamos indispensável recordar que o nosso confrade Dr. Artur Lins Vasconcelos Lopes foi realmente a alma da Coligação e trabalhou infatigavelmente, além de suas atividades espíritas. Houve uma fase em que a Coligação funcionou no recinto de uma dependência da Igreja Presbiteriana, nas proximidades da Praça Tiradentes; posteriormente passou a fazer suas reuniões na Sociedade de Medicina e Espiritismo do Rio de Janeiro. O presidente era justamente o Dr. Lins Vasconcelos (espírita) e o vice-presidente era o Prof. Sousa Marques (pastor protestante). Da Diretoria e do Conselho faziam parte espíritas, positivistas, protestantes, assim por diante. Tivemos apoio constante de elementos da Maçonaria. (Depoimento pessoal do Autor).

VIII

A MÁQUINA E A FÉ

Quando tratamos das relações do Espiritismo com os problemas humanos, sem perder a noção do lugar exato dos assuntos, não vemos tais problemas pelo prisma exclusivo das necessidades materiais, uma vez que o ser humano, dentro da concepção espírita, é muito mais do que um indivíduo, é uma pessoa, e pessoa pressupõe a projeção de uma realidade que ultrapassa a dimensão físico-social. Poderíamos figurar, aqui, a representação ascensional do homem através de uma pirâmide: ciência-filosofia-moral-arte. Partindo de baixo, isto é, da base da pirâmide, teríamos a ciência, que se atém ao fato mediúnico; em seguida, viria a filosofia, que especula sobre as causas, a origem última do fenômeno; a moral, por sua vez, isto é, a moral do foro íntimo, não a moral variável dos costumes, indicaria o que *devemos* fazer das aquisições científicas e filosóficas; a arte, que seria o vértice

da pirâmide, corresponderia à realização integral. Não se trata de produção artística específica — pintura, escultura, decoração etc. — ,mas de arte na acepção implícita de livre realização do homem em si mesmo, independentemente de regras, códigos ou padrões. Já disse alguém, e com muita felicidade, que “a arte é a síntese suprema da vida”.

Simultaneamente, no sentido de artes em geral, o Espiritismo também abrange as áreas da criação artística, cujo aprimoramento manifesta o teor de espiritualidade do homem. Em suma, a Doutrina Espírita propugna a espiritualização das artes. Temos aí, sem dúvida, a noção de universalidade do Espiritismo, pois é uma Doutrina que nos oferece lentes capazes de situar e compreender os fenômenos sócio-culturais no tempo e no espaço. Justamente por isso, de quando em quando se nos deparam reflexões e proposições espíritas aparentemente fora de lugar, porque se imiscuem, por exemplo, em problemas de natureza econômica, política, religiosa, e assim por diante. Aparentemente, nada teria a Doutrina Espírita que dizer, por exemplo, sobre problemas como distribuição de riqueza, inflação, política trabalhista etc., uma vez que cumpre ao Espiritismo cuidar essencialmente da vida extraterrena e, portanto, da parte espiritual do ser humano. Este, realmente, é o aspecto fundamental. Mas a Doutrina Espírita não é um “breviário” nem uma tábua de prescrições e regras de fé. Em seu conjunto, inteiramente homogêneo, a Doutrina é um corpo de princípios abrangentes, uma vez que engloba todas as posições do ser humano em relação ao mundo terreno e ao mundo espiritual.

Que é a criatura humana, segundo a concepção espírita? É um espírito encarnado, seja em missão, seja em prova. Se o espírito está em experiência terrena, envolvido nas contingências da condição humana, naturalmente necessita da vida social, no que, aliás, a Doutrina Espírita é claríssima, pois ninguém progride afastado de tudo e de todos. A vida de eremita não combina com a índole de uma doutrina como o Espiritismo. Então, o fato de sermos espíritas não nos isenta de participação e responsabilidade na vida social. Claro que não caberia à Doutrina Espírita sugerir planos de governo ou traçar rumos de política econômica, o que seria verdadeira transposição de seus reais objetivos. Entretanto, a Doutrina não se omite no que diz respeito aos fenômenos sociais e às transições históricas, precisamente por causa do homem, que está no palco dos acontecimentos. E o que propõe a Doutrina Espírita neste sentido? Precisamente uma educação mais profunda, uma educação que oriente o homem para conviver com as mudanças e com os fenômenos que o desafiam, sem se desgarrar do caminho seguro, sem abandonar os valores éticos de sua formação.

As grandes crises político-sociais geralmente produzem fenômenos de conseqüências imprevisíveis, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista moral. Não podemos fugir do mundo, como também não podemos evitar os envoltimentos de uma conjuntura social, mas podemos resistir a certos arrastamentos. É aí, precisamente, que se faz sentir a influência dos princípios espíritas na educação. Os impulsos de ganância para fazer fortuna a qualquer preço, como acontece nos períodos de inflação ou, por exemplo, durante as combinações políticas que determinam altas montantes de negócios nem sempre aconselháveis, dão margem a muitos saltos de audácia com êxito imediato. Mas a empolgação do “triumfalismo” econômico corre o risco de uma derrocada irremediável para o espírito, em processo de melhoramento, quando abre mão dos escrúpulos de consciência. Pois bem, a Doutrina Espírita não discute propriamente inflação ou qualquer problema semelhante nem muito menos se adapta à linguagem dos especialistas, mas a verdade é que nos oferece lições de procedimento comedido diante das eclosões inflacionárias e de outros fenômenos perturbadores da ordem sócio-econômica.

Lembraríamos, a propósito, um dos relatórios do Banco do Brasil em 947:

“No período de excitação formam empresas, aumentam-se os capitais, criam-se novos bancos e casas bancárias e todos obtêm grandes lucros provenientes da alta de preços que a inflação ocasiona. Uma onda de prazer e luxo invade o país. Mas, de repente, no auge de esta prosperidade, manifesta-se a depressão, que precede a catástrofe”.

Já tivemos antes, muito antes, o chamado “encilhamento”, no começo da República, isto é, uma onda de negócios e facilidades que abarrotaram a praça, mas causaram muita alteração. Aliás, já se disse que a inflação vinha do Império. É matéria a discutir noutra ângulo. A aparência de riqueza, quando as emissões vultosas abarrotam o país de lançamentos de dinheiro e facilitam todos os tipos de negócios, faz muita gente aumentar surpreendentemente o patrimônio particular e viver de maneira já agora diferente, pois até os hábitos domésticos se modificam com o novo *status*, como se estivesse criando um mundo de encantos. Quando vem a derrocada financeira, pois é uma fase passageira e cheia de enganos, os que subiram muito nas ambições ficam completamente desarvorados porque não podem mais sustentar a ostentação de um “trem de vida” todo artificial. A prosperidade improvisada, sem base, sem infra-estrutura, assim como pode produzir

o delírio de grandeza, também pode converter-se em monstro devorador (19). A imprevidência e o esbanjamento abrem fendas irremediáveis tanto no orçamento público quanto no orçamento pessoal, como já se observou muitas e muitas vezes. E, daí, a repercussão na própria vida familiar, com problemas emocionais que podem até culminar com a desagregação do lar. O desmoronamento econômico depois de um período de exagero e abuso de prazer, agride até o equilíbrio psíquico. Por isso mesmo, o fim prático da educação, à luz do pensamento espírita é prevenir, isto é, preparar o homem para enfrentar os fenômenos de sua época sem se iludir com empreendimentos comprometedores. Recorramos mais uma vez a Allan Kardec:

“Os males mais numerosos são os que o homem cria pelos seus vícios, os que provêm de seu orgulho, seu egoísmo, sua ambição, sua cupidez, seus excessos em tudo. Aí a causa das guerras e das calamidades que estas arrastam, das dissensões, das injustiças, da opressão do fraco pelo forte, da maior parte, afinal, das enfermidades”. (*A Gênese* - cap.III)

Também as enfermidades, como adianta o Codificador da Doutrina Espírita. As ambições desmedidas, a inquietação constante, o despeito recalcado e as emoções violentas não serão porventura responsáveis por muitos casos de neuroses?... O fato econômico tem relação com o fato moral, não pela natureza de um e do outro, mas pelas conseqüências, o que, aliás, já foi objeto de comentários em capítulo anterior. Ao estudar, por exemplo, a Reforma protestante, sob um ponto de vista mais terreno, Max Weber concluiu que o movimento chefiado por Martinho Lutero teve influência bem relevante na ordem econômica, apesar de inspirado em razões espirituais ou religiosas. Max Weber estabelece até vinculação do capitalismo ao Protestantismo. Sua teoria foi muito discutida, tanto quanto aplaudida, embora se atribua mais motivação econômica à corrente calvinista, diferente da corrente luterana, pois Calvino feriu logo o problema da usura. Em defesa da ligação capitalismo-reformismo, argumenta-se que a Reforma protestante esposou a concepção individualista, já em estado de fermentação no século XVI, visto como os reformadores esposavam concepções do liberalismo, o livre exame da Bíblia etc. A ética econômica do calvinismo sustentava, entre outros pontos, que nenhuma profissão podia ter primazia sobre as outras.

(19) — As considerações acima são de 1948. A inflação daquela época originou-se de circunstâncias muito diferentes perante a situação inflacionária atual (1.983/4), cujos efeitos estamos sentindo cada vez mais em proporções realmente espantosas.

Em longo e criterioso estudo sobre os efeitos econômicos da Reforma, disse o Professor e historiador José Honório Rodrigues:

“A base dessa teoria calvinista era tirada daquela epístola de S. Paulo aos Coríntios acerca da diversidade dos dons espirituais, na qual se diz que a manifestação do Espírito é dada a cada um para o que for útil, porque a uns é dada a palavra da sabedoria, a outro, a palavra da ciência, a outros a da fé, a outros o dom de curar, a outros a operação de maravilhas, a outros o dom de discernir os espíritos, a outros a diversidade de línguas, a outros a interpretação das línguas.” (*Digesto Econômico* dez. 1.946)

A associação do fenômeno capitalista ao fenômeno religioso deu muita relevância à obra de Weber,⁽²⁰⁾ apesar das críticas. Embora “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” tenha sido mais divulgada, ao que parece, suas incursões na vida religiosa, de um modo geral, se desenvolveram muito em “Sociologia da Religião”, onde há confrontos bem significativos com o Judaísmo, Islamismo, Catolicismo e assim por diante. Ainda a respeito do Calvinismo, diz ele: “Um dos mais notáveis efeitos econômicos do Calvinismo foi a destruição das tradicionais formas de caridade. Primeiro, eliminou a distribuição indiscriminada de esmolas. Bastaria dizer que o primeiro passo para a sistematização da caridade foi dado com a introdução de regras fixadas para a distribuição da renda dos bispos na antiga Igreja medieval e com a instituição de um hospital, no mesmo modo como fora racionalizada a sistematizada a contribuição para os pobres dos Islame.” Enfim, Max Weber examina o procedimento dos grupos religiosos em diversos ângulos, suas prescrições, idéias de salvação, normas de trabalho etc. dentro dos quadros histórico-sociais em que elas exercem influência. Entretanto a conotação específica do Protestantismo com o Capitalismo, com a idéia de uma relação de causa e efeito, não teve nem poderia ter repercussão pacífica, conquanto tivesse feito adeptos. Echevarria, no prefácio de “Economia e Sociedade” (Edição Fondo de Cultura-México) dá a entender que Weber não responsabilizou o Protestantismo pela formação do sistema capitalista. Teria havido então uma deturpação da tese weberiana? Admitamos que não se trate rigorosamente

(20) — Max Weber, sociólogo e economista alemão (1864/920) escreveu, entre outros trabalhos, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, *The Religion of China: Confucianism and Taoism*, *The Sociology of Religion*. Seus estudos foram aproveitados e comentados posteriormente em publicações póstumas. A tese sobre Protestantismo e Capitalismo, por exemplo, saiu em 1.930. Tudo, afinal, em edições inglesas. Uma dessas edições apresentou um título um pouco diferente, relativamente ao primeiro livro aqui indicado, pois saiu assim: “The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism”. Como se vê, trocou a palavra *ética* por “seita’s”. De fato, o Autor estuda a conexão das seitas protestantes, como de outras seitas, com o processo capitalista. Mas a tradução de Parsons (do alemão para o inglês) coloca mesmo é a forma “ética protestante”. Seria o caso de perguntar: teriam sido do próprio Autor os títulos mais tarde publicados ou foram dados a critério de tradutores e comentadores de sua obra?...

de “responsabilidade”, pois o termo está um tanto forte, mas é inegável que Max Weber associou os dois movimentos. Como, porém, o Autor já não pertencia a este mundo quando seus escritos começaram a ser divulgados e comentados, podemos admitir que as idéias fundamentais tivessem sido modificadas. J. Wash, em “Sociologia de la Religion” — Ed. Fondo de Cultura faz ressalva à tese de Weber, mas diz que ele “deixou muito por fazer”.

Embora haja outros critérios na interpretação da tese que vincula o sistema capitalista ao Protestantismo, temos a impressão de que um dos elementos de análise deve ser a distribuição geográfica, sem excluir o Catolicismo com a sua ampla organização econômica, pois o Protestantismo e o Judaísmo sempre se expandiram em países de tradição capitalista, como a Inglaterra, Holanda e os Estados Unidos, por exemplo. Os principais núcleos populacionais dos Estados Unidos são oriundos da Inglaterra, com a predominância dos *puritanos*. E a *libra* inglesa tinha muito peso no mundo antigo. Por este caminho talvez seja compreensível, até certo ponto, a relação do Protestantismo com o poder capitalista que se formou em determinados países. Uma relação de coincidência histórica, não propriamente uma relação intencional. O Protestantismo originou-se de uma luta de fé, não saiu, portanto, de nenhuma conjuntura mercantilista. Mas a tese de Weber ficou aberta ao debate. Pode ser até que haja necessidade, hoje, de uma revisão em profundidade.

Quanto a nós, justamente pelo fato de estarmos fazendo considerações apoiadas em elucidações espíritas, naturalmente não podemos deter o nosso raciocínio por muito tempo neste tipo de discussão, pois quisemos apenas indicar a tese de Weber como ponto de referência em matéria econômica. Talvez por ter dado mais força à iniciativa individual, estimulando o livre exame, como já foi dito, e repelindo imposições conciliares ou de colegiados, tenha alguma coisa que lembre o individualismo capitalista, com todas as características de sua época. Mas é difícil precisar objetivamente um dado concreto pelo qual se possa dizer que o Protestantismo gerou o Capitalismo ou vice-versa.

Do ponto de vista ético, fora das conjecturas sobre o Protestantismo e suas ligações com o desenvolvimento capitalista, já dissemos, tanto quanto nos fora possível, que a economia deve ser informada pela ética, embora pertençam a duas ordens de valores muito diferentes. É a visão espírita, não é demais repetir. A experiência prova que o desenvolvimento econômico e tecnológico sem compromisso com a ordem moral transforma-se em ameaça ao próprio homem, cada vez mais reduzido à condição de simples instrumento de produção. Por isso mesmo, permitimo-nos reproduzir aqui o que escrevemos, a propósito, sob o título “A Máquina e a Fé”:

O suplemento dominical do “Jornal do Brasil” de 30 de abril — 1^o de maio último fez uma síntese, cujas tendências refletem, realmente, a situação atual do mundo: Artur Clarke e Allan Watts. O comentarista apresenta logo duas afirmações categóricas, como que marcando, ou demarcando claramente, duas direções de pensamento. De Artur Clarke: *Só as máquinas poderão salvar-nos*. De Allan Watts: *A religião nos livrará do absurdo*. Estão, aí, como se vê, duas opiniões divorciadas, duas linhas ideológicas inteiramente desencontradas. Os autores, cada qual com um ângulo próprio de observação, tiveram um encontro em N. York, discutiram demoradamente a situação do homem no mundo de hoje e, por fim, seguiram rumos diferentes por não ser possível conciliar as posições. Certamente não conseguiram encontrar um denominador comum entre o pragmatismo da técnica e a transcendência da religião.

Clarke acredita na tecnologia como solução única dos problemas do homem. Watts acredita na religião como força interior. Segundo o resumo feito pelo comentarista do jornal, Clarke não vê, por exemplo, “como a religião, sendo basicamente dogmática e anticientífica, possa ajudar a humanidade”. Justamente por isso, entende ele que não devemos perder tempo com indagações metafísicas... O mundo atual é o mundo da tecnologia, a hora é da máquina, não é da oração. Mas o outro, que vê as coisas pelo prisma religioso pensa, de um modo diametralmente oposto. Diz Watts: “Só a religião será capaz de revolucionar a educação, tornando-a verdadeiramente livre”. Disto se deduz que a libertação do homem está na religião, não está nas técnicas. Diz ele, ainda mais: “Rejeito a tecnologia, como a vê Clarke, e como a vêem muitos cientistas, porque o seu fim último é o controle. Sendo um religioso, nada quero controlar, mas apenas compreender. Prefiro a sabedoria ao poder proporcionado pela técnica, pois esse poder é ilusório. Quanto mais possuímos, mais queremos. É como tentar matar a sede com água do mar. A religião aplaca a sede, inclusive a sede adolescente de perguntar”. E por aí vai. Claro que estamos fazendo a transcrição extraída simplesmente dos comentários jornalísticos, que são um resumo do diálogo entre os autores discordantes.

Na opinião de Clarke, o poder das técnicas é que vai decidir o destino do homem, mas Watts, como já vimos, considera esse poder ilusório. Temos, aí, dois valores que se defrontam: o tecnológico e o místico. Em palavras mais simples: a máquina e a fé. Dois pólos de espírito irreconciliáveis no diálogo: a predominância dos valores objetivos, com Clarke, porque acredita mais na tecnologia; a predominância dos valores subjetivos, com Watts, porque confia mais na força da religião.

*Podemos tirar, de tudo isso, embora apresentado de um modo quase sumário, alguns pontos de referências, começando pelo aspecto histórico. Se é certo que a “História se repete”, como a gente ouve dizer desde criança, o que está ocorrendo agora, pelo menos até certo ponto, é uma repetição de velhas discussões filosóficas. As palavras são novas, as motivações são diferentes, a forma de “armar” os dados pode ser mais interessante, porém a problemática é a mesma de outros tempos: o desentendimento entre o objetivo e o subjetivo. Antigamente não se falava em tecnologia, não se usavam alguns termos correntes na linguagem de hoje, mas a tônica do problema não mudou tanto, como parece. Havia, no passado (sec. XVIII e XIX) uma luta aberta entre a metafísica e o espírito positivo. Também se dizia, já naquele tempo, que era preciso abandonar as indagações de ordem transcendental. O mesmo fosso, o mesmo abismo entre a ciência e a religião. Naquele tempo se falava insistentemente em **sobrenatural** palavra que já não está mais em circulação, mas também hoje, empregando palavras diferentes, os partidários das soluções objetivas dão muita ênfase ao “espírito positivo” tal qual se proparava no século passado. Temos, aí, “pensamento positivo”, raciocínio positivo, “soluções positivas”, e assim por diante... É um estado de espírito em tudo e por tudo semelhante àquele que tomou corpo e fez escola na época do Positivismo. Nem tudo é novo, como se pensa.*

*O espírito positivo do século XIX consistia exatamente em desprezar a experiência interna ou subjetiva e valorizar a experiência externa; tomar interesse pelos fenômenos sensíveis e abandonar os fenômenos da vida interior; procurar conhecer o mundo visível e deixar de lado qualquer indagação acerca do invisível. Em suma, as preocupações do homem deveriam concentrar-se no mundo **concreto**, isto é, no campo dos sentidos, desprezando qualquer apelo à metafísica, ao sobrenatural, uma vez que a inteligência humana jamais poderia chegar a essa ordem de problemas. E, por isso mesmo, a ciência positiva responderia pelas soluções de maior interesse, ficando a questão da alma, vida futura, destino, existência de Deus, por exemplo, para o domínio subjetivo, fora da realidade imediata ou exterior.*

É o que estamos vendo, hoje, sob outras rubricas. Também se diz, usando palavras diferentes, mas no mesmo sentido, que já não há lugar para as cogitações extraterrenas, visto como o homem atual dispõe de técnicas e instrumentos para resolver seus problemas sem precisar de crença em “poderes espirituais”. Há uma indisposição muito forte com a filosofia, tal qual se dava no século XIX, quando os homens de “espírito positivo” falavam em metafísica, como se estivessem falando em pura utopia.

A História da humanidade, toda ela, é cheia de experiências e contradições, sempre com alguns períodos de exaltação e exagero. Já houve um período, e todos sabem, de grande apego à fé, querendo colocar o homem acima da Terra, antes de tempo... Houve um período em que se deu muito valor à experiência material, como se fosse a única via pela qual se chegaria ao caminho da verdade. E houve outro período, também de exagero, senão de loucura coletiva, em que se quis divinizar a razão. O culto da razão chegou a tais proporções que se fez até uma procissão, um espetáculo ridículo, com a “deusa da razão” pelas ruas!... E dizia-se: acabou-se a fé, não se precisa mais de religião, não se tem mais necessidade da crença em Deus, porque a razão, a soberana razão é que vai, agora, guiar o homem. Tudo isso se fez, mas tudo isso passou, não é verdade? São reações periódicas.

*É certo que atualmente as coisas não se passam bem assim. Mas que existe uma tendência a hipertrofiar as técnicas e os valores utilitários ou pragmáticos e abandonar a filosofia, a indagação das causas, não há dúvida alguma. Não falta quem diga que o mundo de hoje não é mais para a filosofia, porque é o mundo da tecnologia. E, por isso, no entender de muita gente, a religião deve ser banida definitivamente, porque só serve para “atrasancar” o caminho do progresso... Mas... de que conceito de religião se fala? Naturalmente da forma estática de religião, o ritualismo, o dogmatismo, que sempre se opôs ao raciocínio claro, à investigação, ao progresso. A luta entre o dogma e o espírito científico vem de muito longe. Dogma e ciência realmente são incompatíveis. Mas não é bem de dogma que se trata, no caso da demanda entre a máquina e a fé: o problema está na superposição da tecnologia, alterando a hierarquia natural das categorias humanas. E por quê? Justamente porque se diz que a religião está em falência diante das descobertas científicas e das realizações tecnológicas. O que está em declínio, inegavelmente, não é a idéia religiosa em si, é o dogma, é a fé cega, é o *magister dixit*, é o “medo de Deus”. Tudo isto ainda é sobrevivência do obscurantismo religioso. É preciso não confundir, entretanto, o formalismo das religiões, o culto puramente material, que não vai nem pode ir à intimidade do ser é preciso não confundir este aspecto — com a necessidade da crença, que é inerente à vida interior e se traduz na procura de apoio divino.*

Claro que a religião devocional, a religião da forma e, não, do espírito, terá de ceder lugar necessária e inevitavelmente à evolução, que se há de fazer sentir em tudo: mas não se deve, por causa disto, chegar ao extremo de pretender glorificar a máquina, como se fosse um valor decisivo, ignorando a supremacia do espírito. É nisto que está o

equivoco. A tecnologia resolve muitos problemas (e quem diria o contrário?), remove muitos obstáculos materiais, oferece bem-estar humano etc. etc, mas não pode dar solução aos problemas espirituais, não pode chegar à esfera da consciência no momento em que a criatura humana mais precisa de fé. Não há fórmula matemática, não há traçado geométrico que possa produzir, na alma humana, o efeito renovador e profundo de uma prece, quando sincera, quando a fé realmente é forte e convicta. A época é da máquina — dizem — mas a máquina tem seu lugar determinado no quadro das necessidades humanas, como todos os instrumentos de ação no mundo exterior. Apesar disto, o poder da tecnologia, com todos os engenhos de que seja capaz, não pode ocupar o lugar da religião, que é do foro íntimo. Religião e tecnologia são duas esferas distintas de realidade e necessidade. Mas existe uma ordem racional de valores: a tecnologia pertence aos valores materiais, que têm sua importância e seu momento, mas a religião pertence aos valores espirituais, não pode ser deslocada de sua categoria.

O Espiritismo veio na hora exata, e nenhuma doutrina soube repor as coisas em seus lugares com mais justeza e maior senso de equilíbrio. A doutrina espírita valoriza o esforço das ciências e das técnicas como fruto da capacidade humana empenhando-se cada vez mais em criar melhores condições de vida terrena; mas a doutrina também afirma o primado espiritual, apesar de tudo isso. Pelo fato de dependermos das técnicas em muitas coisas, não vamos ficar escravizados à máquina, desprezando os valores espirituais, as riquezas da cultura, as belezas da criação artística, que são obras do espírito, e também necessárias à vida; pelo fato de já podermos utilizar certos instrumentos, que nos trazem recursos de sobrevivência na luta constante contra o meio físico, não vamos desprezar a fé nem desdenhar a prece, que é um recurso insubstituível nos momentos mais agudos de nossas experiências.

A Doutrina Espírita, finalmente, não veio formar devotos, não preconiza um tipo de vida puramente mística, assim como não quer que nos entreguemos demasiadamente à oração, esquecendo os deveres ou compromissos de ordem material, mas a doutrina ensina, ao mesmo tempo, e com acerto, que não nos devemos agarrar demais aos interesses terrenos, porque tudo isso é transitório. Então, no debate entre as duas tendências em choques — a que se inclina mais pela máquina e a que se identifica mais com a fé — o caminho que a doutrina espírita nos aponta é o do meio termo, evitando sempre a inversão da ordem natural das coisas: no momento das necessidades materiais, é o instrumental

das ciências e das técnicas que resolve os problemas; no momento das necessidades espirituais, é a fé que sustenta e ilumina. E sem a fé, mas a fé em termos de convicção, não há força interior, por mais poderoso que seja o aparelhamento tecnológico.

REVISTA INTERNACIONAL DE ESPIRITISMO
Matão — S.Paulo (Junho 1.972)

IX

A ORDEM ECONÔMICA E A ORDEM MORAL

Pelo fato de termos insistido muito na significação da reforma moral do elemento humano na condução de uma reforma social capaz de realizar uma distribuição de riqueza realmente justa e, portanto, humanitária, recebemos críticas, aliás muito amigas, assim que saiu a 1ª edição deste livro. Objetou-se então que estávamos “fora da realidade”, pois as soluções econômicas independem de considerações morais. Ainda mais: “Antes de pensar na modificação do homem, que se pense nas modificações estruturais”, e assim por diante. Em capítulo anterior já definimos a nossa maneira de pensar, aliás com vistas à Doutrina Espírita. Repetimos, no entanto, que a reforma das estruturas sócio-econômicas não exclui a necessidade da reforma individual. Nada impede que os dois objetivos se encaminhem pela via pacífica da simultaneidade. Queremos, como sempre, desprezar o amontoado

da sutilezas verbais e as fórmulas enigmáticas, tão do gosto de certa literatura econômica, e observar os fatos como a experiência do dia-a-dia no-los apresenta: a reforma de uma estrutura sem o melhoramento do homem, sem uma preocupação moral mais elevada não é suficiente por si só, justamente porque lhe falta a base de sustentação. E quantas e quantas estruturas colossais já foram transformadas e engrandecidas pelo dinheiro e pela técnica, mas desmoronaram com prejuízos incalculáveis! Muitas.

E por que não se agüentaram? Por falta de capacidade humana? Não. Por falta de recursos materiais? Não. Mas por falta de ordem na gestão do dinheiro alheio, falta de escrúpulo administrativo. Em suma, um patrimônio imenso, uma organização estrutural solidamente alicerçada no dinheiro e no melhor aparelhamento tecnológico, porém muito deficiente do ponto de vista moral. Os argumentos formais ou acadêmicos não destroem os fatos. Para demonstrar que não estamos “fora da realidade” quando encarecemos o fator moral no plano sócio-econômico, tanto quanto no plano político, vamos invocar dois depoimentos de homens públicos completamente estranhos às idéias que professamos. De Harold Laski, que fora uma das figuras proeminentes do Partido Trabalhista britânico, político anticonservador: “O único tipo de Estado a que devemos fidelidade é o Estado em cuja existência descobrimos uma base mnoral”. (“O Estado Moderno”, transcrição de 1.948). F.Nitti, pensador político, envolvido nos acontecimentos conexos à segunda guerra, admite que “existem vários fatores de ordem econômica que podem contribuir para criar-se um meio apto ao desenvolvimento de uma moral superior”, mas afirma, ao mesmo tempo, que “nenhuma transformação de ordem econômica pode modificar o estado presente de insegurança e de instabilidade se não é acompanhada de transformações de ordem moral”. É exatamente a postura que nos propõe o ensino espírita.

Ainda que possa parecer redundante, a ordem social não pode ter base exclusivamente material, pois também lhe é indispensável a ordem moral. Combate-se hoje, por exemplo, em terreno comum, a exploração do fraco pelo forte, do pobre pelo rico, do ignorante pelo letrado, e assim por diante. Aliás, a pregação do Cristo veio sempre ao encontro dos que tinham “sede de justiça”. O espírito do Cristianismo, isto é, a pura doutrina trazida e espalhada pelo Mestre, é visceralmente contrária à exploração. No momento atual, pelo menos em determinadas circunstâncias, já vimos cristãos, marxistas, espíritas, positivistas e partidários de outras doutrinas tomarem posições concordantes neste ponto. Ninguém, afinal, em sã consciência apóia a

injustiça, a não ser por força de uma deformação incorrigível. Independentemente de sua condição de crente evangélico, marxista, espírita, anarquista ou lá o que seja, qualquer pessoa sensata sabe distinguir muito bem um ato decorrente de uma necessidade individual ou coletiva, ainda que imposto com energia, e um ato de exploração, venha de onde vier.

A origem do antagonismo entre as coisas de Deus e as de César está no falso pressuposto de que as ações da terra confinam com a terra e por isso não têm relação alguma com as ações da vida espiritual. Tal concepção que já serviu muitas vezes para *justificar* transações ilícitas ou *acomodar* situações comprometedoras criou o abismo entre o que é da terra e o que é de Deus, como se o mundo material não tivesse comunicação com o mundo espiritual. Chegou-se, em consequência dessa interpretação, à seguinte realidade: para as coisas de ordem espiritual, o indivíduo tem a moral religiosa, a moral que se cultiva nos templos, nos atos de fé; para as coisas da terra, isto é, para os negócios, para as atividades materiais, o indivíduo adota moral diferente, outra moral, a do oportunismo ou da acomodação, exemplo, dentro da qual tudo é *lícito*, contanto que haja êxito.

Para o indivíduo que interpreta a história sob o ponto de vista materialista, que vê na evolução social exclusivamente o fator econômico, as ações deste mundo não têm repercussão da vida espiritual. Para o espiritualista, porém, que vê no processo histórico a conjugação de forças harmônicas oriundas do espírito e da matéria, afirmando-se ao mesmo tempo o fato biológico e o princípio espiritual, as atividades humanas, embora circunscritas à terra, são responsáveis perante DEUS. Prevaecem, porém, as leis peculiares tanto à matéria como ao espírito.

O fato econômico, portanto, embora seja parte integrante da ordem material, não está inteiramente fora da ordem moral, desde que se tenha concepção imortalista da História. Não a 'concepção idealista' da escola hegeliana, mas a interpretação da História à luz da crença na imortalidade do espírito. Ratzel admitiu o determinismo geográfico na urdidura da História. Sua concepção da 'geografia social' é bem avançada. Por associação de idéias, quando se trata do homem — elemento capital da História —, logo se pensa na terra, porque não se compreende o valor humano sem o meio físico, como não se admite a existência de peixe sem água. Marx viu no fator econômico uma força determinante da História, concepção que não se concilia com o Espiritismo. Gobineau partiu da desigualdade das raças humanas para explicar a História.

A “concepção etnológica” desse *nobre* racista exaltou o preconceito racial, convertendo-se em filosofia política de conseqüências maléficas para o mundo. Gobineau era *conde*, cultivava naturalmente o orgulho de sua origem aristocrática, circunstância que não deixou de ter influência no pensamento de sua doutrina, já pela educação, já pela própria inclinação de seu espírito. (O Conde de Gobineau esteve no Brasil como representante diplomático da França junto ao governo imperial a exemplo de outros estrangeiros — naturalistas, escritores, artistas —, correspondeu-se, depois, com o Imperador Pedro II, que era grande admirador dos homens de estudo, embora tivesse idéias inteiramente opostas às do antigo diplomata francês.) A teoria de Gobineau, com a sua perigosa interpretação da História, concorreu para a formação da mística raça pura de povo superior causadoras de tantas tragédias. Em nome dessas idéias, tão desastrosas como inconscientes, o hitlerismo transformou o preconceito racial em “razão de Estado”, criando a chamada *política do sangue puro*, apoiada em base superficial e duvidosa, além de contrária à fraternidade humana pregada pelo Cristo. Freud interpretou a História de outro modo, dando muita ênfase aos “complexos individuais”, sem considerar a importância dos conflitos morais, das lutas ideológicas, por exemplo.

Como se vê, a interpretação da História pode trazer muitos erros, muitos choques, muita desordem material e espiritual, em função de sua base filosófica. A concepção teológica atribui a forças sobrenaturais todo o mecanismo da evolução geral. É verdade que da escola agostiniana até Bossuet, período equivalente a sucessivas e inevitáveis transformações na história do pensamento humano, há um curso de idéias nem sempre uniforme, visto que certas teorias não se conservam inteiramente fechadas a retificações posteriores. Mas entre a concepção teológica (subordinação da História a desígnios sobrenaturais) e a concepção materialista (subordinação da História ao fator econômico) deve prevalecer não propriamente uma conciliação forçada e sim o princípio da reciprocidade, regulador da harmonia entre o mundo espiritual e o mundo material. O organismo humano começa a mostrar a evidência desse princípio como o paralelismo psicofisiológico. A vontade divina preside a toda a criação, mas a sabedoria dessa vontade suprema e onisciente está justamente na distribuição das leis, nunca no arbítrio ou no acaso. A interferência da ação divina nos atos humanos não se confunde com a presença de Deus nas mínimas coisas de nossa economia interna. A vontade divina rege o Universo, estabelece leis, mas não se vai admitir que Deus fique sujeito às mutações da matéria. Deus criou a natureza, mas nem por isso se crê que Deus esteja dentro de uma rocha ou plasmado nas formações geológicas. Tal suposição

levaria à descrença e à zombaria. A Doutrina Espírita esclarece a questão do seguinte modo: “Não se podem aliar as propriedades da matéria à idéia de Deus, sem que ele fique rebaixado ante a nossa compreensão, e não haverá sutileza de sofismas que cheguem a resolver o problema de sua natureza humana. A inteligência de Deus se revela em suas obras como a de um pintor no seu quadro; mas obra de Deus não são o próprio Deus, como o quadro não é o pintor que concebeu e executou”. (O LIVRO DOS ESPÍRITOS, Cap. I)

Deus não interfere na ordem econômica para dizer ao homem quando deve plantar milho, arroz ou cenoura, nem para indicar os instrumentos que devem ser empregados na lavoura — o arado ou a charrua — porque este círculo de ação é do mundo material, tem suas leis, sua organização dentro do campo em que o homem pode deliberar conscientemente, de acordo com o seu livre arbítrio. Diz O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO: “Para trabalhos que são obra dos séculos, teve o homem que extrair os materiais até das entranhas da terra; procurou na ciência os meios de os executar com maior segurança e rapidez. Mas, para os levar a efeito, precisa de recursos: a necessidade fê-lo criar a riqueza, como o fez descobrir a ciência.”

Por aí se ve que o Espiritismo, conquanto sustente o princípio imortalista, buscando na reencarnação ou doutrina das vidas sucessivas a explicação filosófica das desigualdades humanas, não tem concepção absolutamente providencialista da História. Se a doutrina espírita reconhece, como aí se lê, que a NECESSIDADE fez o homem criar a riqueza, isto é, promover o desenvolvimento econômico, aperfeiçoar os meios de que carece para aumentar a produção e aproveitar os recursos da terra, evidentemente o homem não deve nem pode abrir mão de seu livre arbítrio para esperar que a natureza trabalhe por si mesmo ou que a inteligência divina se imiscua nas atividades privadas, na orientação das minúcias e particularidades do plano material. Tal interpretação da História, excluindo a responsabilidade humana dos atos concernentes à ordem material, conduziria inevitavelmente ao transcendentalismo puro.

Existem leis em toda a Natureza. Cabe ao homem, impelido pelas necessidades, descobrir essas leis por esforço próprio, o que lhe permitirá encontrar em Deus a casa de toda a construção universal. Há muita diferença, portanto, entre reconhecer em Deus o criador das leis fundamentais do Universo e esperar que Deus venha dirigir uma por uma as atividades concernentes às relações do homem com a Natureza. Se assim fosse, não haveria mérito na obra do homem, ou a obra, em suma, não seria do homem.

A ordem econômica obedece às leis que lhe são inerentes. O lavrador sabe, por experiência, qual a estação do ano em que pode plantar tomate; se, porém, tentar fazer plantações fora da estação própria, certamente sofrerá as conseqüências, terá prejuízo, perderá o tempo. *Castigo de Deus?* Não, desobediência a uma lei da natureza: cada cultura tem sua época. O homem é livre, mas a sua liberdade não pode ultrapassar a organização da natureza. Ninguém tentaria plantar laranjas em terras impróprias. Seria necessário que o plano divino viesse dizer ao homem qual a terra que serve para a cultura do milho ou de frutas ácidas? Não, pois os recursos da ciência, a observação e a prática, assim como o estudo das leis relativas aos fenômenos da terra, permitem ao homem conhecer as diferentes propriedades, a composição dos terrenos, a influência do clima, etc. Seria inútil, por exemplo, tentar introduzir a cultura de *tâmara* ou de *damasco* em qualquer ponto do Brasil sem saber se o terreno aceita a nova cultura ou se a tamareira conserva a mesma capacidade produtiva quando retirada do seu verdadeiro *habitat*

A inteligência do homem há de render-se à sabedoria de leis contra as quais não há recurso que prevaleça. Ninguém poderia forçar uma região pedregosa a produzir, por exemplo, cereais, cujas sementes não podem germinar em qualquer terreno. Diz-se vulgarmente que 'a Natureza tem seus caprichos', seus mistérios. Não há capricho nem mistério: a natureza tem as suas leis. Quando o homem começa a entrar no conhecimento da natureza, cuja *revelação* exige estudo e trabalho, vai observando e compreendendo melhor a harmonia dessas leis.

Deus não vem dirigir diretamente a ordem econômica, cujos fenômenos devem ser interpretados à luz da ciência, por meio dos instrumentos de que o homem dispõe. A Agronomia estuda leis que interessam ao conhecimento da terra na parte em que as condições do solo têm mais relação com a ciência econômica: a produção. Indiscutivelmente, o bom aproveitamento da terra, para produzir bem, depende da existência de elementos indispensáveis, como argila, húmus, calcáreo, por exemplo. Ora, se determinada porção de terra tem muito calcáreo e pouca argila, com teor de húmus insuficiente, deve o homem procurar, nas próprias leis da terra, a explicação do ressecamento do subsolo ou de qualquer outra alteração, a fim de encontrar a causa de fenômenos que lhe são desconhecidos. Ninguém iria pedir a Deus o milagre de transformar em terra fértil e abundante uma terra defeituosa por falta de substâncias de valor decisivo na produção, porque tal pretensão seria anticientífica. Deus não derroga as leis da

natureza, mas permite ao homem descobrir essas leis, à proporção que se lhe apresentam problemas circunscritos ao mundo que vive. A inteligência divina manifesta-se por meio das leis e não pela prepotência de uma soberania violenta, que se compraz em subverter a ordem que ela mesma estabelece. Busquemos orientação na doutrina: ‘Deus não faz milagres, porque, sendo, como são, perfeitas as suas leis, não lhe é necessário derogá-las. Se há fatos que não compreendemos, é que ainda nos faltam os conhecimentos necessários’. (Allan Kardec, A GÊNESE, cap. XII).

O homem conhece as leis do mundo físico, reguladoras das relações indispensáveis à vida no plano terreno, mas se torna igualmente indispensável o conhecimento das leis do mundo moral. Justamente na harmonia entre as duas ordens de leis — a do mundo físico e a do mundo moral — é que está a afirmação de uma inteligência suprema. Na ciência política e na economia, estudamos leis e princípios, assim como, no contacto com as ciências exatas, operamos com instrumentos de pesquisa quando queremos verificar a exatidão de uma teoria. Mas logo somos obrigados a nos defrontar com problemas filosóficos, de natureza especulativa, quando desejamos saber qual o fim dos trabalhos, das pesquisas que realizamos. Agora, nesta nova ordem de idéias, vamos tratar, não mais com o mundo físico, mas com o mundo moral. A questão, uma vez formada no espírito, escapa ao círculo de correspondência com os sentidos humanos, porque pertence ao foro da consciência.

A tese espírita demonstra, como consequência das relações entre o mundo físico e o mundo espiritual, que toda a riqueza da terra deve ter fim útil, aplicação honesta, porque o espírito, que é imortal, que sobrevive à matéria, responde pelos desvirtuamentos dos bens materiais, pela desobediência às leis da moral divina. A doutrina condensa esta parte no quadro da Leis Morais.

Sem aceitar o panteísmo que confunde Deus com o mundo, a causa com o efeito, a inteligência com o objeto, o Espiritismo interpreta a História sem, também, admitir a exclusão das formas materiais, o que seria o mesmo que ver em tudo uma espécie de fatalismo ou absolutismo da vontade divina. Sem apelar, finalmente, para o idealismo puro, recusando, porém a interpretação materialista da História, o Espiritismo nos leva à convicção de que a ordem econômica não pode dispensar a ordem moral. A ciência econômica jamais proporcionará o bem estar aos homens, enquanto o mundo dos negócios não se inspirar na Justiça, no comedimento, na honestidade pessoal. Convém, mais uma vez, pedir luzes à Doutrina Espírita: “Os males, porém, mais

numerosos, são os que o homem cria pelos seus vícios, os que provêm de seu orgulho, do seu egoísmo, da sua ambição, da sua cupidez, de seus excessos em tudo. Aí a causa das guerras e das calamidades que estas arrastam, das dissensões, das injustiças, da opressão do fraco pelo forte, da maior parte, afinal, das enfermidades'. (Allan Kardec - A GÊNESE, cap. III).

É bom repetir que a solução do problema social não depende exclusivamente da reorganização ou do aparelhamento dos meios econômicos. A reforma econômica reclama a reforma moral. A riqueza pode tornar um país muito próspero, mas não faz um povo feliz sem que desapareçam os vícios, a injustiça, os abusos estimulados pela própria riqueza. O *denominador comum* de todas as reformas está, portanto, na reforma moral do homem.

Vamos, pois resumir a tese:

- a) pelas leis que regem a ciência econômica, o homem obtém a riqueza;
- b) pelo conhecimento das leis morais, o homem sabe o uso que deve fazer da riqueza.

Nota explicativa ao Capítulo IX

Deolindo Amorim trabalhava no capítulo IX deste livro quando foi interrompido pela doença que acabou por levá-lo à desencarnação. Iniciara o capítulo, como se vê, por uma reiteração de seu firme posicionamento doutrinário, segundo o qual "a reforma das estruturas sócio-econômicas não exclui a necessidade da reforma individual", antes exige a integração de uma na outra. É que havia recebido críticas — que na sua inesgotável tolerância e mansidão, classifica de 'muito amigas' e julgou de seu dever reafirmar seu ponto de vista, pois não o abalara o 'argumento' de que poderia com isso estar 'fora da realidade'.

Ficou-nos o problema de como dar seqüência ao capítulo por ele iniciado e levado até o período em que declara que 'qualquer pessoa sensata sabe distinguir muito bem um ato decorrente de uma necessidade individual ou coletiva, ainda que imposto com energia, e um ato de exploração'

Após cuidadoso estudo de seu texto, resolvi concluir o capítulo com o seu próprio material (capítulos XXV, XXVI e XXVII da primeira edição de sua obra), que me pareceu uma seqüência natural ao tema que ele vinha desenvolvendo quando foi chamado de volta à pátria espiritual.

Como sempre, respeitei a integridade de seu texto, limitando-me a duas transposições para que o capítulo tivesse conclusão natural de

sua própria autoria. Aliás, ele também realizou inúmeras dessas transposições e deslocamentos no decorrer do seu trabalho de atualização do livro com vistas a esta segunda edição. Estou certo de não tê-lo feito com a mesma competência. O Espiritismo, contudo, nos ensina que somos avaliados, não tanto pelo que conseguimos levar a bom termo, quanto pelo esforço que desenvolvemos em acertar.

HCM

SEGUNDA PARTE — HERMINIO C. MIRANDA

PARÊNTESE PARA UMA EXPLICAÇÃO

C Cerca de vinte anos após ter sido publicada a primeira edição de O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS, Deolindo Amorim resolveu preparar uma reedição de há muito desejada pelos seus leitores. Não quis, porém, mandar reimprimir o livro tal como fora escrito. O Espiritismo continuava sendo o mesmo nas suas estruturas doutrinárias — a verdade é intemporal — e não se podia dizer que os problemas cogitados na sua obra houvessem mudado substancialmente, pois a natureza humana tem as suas constantes, mesmo dentro da mutação. Forçoso era reconhecer, no entanto, que, reexaminados sob a ótica espírita, importantes aspectos estavam a exigir diferentes enfoques e se apresentavam sob outra escala de prioridades. Em suma: o livro precisava de uma atualização que o colocasse em sintonia com os novos tempos.

Com essa idéia em mente, Deolindo começou a trabalhar sobre o texto de 1948. Outros compromissos doutrinários, contudo, solicitavam sua atenção, além de suas atividades profissionais. Ele escrevia para jornais leigos, como jornalista profissional, e colaborava generosamente em grande número de publicações espíritas no Brasil e no Exterior. Durante quase trinta anos foi de um devotamento sem par ao seu querido Instituto de Cultura Espírita e nunca deixou sem resposta as cartas que recebia de toda parte.

A revisão ia ficando, assim, na dependência de suas escassas disponibilidades de tempo. Somente em 1983, já aposentado, conseguiu dedicar-se mais ao livro. Lamentavelmente, a essa altura, a saúde já não era mais o que fora até ali. Acresce que a tarefa, como sempre acontece em tais casos, foi além de suas expectativas, ultrapassando de muito o modesto projeto inicial de simples revisão e atualização. Disse-me ele mais de uma vez, pessoalmente e ao telefone, que o livro seria praticamente outro, tão radical estava sendo o processo de ampliação dos temas em debate e de refusão do texto. Não se tratava de uma atualização relativa a uns poucos anos, mas a trinta e cinco, espaço cronológico superior ao de uma geração. Como a civilização carrega consigo um fator específico de aceleração, vai ficando cada vez mais complexa nas suas estruturas e mais veloz no seu ritmo evolutivo. Com isto, agravam-se, como que numa reação em cadeia, os problemas humanos, surgem aspectos inesperados de comportamento individual e coletivo, muda, enfim, a face da sociedade.

Que reflexões tem o Espiritismo a oferecer ante o problema do aborto, por exemplo, que mal aflorava em 1948? Ou do homossexualismo? E sobre as drogas, o que teria a dizer? E sobre o divórcio ou a educação?

Tornara-se necessário confrontar a nova realidade social, política, econômica e religiosa com as sólidas e sempre confiáveis estruturas da Doutrina Espírita. Em outras palavras: a temática do livro continuava a mesma e, por conseguinte, o seu expressivo título, O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS, mas o arranjo e a apresentação da matéria teriam de sofrer profundas alterações.

Essa a tarefa que Deolindo se dispõe a realizar. Dela desincumbiu-se com a sua indiscutível competência, na sua maneira didática de reduzir complexidades ideológicas a um texto limpo e de fácil entendimento e, portanto, de grande poder de comunicação. Só quem pensa claro como ele, sabe escrever com clareza e até mesmo com enganosa simplicidade, sem se perder, nem na profundidade dos conceitos, nem na elevação dos propósitos.

Foi quando começou a falhar o corpo cansado das lutas e desgastes da vida terrena. Com dificuldade, conseguiu chegar até o nono capítulo. Em umas poucas semanas agravou-se consideravelmente o seu estado de saúde. Em abril, 2^a, pela manhã cedo, partiu ao encontro dos amigos do outro lado da vida.

Como eu vinha acompanhando há algum tempo e com interesse compreensível o seu trabalho, procurei saber da sua devotada esposa e nossa querida confreira Delta, em que pé estava o livro que, infelizmente, ficara inacabado.

Deixar de publicá-lo era impensável. A alternativa de publicá-lo incompleto certamente não seria do agrado do companheiro que partira. Ofereci-me para concluir a tarefa do caríssimo amigo, com o qual convivera durante cerca de duas décadas. Era o mínimo que podia fazer por ele. O gesto, algo temerário, assumia para mim as características de uma singela homenagem não apenas a Deolindo, como ao seu amplo e fiel público leitor.

Delta acolheu a idéia com satisfação e, depois de uma conversa com os filhos, confiou-me prontamente o material no qual o nosso irmão maior vinha trabalhando.

Confesso que tive um momento de hesitação. Assumira responsabilidade acima de meus recursos e além de minhas limitações. Seria deselegante, contudo, recuar. Li todo o material, consultei a documentação sobre a qual ele trabalhara nos últimos meses e o texto da primeira edição do livro, profusamente anotado na sua letra esmerada, elegante e nobre. Cautelosamente comecei a traçar um esquema do trabalho que me competia, pois ele não deixara escrito o roteiro que pretendia desenvolver. Em primeiro lugar, é evidente, teria de ser escrupulosamente respeitado o texto do ilustre confrade, até o ponto em que o levara e partir daí em diante, afinado, tanto quanto possível, com o seu pensamento e sua técnica expositiva, o que não é pouco ambicionar.

A idéia foi a de permitir ao leitor identificar com nitidez o que escreveu Deolindo pessoalmente e o que e como eu julguei que Deolindo escreveria, se houvesse permanecido mais algum tempo entre nós.

Seria ingenuidade nutrir a ilusão de que tenha alcançado tais objetivos que, como ficou dito ainda há pouco, são ambiciosos, raiando pela temeridade. Não houve a intenção de imitar o estilo do caro amigo, nem isto seria possível, mesmo porque cada escritor tem suas peculiaridades estilísticas e sua maneira pessoal de armar os

argumentos expositivos. Estive sempre atento, contudo, a fim de reduzir os riscos de uma deformação ideológica que resultasse em prejuízo à obra do querido amigo. Afinal de contas, não apenas são os mesmos os parâmetros aferidores da Doutrina Espírita, como tive o privilégio e a alegria de observar, ao longo dos anos de convivência com ele, que se afinava bem o nosso pensamento no campo doutrinário.

— Sempre que se prepara nova edição de um livro — escreveu ele nas suas “Considerações sobre a segunda Edição” de um dos seus clássicos — **ESPIRITISMO E CRIMINOLOGIA** — geralmente o autor (ou alguém por ele, no caso de não estar mais no mundo terreno) acrescenta algum texto, capítulo ou nota explicativa.

A observação não assume o tom da profecia e nem para isso foi concebida, mas acabou tornando-se uma realidade para este livro.

Sou, portanto, e com muita honra, aquele alguém que acrescentou texto, capítulo e nota ao trabalho inacabado do competente e estimado pensador espírita.

Um dia saberei o que achou ele da minha modesta contribuição. Enquanto isso, resta-me a esperança de que não haja, com a minha insolicitada interferência, comprometido o trabalho do amigo.

Não terei ambicionado outra recompensa senão esta.

Hermínio C. Miranda
Rio, 1º de julho de 1984

X

EDUCAÇÃO — O Aprendizado da Vida.

Para definições compactas e abrangentes nada melhor do que recorrer a um bom dicionário. O que se deve entender por EDUCAÇÃO, por exemplo? Responde o Aurélio:

— Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.

O espírita razoavelmente bem informado não hesitaria em subcrever o conceito formulado pelo eminente dicionarista. Isto porque encontramos ali algumas das idéias básicas sobre as quais se apóia a estrutura do pensamento doutrinário.

A primeira delas, pela ordem, é a de *desenvolvimento*, pois o Espiritismo é doutrina essencialmente evolucionista, sempre a entrever espaços abertos à frente e acima, pelos quais a criatura humana deve prosseguir a sua jornada rumo à perfeição.

Em segundo lugar, encontramos ali a implícita noção do potencial humano (capacidade) dentro do dualismo corpo/espírito. Em outras palavras *somos* espíritos, mas *estamos* temporariamente ligados a um corpo físico.

A correta metodologia educacional, portanto, será de cuidar do componente espiritual sem, contudo, deixar de proporcionar ao corpo físico as condições adequadas, pois é este o instrumento de trabalho como o qual o espírito atua no ambiente material da Terra. Por mais bem dotado que seja do ponto de vista intelectual, o espírito não poderá jamais revelar todo o seu potencial se estiver preso pela reencarnação a um corpo físico com graves deficiências cerebrais, por exemplo. Como poderá um *virtuoso* do violino ou do piano tocar tudo o que sabe e pode num instrumento desafinado, de cordas arrebitadas, de sonoridade defeituosa? De que maneira o escultor poderia modelar uma obra-prima na madeira ou no mármore se não dispõe de instrumentos apropriados e em boas condições operacionais?

Há, portanto, uma dicotomia no ser humano, ou seja, dois aspectos distintos que exigem tratamento diferenciado, mas integrado, visando a uma finalidade única: a otimização de suas condições evolutivas. É tanto necessário cuidar do corpo físico quanto do componente espiritual do ser encarnado para que os dois aspectos de uma só realidade possam funcionar harmoniosamente numa integração proveitosa a ambos. O ser humano precisa do corpo para realizar no mundo material as tarefas necessárias ao seu desenvolvimento, ao seu progresso, ao resgate de suas faltas, ao reajuste, enfim, de seu espírito.

Podemos ainda observar que na conceituação do processo educacional o dicionarista caracteriza com propriedade dois aspectos fundamentais: o intelectual e o moral.

Também neste ponto o Espiritismo tem algo a dizer. E não apenas concordar com a colocação, mas enfatizá-la, dado que se trata de aspecto de considerável relevo no ideário espírita. Entende a Doutrina que conhecimento e moral devem caminhar de mãos dadas, lado a lado, ombro a ombro, ou, na imagem costumeira dos expositores, como duas asas de um pássaro que sonha com as alturas e deseja levantar vôo.

A insistente lição da História é a de que o conhecimento sem a dosagem certa de moral tem sido desastroso, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade em que ele atua, especialmente quando aquele é dotado de poder de decisão sobre esta. Quanto mais inteligente e culto o ser humano, maior é o seu potencial de influência sobre o meio

em que vive, seja escrevendo livros, manipulando computadores, planejando estratégias políticas ou gerenciando negócios de vulto. Se a sua capacidade empreendedora estiver divorciada da moral, pode a criatura empenhar-se, com extraordinária criatividade e habilidade, no comércio de entorpecentes, apenas porque é uma atividade altamente lucrativa. Ou inventar novos meios e instrumentos de matar gente em grande quantidade e com eficácia. Que lhe importam as conseqüências morais do seu procedimento? Ou as responsabilidades que está assumindo perante as leis divinas, que, obviamente regulam o universo? Em vista das suas estreitas conexões com o problema da educação, há, ainda, a considerar o caso particular da pesquisa científica que tem sido objeto de agitados e inconclusivos debates, em razão dos dilemas que encerra. É que, em princípio, o cientista ou pesquisador não se preocupa com a finalidade e utilização das suas descobertas. Quando Einstein concebeu a equação matemática da energia, certamente não estava cogitando de que ela seria utilizada para viabilizar o processo de produção de bombas de inconcebível poder destruidor. Em si e por si mesma, a fórmula genial não contém implicações éticas, mas o que dela se pode tirar, sim, como se viu em 1945, quando Hiroshima e Nagasaki foram quase varridas do mapa, com grande parte de seus habitantes. Já na carta que endereçou ao Presidente Franklin D. Roosevelt expondo-lhe a possibilidade de produzir artefatos nucleares, Einstein tomou uma decisão de graves implicações morais. Tanto quanto foi de extrema gravidade a decisão do Presidente Harry Truman, algum tempo depois, ao autorizar o bombardeio das duas cidades japonesas.

Sabemos das razões invocadas em apoio de tais decisões, a de Einstein, ao escrever sua carta a Roosevelt, e a de Truman, ao inaugurar a era nuclear. O argumento decisivo foi o de que se recorria a um mal menor para neutralizar o maior. Julgou-se mais conveniente destruir cerca de 200 mil pessoas — sem contar milhares e milhares que ficaram mutiladas ou transmitiram deformações genéticas aos descendentes — do que deixar seguir a guerra por tempo indeterminado, com resultado incerto.

A questão é, reconhecidamente, de difícil avaliação. Creio, porém, que muita gente hoje não consegue admitir a idéia de que o emprego bélico da energia nuclear tenha sido “um mal menor”.

Estavam certos? Estavam errados? Não é da nossa competência julgá-los, mas convém lembrar que o problema jamais teria sido suscitado se os seres humanos se entendessem como irmãos, que

somos todos, amando-se uns aos outros como recomenda o mandamento maior que o Cristo colocou como lei suprema no âmbito das relações humanas.

Aspectos ainda mais delicados e complexos têm sido suscitados pelas pesquisas no campo da genética. É lícito — perguntam muitos — interferir nos mecanismos e processos da reprodução humana? É aconselhável (e viável) criar e implementar um código de ética para a pesquisa científica em geral e, em especial, para aquelas que manipulam, em última análise, seres humanos? Duas correntes poderosas e aparentemente irreconciliáveis movimentam-se nesse campo de especulação. Diz a primeira que qualquer tipo de restrição à pesquisa, ao estudo, à educação, enfim, que é o tema deste capítulo, seria fatal ao desenvolvimento da ciência porque inibiria a capacidade criativa do ser humano. Se de um lado ficariam, em tese, excluídas as conseqüências danosas à comunidade, de outro, deixariam também de ser criadas condições francamente favoráveis e desejadas pela sociedade. O argumento é ponderável.

Alega a segunda corrente que, em regime de total liberdade, a pesquisa envereda com freqüência pelos subterrâneos do mal, em franco desrespeito às implicações éticas envolvidas. A lista das possibilidades é, de fato assustadora. A pesquisa desligada de compromissos éticos pode criar bactérias ou venenos mortíferos para ganhar uma guerra de conquista, bem como armas e equipamentos eletrônicos de destruição e espionagem a serem usados por estados prepotentes ou por organizações criminosas, para impor condições inaceitáveis a comunidades inteiras. Ou criar seres monstruosos destinados a finalidades espantosas. O sensitivo americano Edgar Cayce informou que antiquíssimas civilizações terrenas desaparecidas produziam verdadeiros robôs humanos comandados por eletrodos implantados no cérebro. Se isto é verdadeiro ou não, não vem ao caso aqui; cogita-se é de que tais possibilidades e outras muitas, com as quais nem sonhamos, possam materializar-se de uma hora para outra em instrumentos ou processos diabólicos, criados por mentes totalmente despreocupadas dos aspectos morais de suas descobertas.

Vemos, portanto, que a falta de uma ética adequada na estruturação do processo educacional pode acarretar conseqüências calamitosas para toda a comunidade humana.

E com isto chegamos ao aspecto final da definição proposta pelo competente dicionarista prof. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, ou seja, o de que a educação deve levar à melhor integração do indivíduo na sociedade.

Seria contraditório e moralmente inaceitável um processo educacional que treinasse e produzisse indivíduos anti-sociais. Como assinalou Deolindo Amorim, no texto de sua responsabilidade neste livro, a Doutrina Espirita entende o ser humano como entidade eminentemente social, ao destacar que ele não vive só. É nas inúmeras comunidades espalhadas pelo mundo que homens e mulheres convivem, aprendem, trabalham e buscam suas realizações pessoais. A idéia diretora de toda essa programação humana é a educação física, intelectual e moral do ser humano, visando à sua melhor integração individual e social, como define Aurélio.

A visão retrospectiva na História da Educação revela que os gregos antigos foram o povo que mais perto chegou do modelo educacional voltado para o desenvolvimento harmônico do jovem, mediante emprego de métodos que atendessem, ao mesmo tempo, os cuidados com o seu componente físico (ginástica, esportes competitivos, etc.) e com o aspecto espiritual (conhecimento e moral), tudo isso com a finalidade de torná-lo um bom cidadão, ou seja, uma personalidade adaptável às condições sociais vigentes.

O sistema educacional grego não deixou de preservar algumas distorções devidas a prioridades locais ou a conceitos e preconceitos vigentes. Foi, por exemplo, uma educação elitista, isto é, voltada para as classes mais abastadas — processo que lamentavelmente ainda prevalece, se bem que atenuado. Era extremamente difícil o acesso dos meninos de famílias sem recursos às instituições de ensino. E este é outro aspecto a comentar, o de que somente os *meninos* podiam frequentar colégios; às meninas gregas ficava reservado apenas o aprendizado doméstico, com o objetivo de torná-las boas esposas, mães e donas-de-casa. Era a mentalidade predominante na época.

Por outro lado, o sistema era orientado segundo as preferências e os interesses peculiares a cada cidade-estado. Em Atenas, a ênfase maior era posta no desenvolvimento intelectual, ainda que sem desprezar a cultura física. Por isso dedicavam-se os atenienses mais à especulação filosófica, aos debates, ao questionamento da vida, enfim, enquanto os espartanos eram encaminhados para um modelo nitidamente militarista, no qual predominava o treinamento físico bastante rígido, em regime de caserna, destinado a produzir homens fortes, decididos e preparados para as asperezas da vida, a ponto de suportarem severas privações. A expressão *hábitos espartanos* ficou consagrada para descrever a existência despojada, sem luxos ou comodidades. Não quer dizer isto que não se cuidasse também do desenvolvimento intelectual e sim que se enfatizava a atividade física. O ideal,

como sempre, fica no meio, na moderação, no equilíbrio, que acaba sintetizado na famosa expressão latina: *Mens sana in corpore sano*, ou seja, mente sadia em corpo sadio.

Com o tempo, esse modelo sofreu inevitáveis acomodações. Em lugar das antigas matérias básicas — música, cultura literária ou artística e educação física — começou a derivação para o predomínio da retórica, dado que a oratória bem cuidada e dramática abria caminho para ambições políticas.

O sistema degenerou ainda mais quando até mesmo a retórica perdeu-se numa cultura meramente intelectual e pouco prática.

Em Roma, a educação, sempre voltada para os meninos, foi basicamente doméstica, como que artesanal. O jovem aprendia com o pai, que procurava imitar. Reverenciava os deuses, portava-se virilmente nos exercícios e aprendia a ler e conhecer suficientemente as leis reguladoras da comunidade. Rara ou nenhuma escolaridade. Quando muito, tinha mestres particulares, geralmente escravos gregos. Da Grécia passou a vir também a literatura, que, aos poucos, foi sendo traduzida ao latim.

As escolas que começaram a surgir mais tarde dedicavam-se ao ensino da gramática e da literatura, suplementadas pelas que ensinavam a indispensável retórica, que, como na Grécia, também acabou sem nenhuma finalidade prática.

Foi nesse clima de decadência cultural que o Cristianismo introduziu seus primeiros impulsos renovadores. Mantinham os cristãos escolas catequéticas, para o ensino religioso, mas não rejeitavam a cultura geral. Para Clemente de Alexandria (150-217) e Orígenes (185-253), o Cristianismo era o ápice da filosofia; mas entendiam também que somente pelos caminhos normais da cultura liberal chegaria o cristão ao verdadeiro entendimento da sua religião. Do contrário, poderia viver a sua fé obedientemente, mas sem compreender os seus mistérios.

Identifica-se aqui curiosa e inesperada simetria que merece especial destaque nesta exposição. Também Deolindo Amorim sempre entendeu que o Espiritismo pode e deve conviver fecundamente com a cultura geral. Não sem razão, fundou ele e dirigiu o Instituto de Cultura Espírita e tanto batalhou pela idéia.

Também entendo ser essa a posição correta. O Espiritismo apresenta-se sob três aspectos distintos e integrados: é uma filosofia de vida com apoio experimental ou científico e recomenda um mecanismo ético de comportamento. Como filosofia, tem a sua própria teoria do

conhecimento e jamais recusa ou teme as contribuições científicas; ao contrário, nelas se enriquece, especialmente naquelas que provêm das ciências humanas. Isto quer dizer que a partir da Biologia, na escala classificatória de Auguste Comte, a Doutrina está interessada em tudo quanto se especular na chave das ciências sociais e além, na Psicologia, que o pensador francês recusou-se a admitir na sua classificação.

Não obstante, o Espiritismo seria mais uma filosofia meramente especulativa se não estivesse informado pela ciência, além de atento aos critérios da razão. Filosofia é um processo de sínteses, enquanto a ciência é um dispositivo de análises, só excepcionalmente dotado de visão global, de conjunto. Por outro lado, se a filosofia explora conseqüências e implicações morais, a ciência, em princípio, procura apenas produzir informação, sem cogitar da destinação a ser dada ao produto do seu trabalho.

Daí porque o Espiritismo precisa acompanhar o que ocorre no campo da pesquisa científica em geral, mesmo porque seu princípio ordenador é o do aperfeiçoamento do ser humano. “Conhece-se o verdadeiro espírita” — afirmou Kardec — “pela sua transformação moral”.

Vemos no esboço que Deolindo mandou imprimir no pòrtico deste livro, em sua primeira edição, uma declaração de princípio assim formulada:

— Tese central: a reforma social deve partir da reforma moral do homem.

Quanto mais e melhor entender as complexidades da psicologia humana, o mundo em que vive e os mecanismos da vida, enfim, mais bem aparelhado estará o expositor espírita para veicular sua mensagem renovadora.

— “O Espiritismo, pois, não estabelece como princípio absoluto senão o que acha evidentemente demonstrado, ou o que ressalta logicamente da observação” — escreveu Kardec em A GÊNESE, Capítulo I — Caráter da Revelação Espírita.

— “Entendendo com todos os ramos da economia social, aos quais dá o apoio das suas próprias descobertas, assimilará sempre todas as doutrinas progressivas, de qualquer ordem que sejam, desde que hajam assumido o estado de *verdades práticas* e abandonado o domínio da utopia, sem o que ele se suicidaria”. (Destaque no original.)

Vemos, assim, que a Doutrina abre espaço para as verdades que forem emergindo das pesquisas científicas e, por isso, no âmbito da Educação tem por norma apoiar e incentivar a busca do conhecimento

na sua maior amplitude e profundidade, dado que a verdade somente poderá resultar em benefício e confirmação de seus princípios diretores. Jamais se descuida, contudo, das implicações morais dessa busca.

Voltemos, contudo, à ligeira retrospectiva na História da Educação.

Vimos que alguns pensadores do segundo e terceiro séculos aceitaram a contribuição da cultura geral ao melhor entendimento da fé. Mais do que isso, entendiam mesmo que era pelos caminhos da cultura que o cristão chegaria àquele entendimento. Tais posturas não eram unânimes, pois havia discordâncias. É certo, porém, que dessa época em diante os modelos educacionais em vigor passaram a ser bastante influenciados pelo pensamento religioso, quando não dominados pela Igreja, situação que se prolongaria pelos séculos afora.

Aí pela fase final da Idade Média o currículo escolar abrangia as chamadas sete artes liberais e a filosofia, suplementado pelo estudo-dogmático da doutrina católica. (A Teologia não alcançara ainda o *status* de um sistema filosófico orgânico.) As sete artes liberais dividiam-se em dois grupos: o *Trivium* (gramática, dialética e retórica) e o *Quadrivium*, espécie de curso superior, onde se ensinava geometria, aritmética, música e astronomia. Ou melhor, o que então era conhecido com esses nomes.

Foi somente a partir do século XI, depois de agitada fase de invasões e da turbulência política e social, que a Europa conseguiu estabilidade suficiente para novo impulso educacional. Abelardo (1079-1142) tentou racionalizar a fé, deixando importante contribuição à escolástica, enquanto S. Tomás de Aquino (1225-1274) ordenou a doutrina da Igreja segundo moldes aristotélicos.

O escolasticismo acabou exercendo influência positiva na fundação das primeiras universidades européias, mas os modelos educacionais continuavam limitados e um tanto rígidos. O bacharelado e o mestrado em “artes” constituíam pré-condição de acesso a estudos mais nobres, assim considerados, a teologia, a medicina e as leis. Na filosofia e na chave das ciências físicas dominava absoluto o pensamento de Aristóteles. Em medicina, Galeno e Hipócrates.

Seguiu-se novo período de decadência cultural que somente iria receber impulsos renovadores com a Reforma Protestante. É que entenderam os reformadores que chegara o momento de retomar a cultura clássica, a fim de que o cristão pudesse entender e, por conseguinte, melhor praticar, a doutrina de sua escolha. Após veemente controvérsia entre os primeiros protestantes e os humanistas, liderados,

respectivamente, por Lutero de um lado e por Erasmo de outro, coube a Philipp Melanchthon (1.497-1560), humanista e protestante, promover a conciliação das duas correntes. Sob sua influência direta ou indireta, as universidades foram reorganizadas e algumas criadas. Os modelos educacionais então implementados prevaleceriam durante dois séculos e, em alguns casos, até mais do que isso.

Assim, alternando períodos de decadência com momentos de retomada, os processos educacionais continuaram a sofrer as influências dos tempos e dos pensadores. O próximo grande nome na História da Educação foi o de Jean Jacques Rousseau, que com a sua obra *Êmile* produziu importante documento, a despeito de suas óbvias limitações. Entendia Rousseau que o ser humano é intrinsecamente bom e que, deixado aos seus próprios recursos, alcançaria fatalmente a felicidade, o que é, no mínimo, uma visão superotimista e irreal da natureza humana.

O grande educador, cujo vulto se destaca a seguir, é o de Pestalozzi (1746-1827), figura de particular interesse para os espíritas, pois na sua famosa escola de Yverdon, na Suíça, que Hippolyte-Léon Denizard Rivail — o futuro Allan Kardec — passou alguns anos decisivos da sua formação cultural e humanística.

— Os alunos gozavam de grande liberdade — escreveu Roger de Guimps, que ali estudou de 1808 a 1817 — as portas do castelo permaneciam abertas o dia todo, e sem porteiros. Podia-se sair e entrar a qualquer hora, como em toda casa de uma família simples, e as crianças quase não se prevaleciam disso. Eles tinham, em geral, dez horas de aula por dia, das seis da manhã às oito da noite, mas cada lição só durava uma hora e era seguida de pequeno intervalo, durante o qual ordinariamente se trocava de sala. Por outro lado, algumas dessas lições consistiam em ginástica ou em trabalhos manuais, como cartona-gem e jardinagem. A última hora da jornada escolar, das sete às oito da noite, era dedicada ao trabalho livre; as crianças diziam: *On travaille pour soi*, e elas podiam, a seu bel-prazer, ocupar-se de desenho ou de geografia, escrever a seus pais ou pior em dia seus deveres. (“Allan Kardec”, Zêus Wantuil e Francisco Thiesen, Ed. FEB.)

Por tudo isso diria Kardec anos mais tarde que “o programa de toda uma ordem social que realizaria o mais absoluto progresso da Humanidade, se os princípios que eles exprimem pudessem receber integral aplicação”.

Achava o grande educador suíço que “o amor é o eterno fundamento da educação”, princípio esse que ele traduziu em ação,

assumindo a responsabilidade de dar abrigo e instrução a crianças carentes e abandonadas, às vezes sob as mais adversas condições, pois não dispunha de recursos próprios.

Em sua obra LEONARDO E GERTRUDES, em quatro volumes, expôs suas idéias acerca dos problemas humanos de sempre, pregando uma reforma social, moral e política. Em COMO GERTURDES ENSINA SEUS FILHOS, publicada em 1801, concentrou-se no problema específico da educação, que deveria ser ministrada a partir de dois princípios básicos: 1) o de que o pensamento preciso e claro depende de observação atenta de objetos reais; 2) o de que palavras e idéias, portanto, só fazem sentido quando relacionadas com coisas concretas.

Preconizava, portanto, um estudo prático e objetivo, voltado para a real idade dos fatos. Por isso o currículo do Instituto de Yverdon dava ênfase especial às práticas de desenho, composição, canto, exercícios físicos, declamação (mais em grupo do que individual), modelagem, colecionamento, traçado de mapas e excursões pelo campo.

Aspecto de particular relevo nas inúmeras idéias que seu pioneirismo pôs em prática foi o da instrução graduada segundo a capacidade do aluno, cujo potencial era desenvolvido em grupamentos afins. De certo modo, esse conceito seria retomado mais tarde por Lewis Madison Terman (1877 — 1956), nos Estados Unidos, psicólogo especializado em testes de inteligência. Terman desenvolveu técnicas próprias e criou a expressão QI (Quociente de Inteligência). A aplicação de seus testes ia revelando inteligências acima da média (100) que, a seu ver, mereciam e precisavam de tratamento educacional diferenciado, a fim de poderem desenvolver todo o seu potencial.

Terman considerava da maior importância para a sociedade identificar, tão cedo quanto possível, crianças bem dotadas, a fim de encaminhá-las para melhores oportunidades de educação. Em 1921 selecionou 1500 crianças com QI superiores a 140 — 0,5% da população — e acompanhou o desenvolvimento intelectual do grupo durante os restantes 35 anos de sua existência. Suas conclusões merecem respeito: tornou-se evidente que as crianças talentosas apresentavam uma tendência a serem mais saudáveis e emocionalmente mais estáveis do que a criança média, e que a capacidade intelectual confirmava-se na idade adulta.

O Espiritismo não se surpreende com tais conclusões. As crianças são espíritos reencarnados e trazem, obviamente, uma experiência

subjacente de inúmeras vidas. Aqueles que se devotaram com maior assiduidade e esforço ao trabalho intelectual em vidas anteriores reencarnam-se com mais robusta estrutura mental, a não ser que renasçam com o cérebro físico danificado em razão de compromissos cármicos ainda em aberto. Espíritos de elevada condição intelectual, como Einstein, Descartes, Beethoven ou Leibnitz, para citar um mínimo, em qualquer nova experiência na carne, virão indubitavelmente dotados de cérebros portentosos pois trazem tais conquistas já consolidadas no veículo primário do espírito imortal (o perispírito) que irá servir de organizador biológico ao veículo secundário (o corpo físico).

A idéia básica de Terman desdobrou-se e frutificou. O ensino foi (e continua sendo) ministrado nas escolas comuns ao estudante de mediana capacidade, como se a turma fosse intelectualmente homogênea, o que somente poderia ocorrer se houvesse uma seleção prévia. Sem esse cuidado preliminar, os grupos estudantis contêm sempre uma taxa mais ou menos previsível, tanto de crianças com variada graduação de deficiências intelectuais, como excepcionalmente bem dotadas. Na verdade, o conceito de excepcionalidade tanto se aplica à faixa inferior do QI quanto à faixa superior. Há três grupos distintos, portanto, no universo escolar 1) aqueles que apresentam deficiências intelectuais, 2) os que se situam na faixa média, certamente a maioria e 3) os que se posicionam na faixa elevada, para a qual Terman encontrou um índice de 0,5% da população como vimos há pouco. Tais grupos, obviamente, apresentam-se com necessidades diferentes e precisam de tratamento diferenciado. Numa classe heterogênea, com o ensino ministrado em padrões medianos, a criança deficiente não tem condições de acompanhar a turma, ao passo que a criança bem dotada acaba perdendo o interesse pelas matérias lecionadas e pelo estudo em geral, que não lhe oferece condições de desafio e espaço para a sua criatividade e exercício de sua inteligência. Com isto, muitos jovens bem dotados deixam de realizar todo o potencial de que dispõem por pura falta de estímulo intelectual.

Ao que se observa, Pestalozzi foi o primeiro educador a identificar o problema e a tomar as medidas correspondentes para tirar melhor partido das diversas técnicas educacionais. Atualmente existem escolas inteiramente dedicadas ao ensino dos bem dotados, tanto quanto escolas especializadas na educação de crianças da faixa excepcional deficiente.

Isto não quer dizer que estes últimos sejam espíritos retardados ou mais primitivos. Podem até ser altamente intelectualizados e

inteligentes aprisionados em corpos físicos que lhes inibem o exercício de todo o potencial de suas mentes. Razões de ordem cármica estão aí em operação e, se for possível mergulhar no passado de cada um, vamos certamente descobrir as causas que acarretaram tão dramáticos efeitos. Alguém que tenha, por exemplo, abusado do seu poder mental para dominar, corromper e ludibriar o próximo, há de contar com uma ou mais existências em que venha mentalmente inibido em corpo físico dotado de cérebro deficiente. Essa é a lição que nos proporciona a realidade hoje inquestionável da reencarnação. Não que tais situações sejam punitivas ou de castigo, mas sim de reajuste, oportunidade de recuperação e progresso concedida repetidamente ao espírito para refazer aquilo que não fez bem feito no passado, ou seja: são oportunidades de reeducação. Que outra maneira teriam as leis divinas de trazê-lo de volta ao caminho reto, se, de um lado, não lhe é possível desfazer o erro cometido e, de outro, a própria consciência exige reparação da harmonia perturbada pelo desatino?

A Doutrina Espírita não tem, pois, fórmulas mágicas para os problemas humanos em geral e para os da educação em particular. Tem, contudo, uma estrutura de princípios lógicos, racionais e testados na vivência espírita, segundo os quais são aferidos e avaliados os métodos empregados, identificando os que conduzem a soluções adequadas e desejáveis e os que levam à esterilidade ou aniquilamento do esforço educacional.

Não é de seu propósito ou interesse disciplinar rigidamente os mecanismos sociais, prevendo situações e regulamentando comportamentos, como tentou empreender o Positivismo. O clima propício ao funcionamento adequado do processo evolutivo — uma das premissas básicas da Doutrina — é o da liberdade responsável e consciente, isto é, o exercício do livre arbítrio, mesmo porque — e aqui voltamos a Deolindo Amorim — “a reforma social deve partir da reforma moral do homem”. O Reino de Deus *está em vós*, disse o Cristo. Não está aqui ou ali, não é um acontecimento cósmico, ou a resultante de uma ordenação vertical, de cima para baixo e sim uma consequência da própria ordenação íntima do ser humano. É, portanto, meta a ser alcançada por esforço consciente, livre e voluntário, a partir de um entendimento individual da realidade espiritual.

Tal realidade pode ser resumida em uns poucos conceitos fundamentais, entre os quais destaque especial merecem os seguintes:

O ser humano é um espírito imortal, temporariamente revestido de um corpo físico perecível. — “Tem assim o homem duas naturezas — escreveu Kardec na Introdução a O LIVRO

DOS ESPÍRITOS — pelo corpo, participa da natureza dos animais, cujos instintos lhe são comuns; pela alma, participa da natureza dos Espíritos”.

Na impraticabilidade de realizar toda a sua programação evolutiva numa só existência, o espírito só poderá alcançar os extremos limites da perfeição através do mecanismo das vidas sucessivas, ou seja, da reencarnação.

“Os Espíritos — diz ainda Kardec — pertencem a diferentes classes e não são iguais, nem em poder, nem em inteligência, nem em saber, nem em moralidade”.

O Espírito é responsável por todos os seus atos, tendo o mérito de suas virtudes e ônus de seus erros, que lhe cumpre reparar.

Ante essa realidade, assume vital importância a educação do ser humano, de vez que é através dela que se viabiliza o processo evolutivo. O Espiritismo, contudo, não preconiza esta ou aquela fórmula, este ou aquele modelo, mesmo porque fórmulas e modelos são necessariamente transitórios e precisam ser flexíveis, não apenas para atendimento de condições locais e temporais específicas, como porque também a metodologia é categoria evolutiva, como o próprio ser humano. Haverá sempre espaço adiante e acima para conceber, testar e melhorar qualquer metodologia educacional. A Doutrina prefere mostrar os valores permanentes da vida para que, no âmbito deles, se movimentem com liberdade e criatividade responsáveis os educadores.

Uma advertência, contudo, impõe-se aqui: a de que continua fazendo falta ao correto equacionamento dos problemas educacionais o conceito da reencarnação. Os modelos até agora desenvolvidos e implementados partem todos da premissa de que para cada ser humano que nasce é criado um espírito, sem nenhuma experiência anterior. Isto na melhor hipótese, porque são muitos os educadores que sequer cogitam da possibilidade da existência da alma. Para eles, o ser humano não passa de um engenhoso mecanismo cibernético montado no campo da biologia pelo processo da seleção natural.

Não faz muito tempo dizia um professor universitário americano aos seus alunos: “Aqueles que acharem que têm alma, deixem-na no estacionamento lá fora.”

E era professor de Psicologia, ciência que, supostamente, deve cogitar dos problemas do psiquismo. Se nos lembrarmos de que a palavra grega *psyché* quer dizer alma, percebemos, no mínimo, contradição semântica da incongruente postura didática de abstrair o conceito de alma de uma ciência criada precisamente para estudar a alma!

São esses, contudo, os critérios predominantes desde que a própria educação se deixou contaminar por princípios de inspiração dogmático-religiosos por longo tempo e materialistas como alternativa mais recente.

— A educação começa com a vida — escreveu Franklin.

— A educação da mente humana começa no berço — afirmou Cogan, médico inglês.

Já Hosea Ballou, pastor americano, declarava que a educação começava no colo das mães.

Até agora, somente o Espiritismo *sabe* que a educação *não começa* com a vida, no berço ou junto das mães, ela *continua, prossegue, avança* para um novo ciclo de experiências em cada existência na carne, mesmo porque também no intervalo entre uma vida e outra o Espírito (desencarnado) aprende e, portanto, educa-se.

As estruturas doutrinárias do Espiritismo oferecem espaço suficiente para acomodar qualquer procedimento que promova o desenvolvimento harmonioso da interação conhecimento/moral, conjugada com os cuidados adequados com o corpo físico do ser humano encarnado, visando à sua melhor integração na comunidade. Lembra, contudo, a Doutrina, insistentemente, não apenas a responsabilidade inalienável de cada um, mas também as desigualdades de inteligência, saber e moral entre os seres.

Em minha opinião pessoal — e aqui não falo necessariamente em nome do Espiritismo — sou por um modelo educacional que não apenas leve em conta os parâmetros doutrinários, mas que seja suficientemente flexível para comportar adaptações a condições específicas. Acho que a exagerada rigidez de currículos e de métodos pode levar à sufocação de importantes potencialidades em indivíduos bem dotados. Reconheço necessário um mínimo de formação básica indispensável, senão compulsória, especialmente nas matérias fundamentais. No momento em que escrevemos este estudo assistimos, por exemplo, a um impressionante processo de degradação do *poder de comunicação* do indivíduo, paradoxalmente numa época em que os *meios de comunicação* atingem elevados índices de diversificação, eficiência e expansão. São muitos os que não conseguem expressar em nível satisfatório aquilo que pensam e desejam transmitir. Degradou-se a qualidade dos textos escritos, tanto quanto a da palavra falada. Testemunhamos uma tendência de retorno ao pictograma, à figurinha, à imagem gráfica, em lugar da inteligente manipulação da palavra, refinado e destilado produto de milênios e milênios de aperfeiçoamento

da instrumentação veiculadora do pensamento. Daí, dizem alguns, o sucesso crescente das histórias em quadrinhos ou da imagem falante na televisão ou no cinema. Preguiça mental? Retrocesso intelectual? Bloqueios resultantes das práticas de múltipla escolha? Que pesquisem e falem os técnicos no assunto, certos, porém, de que é de suma importância para a comunidade humana como um todo — e isto inclui seres encarnados e desencarnados — um bom e eficiente mecanismo de comunicação, enquanto não atingirmos os elevados patamares da evolução nos quais o pensamento se transmite ao vivo, *in natura*, direto, sem necessidade de recorrer a símbolos, imagens ou sons. Dizia H. G. Wells que a primeira obrigação do educador está em levar o aluno a “entender, falar, ler e escrever sua língua materna”.

Seja como for, um mínimo de conhecimento básico é indispensável, senão mandatário. Nesse mínimo, estaria incluído um adequado treinamento visando à inteligente utilização dos mecanismos de comunicação.

À margem disso, contudo, além e acima, deverá estar sempre reservado certo espaço para as peculiaridades e opções individuais.

Há alguns exemplos realmente dramáticos de que algo nesse sentido seria oportuno e aconselhável, como podemos ver.

O primeiro que me ocorre é o de Alberto Santos-Dumont. Pouco mais que um adolescente, o jovem Alberto foi emancipado pelo pai e enviado, sozinho, a Paris para estudar. Lá chegando, em vez de procurar uma das excelentes universidades francesas, adotou o inusitado procedimento de escolher suas próprias matérias e, mais do que isso, seus professores e instrutores. Ele é que entrevistou os candidatos a professor, em lugar de deixar-se entrevistar por eles. Só ele sabia o que desejava aprender.

Se em lugar disso, resolvesse matricular-se numa faculdade tradicional, estaria sujeito a um currículo inadequado aos sonhos e objetivos que trazia no espírito. Teria que aceitar matérias que não lhe interessavam, ao passo que nas de seu interesse imediato, iria ser alimentado com bloqueios que talvez inviabilizassem os seus propósitos. Em física, por exemplo, uma importante noção bloqueadora era a de que o mais pesado do que o ar *não podia voar*. Pois não era isso mesmo o que ele queria? Quando se interessou pelos balões, foi informado enfaticamente de que nada mais havia a fazer com eles, pois já haviam alcançado o máximo em tecnologia. A questão é que, no fundo, talvez de maneira até não articulada ou consciente, *ele sabia*,

como espírito, que o sonho de fazer o homem voar estava apenas em princípio de realização e não na terminal do impossível.

E foi assim e por isso que Alberto Santos Dumont conseguiu voar em aparelhos mais pesados do que o ar, uma das “impossibilidades” da física no início do século.

Algum tempo depois o físico e astrônomo alemão Friedrich Zoellner realizaria com o concurso do médium Slade outra “impossibilidade” física — a interpenetralidade da matéria.

Um amigo meu (americano) provocou certo reboliço na área educacional de seu país quando desejou o título de engenheiro. Tinha de entrar para a faculdade regularmente como todo mundo, lhe disseram. Mas ele insistiu que já estava *pronto*. O que queria era apenas provar que já sabia o que precisava saber para ser um bom engenheiro. Para isso, requereu uma banca examinadora e tanto lutou e insistiu que acabou conseguindo ser examinado. Não foi possível recusar-lhe o diploma. Ele ERA um engenheiro, tão bom quanto os melhores. Tão bom que ainda hoje vive confortavelmente como consultor “free lancer”, fazendo estudos e projetos especiais de alta complexidade. É um especialista em estruturas metálicas, autor de vários inventos importantes, homem culto, inteligente, sensível e reencarnacionista convicto.

Ocorre-me um terceiro exemplo dessa metodologia pouco ortodoxa de obter conhecimentos (ou recordá-los, como queria Platão). Trata-se do poeta inglês Robert Browning. Houve, de fato, uma tentativa de fazê-lo frequentar faculdade; mas não deu certo. O futuro poeta preferiu educar-se sob as vistas do pai, um erudito bancário, ao qual a família considerava uma enciclopédia ambulante. Em LA JEUNESSE DE ROBERTO BROWNING, o escritor francês Henri-Léon Hovelaque declara que o poeta sabia tudo quanto um jovem de formação universitária poderia conhecer; a diferença é que “il le savait autrement”, ou seja, sabia de modo diverso.

— Gostaria de que todo imigrante soubesse que Lincoln passou apenas um ano na escola sob a tutela de cinco professores diferentes — escreveu o Dr. John H. Finley — e que esse homem foi capaz de escrever o discurso de Gettysburg.

Não se veja nisto — mera opinião pessoal, repito — qualquer intenção crítica sobre a metodologia e os currículos universitários predominantes. Desejo apenas destacar a conveniência, senão a necessidade de prover sempre condições para que espíritos diferentes tenham tratamento diferenciado, a fim de que possam desenvolver harmoniosamente suas potencialidades.

A familiaridade com os aspectos teóricos e práticos do Espiritismo ensina, com insistência, que muitos são os que renascem precisamente para romper com estruturas e metodologias superadas, a fim de abrir janelas panorâmicas para o futuro e indicar caminhos ainda não trilhados ou nem sequer suspeitados.

Segundo estou informado, esse critério de flexibilidade e liberdade responsável tem sido o grande fator de êxito em instituições de ensino dedicadas à educação dos superdotados. Há que proporcionar-lhes espaço livre, mesmo dentro de um currículo mínimo obrigatório, para que possam movimentar seus talentos e realizar suas programações espirituais.

Um dia, todos os educadores estarão alertados para o fato de que a criança é um espírito reencarnado e que, a despeito das limitações que lhe impõem a imaturidade do corpo físico, em particular, e da encarnação, em geral, ali está um ser com importantes experiências anteriores, muitas vezes dono de vasta cultura intelectual e respeitável padrão ético. A muitos pais e mestres espanta e até assusta a identificação de certos sinais de precocidade em tais crianças. Um desses pais procurou-me certa vez, extremamente apreensivo, sentindo-se inadequado ante a impressionante potencialidade intelectual que seu filho começava a revelar. Disse-lhe eu que não se preocupasse. Desse-lhe amor, apoio e compreensão; ele sabia o que viera fazer aqui e saberia como abrir seus caminhos. Volvidos alguns anos — cerca de uma década —, já adolescente o menino, encontramos-nos novamente, os pais e eu. Estávamos todos felizes porque a modesta “profecia” se realizara na sua plenitude: o casal recebera como filho um espírito de elevada condição intelectual. Foi um privilégio que, em tempo, eles compreenderam e aceitaram, comovidos e humildes. Estou certo de que algum dia, não muito distante, ouviremos todos falar dele.

É importantante, pois, vital mesmo, que espíritos dessa ordem sejam prontamente identificados e adequadamente educados para que possam entregar à humanidade as contribuições que se incumbiram de trazer-lhe.

Isto não significa, porém — jamais — que deva ser relegada a plano secundário a educação dos seres que renasceram com deficiências inibidoras do intelecto. Estes também têm tarefas a realizar na terra, como todos nós. E mais do que os normais ou os da faixa excepcional elevada, precisam de compreensão, paciência, atenção e amor. Não disse o Cristo que são os doentes que precisam de médico?

Entre os dois extremos a exigirem cuidados especiais e metodologias excepcionais, está a massa densa de inteligências normais, se é que podemos estabelecer um padrão de normalidade para tais atributos.

Para concluir: a reforma social deve partir da reforma moral do ser humano, um impulso centrífugo, de dentro para fora, do indivíduo para a sociedade. O instrumento adequado para a realização desse ideal é a educação, no seu mais amplo e abrangente sentido, como promotora da cultura intelectual e da elevação dos padrões éticos, sem esquecer o trabalho de adequação do corpo físico, ferramenta de trabalho indispensável ao ser encarnado, morada temporária do espírito imortal.

XI

A FAMÍLIA como instrumento de redenção espiritual.

A família é a mais estável, duradoura e universal instituição social. Apesar de alguma semelhança entre os núcleos familiares humanos e os de certos animais — os primatas e outras espécies —, entendem os especialistas que os impulsos que levam à formação da família e ao método de criação dos filhos não é instintivo no ser humano e sim costume adquirido por necessidade e aprendizagem em vista da maior amplitude do período de dependência da criança.

Para fins de estudo, considera-se *família de orientação* a de origem (pais, irmãos, parentes ascendentes) e *família de procriação*, a que dá continuidade àquela (marido, esposa e filhos). Com essa mesma finalidade didática a família é estudada sob diferentes aspectos:

Como unidade biológica (demografia e medicina)

- . Como unidade de produção e consumo (economia doméstica e “marketing”)
- . Como unidade de organização social (sociologia, direito)
- . Como instrumento de formação da personalidade (psicologia, assistência social)
- . Como instrumento de transmissão cultural (educação)
- . Como centro de formação de valores e identidades (recreação e religião).

Embora extremamente diferenciada no tempo e no espaço, a família apresenta certas constantes de padrões éticos destinados à sua preservação como instituição de apoio ao indivíduo.

As religiões tendem a considerar o relacionamento da humanidade em termos familiares.

A mitologia grega é toda ela concebida em modelos de família, nos quais os deuses e deusas têm esposos, filhos, pais e irmãos. O mesmo acontece com a romana que, em vários aspectos importantes, não fez mais do que traduzir a grega. Entre os israelitas a idéia da paternidade divina somente começa a mostrar-se com nitidez em Isaías, aí pelo oitavo século antes do Cristo “Tu, ó Senhor, és nosso Pai”, exclama ele em 63:16. Há uma breve referência em Malaquias. Caberia a Jesus dar ênfase toda especial à figura de Deus como pai amoroso, justo, infatigável dispensador da bondade, destacando, conseqüentemente, a importante lição da fraternidade entre os seres criados. São abundantes as referências a Deus como pai, nos Evangelhos, especialmente em João.

Por outro lado, desde cedo foram implantados rituais civis e religiosos destinados a fortalecerem a família na sua condição de instituição social básica, todos eles realizados à vista da comunidade e precedidos da divulgação necessária para emprestar-lhes as características de um compromisso formal.

Só mais recentemente, inaugurou-se a tendência de considerar o casamento simples contrato social e, por conseguinte, sujeito ao distrato, se e quando julgado necessário ou conveniente às partes contratantes.

Isto preocupa os estudiosos do problema que consideram a família *ainda necessária* (a expressão é deles) em tarefas indispensáveis, para as quais não têm fórmulas alternativas a oferecer. O problema aqui está precisamente em conciliar a ânsia de liberdade individual com as responsabilidades sociais da paternidade e da maternidade,

entre outras. Entendem esses mesmos especialistas que somente a *qualidade* do casamento (amor, compreensão, solidariedade) poderá assegurar o êxito nas tarefas atribuídas à instituição, sendo o divórcio dos mais significativos promotores da instabilidade da família.

E mais: que o casamento, como ponto de apoio da estrutura familiar, funcionou com maior taxa de estabilidade enquanto o processo de seleção foi controlado pelos pais ou pela comunidade. Na medida em que esse procedimento passou a ser contestado por inevitável e natural evolução dos mecanismos de liberdade pessoal, a escolha — decidida obviamente por jovens mais inexperientes — assumiu maior componente de risco, o que resultou em prejuízo para a instituição da família.

Debatendo esse aspecto com alguns amigos, lembrou uma companheira, entretanto, que a estabilidade do casamento sob o antigo regime patriarcal pode ser explicada mais facilmente pela condição de sujeição da mulher, à época. Não apenas ela aceitava o noivo escolhido pelos “mais velhos”, como, uma vez casada, não se sentia encorajada a romper os vínculos, o que equivaleria praticamente a romper com a própria comunidade em que vivia.

Alguns remédios têm sido experimentados para consolidar as frágeis estruturas do casamento moderno. No entanto, os métodos ditos científicos de escolhas dos cônjuges (por computadores, inclusive) criaram expectativas de estabilidade e segurança que não se concretizaram. Do que se concluiu que nem ciência, nem religião teriam condições de oferecer contribuições positivas ao bom encaminhamento e eventual solução do problema, visando ao fortalecimento dos vínculos matrimoniais.

Teoricamente é considerado possível extinguir-se a família como instituição, uma vez que, em princípio, a sociedade poderia assumir seus encargos. Platão chegou a propor que as crianças destinadas à formação dos quadros dirigentes políticos deveriam ser educadas fora do âmbito familiar, do qual seriam segregadas ao nascer, a fim de serem criadas pelo Estado, que supervisionaria todo o processo formativo delas. A idéia ficou arquivada nos seus textos. Ao que se saiba, somente a União Soviética fez uma tentativa nesse sentido, mas recuou em tempo.

A verdade pura e simples é que a estrutura da família continua insubstituível, mesmo desgastada e algo insegura como a contemporânea. Nos antigos núcleos familiares, verdadeiros clãs abrigavam várias gerações em torno de respeitados patriarcas ou matriarcas. O indivíduo tinha um senso claro de identidade, havia um local físico de residência

e de estabilidade, uma base para a qual se poderia retornar, mesmo aqueles que por excesso de inquietação dela se afastassem.

A parábola do filho pródigo é uma comovente ilustração dessa realidade. O jovem desejou viver a sua vida no tumulto do mundo “lá fora” e partiu. Quando voltou, exaurido e desiludido, lá estava tudo no seu lugar, até mesmo o pai que o recebe em festas, a despeito do desgosto do outro filho. Era ali o seu lugar. Ali ele fora feliz e não sabia.

É na família que a psiquiatria e a psicanálise têm buscado identificar as causas de distúrbios emocionais como se vê em Freud, que imaginou complexas teorias de inter-relacionamento na tentativa de explicá-los e, eventualmente, curá-los.

É certo que o ambiente familiar exerce considerável influência no processo de formação da personalidade do indivíduo, mas, em termos de Doutrina Espírita, tal influência tem sido supervalorizada. A teoria teria alguma substância se a criança fosse apenas um ser biológico, uma complexa máquina de viver como querem os materialistas, ou alguém que, embora dotado de alma, não trouxesse vivências anteriores, e sim fosse produto da criação divina concomitante com a formação do corpo e, portanto, sem passado.

Em ambas as hipóteses a teoria não resiste à análise inteligente. Se o ser humano é um mero complexo celular consciente, então os mecanismos genéticos produziram crianças belas, realizadas, inteligentes e fisicamente perfeitas a partir de pais igualmente dotados de tais atributos. E sabemos que essa não é a regra. Quase se poderia dizer que é a exceção.

Muitas surpresas aguardam aqueles que esperam filhos geniais somente porque gerados com material genético depositado em “bancos de esperma” por alguns ganhadores do Prêmio Nobel. É até possível que algumas de tais crianças sejam intelectualmente bem dotadas, mas não estamos aqui perante uma lei química, física ou matemática, de vez que tudo vai depender do nível evolutivo do Espírito que ali se propõe a renascer e dos problemas ou conquistas que traz na sua história pregressa como ser reencarnante. Se juntarmos dois mais cinco sabemos que teremos sete, inapelavelmente. Quando o oxigênio reage sobre o ferro produz determinado óxido com características bem conhecidas, mas, quando dois espíritos encarnados resolvem unir seus corpos ou seus componentes genéticos para a formação do corpo de uma criança, não se pode habitualmente determinar que tipo de espírito virá utilizar-se daquela oportunidade que está sendo oferecida.

Como dizia o Cristo, no muito citado diálogo com Nicodemos, “O que nasce da carne é carne, o que nasce do Espírito é espírito”. A mensagem atravessou milênios intacta. Um dia a ciência descobrirá o Evangelho e vai convencer-se de que o casal humano somente pode gerar o corpo físico da criança (o que já constitui façanha de grande porte delegada pelas leis da vida), mas o Espírito, não. Este já está “pronto” alhures, à espera da oportunidade. Concluída a sua tarefa, ele parte de volta à sua condição anterior de vida, ao seu “habitat” espiritual. Também sobre isto tem o Evangelho a sua palavra: “O Espírito sopra onde quer e ouves a sua voz, mas não sabes *donde* vem ele, nem *para onde vai*”.

O ambiente familiar, certamente, pode influir (e deve), não na *formação* da personalidade da criança, mas na sua *reformulação*, na sua *reeducação*, no seu *reaprendizado*, tanto quanto pode (e não deve) na sua recontaminação moral, no desvirtuamento de conquistas positivas ainda não muito bem consolidadas.

Lamentavelmente, contudo, o ser humano ainda é, na opinião predominante da ciência, matéria viva e não matéria que o espírito vivifica por algum tempo para utilizá-la como veículo evolutivo.

Ainda há pouco, em pesquisas realizadas para este estudo, li que as antigas e tradicionais famílias não apenas asseguravam um sentimento de identidade ao indivíduo, mas lhe proporcionavam “a ilusão de participar de um encadeamento imortal”. Nem passa pela cabeça do autor dessa afirmativa que o ser humano é imortal dentro ou fora da família, onde quer que esteja, na carne ou fora dela. E que a imortalidade não é uma ilusão, como ele pensa.

Isso que aí ficou exposto é a visão tida como científica da família. E o Espiritismo, como a considera?

É o que veremos a seguir.

Em lugar de propor soluções específicas e particulares aos problemas humanos, insistimos na tese — o Espiritismo expõe normas gerais de comportamento apoiadas no Evangelho, que considera, acertadamente, um código de ética universal. E neste ponto é preciso lembrar e insistir que, embora vinculada historicamente ao cristianismo nas suas diversas manifestações, a moral evangélica transcende a qualquer estrutura eclesiástica ou teológica. Amar ao próximo como a si mesmo, por exemplo, é conceito válido para budistas, muçulmanos, israelitas e até mesmo descrentes e materialistas, tanto quanto para os cristãos de diferentes seitas. Em outras palavras: não tenho de ser necessariamente cristão para amar o próximo, mas se o fizer de

maneira adequada, serei um verdadeiro cristão, mesmo que não ritualisticamente ligado a qualquer ramo do cristianismo tradicional.

Nesse sentido, o Espiritismo cuidou de expor conceitos éticos permanentes, em vez de tentar regulamentar a vida por intermédio de regras, proibição e fórmulas transitórias. A história das religiões nos demonstra convincentemente que a regulamentação minuciosa do relacionamento social é impraticável, quando não indesejável, dado que a vida é movimento e, portanto, é mudança, evolução e maturação.

Por outro lado, o Espiritismo é sempre coerente com seus princípios básicos ao testar uma situação específica, ou explorar caminhos pelos quais possa entendê-la. Apoiado na realidade corpo/espírito, distingue, logicamente, a parentela corporal, consangüínea, genética, da espiritual.

— “Os laços do sangue — observa Kardec em O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO, cap. XIV — não criam forçosamente os liames entre os Espíritos. O corpo procede do corpo, mas o Espírito não procede do Espírito, porquanto o Espírito já existia antes da formação do corpo”.

É o ensinamento de Jesus, aliás. Os pais *não criam* o Espírito dos filhos, que é preexistente — limitam-se a proporcionar-lhe condições materiais, orgânicas, para que se reencarnem. Isso não quer dizer que não possam ou não devam colaborar no desenvolvimento intelectual e moral dos filhos. Mesmo porque a família ainda é campo de provas, laboratório experimental do reaprendizado e do reajuste, mais do que o jardim florido e pacífico onde nos reunimos para fruir as delícias da felicidade e do entendimento. Haverá sempre, espíritos unidos por sentimentos de simpatia e afeição ao longo de várias existências anteriores, na carne ou no mundo espiritual; o mais comum, não obstante, é recebermos na família seres ainda desarmonizados conosco, em vista de atitudes negativas nossas e de sofrimentos que lhes impusemos, movidos por impulsos de egoísmo e prepotência.

Em casos dessa natureza, muito mais freqüente do que imaginamos, dificilmente o relacionamento familiar será afetuoso, em clima de serenidade e compreensão. Não que o espírito que recebamos como filho ou filha, esposa ou esposo venha programado necessariamente para nos *cobrar* dívidas cármicas — talvez até já nos tenham perdoado —, mas é certo que através da nossa consciência a lei exige a reparação. É preciso lembrar em tais situações que antes de devermos individualmente a cada um daqueles que prejudicamos com as nossas paixões, devemos à própria lei universal do amor fraterno. Enquanto não nos harmonizarmos com esse princípio básico de sustentação da

vida, não estaremos devidamente sintonizados. Por isso dizia o Cristo que não sairíamos “de lá”, ou seja, da desarmonia, da dor, do sofrimento regenerador, enquanto não resgatássemos o último centavo da dívida, ainda que ninguém venha pessoalmente cobrá-la de nós.

Os Espíritos — ensina a Doutrina — vivem em grupos afins, ligados por interesses e afeições que se cultivam no decorrer dos milênios, ou por divergências que ainda não conseguiram eliminar. Durante dois séculos, por exemplo, nasceram sistematicamente na família Bach seres devotados à arte musical, o que evidencia não apenas um interesse comum entre eles, mas um relacionamento anterior que se articulou num projeto deliberado de reencarnações grupais no mesmo tronco familiar.

O observador menos atento ou mais desinformado concluirá apressadamente que os Bach deveriam ter sido dotado de um fator genético especial que teria produzido tantos talentos e até gênios do mais puro teor. Na realidade, nenhum fator genético produzirá um gênio se naquele corpo gerado não encarnar-se um espírito genial.

Ouve-se dizer com freqüência, que este filho “puxou” ao gênio temperamental do pai ou aquela filha a sensibilidade da mãe. Nada disso ocorre. Os pais transmitem apenas semelhanças físicas, como cor da pele, dos cabelos ou dos olhos; a tendência à obesidade ou a predisposição a determinadas doenças, bem como excepcionais condições de vitalidade ou força física. A hemofilia, por exemplo, se transmite somente por intermédio da mãe aos filhos masculinos, de vez que, nela, a moléstia não se manifesta.

Nenhuma característica intelectual ou moral, contudo, é veiculada pelos códigos genéticos, porque tais características são próprias do Espírito, entidade autônoma e preexistente, dado que é produto de seu próprio esforço evolutivo ou de seus fracassos anteriores. É natural que, sendo possível escolher e decidir, o Espírito que deseja e precisa desenvolver intensa atividade intelectual opte pelo nascimento em família adequada às suas aspirações, ou seja, escolha pais de boa capacidade intelectual, que o passam estimular e orientar na direção que pretenda caminhar. Isto poderia levar a crer que o filho inteligente herdou a inteligência dos pais, quando apenas reuniu-se a eles para uma tarefa comum. A semelhança de caráter entre pais e filhos, explicaram os Instrutores da Codificação (Pergunta 211) indica que se trata de “Espíritos simpáticos que se aproximam por analogia de sentimentos e se sentem felizes por estar juntos.”

As experiências de regressão da memória realizadas com indiscutível competência pela Dra. Helen Wambach (ver seu livro LIFE

BEFORE LIFE, Ed. Bantam Books, New York, 1979) produziram informações de considerável impacto sobre esse e inúmeros outros aspectos. Em um caso de particular interesse para ilustração do que estamos a debater aqui, a pessoa, posta em regressão da memória, declarou haver selecionado os pais por causa do “material genético de que eles dispunham”, mas escolheu pais adotivos (diferentes, claro), porque eles podiam proporcionar-lhe condições mais adequadas de educação e desenvolvimento. Ocorreu, contudo, um imprevisto. (Ou não foi imprevisto?) O Espírito decidira renascer como menino e assim combinou com os seus futuros pais. Acontece, porém, que a mãe engravidou de uma menina. No aqodamento de renascer nas condições prescritas, o Espírito apoderou-se do corpo assim mesmo e veio como mulher, o que complicou um tanto os seus planos, mas não os invalidou. Coube-lhe então “negociar” com os pais adotivos em perspectiva para que *desejassem* adotar uma menina em lugar de um menino, como estava combinado. Assim foi feito.

Colhido com o rigor científico que caracteriza o trabalho da ilustre pesquisadora americana, o depoimento desta pessoa é de enorme interesse, embora não constitua surpresa aos estudiosos da Doutrina Espírita. Observamos no relato as movimentadas e extensas negociações que se desenrolam nos bastidores da reencarnação entre espíritos encarnados e desencarnados. Planos mais ou menos complexos de renascimentos são programados com minúcia, embora providos de espaço para possíveis alternativas e opções.

No caso relatado pela Dra. Wambach o Espírito reencarnante desejava certo “material genético” de melhor qualidade biológica, mas queria também (e obteve) o consentimento prévio para a sua própria adoção, já que os pais que aceitaram a tarefa de gerar-lhe o corpo físico não ofereciam as condições que ele também desejava além daquelas que os pais adotivos possuíam.

É certo, porém, que o relacionamento entre os espíritos, suas afinidades e interesses, transcendem o âmbito da família consanguínea, embora seja esta, como vimos há pouco, o campo de trabalho onde seres desarmonizados entre si reúnem-se para a tarefa do reajuste, e possam, eventualmente, integrar a família espiritual, pacificada e feliz.

Não faltou quem argumentasse sibilinamente que a reencarnação destruiria os laços de família, pois aquele que é hoje irmão, filha ou esposo pode ser amanhã um estranho em termos terrenos. Na realidade, porém, a reencarnação é o instrumento de que se vale a lei divina

precisamente para nos ensinar o princípio universal do amor fraterno. O estranho de hoje pode ter sido o filho de ontem ou será a mãe do futuro, para que, ao longo do tempo, em vez de cultivarmos a exclusividade do amor fechado no círculo de uma só família, sejamos todos, de fato, membros da família universal. Não é outro o significado da pergunta de Jesus aos que lhe anunciavam a presença de sua mãe e de seus irmãos. “Quem é minha mãe e quem são meus irmãos?”, indagou ele. Sem repudiar os seus, estava consciente da universalidade dos laços espirituais que unem toda a família humana, onde quer que estejam seus membros no tempo e no espaço.

Além do mais, o argumento dos que se dispõem a criticar a reencarnação é ingênuo e sem profundidade, porque é precisamente utilizando-se do mecanismo das vidas sucessivas que os espíritos se aproximam uns dos outros para viverem juntos experiências redentoras e desenvolverem planos evolutivos vitais à felicidade de cada um e de todos.

Quando a paixão insensata leva dois seres literalmente à loucura e à irresponsabilidade, tornam-se imperiosas existências em que o relacionamento familiar se desenvolva em planos de maior seriedade e de mútuo respeito, para que os Espíritos eduquem seus sentimentos e aprendam a controlar impulsos que levam a desatinos. Dessa maneira, podem renascer na condição de pai e filha ou de mãe e filho ou como irmãos consangüíneos, casais que se entregaram em existências anteriores aos desvarios da paixão.

É de esperar-se, em tais casos, desajustes mais ou menos graves e até mesmo *recaídas* lamentáveis, mas, sem dúvida, a lei divina armou condições propícias ao reequilíbrio emocional que se perturbara.

Quando Freud formulou a doutrina psicanalítica dos complexos de Édipo e de Elettra para caracterizar distorções no relacionamento mãe/filho ou pai/filha, nem suspeitava de que estava tocando num aspecto carregado de implicações reencarnacionistas, mesmo porque ele jamais admitiu o ser humano como um espírito imortal e preexistente. Não há dúvida, porém, de que situou adequadamente no contexto da família problemas graves que soube identificar e catalogar, ainda que não tivesse como formular propostas adequadas à solução, ou à sua correta interpretação.

Após viverem uma ou mais existências como irmão/irmã, ou mãe/filho, ou pai/filha, os Espíritos arrastados anteriormente a situações equívocas terão melhores condições de encontrar um nível

adequado de equilíbrio e serenidade para suas emoções exaltadas. É no âmbito da família que tais experimentações e aprendizados se realizam.

E por isso é também ali que se armam situações algo traumáticas, ou pelo menos tensas, criadas pelo relacionamento difícil entre espíritos que ainda não se harmonizaram. Como poderia fazê-lo sem uma aproximação mais íntima, quase obrigatória, como a que ocorre no círculo familiar? É ali que se vêem como parentes, sob uma nova óptica, antigos desafetos tidos por irreconciliáveis. É ali que os casais recebem filhos difíceis que lhes cumpre reorientar e cujo afeto e respeito lhes cabe reconquistar, para que um dia haja entre eles um relacionamento fraternal.

Constitui grave equívoco, por outro lado, receber tais espíritos, ainda rebeldes e compreensivelmente magoados conosco, apenas para cumprir um desagradável dever, com a intenção de nos “livrarmos” deles para sempre e o quanto antes. Não é essa a atitude sugerida pela moral cristã que o Espiritismo adotou como sua. O trabalho que nos incumbe realizar junto do Espírito que, por nossa culpa, foi gravemente prejudicado, é o de reparação, o de pacificação, o de recuperação de seu afeto para que siga convivendo conosco aqui e alhures no universo, mas em paz, convertido em amigo e companheiro de jornada evolutiva, pois irmãos já o somos, repetimos, desde que criados.

— Reconcilia-te com o teu adversário — advertiu Cristo — enquanto estás a caminho com ele.

E não é precisamente no círculo aconchegante da família que estamos *a caminho* com aquele que a nossa insensatez converteu em adversário?

O Espiritismo coloca, pois, sob perspectiva inteiramente renovada e até inesperada, além de criativa e realista, a difícil e até agora inexplicável problemática do inter-relacionamento familiar. Se um membro de nossa família tem dificuldades em nos aceitar, em nos entender, em nos amar, podemos estar certos de que tais dificuldades foram criadas por nós mesmos num relacionamento anterior em que as nossas paixões ignoraram o bom senso.

— E a repulsão instintiva que se experimenta por algumas pessoas, donde se origina? perguntou Kardec aos seus Instrutores (LIVRO DOS ESPÍRITOS, Pergunta 389)

— São espíritos antipáticos que se adivinham e reconhecem, sem se falarem.

O ponto de encontro de muitas dessas antipatias, que necessitam do toque mágico do amor e do entendimento, é a família consanguínea, célula de um organismo mais amplo que é a família espiritual, que por sua vez, é a célula da instituição infinitamente mais vastas que são a família mundial e, finalmente, a universal.

A Doutrina considera a instituição do casamento como instrumento do “progresso na marcha da humanidade” e, reversamente, a abolição do casamento como “uma regressão à vida dos animais”. (Questões 695 e 696, de O LIVRO DOS ESPÍRITOS). Como vimos há pouco, é também essa a opinião dos cientistas especializados responsáveis.

Ao comentar as questões indicadas, Kardec acrescentou que — “O estado de natureza é o da união livre e fortuita dos sexos. O casamento constitui um dos primeiros atos de progresso nas sociedades humanas, porque estabelece a solidariedade fraterna e se observa entre todos os povos, se bem que em condições diversas”.

No que, mais uma vez, estão de acordo estudiosos do problema do ponto de vista científico e formuladores e divulgadores da Doutrina Espírita.

Isto nos leva à delicada questão do divórcio, reconhecido como uma das principais causas desagregadoras do casamento e, por extensão, da família.

O problema da indissolubilidade do casamento foi abordado pelos Espíritos, de maneira bastante sumária, na Questão nº 697. Perguntados sobre se “Está na lei da Natureza, ou somente na lei humana a indissolubilidade absoluta do casamento”, responderam da seguinte forma:

— É uma lei muito contrária à da Natureza. Mas os homens podem modificar suas leis; só as da Natureza são imutáveis.

O que, exatamente, quer dizer isso?

Em primeiro lugar, convém chamar a atenção para o fato de que a resposta foi dada no contexto de uma pergunta específica sobre a *indissolubilidade absoluta*. Realmente, a lei natural ou divina não *impõe* inapelavelmente um tipo rígido de união, mesmo porque o livre arbítrio é princípio fundamental, direito inalienável do ser humano. “Sem o livre arbítrio — consta enfaticamente da Questão nº 843 de O LIVRO DOS ESPÍRITOS — o homem seria máquina.”

A lei natural, por conseguinte, não iria traçar limites arbitrários às opções humanas, encadeando homens e mulheres a um severo regime

de escravidão, que poderá conduzir a situações calamitosas em termos evolutivos, resultando em agravamento dos conflitos, em lugar de os resolver, ou pelos menos atenuá-los.

Ademais, como vimos lembrando repetidamente, o Espiritismo não se propõe a ditar regras de procedimento específico para cada situação da vida. O que oferece são princípios gerais, é uma estrutura básica, montada sobre a permanência e estabilidade de verdades testadas e aprovadas pela experiência de muitos milênios. Que dentro desse espaço se movimente a criatura humana no exercício pleno de seu livre arbítrio e decida o que melhor lhe convém, ante o conjunto de circunstâncias em que se encontra.

O casamento é compromisso espiritual previamente negociado e acertado, ainda que nem sempre aceito de bom grado pelas partes envolvidas. São muitos, senão maioria, os que se unem na expectativa de muitos anos de turbulência e mal-entendidos porque estão em débito com o parceiro que acolhem, precisamente para que se conciliem, se ajustem, se pacifiquem e se amem ou, pelo menos, se respeitem e estimem.

Mergulhados, porém, na carne, os bons propósitos do devedor, que programou para si mesmo um regime de tolerância e autocontrole, podem falhar. Como também pode exorbitar da sua desejável moderação o parceiro que vem para receber a reparação, e em lugar de recolher com serenidade o que lhe é devido (e outrora lhe foi negado) em atenção, apoio, segurança e afeto, assume a atitude do tirano arbitrário que, além de exigir com intransigência o devido, humilha, oprime e odeia o parceiro que, afinal de contas, está fazendo o possível, dentro das suas limitações, para cumprir seu compromisso. Nesses casos, o processo de ajuste — que será sempre algo difícil mas poderá desenrolar-se em clima de mútua compreensão — converte-se em vingança irracional.

Numa situação dessas, mais freqüentes do que poderíamos supor, a *indissolubilidade absoluta* a que se refere a Codificação seria, de fato, uma lei antinatural. Se um dos parceiros da união, programada com o objetivo de promover uma retificação de comportamento, utilizou-se insensatamente da sua faculdade de livre escolha, optando pelo ódio e a vingança, quando poderia simplesmente recolher o que lhe é devido por um devedor disposto a pagar, seria injusto que a lei recusasse a este o direito de recuar do compromisso assumido, modificar seus termos, ou adiar a execução, assumindo, é claro, todas as responsabilidades decorrentes de seus atos, como sempre, aliás.

A lei divina não conosta a violência que um parceiro se disponha a praticar sobre o outro. Além do mais, a dívida não é tanto com o indivíduo prejudicado quanto com a própria lei divina desrespeitada. No momento em que arruinamos ou assassinamos alguém, cometemos, claro, um delito pessoal da maior gravidade. É preciso lembrar, contudo, que a vítima também se encontra envolvida com a lei, que, paradoxalmente, irá exigir a reparação da falta cometida, não para vingá-la, mas para desestimular o faltoso, mostrando-lhe que cada gesto negativo cria a sua matriz de reparação. O Cristo foi enfático e preciso ao ligar sempre o erro à dor do resgate. “Vai e não peques mais, para que não te aconteça coisa pior”, disse ele.

Não há sofrimento inocente, nem cobrança injusta ou indevida. O que deve paga e o que está sendo cobrado é porque deve. Assim a própria vítima de um gesto criminoso é também um ser endividado perante a lei, por alguma razão concreta anterior, ainda que ignorada. Se, em lugar de reconciliar-se, ela se vingar, estará reabrindo sua conta com novo débito em vez de saldá-la.

A lei natural, portanto, não prescreve a indissolubilidade mandatória e absoluta do casamento, como a caracterizou Kardec na sua pergunta. Conseqüentemente, a lei humana não deve ser mais realista do que a outra, que lhe é superior; deve ser flexível, abrindo espaço para as opções individuais do livre arbítrio.

Isso, contudo, está longe de significar uma atitude de complacência ou de estímulo à separação dos casais em dificuldades. O divórcio é admissível, em situações de grave conflito, nas quais a separação legal assume a condição de *mal menor*, em confronto com opções potencialmente mais graves que projetam ameaçadoras tragédias e aflições imprevisíveis: suicídios, assassinatos, e conflitos outros que destróem famílias e acarretam novos e pesados compromissos, em vez de resolver os que já vieram do passado por auto-herança.

Convém, portanto, atentar para todos os aspectos da questão e não ceder precipitadamente ao primeiro impulso passional ou solicitação do comodismo ou do egoísmo. Dificuldades de relacionamento são mesmo de esperar-se na grande maioria das uniões que se processam em nosso mundo ainda imperfeito. Não deve ser desprezado o importante aspecto de que o casamento foi combinado e aceito com a necessária antecipação, precisamente para neutralizar diferenças e dificuldades que persistem entre dois ou mais Espíritos.

O que a lei divina prescreve para o casamento é o amor, na sua mais ampla e abrangente conotação, no qual o sexo é apenas a

expressão física de uma profunda e serena sintonia espiritual. Estas uniões, contudo, são ainda a exceção e não a norma. Ocorre entre aqueles que, na expressão de Jesus, *Deus juntou*, na imutável perfeição de suas leis. Que ninguém os separe, mesmo porque, atingida essa fase de sabedoria, entendimento e serenidade, os Espíritos pouco se importam de que os vínculos matrimoniais sejam indissolúveis ou não em termos humanos, dado que, para eles vige a lei divina que já os uniu pelo vínculo supremo do amor.

Em suma, recuar ante uma situação de desarmonia no casamento, de um cônjuge difícil ou de problemas aparentemente insolúveis é gesto de fraqueza e covardia de graves implicações. Somos colocados em situações dessas precisamente para resolver conflitos emocionais que nos barram os passos no caminho evolutivo. Estaremos recusando exatamente o remédio prescrito para curar mazelas persistentes que se arrastam, às vezes, por séculos ou milênios aderidas à nossa estrutura espiritual.

A separação e o divórcio constituem, assim, atitudes que não devem ser assumidas antes de profunda análise e demorada meditação que nos levem à plena consciência das responsabilidades envolvidas.

Como escreveu Paulo com admirável lucidez e poder de síntese.

— “Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém”.

O Espiritismo não é doutrina do *não* e sim da responsabilidade, Viver é escolher, é optar, é decidir. E a escolha é sempre livre dentro de um leque relativamente amplo de alternativas. A sementeira, costumamos dizer, é voluntária; a colheita é que é sempre obrigatória.

É no contexto da família que vem desaguar um volume incalculável de conseqüências mais ou menos penosas resultantes de desacertos anteriores, de decisões tomadas ao arrepio das leis flexíveis e, ao mesmo tempo, severas, que regulam o universo ético em que nos movimentamos.

Para que um dia possamos desfrutar o privilégio de viver em comunidades felizes e harmoniosas, aqui ou no mundo póstumo, temos de aceitar, ainda que relutantemente, as regras do jogo da vida. O trabalho da reconciliação com espíritos que prejudicamos com o descontrole de nossas paixões, nunca é fácil e, por isso, o comodismo nos empurra para o adiamento das lutas e renúncias por onde passa o caminho da vitória.

Como foro natural de complexos problemas humanos e núcleo inevitável das experiências retificadoras que nos incumbe levar a bom

termo, a família é instrumento da redenção individual e, por extensão, do equilíbrio social.

Não precisaria de nenhuma outra razão para ser estudada com seriedade e preservada com firmeza nas suas estruturas e nos seus propósitos educativos.

XII

VISÃO DUALISTA DO PROBLEMA DA SEXUALIDADE

Comprometidas com uma programação tão abrangente quanto possível, a fim de que os principais temas da problemática humana tivessem alguma forma de abordagem, por mínima que fosse, as Entidades que se incumbiram de colaborar com Allan Kardec na formulação de O LIVRO DOS ESPÍRITOS tiveram de ajustar-se a uma disciplina expositiva nas suas respostas para que o livro não assumisse proporções exageradas. Por isso, caracteriza-se o livro básico da Codificação como um conjunto de sínteses fecundas, que servissem de ponto de partida para futuros desdobramentos.

Bem que às vezes ficamos a desejar que os Espíritos tivessem sido mais explícitos, ampliando suas exposições, especialmente em assuntos mais complexos e obscuros ao nosso entendimento. Mas é

preciso entender que não apenas estavam eles limitados pela metodologia da síntese para melhor aproveitamento do “espaço” cultural que lhes foi reservado para exporem suas idéias, como também porque desejaram, eles próprios, reservar um pouco de espaço que lhes fora atribuído para que os seres encarnados prosseguissem a tarefa, desenvolvendo, com seus próprios recursos, aspectos que foram apenas mencionados ou nem sequer chegaram a ser abordados. Sabemos todos que os Instrutores responsáveis e autênticos não nos trazem soluções prontas e acabadas para os problemas da vida, mas ensinamentos que nos proporcionarão recursos para que o próprio ser encarnado trabalhe as suas dificuldades e encontre saídas, ainda que ajudado e assistido.

Vimos no capítulo anterior a exigüidade do pronunciamento dos mentores do Espiritismo sobre a questão da indissolubilidade do casamento. Em lugar de ditarem uma longa explanação, proporem alternativas, sugerirem procedimentos e recomendarem soluções objetivas, como muitos desejariam, limitaram-se a observar que a indissolubilidade absoluta, e, portanto, compulsória e sem opções, é contrária à lei natural.

Que os homens modifiquem as suas, se assim o entenderem, pois as leis divinas são imutáveis. E mais não disseram.

Sobre a grave questão sexual não foram menos objetivos, mas nem por isso mais explícitos ou prolixos. O assunto vem tratado com a severa sobriedade de sempre em três sumárias questões (de 200 a 202, pois na de número 822 apenas confirmam o que já haviam dito) que podem ser assim resumidas:

1. Os Espíritos não têm sexo “como o entendeis”;
2. Podem encarnar-se alternativamente em corpos masculinos ou femininos;
3. A opção por um ou outro sexo é orientada pelo tipo de programação que o Espírito deseje ou precise desenvolver na carne.

E nada mais acrescentaram, mesmo porque, aparentemente, nada mais lhes foi perguntado. Em um pequeno estudo sob o título AS MULHERES TÊM ALMA?, publicado na REVISTA ESPÍRITA, em janeiro de 1866 (págs. 1 a 5 da edição brasileira da EDICEL), Kardec oferece suas reflexões acerca do problema. Como sempre, é claro, objetivo e conclusivo ao lembrar que Deus não criou almas masculinas e femininas, nem fez estas inferiores àquelas. E prossegue, mais adiante:

— As almas ou Espíritos não têm sexo. As afeições que os unem nada têm de carnal e, por isto mesmo, são mais duráveis, porque

fundadas numa simpatia real e não subordinadas às vicissitudes da matéria.

E acrescenta:

— Os sexos só existem no organismo. São necessários à reprodução dos seres materiais. Mas os Espíritos, sendo criação de Deus, não se reproduzem uns pelos outros, razão por que os sexos seriam inúteis no mundo espiritual.

Portanto, ao preparar-se para a reencarnação, o Espírito deve fazer a sua opção entre um sexo e outro, ou seja, entre nascer como homem ou como mulher e já vimos que essa decisão é tomada levando-se em conta o que os Instrutores da Codificação caracterizam como “as provas por que haja de passar”. Ocorre, assim, que um Espírito pode renascer no mesmo sexo durante muito tempo, por inúmeras encarnações.

É de esperar-se, neste caso, que as características do sexo de sua escolha ou preferência se tornem as dominantes de sua personalidade, seja como homem, seja como mulher. Se, por qualquer razão ponderável e necessária, ele tiver de mudar subitamente de um sexo para outro, é quase certo que conservará em sua nova existência “os gostos, as inclinações e o caráter inerente ao sexo que acaba de deixar”, como ensina Kardec.

Tais mudanças *podem* acarretar problemas de adaptação, seja suscitando homens efeminados ou mulheres masculinizadas, embora com disposições orgânicas e biológicas bem definidas.

Kardec conclui sua exposição declarando que “não existe diferença entre o homem e a mulher, senão no organismo, que se aniquila com a morte do corpo. Mas, quanto ao Espírito, à alma, ao ser essencial, imperecível, ela não existe, porque não há duas espécies de almas.

As notáveis pesquisas da psicóloga americana Dra. Helen Wambach (ver LIFE BEFORE LIFE ou RELIVING PAST LIVES) atestam com o fato verificado os ensinamentos dos Espíritos na Codificação. Um de seus pacientes declara o seguinte, a respeito de sua escolha de sexo:

— “Decidi vir como mulher por que ela é mais terna, mais ligada consigo mesma. . .
Sinto que *meu lado feminino* é mais adequado para expressar isso”
(Caso A-384).

E outra observação pertinente e enfática da própria psicóloga:

— ... nem um só de meus 750 pacientes sente que o seu “verdadeiro eu interior” seja masculino ou feminino.

Claro está, portanto, que a diferenciação sexual somente ocorre na contraparte física do ser encarnado e, por óbvias razões, ditadas pela necessidade vital da reprodução da espécie.

É igualmente certo, não obstante, que certas características psicológicas femininas ou masculinas acabam por cristalizar-se ao cabo de uma longa série de encarnações repetidas num ou noutra sexo, o que nos leva a admitir não Espíritos *sexuados*, mas predominantemente femininos ou masculinos.

Aliás, é o que ocorre durante a encarnação. A ciência tem mostrado conclusivamente que o ser humano nunca é cem por cento masculino ou cem por cento feminino. O que existe é a predominância de um ou de outro sexo e muitas vezes uma oscilação ou indefinição que coloca o indivíduo numa espécie de zona crepuscular, fronteira, limite esse que ele pode cruzar de um lado para o outro, ainda que guardando no corpo físico inequívoca definição por este ou aquele sexo. O pesquisador americano Dr. Kinsey encontrou numa série de 1.058 homens uma taxa de 35,5% com uma ou mais experiências homossexuais. Na sua opinião, 25 a 33% de todos os homens de meia idade tiveram tais experiências e se levarmos em conta a existência toda a percentagem subirá para cerca de 50%.

Carl G. Jung, o eminente médico e psicanalista dissidente de Freud, identificou também o fenômeno e o rotulou adequadamente, chamando de “*animus*” a tendência ou os aspectos masculinos do ser e de “*anima*” o componente feminino que todos nós carregamos na complexa intimidade da nossa psicologia profunda.

Tudo isso está claro e é aceitável, mesmo porque bem documentado. As conclusões dos Espíritos responsáveis pela formulação da Doutrina e a dos cientistas são convergentes e coincidentes. De volta, porém, ao texto de O LIVRO DOS ESPÍRITOS — Questão N° 200 — topamos com a observação um tanto enigmática de que os Espíritos não têm sexo *como o entendemos*.

O que, exatamente, quer dizer isso?

Precisaremos abordar o problema com uma pergunta preparatória. Esta: Como entendemos o sexo?

Uma resposta imediatista e açodada seria a de que o sexo é um instrumento de prazer. É assim, aliás, que o consideram amplas

maiorias no mundo contemporâneo, no qual, desvirtuado de suas nobres responsabilidades, o sexo converteu-se não apenas em culto e fixação mental obsessiva, como em mercadoria que se vende sob inúmeras e vistosas embalagens. Estamos assistindo, a todo momento, a caríssimas campanhas publicitárias nas quais o sexo figura, velada ou ostensivamente, como componente fundamental da promoção comercial montada para vender tudo quanto se possa imaginar, de cigarros e bebidas até apartamentos. As teorias mais avançadas de “marketing” e de publicidade insistem em fazer a associação entre a mercadoria anunciada e a idéia do prazer em geral e do prazer sexual em particular.

Daí a supervalorização do sexo e a verdadeira onda de sexolatria em que mergulhou a civilização moderna.

A ótica do problema está sendo deliberadamente invertida. O objetivo prioritário da sexualidade não é o prazer em si e por si e sim a *procriação*, ou seja, a faculdade de gerar corpos para os seres humanos e, por extensão, de proporcionar ininterruptas oportunidades de reencarnação aos Espíritos. Na sabedoria irretocável de suas leis, a natureza associou a sensação do prazer às faculdades destinadas a satisfazer às necessidades básicas do ser, como reprodução, alimentação, repouso, etc. É agradável fazer uma boa refeição quando estamos famintos ou beber uma porção de água pura e fresca quando a sede nos maltrata, ou dormir seis a oito horas quando a exaustão nos paralisa. As sensações que trabalham pela preservação da vida são estimuladas com uma taxa maior ou menor de satisfação ou prazer, da mesma forma que aquelas que põem em risco a continuidade da vida causam mal estar, sofrimento, ou até a morte do corpo, como a dor de um ferimento, a disfunção de um órgão vital, a aspiração de um gás tóxico, a ingestão de uma substância agressiva ao organismo, etc.

Claro que estamos falando aqui de sensações naturais consolidadas no mecanismo dos instintos ao longo de milênios e milênios. Não cogitamos, por enquanto, dos métodos artificiais, ditos civilizados, de suscitar novas e letais sensações de prazer, como o uso de drogas, sobre o qual temos ainda algo a dizer em outro capítulo.

Convém lembrar, a propósito, que as leis divinas não deixaram a busca do prazer ao sabor da fantasia de cada um, porque isto seria trabalhar contra os próprios interesses que a fruição do prazer pretende estimular e assegurar. Em outras palavras: para garantir a segurança dos mecanismos da vida, a lei natural estabeleceu que o prazer é útil e necessário, mas determinou com severidade inquestionável que o abuso do prazer acarreta a destruição do indivíduo para que não se destrua o sistema. Uma boa alimentação causa prazer e sustenta um

corpo saudável, no qual o Espírito encarnado possa sentir-se à vontade para realizar o que lhe compete no mundo, mas o excesso, a gula desenfreada, pode acabar por destruir no indivíduo sua oportunidade de continuar a existir naquele corpo. Se todos os seres passassem a comer desesperadamente, como certos glutões, não apenas a produção de alimentos seria insuficiente, como a humanidade estaria condenada em parte à obesidade assassina e em parte à inanição. Uma porque teria comido demais e outra porque não teve mais o que comer.

Com as necessárias modulações, o raciocínio é válido para qualquer necessidade humana, como a da procriação. Do que se depreende que não é o prazer razão única nem a predominante nas faculdades destinadas à satisfação das necessidades humanas. Ele é o acessório, não o fundamental. O fundamental é sempre o conceito de preservação da vida, o que costumo identificar como oportunidades evolutivas que, de início, somente o corpo físico pode proporcionar.

Vemos, portanto, que grandes segmentos humanos, talvez o majoritário, entendem o sexo como instrumentação do prazer. Mesmo estes, contudo, não ignoram que ele é *também*, senão prioritariamente, um mecanismo de reprodução da espécie.

Logo, entendemos o sexo como mecanismo procriativo e como instrumento de prazer simultânea e complementarmente. Não há como considerá-lo de outra maneira, pelo menos entre os seres humanos encarnados.

A vida realmente “explodiu” em toda a sua amplitude, no dizer elegante de Lyall Watson, quando aprendeu o processo de duplicação, ou seja, a faculdade de um organismo ou de um par deles gerar outros semelhantes.

Estamos de acordo nestes pontos? Creio que sim.

Então, o que querem dizer os instrutores da Codificação quando nos ensinam que os Espíritos não têm sexo, *como o entendemos?*

Uma vez que os Espíritos não se reproduzem uns pelos outros, como observa Kardec, é claro que dispensam a utilização da instrumentação sexual reprodutora. É de supor-se, em consequência, que também não a utilizem como mero instrumento de prazer, e isto é o que nos confirma a Doutrina quanto aos Espíritos de mais elevado estágio evolutivo, que são os que a Codificação tem em mente quando coloca a sua informação em resposta à pergunta número 200. É até admissível — e disso também sabemos — que certa atividade sexual persista entre Espíritos ainda muito envolvidos com a matéria que se “alimentam”,

“bebem”, “fumam”, “jogam”, “drogam-se” e fazem sexo, tudo à sua maneira peculiar, segundo suas frustrações e fixações. Sabemos dos que se juntam em autêntica simbiose a seres encarnados para continuarem a fruir algumas dessas sensações grosseiras que o estágio na matéria proporciona. Espíritos que foram, na Terra, fumantes inveterados acercam-se de companheiros encarnados ainda presos ao vício, da mesma forma que beberrões, comilões ou sexôlatras obsessivos, têm habitualmente seus “parceiros” desencarnados. Seus perispíritos ainda muito densos, dotados de elevada carga de componente materializado, continuam sentindo a pressão das necessidades e buscam as mesmas satisfações de que desfrutavam enquanto encarnados.

É certo, porém, que Espíritos de mais elevada condição, alojados em perispíritos mais rarefeitos, situam-se fora dessa faixa de envolvimento e, portanto, não têm sexo, *como o entendemos*, ou seja, nem para procriar nem como instrumento de prazeres grosseiros que atraem e até escravizam seres encarnados ou desencarnados ainda bastante dependentes das sensações proporcionadas pela matéria mais densa.

Atenção, contudo, para um importante aspecto, ainda que muito sutil. Os instrutores da Codificação não nos asseguraram que os *Espíritos não têm sexo* e sim que não o têm *como entendemos*. O que quer dizer que *têm sexo*, mas não da maneira pela qual nós o entendemos, ou seja, preso à dicotomia procriação/prazer.

Resta-nos, portanto, decifrar esse enigma, tentando uma abordagem criativa, ainda que algo especulativa, ao problema, que pode ser assim formulado: Como e de que maneira se expressa o sexo nos Espíritos?

É o que vamos empreender a seguir.

A característica dominante da sexualidade é a função criadora. Entendo, pois, que por esse conceito básico é que deve ser iniciada a exploração do problema posto acima. É como se Deus houvesse delegado às suas criaturas uma parcela de seu poder criador, autorizando-as, dentro de limites bem definidos, a desenvolverem importantes tarefas em regime de co-criação. Uma vez definido e implantado o procedimento genético, o próprio ser humano se incumbe de *duplicar-se*, como diria Lyall Watson, assegurando a continuidade de que necessita a lei da reencarnação para realizar sua própria tarefa.

Sempre atentos ao princípio dualístico que rege toda a estrutura e a dinâmica da vida, segundo nos ensina a Doutrina dos Espíritos, não devemos ignorar que a função procriadora é a manifestação, no campo material ou físico, de uma energia que deve ter, necessariamente, funções do maior relevo no campo espiritual.

Acho mesmo que Freud teve a intuição correta dessa realidade ao propor a sua teoria da libido, conceituando-a não como sexualidade pura e exclusiva, mas como manifestação de *energia psíquica*, bem mais abrangente. Sem aprofundar aqui os textos especializados, o que estaria além dos objetivos deste livro, podemos formular um entendimento bastante claro de libido, recorrendo a um bom dicionário comum. E isto é válido para os de língua inglesa Webster, Funck & Wagnall, o Larrousse, francês, ou o nosso competente Aurélio.

Vejamos o que nos diz este último, ao conceituar a conotação psicanalítica da palavra libido:

— Energia motriz dos instintos da vida, i. e., de *toda a conduta ativa e criadora* do homem (destaques desta transcrição).

O que confirma que libido não é somente sexo, conceito ao qual o Espiritismo não teria objeções a opor, de vez que, entendendo o ser humano como uma acomodação entre matéria (corpo físico) e energia (espírito), não poderá ignorar ou rejeitar a evidência de que forças bem definidas circulem pelo sistema corpo/espírito, sob o comando deste. A sexualidade é, portanto, expressão ou manifestação, no campo da matéria, de uma forma de energia direcionada e administrada *pelo Espírito* encarnado e que, obviamente, é utilizada também para outros fins.

Sabemos, por outro lado, que as formas de energia ocorrem e atuam em sistemas de polaridade, que a milenar sabedoria chinesa classificou com palavras hoje de conhecimento geral: *yang* e *yin*. Esses termos representam não apenas o positivo e o negativo, mas o masculino e o feminino, o quente e o frio, e inúmeras outras situações, ou seja, os opostos que se tocam e se completam e interagem um sobre o outro.

A libido, portanto, que no campo físico se expressa na sexualidade, ou, mais especificamente, na procriação, é também uma forma polarizada de energia, como qualquer outra. Daí a coexistência de impulsos e tendências masculinas e femininas no mesmo ser, como têm observado os cientistas. Uma carga energética mais intensa, num ou noutro pólo, define a forma de expressão da sexualidade e, por um mecanismo de “*feed back*”, caracteriza ou pelo menos colore a personalidade. Convém esclarecer que entendemos personalidade como expresso da individualidade encarnada. O espírito imortal, com a soma de suas experiências pregressas, é a individualidade, enquanto o ser encarnado, contido nas limitações da vida na carne, é a personalidade. Esta palavra, aliás, é de adequado e irretocável conteúdo semântico, uma vez que *persona*, em latim, é o termo que corresponde a

máscara. É como se a individualidade imortal revestisse uma espécie de máscara para poder atuar no grande palco da vida e nele desempenhar o papel que lhe toca no contexto da sua problemática cármica.

A sexualidade é, portanto, expressão ou escoadouro de energias do Espírito. Do início até níveis medianos do processo evolutivo — milênios e milênios — uma grande parte dessa energia criadora é consumida ou utilizada na atividade geradora de corpos físicos que se tornam em outras tantas oportunidades evolutivas para outros seres. Com o correr do tempo, não obstante, parte da energia — que, em si mesma, não é sexual, como vimos, mas simples energia psíquica — começa a ser dirigida para outros canais de expressão: arte, misticismo, serviço social, política ou o que seja. Até que alcance um estágio de equilíbrio tal que não mais terá necessidade de expressão fisiológica, material, mesmo porque em tais patamares evolutivos o Espírito prescinde da matéria, por não mais estar sujeito à reencarnação, como assinala Kardec. Em Espíritos de elevada condição evolutiva, por conseguinte, não há mais a predominância de uma polarização sobre a outra, e sim um redirecionamento na utilização da energia como um todo. Não temos mais um homem com tendências femininas ou uma mulher com certo conteúdo masculino, e sim um ser em equilíbrio energético, mesmo porque não precisa mais gerar corpos para seu uso eventual em próximas ou remotas encarnações.

Se, por necessidade programática, o Espírito volta a reencarnar-se em missão relevante, terá de optar, necessariamente, por um corpo de características masculinas ou femininas. Não traz, contudo, os impulsos sexuais correspondentes. Embora fisicamente seja homem ou mulher, na personalidade humana, seu Espírito, como individualidade, canaliza suas energias psíquicas (libido) para outras finalidades criadoras. Isto quer dizer que em tais seres as energias que, durante muitos milênios, foram canalizadas para a sexualidade, estão tendo outra destinação, estão sendo utilizadas de maneira mais nobre, em autênticos processos de sublimação, cujo mecanismo ainda nos escapa à observação, por conseguinte, ao entendimento.

Em sua narrativa *MINHA VIDA E EXPERIMENTAÇÕES COM A VERDADE*, o Mahatma Gandhi conta que a certa altura da existência, ainda jovem e casado, resolveu, de comum acordo com a esposa, suspender totalmente sua atividade genésica, tendo vivido o resto da existência em regime de deliberada e responsável castidade. De alguma forma, por certo, as energias que até então estavam sendo consumidas na atividade sexual, passaram a ter utilização puramente

psíquica e que certamente contribuíram para os prodígios de resistência pacífica, serenidade e coragem que demonstrou esse homem excepcional.

Ao que tudo indica, portanto, nas etapas mais avançadas do processo evolutivo, o ser humano alcança um equilíbrio emocional e psíquico satisfatório da sua carga energética.

Não é mais um homem, no sentido em que o entendemos, nem uma mulher e muito menos um andrógino. O problema não ocorre mais no contexto puramente sexual, pois suas energias estão tendo destinação diversa, em outros campos de atividade criadora. Não se trata, portanto, de um ser sexuado ou assexuado, bissexuado ou híbrido, mas de um indivíduo no qual as energias psíquicas não têm mais expressão através da sexualidade.

Creio que estamos agora em condições de examinar, ainda que sumariamente, o agudo problema da homossexualidade.

O homossexualismo é caracterizado como atração sexual de uma pessoa por outra do mesmo sexo. É oportuno lembrar que o prefixo, no caso, vem do grego onde significa *igual, semelhante*, e não do latim, no qual quer dizer *homem*.

As práticas homossexuais foram consideradas normais em 64% das sociedades antigas, inclusive na Grécia. Em algumas das mais primitivas, o homossexualismo estava ligado ao xamanismo, no contexto do qual se considerava o homossexual como dotado de poderes mágicos. É o que nos informa o Dr. Clifford Allen, eminente psiquiatra e escritor inglês, no estudo de sua autoria para a Enciclopédia Britânica.

Antigos textos revelam que entre os hititas, o homossexualismo era proibido apenas entre pai e filho. Leis assírias, aí por volta do século 11 ou 12 antes de Cristo, puniam a prática com a castração. Sabe-se também que onde a legislação o proibia, nem mesmo a pena de morte conseguiu erradicar o homossexualismo. Na Idade Média enterrava-se, queimava-se vivo ou executava-se o homossexual. A Igreja contribuiu para que legislação específica e severa fosse adotada nas suas áreas de influência. O Apóstolo Paulo é claro e firme na condenação de tais práticas, como se lê nos versículos 26 e 27, primeiro capítulo, de sua carta aos Romanos:

— “Por isso vos entregou Deus a paixões infames; pois suas mulheres inverteram as relações naturais por outras contra a natureza; igualmente os homens, abandonando o uso natural da mulher, abraçaram-se em desejos uns pelos outros, cometendo a infâmia de homem

com homem, recebendo em si mesmos a recompensa merecida de seu extravio”.

Seja como for, o problema é antigo e o tratamento que a sociedade lhe tem dado oscila entre a tolerância ou indiferença e as mais severas punições.

Na tentativa de entender melhor o fenômeno, quatro hipóteses foram armadas para explicar sua eclosão: 1) aberração genética, 2) perturbação endócrina, 3) condição psicológica e 4) combinação de duas ou mais de tais causas.

A primeira delas é a que tem sido apontada com maior frequência. Apóia-se, em grande parte, no testemunho do próprio homossexual que declara ter assim nascido e assim ter sido desde que se entende.

Experimentações genéticas foram realizadas extensamente com insetos — por causa do rápido ciclo reprodutor —, mas os resultados não foram satisfatórios de forma a permitirem aplicação de suas conclusões aos seres humanos. Foram obtidos, por exemplo, insetos homossexuais machos com maior ou menor tendência feminina ou machos geneticamente femininos. Tais condições, aliás, são observáveis em, praticamente, todos os animais, como nos asseguram os estudiosos. O homossexualismo seria, em tais casos, uma disfunção psicológica, sim, mas suscitada pela condição existente no organismo físico. A hipótese é, contudo, inaceitável na sua aplicação ao ser humano, no qual não se manifestam sinais exteriores, orgânicos da tendência. Em outras palavras: o homossexual masculino ou feminino dispõe de órgãos normais em seu corpo físico; se a teoria fosse válida, o procedimento seria determinado pela natureza do aparelho genésico.

A causa endócrina, ou seja, glandular, não alcançou melhor êxito na tentativa de caracterização do fenômeno, ou pelo menos não conseguiu ser demonstrada de maneira convincente e conclusiva. A maioria dos homossexuais não apresenta evidência de doença glandular. A castração não acarreta o homossexualismo e, segundo alguns autores, o tratamento hormonal correspondente não altera o comportamento. Quanto a isto, porém, há divergência.

Há alguns anos não se conseguia detectar nenhuma diferença física entre o hetero e o homossexual, em testes macro ou microscópios, bioquímicos ou endócrinos, segundo nos afirma o já citado Dr. Clifford Allen. Técnicas mais recentes, contudo, já conseguem identificar certas características, segundo depoimento do Dr. Jorge Andréa,

em seu livro FORÇAS SEXUAIS DA ALMA. Quanto aos hormônios, declara este mesmo e competente pesquisador brasileiro o seguinte:

— “Os animais superiores, inclusive o homem, possuem em suas organizações físicas, tanto a masculina quanto a feminina, hormônios dos dois sexos. Qualquer que seja a polaridade sexual, um estado de desorganização dos campos espirituais poderá excitar um determinado hormônio acarretando deformações de efeitos chamados heterossexuais das gônadas”.

O que se depreende da observação do Dr. Andréa é que, em vez de o organismo determinar as condições de comportamento psicológico, o contrário é que se dá, ou seja, as disfunções espirituais é que produzem alterações somáticas no sistema endócrino, o que nos parece racional e compatível com outros mecanismos de interação psicossomática.

Resta-nos, portanto, a causa psicológica, a mais promissora dentre as que foram convocadas para melhor entendimento do problema, dado que a 4ª alternativa, ou seja, acoplamento de causas orgânicas com as de natureza psicológica está à espera de melhor definição daquelas.

Do ponto de vista espírita, creio prudente admitir a possibilidade de uma influência mútua, ou seja, tanto no sentido físico/espiritual como na sua recíproca espiritual/físico.

Mais uma vez invocamos o princípio dualista na busca de um entendimento melhor das coisas, mas obviamente, a dominante será sempre a realidade espiritual. Ou, para dizer a mesma coisa de outra maneira: não é o corpo físico que comanda o Espírito e sim este que decide e programa aquele, ainda que receba de volta reações e sofra alguma influência, pouco expressiva, aliás.

A abordagem científica, contudo, especula sobre se estamos aqui perante um fenômeno de pura e simples degeneração. Os adeptos de tal teorização servem-se dela para justificar a maneira grosseira, agressiva e até desumana com o qual costumam referir-se aos homossexuais. Há quem cite a decadência de Roma como exemplo de degeneração que levou o poderoso império ao colapso. Segundo estes, Roma perdeu o domínio do mundo por causa da degeneração sexual, mas isto é apenas um componente — certamente grave — de um conjunto bem mais complexo de contingências. E mais: não há evidência consistente de degeneração física ou intelectual nos homossexuais masculinos ou femininos por causa da Homossexualidade. Ao contrário, muitos têm demonstrado considerável capacidade intelectual,

criatividade, liderança e competência. Acresce que quase todos são fisicamente normais e dotados de boa saúde. As dificuldades mais acentuadas aqui estão no mecanismo emocional situado nos aspectos secretos da personalidade.

Considerado ou não como doença pelas diferentes correntes de pensamento científico, o certo é que o homossexualismo, principalmente nas grandes cidades modernas, passou a ser explorado como vício, com as características e as mazelas da prostituição feminina.

Observam também os estudiosos que nem todos os homossexuais masculinos são de tipo efeminado e apassivado. Alguns, ao contrário, são perigosamente violentos e agressivos, a mais das vezes por questões de ciúmes e rivalidades.

A Dra. Doris Maude Odlum, consultora de Medicina Psicologia, em Londres, observa que também entre os homossexuais femininos não se nota incidência acima do normal em neuroses e psicoses. O problema fica mais localizado na área do relacionamento interpessoal e muitas vezes as ligações, embora exercendo por vezes algumas influência construtiva nas vidas das pessoas envolvidas, terminam em tragédias pelas mesmas motivações de sempre, ou seja, ciúmes, rivalidades ou pressão social. Como sabemos, porém, este último fator (pressão social) é bem menos relevante hoje.

Sobre isto nos fala, em bem estruturada pesquisa, o dr. Délcio Monteiro de Lima, em seu livro *COMPORTAMENTO SEXUAL DO BRASILEIRO*, (Francisco Alves; 3ª edição, 1978).

Embora alguns dos inúmeros especialistas consultados na sua pesquisa tenham opinado no sentido de que não há uma expansão das práticas homossexuais hoje e sim uma atitude mais descontrainda e até ostensiva das pessoas envolvidas, a conclusão do pesquisador é a seguinte:

— Os resultados apurados, sintetizando revelam: para quase oito centenas de especialistas que estão em contato permanente com milhares e milhares de pessoas dos mais variados segmentos da população, ocupando posições privilegiadas à observação do comportamento sexual, há o consenso de que o homossexualismo experimenta, realmente, um processo de crescimento entre os brasileiros (o destaque é desta transcrição).

Constituem fatores de propagação de tais práticas, ainda segundo o Dr. Délcio Monteiro de Lima, as seguintes situações:

. Problemas de relacionamento no lar, “onde a autoridade dos pais debilitou-se, agravada ou causada pelos múltiplos elementos que provocam o stress da vida moderna.”

. Fácil identificação dos indivíduos nos consultórios médicos, onde não hesitam em se identificar como homossexuais “assumidos”.

. Educação sexual inadequada. O sexo passou da condição de um severo tabu à de tema livre não apenas em conversações, mas na dinâmica dos meios modernos de comunicação.

. Uso difundido de tóxicos e drogas alucinógenas que, com frequência, constituem introdução às práticas homossexuais, segundo depoimento de muitos jovens.

Alguns comentários se fazem aqui necessários.

A óbvia evidência de que o homossexualismo, difundido pelo mundo todo, sendo hoje quase que praticado às claras, sem constrangimentos ou inibições, não deixou de ser um desvio de comportamento. O Dr. Délcio Monteiro de Lima procurou expor os resultados de suas pesquisas da maneira mais isenta possível, a fim de que seu trabalho, indiscutivelmente sério não se prejudicasse com as controvérsias acerca da terminologia. Ao capítulo que cuida do assunto, o de número IV intitulou prudentemente O COMPORTAMENTO NÃO-CONVEN-CIONAL.

Mesmo com esse cuidado na escolha dos termos para estudar a situação, não há como evitar a caracterização das práticas homossexuais como desvios de comportamento. O Dr. J. Affonso Moretzsohn, de Belo Horizonte, chama a atenção para o fato de que a “preservação da espécie” é “lei magna”, enquanto o autor do livro lembra o “precário equilíbrio emocional” do homossexual ou a sua “frágil estrutura psicológica”, conceituando a prática como “ato sexual anômalo”.

Não há como fugir a esse quadro. A atividade sexual é prioritariamente procriativa, geradora. Assim é sua utilização pelos animais que se deixam guiar pela sabedoria dos instintos, como assinala a Doutrina Espírita. O prazer, como também já vimos, é acessório e, portanto, secundário. Em outras palavras: o sexo não é uma instrumentação de prazer e sim um mecanismo reprodutor, ao qual o elemento prazer foi adicionado como estímulo à preservação das espécies. A natureza como que criou espaços para que ele fosse utilizado *também* como elemento de prazer, mas não com exclusividade, porque então estaria interferindo com o que o Dr. Moretzsohn identifica apropriadamente como ‘lei magna’.

— Tudo o que embaraça a Natureza em sua marcha é contrário à lei geral — dizem os espíritos de maneira objetiva em resposta à pergunta 693.

Mesmo se admitindo a dificuldade de caracterizar com relativa precisão e nitidez os conceitos de normalidade e anormalidade no comportamento humano, e matizá-los com propriedade, não encontramos apoio científico ou doutrinário para considerar *normal* a prática homossexual masculina ou feminina. É um comportamento anômalo, como assinalam os especialistas.

Por isso tenho observado com certo desconforto a maneira, a meu ver, inadequada pela qual estão sendo interpretadas as reflexões de Emmanuel no livro VIDA E SEXO, psicografado por Francisco Cândido Xavier.

Devo aqui solicitar uma pausa para um preâmbulo.

Ao assumir a responsabilidade de concluir este livro do querido amigo e companheiro Deolindo Amorim não me foram sugeridas e nem impostas condições limitadoras para fazê-lo. Ficaram a meu critério, em regime de total confiança, que muito me honra, a escolha dos temas e a maneira de tratá-los. Como ficou explicado alhures era de meu dever respeitar escrupulosamente o texto preparado pelo ilustre e saudoso amigo e completar o livro da maneira que, a meu ver, ele o teria feito, ressalvadas naturalmente as características pessoais de estilo e abordagem de cada um.

Sem menosprezar ou ignorar a importante contribuição dos autores desencarnados filtrada através da mediunidade, Deolindo preferia sempre trabalhar mais extensamente no âmbito da Codificação propriamente dita, isto é, dos cinco livros básicos publicados no século passado sob a responsabilidade de Allan Kardec. Com freqüência recorria, nas suas exposições escritas ou orais, a textos dos continuadores imediatos de Kardec, sendo inequívoca sua predileção pelo grande Léon Denis, como se sabe.

Na vasta literatura espírita contemporânea, valorizou como poucos o trabalho do escritor encarnado, não por qualquer animosidade — Deolindo jamais foi de tais atitudes — ou reserva a autores espirituais. Achava ele — e sobre isso o ouvi falar com freqüência — que era preciso combater a atitude comodista de ficarmos à espera de que os Espíritos trouxessem os seus ensinamentos enquanto nos limitávamos a ouvi-los e questioná-los sem esforço pessoal. Queria o espírita estudando, pesquisando, concluindo, dando, enfim, sua contribuição

pessoal, excelente, boa, medíocre ou até insatisfatória, mas sempre como produto de um trabalho individual, de uma busca, de um esforço de realização pessoal.

Acresce outro aspecto que ele sempre abordou com a sua habitual serenidade e equilíbrio, mas com firmeza: o de que o texto mediúnico, qualquer que fosse o seu autor, é habitualmente acolhido quase como uma revelação, muitas vezes sem exame crítico mais atento, como recomendam incansavelmente os próprios espíritos. Kardec estabeleceu até para o conceito de fé o critério da racionalidade. É o que está na página de rosto de O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO.

A colaboração dos Espíritos superiores mais avançados em sabedoria e experiência é indispensável, mas isto não nos exime da responsabilidade de pensar, de escolher, de concluir e de decidir sobre os nossos rumos, pois os Espíritos responsáveis jamais interferem com o exercício do nosso livre arbítrio.

— O Espiritismo — escreveu Kardec — será o que dele fizerem os homens.

Há, pois, uma nítida responsabilidade a ser assumida pelos trabalhadores encarnados da seara espírita. Deolindo Amorim adotou e viveu essa filosofia de trabalho. Examinou sempre a contribuição dos Espíritos com o maior cuidado e respeito, adotou e divulgou muitos de seus conceitos e ensinamentos, mas procurou praticar o que seu grande amigo e companheiro Leopoldo Machado costumava chamar de “Espiritismo de vivos”.

Este aspecto é aqui invocado porque se tornou necessário comentar algumas observações de Emmanuel que parece terem suscitado no meio espírita algumas conclusões precipitadas e desatentas, em virtude da *leitura* no texto mediúnico de posturas e conceitos que ali não constam, nem explícita, nem implicitamente.

É o que veremos a seguir.

Vemos, em VIDA E SEXO, capítulo 21 - HOMOSSEXUALIDADE, que o Espírito manifestante solicita para os homossexuais “atenção e respeito, em pé de igualdade ao respeito e à atenção devidos às criaturas heterossexuais”, com o que estamos todos de acordo.

Segue-se, contudo, um período que parece estar dando margem a interpretações deformadas, dúbias ou francamente equívocas da parte de alguns, no meio espírita.

Transcrevêmo-lo, para, em seguida, analisá-lo com mais vagar:

— “A coletividade humana aprenderá, gradativamente — escreve Emmanuel —, a compreender que os conceitos de normalidade e anormalidade deixam a desejar quando se trate simplesmente de sinais morfológicos, para se erguerem como agentes mais elevados de definição da dignidade humana, de vez que a individualidade, em si, exalta a vida comunitária pelo próprio comportamento na sustentação do bem de todos ou a deprime pelo mal que causa com a parte que assume no jogo da delinqüência”.

Quer isto dizer que o eminente instrutor espiritual autorize, tolere ou admita tais práticas simplesmente porque devemos o maior respeito e atenção aos homossexuais como seres humanos? Ou que as admita porque é difícil definir conceitos de normalidade e anormalidade? Não e não.

A uma leitura cuidadosa e analítica, o texto nos informa que os conceitos de normalidade ou anormalidade são inadequados *quando aplicados às características orgânicas, ao corpo material, à forma física*. O que se pretende é avaliar o comportamento ético das pessoas de vez que é pelas suas opções, livremente feitas, que o ser encarnado contribui com a sua parcela de bem à sociedade em que vive ou a “deprime pelo mal que (lhe) causa”, ao entregar-se ao “jogo da delinqüência”.

É evidente, portanto, que, por mais difundidas que sejam as práticas homossexuais e por maior que seja o respeito dedicado aos que se envolvem nelas, o homossexualismo é um comportamento delinqüente, do ponto de vista espiritual, ainda que não entendido assim pela legislação humana. E nisto estão de acordo Espíritos e cientistas encarnados que, como vimos há pouco, consideram a prática como “ato sexual anômalo”, em conflito com “a lei magna” por pessoas de “frágil estrutura psicológica”, em “precário equilíbrio emocional”. O que caracteriza o homossexualismo como problema psicossomático, ou melhor, afetando, em conjunto, o dualismo corpo/espírito. É, portanto, uma disfunção emocional que precisa ser convenientemente tratada, visando ao eventual retorno ao equilíbrio, à consolidação das estruturas psicológicas, ao respeito à lei magna, ao comportamento *regular*, se é que desejamos evitar o termo *normal*, pelas implicações e dificuldades há pouco examinadas.

O texto não está, portanto, induzindo ou admitindo atitudes conformistas ou acomodáticas como a de muitos que resolvem, por conta própria ou “aconselhados” por pessoas espiritualmente despreparadas, “assumir” a condição e seguir pelos desvios como se estivessem trilhando a estrada principal.

Tanto é assim que pouco adiante apresenta Emmanuel o fenômeno da troca de polaridade sexual como recurso da lei para que o Espírito reencarnante possa aprender *em regime de prisão a reajustar os próprios sentimentos*".

Acrescenta, a seguir, que alguns escolhem tais situações com o objetivo de "viver" temporariamente ocultos na armadura carnal, com o que se garantem contra "arrastamentos irreversíveis" no campo das emoções.

Se o regime é de limitação da liberdade, exatamente porque dela se abusou no passado como homem ou como mulher, se a providência é tomada — muitas vezes a pedido do próprio interessado — para que se reajuste, ou se ali está naquela condição, que lhe é inabitual, para esconder-se temporariamente e livrar-se de envolvimento emocional negativo, estará pondo todo um planejamento a perder se decidir agravar desajustes de personalidade que veio programado para corrigir.

Em suma: engana-se redondamente quem supuser que dispõe de cobertura doutrinária e espiritual para "assumir" práticas homossexuais.

O Dr. Denis Kelsey no livro NOSSAS VIDAS ANTERIORES, escrito de parceria com sua esposa, a conhecida escritora inglesa Joan Grant, apresenta um caso de homossexualismo masculino resolvido na sua clínica psiquiátrica em uma única sessão. Tratava-se de um homem culto, inteligente, de bom "status" social e que se entregava compulsivamente às práticas homossexuais. Não era, porém, daqueles que assumem com desinibição e prazer a sua condição. Ao contrário, considerava-a vexatória, repugnante mesmo. Com a ajuda da mediunidade da esposa, o Dr. Kelsey descobriu que, em remota existência num país árabe, o seu paciente fora uma bela mulher ligada a um dos potentados da época. Utilizara-se impiedosamente da sua beleza física como instrumento de poder para oprimir, corromper e dominar. Agora, em corpo masculino, sofria a pressão da polaridade feminina que o submetia a humilhações, desgosto e vexame, cabendo-lhe então viver sob a tirania do sexo transviado.

Uma vez revelado esse processo, ele próprio concluiu que o homossexualismo não era uma fatalidade que lhe cumpriria aceitar, mesmo contra a vontade, mas uma situação de reajuste que ele tinha condições para alterar, desde que entendesse e assimilasse bem a lição cármica que ali estava expressa. Após esse processo de racionalização do problema, livrou-se dele. Estava aprendida a lição e curada a anomalia.

É preciso lembrar que não há soluções padronizadas ou panacéias infalíveis para tais problemas. Os especialistas advertem que cada caso tem suas peculiaridades específicas, e, obviamente, precisa de tratamento adequado. Consideram curáveis — dentro do evidente conceito de que são “doenças” emocionais — os casos de timidez excessiva ante o sexo oposto. São tidos por casos difíceis os de homens excessivamente efeminados ou, reversamente, de mulheres com forte polarização masculina.

O que vemos por trás disso, portanto, do ponto de vista do Espiritismo, é precisamente o que informaram os Instrutores da Codificação a Kardec, ou seja, Espíritos que, em sucessivas encarnações num dos dois sexos predominantemente tenham de aceitar uma existência em sexo oposto. Embora a alma não tenha sexo como o conhecemos, é certo que traz a estratificação de alguns condicionamentos criados pela repetitividade das encarnações naquela condição (masculina ou feminina). Daí os problemas. Esses verdadeiros cruzamentos de fronteiras, contudo, não ocorrem por mero acaso ou por descuido das leis; ao contrário, resultam de situações cármicas bem definidas e se destinam a corrigir desvios anteriores, o que jamais será conseguido se a pessoa enveredar por novos desvios em busca de satisfações para as quais seu organismo físico não veio preparado, precisamente porque necessita de exercitar um esforço inibidor sobre suas paixões. Em tais situações a pessoa encarnada sente-se, por exemplo, com a psicologia e os anseios de uma mulher, mas seu corpo físico é o de homem. Alguma razão existe para que assim seja. Senão com objetivos nitidamente corretivos, pelo menos como diversificação da experiência, visando a um patamar final e definitivo de equilíbrio das polarizações.

O tema comporta inúmeras outras especulações, mas não caberiam estas nas limitações de um mero capítulo de livro.

Apenas um aspecto a mais gostaríamos de abordar antes de encerrar este módulo do estudo.

Observamos, de início, a conexão antiqüíssima entre xamanismo e homossexualismo, segundo o qual os homossexuais chegaram a ser considerados seres dotados de poderes mágicos. Encontramos em Emmanuel a observação de que muitos espíritos “cultos e sensíveis, aspirando a realizar tarefas específicas na elevação de grupamentos humanos” pleiteiam a encarnação em sexos opostos àqueles em que acham mais afeitos pela experiência evolutiva anterior. Trata-se, segundo esse Espírito, de um mecanismo protetor, montado para evitar arrastamentos indesejáveis que poriam em risco a própria tarefa que se incumbem de realizar.

Encontramos em Jorge Andréa (FORÇAS SEXUAIS DA ALMA) a tese de que em muitas dessas posições — de polarização diversa da que se caracteriza na forma física — encontramos, em regime de castidade construtiva, “indivíduos sensíveis aos fenômenos parapsicológicos”, ou seja, médiuns, que produzem “mensagens do mundo espiritual com o mais profundo teor de sensibilidade artística, pela possibilidade de serem envolvidos nas energias criativas das forças sexuais” (pág. 69, op.cit.)

Conclui-se, portanto, destas observações convergentes, que as aparentes dissonâncias entre as forças criativas do Espírito e a manifestação delas através do corpo físico, podem e devem ser disciplinadas e canalizadas para viabilizar por intermédio dos mecanismos da mediunidade um trabalho altamente positivo, construtivo e libertador.

Se um médium em potencial, renascido com aparentes disfunções dessa natureza, resolver “assumir” práticas homossexuais, lamentavelmente tidas como “libertadoras”, estará traindo seus compromissos e deixando de utilizar-se dos recursos que lhe foram concedidos a fim de ajustar-se e servir, para agravar ainda mais conflitos íntimos ainda não solucionados.

O homossexualismo é, portanto, o resultado de um jogo desequilibrado das energias criadoras da alma. Atentos ao dualismo espírito/matéria, não poderemos ignorar que essa desarmonia venha a afetar o componente físico do ser encarnado. Se a troca de polarização é programada exatamente para evitar arrastamentos ou corrigir situações anteriores em que tais arrastamentos foram catastróficos para o processo evolutivo do ser, novos envolvimentos somente poderão contribuir para agravar a situação de desajuste emocional do ser e não contribuir para *liberá-lo* ou reequilibrá-lo.

A visão espírita da problemática sexual, como um todo, e da homossexualidade em particular, é, portanto, infinitamente mais abrangente, responsável e inteligente do que a visão unilateral que se tem a partir de uma postura meramente organicista, biológica, material. *Somos* espíritos e *estamos* num corpo físico. O Espírito não tem sexo, como entendemos, e sim uma poderosa energia criadora suscetível, como toda força natural, ao uso e ao abuso. A cada desvio num sentido há um infalível repuxo noutro. O processo evolutivo lembra o movimento pendular. Quanto mais avança num sentido, mais terá que retroceder no oposto. Quanto mais violenta a ação de ida, mais ampla a reação de volta, até que, eventualmente, com a gradativa redução da periodicidade, a oscilação se extingue e o movimento se aquieta no

repouso. É o equilíbrio, é a paz. Não mais será necessário consumir energia para movimentar o mecanismo grosseiro e por isso sobrá energia para as conquistas transcendentais do espírito imortal.

XIII

DROGAS, O trágico Mecanismo da Fuga

Em 1950, dois anos após a publicação da primeira edição de O ESPIRITISMO E OS PROBLEMAS HUMANOS, de Deolindo Amorim, a empresa em que eu trabalhava como profissional das ciências contábeis transferiu-me para o escritório que mantinha em New York, nos Estados Unidos, onde eu permaneceria até outubro de 1954.

Teria sido irrealista negar, naquela época, o abusivo consumo de drogas, principalmente entre os jovens da megalópolis americana, pois disso nos davam conta os meios de comunicação. A situação, contudo, parecia sob controle das autoridades e da sociedade em geral. Acreditava-se mesmo que após um período de franca ascensão, o consumo de entorpecentes entrara a deslizar por uma curva em declínio. Várias medidas haviam sido articuladas com esse objetivo, desde o combate

ao tráfico nas ruas das grandes cidades até restrições ao cultivo das plantas que produzem a matéria-prima.

O êxito das providências foi animador. Entre 1955 e 1957, Irã e Afeganistão proibiram a produção e venda de drogas, permitindo-as apenas para finalidades médicas. Procedimentos semelhantes foram adotados na Índia, que proibiu em 1959 o uso não medicinal da *cannabis*, conhecida sob diferentes nomes e variedades, como *marijuana*, *bang*, *ganja*, *axixe*, *kif* e *maconha*. O Egito destruiu a *cannabis* existente em suas farmácias. Nessa mesma época, o Líbano eliminou plantações em milhões de metros quadrados de área, enquanto no Marrocos foi interdito o cultivo, a venda e o uso de tais plantas e suas respectivas drogas. Nas Américas, México e Estados Unidos atuaram em conjunto para suprimir o tráfico da maconha.

O problema parecia sob controle, ou, pelo menos, encaminhada uma solução adequada, mas a impressão era ilusória. Narcóticos sintéticos produzidos em laboratórios começaram a entrar em uso (e abuso) por toda parte, enquanto novas plantas eram introduzidas nas mesmas regiões ou em outras, como “kat” (*catha edulis*), cultivada na Etiópia, no Quênia, no Iêmem e em áreas vizinhas.

Alguns dados estatísticos concretos foram documentados para evidenciar as oscilações de consumo no período sob análise, demonstrando que o vício da droga declinara substancialmente após um “pique” durante e logo após a primeira guerra mundial (1914/1918), quando a taxa de drogagem era de 1 em cada 400 habitantes. Em 1925 o índice caíra para 1,53 em cada 10.000. Esses dados são confirmados em estatísticas oficiais do exército americano que rejeitara, por causa do uso de drogas, um recruta em cada grupo de 1.500 convocados durante a guerra de 1914 e apenas um em cada 10.000 durante a seleção de soldados para a segunda guerra, a de 1939-1945.

Depois deste conflito, contudo, o tráfico recomeçou com intensidade, assumindo a China a posição de ativa fonte de heroína no mercado mundial. Mesmo assim, pesquisa realizada em 1953 a 1957 — que abrange, em parte, o período em que vivi em New York — revela que havia apenas 44.000 viciados naquele país, 80% deles homens e 90% do total voltados para o consumo da heroína. O número parece impressionante — e é, tomado em seu conceito absoluto, mas é compreensivelmente moderado quando relacionado com a massa populacional americana que contava 180 milhões de habitantes em 1960.

A situação mudou dramaticamente nas últimas duas décadas. E mudou sob muitos aspectos, dado que não apenas se intensificou a

produção de drogas, como expandiu-se e alastrou-se o consumo pelo mundo todo, abrangendo todas as camadas sociais, diferentes níveis de cultura e poder aquisitivo, gerando aflitivos problemas colaterais, como o envolvimento com o crime organizado e individual ou questões ainda mais delicadas, como a da desagregação da família.

Para mais nítida visão do problema examinaremos, a seguir, alguns aspectos mais dramáticos da crise da droga no mundo. A incursão nesse terreno não será certamente agradável, mas é proveitosa ao entendimento do assunto.

Em reportagem assinada por Willy Golberine, sob o título *PASSAGE POUR L'ENFER*, a revista francesa *PARIS MATCH*, de abril de 1984, conta e documenta com fotos o que classifica de *intolerável realidade*: “os mortos-vivos da droga”.

Foram localizados na capital francesa verdadeiros guetos do horror, onde a polícia se confessa impotente, a não ser que se decidisse pela intervenção a força bruta. O centro nevrálgico do desespero fica em *Illot Chalon*, no 12º ‘arrondissement’ (distrito), cobrindo uma área de oito hectares. Pelas ruelas sujas, entre casas velhas, úmidas e abandonadas, circula uma população de filme de horror, na qual convivem traficantes e viciados, vendendo ou tomando drogas a plena luz do dia, ou à meia luz das noites intermináveis.

Deliberadamente ou por mero acidente, a reportagem seguinte nesse mesmo número de *PARIS MATCH* intitula-se *COMMENT SE PORTE LA POLICE? TRÈS MAL... ET LA CRIMINALITÉ? TRÈS BIEN!* (Como se porta a polícia? Muito mal. E a criminalidade? Muito bem!)

As duas reportagens compõem um quadro trágico da realidade parisiense de hoje, mas seria incorreto concluir que somente ali ocorre uma situação dessas, pois o mal é universal.

Vi coisas semelhantes, embora não tão ostensivas, em 1977, em New York, quando ali estive, a passeio após quase 30 anos de ausência. A imagem que se colhe nas ruas, especialmente as que se desdobram em torno da *Broadway* nas vizinhanças da *Times Square*, era deprimente. Pessoas drogadas vagavam como sonâmbulas pelas ruas como que desligadas da realidade. Antros escusos, lojas, cinemas e teatros dedicados à pornografia pesada, pululavam por toda parte, figuras estranhas perambulavam aparentemente sem rumo e sem base.

A droga parece ter assumido condição de combustível desse submundo porque alimenta, de um lado, o vício incontrolável e, de outro, a poderosa máquina criminal que sustenta o tráfico e dele vive.

O JORNAL DO BRASIL de 10 de junho de 1984 informa, em reportagem especial, gerada em New York, que o mercado de drogas movimentava 90 bilhões de dólares por ano nos Estados Unidos. As malhas de aço, ouro e sangue dessa rede tenebrosa colheram o mundo todo numa audaciosa e bem articulada operação multinacional que se estende da Ásia, de quase inacessíveis regiões dos Andes ou mesmo de fazendas e sítios aparentemente inocentes pelo mundo afora até mercados consumidores certos como a Illot Chalon, em Paris, ou as cercanias da Broadway, em New York. Estima-se que somente em cocaína há 4 a 5 milhões de viciados nos Estados Unidos.

A cada dia que passa cerca de 5 mil americanos decidem experimentar pela primeira vez essa droga. Cerca de 20 milhões já o fizeram alguma vez, dos quais os já citados 4 ou 5 milhões ficaram viciados. Isto somente quanto à cocaína. E a heroína, a maconha, o álcool?

Controlado por um mecanismo implacável e violento de criminalidade, vai-se tornando cada vez mais assustador o processo de difusão da droga no mundo. Como afirmou um qualificado policial americano à reportagem divulgada pelo JORNAL DO BRASIL a repressão se reduz a uma tentativa de “abrir buraco no oceano”.

Além dos vitimados pela superdosagem (overdose), cerca de 10 mil morrem em acidentes de trânsito provocados pelo consumo de drogas ou de álcool.

O único grupo etário nos Estados Unidos, cuja expectativa de vida não está hoje em ascensão, é o de adolescentes. O vício começa bem cedo na vida — aos 10 anos e antes — mas atinge também adultos e não mais apenas as classes menos favorecidas da população, como no passado, mas a classe média e a alta, mais bem dotadas de recursos materiais e até de oportunidades de exercerem variados talentos, como artistas e profissionais de categoria universitária.

Por faltas ao trabalho, queda de produtividade ou trabalho malfeito, estimam os estudiosos que se perdem anualmente 25 bilhões de dólares em produção. São números arrasadores, espantosos, dramáticos e parece que autoridades e a própria sociedade começam a considerá-los irreversíveis.

A publicação intitulada O MOSAICO DA DROGA, de responsabilidade da UNESCO (Ver O CORREIO DA UNESCO, março de 1982) declara que, em certos países, parece diluir-se a preocupação que o problema da droga suscitava há cerca de uma década.

Há uma tentativa de “desdramatizar” a questão. Nítida postura de cruzar os braços, portanto. Em alguns países o uso da maconha

tornou-se *lícito*. Em outros, como na Holanda, o Estado tenta diminuir o índice de criminalidade — os viciados fazem qualquer coisa para obter dinheiro que alimente a dependência —, experimentam com a venda “oficial” de drogas a preços acessíveis, quase nominais.

Mesmo as drogas ainda fora da lei começam a ser encaradas com maior tolerância pela sociedade, numa atitude conformista de imprevisíveis conseqüências.

O que fazer ante problema de tais proporções? Há uma espécie de consenso entre os estudiosos no sentido de que se deveria promover uma reeducação dos usuários da droga e ao mesmo tempo criar processos educacionais e educativos para evitar que novos contingentes de jovens continuem a engrossar as populações do que o jornalista francês de PARIS MATCH caracterizou como verdadeiros *infernos*.

Sobre isso, contudo, escreve o Prof. Griffith Edwards, na publicação da UNESCO já referida:

— Mas numa perspectiva mais ampla, seria necessário perguntar-se *quem educa os educadores*, e fazer, como um desafio, a seguinte pergunta: “Será que se sabe do que se está falando? (Destques desta citação.)

Ao que tudo indica, o questionamento do Prof. Eduardo é válido e oportuno. O problema não está tendo o equacionamento adequado por causa de algumas “falsas idéias” que o confundem, como, por exemplo, a de que o álcool não é uma droga, que o uso de drogas somente afeta aos jovens, que basta um tipo de explicação para abranger os demais aspectos, que uma solução programada para o Oriente serve também para o Ocidente ou que se possa curar as mazelas sociais da droga com a intensificação do policiamento e da fiscalização alfandegária. A seu ver, o problema não é isoladamente a droga, o indivíduo ou o desequilíbrio da sociedade. É um conjunto de fatores que precisa ser examinado como um todo.

No estudo AS DROGAS DO MUNDO, montado com depoimentos de vários especialistas, lê-se o seguinte:

—“...é impossível compreender-se o problema da droga isolado do seu contexto social e cultural, que, entre outras características, comporta hoje uma consciência aguda da mudança. As populações vêem o seu meio ambiente modificar-se, suas tradições desaparecerem, as regras não mais se aplicam às novas formas de vida. Estas mudanças têm repercussões imediatas sobre o uso de entorpecentes.

Começemos por uma abordagem semântica do problema, a ver se conseguimos chegar a um entendimento mais realista. *Entorpecente* apresenta-se como palavra-chave e de emprego prioritário sempre que se parte para um exame de problemática das drogas. Entorpecer é causar torpor, um estado de lassidão, indiferença, amolecimento, desânimo, do qual resulta uma espécie de anestesia mental, um desligamento da realidade, sempre difícil, às vezes agressiva e hostil. O indivíduo que se sente hostilizado ou rejeitado por uma realidade contundente e ininteligível, busca na substância que anestesia a sua sensibilidade para essa realidade dolorosa, o que lhe parece um alívio, ainda que temporário, efêmero, e de dramáticas conseqüências para a saúde física e mental, a médio prazo, e fatal a longo prazo.

O ópio, segundo o Dr. Poshyachinda, da Tailândia, é recurso empregado para combate à depressão, e a heroína, é veículo para escaparem jovens e adultos às pressões da vida ou às suas carências afetivas, insegurança ou inconformação.

O Dr. S.W. Acuda, do Quênia, atribui a súbita expansão no uso de drogas às tensões e conflitos gerados pela velocidade de mudança nos países em desenvolvimento, onde se desintegram as tradições culturais.

A droga surge, assim, como uma anestesia para a sensibilidade, e, portanto, um claro e inequívoco mecanismo de fuga.

O Dr. D. Robinson, discorrendo sobre o problema do alcoolismo, adota pontos de vista semelhantes, denunciando a decadência das estruturas tradicionais que poderiam ajudar a reconfortar o indivíduo. E cita três elementos básicos a essa estrutura de apoio: a Igreja, a vizinhança e a família. Em lugar da palavra Igreja, eu poria o sentido religioso da vida, mas não discordo da postura do Dr. Robinson, mesmo porque sabemos que estruturas religiosas, sociais em geral e de família, em particular, estão apresentando elevado índice de turbulência e mazelas. Que apoio podem proporcionar ao indivíduo perturbado ante um contexto que não entende e teme se elas próprias, as instituições, também se encontram algo perdidas, confusas e perplexas?

— Para muitos — escreve o Dr. Robinson — o mundo muda depressa, é vasto, e indiferente às qualidades individuais e às necessidades de compreensão, de solidariedade, de amizade.

O ser humano reage à nova situação com automatismos atávicos de fuga ante o perigo. Em vez de fugir ao animal selvagem agressor e esconder-se na sua caverna, quando não podia eliminá-lo, ele foge agora de perigos mais

terríveis porque indefiníveis e invisíveis, utilizando-se de processos artificiais de bloqueio da mente.

Apela, portanto, para a droga, que o leva ao torpor da indiferença e do alheamento, ainda que provisório. E aí estamos de volta à nossa abordagem semântica.

Quando, porém, a realidade, embora hostil, exige a sua volta, porque o alheamento é necessariamente um estado transitório, o fugitivo sente a necessidade de outra droga potente e não menos destrutiva — os estimulantes. É a vez das anfetaminas que suprimem o apetite, reforçam a atividade e a consciência e estimulam o sistema nervoso central, criando a falsa euforia.

Na esteira de drogas mais potentes para alienar e entorpecer, ou para excitar a coragem necessária a enfrentar problemas existenciais, começaram a surgir na década de 60 os tranqüilizantes, chamados tecnicamente de drogas ansiolíticas, destinadas a combater estados de ansiedade, ou seja, “para eliminar desordens psíquicas e problemas emocionais da vida cotidiana”, segundo conceituação da UNESCO. Uma de tais drogas — o diazepam — tornou-se em 15 anos o medicamento (?) mais vendido no mundo.

O Dr. Edwards e o Dr. Awni Arif, autores do estudo para a UNESCO, não hesitam em declarar que o uso indiscriminado de tranqüilizantes resulta de uma defeituosa “visão biomédica do homem”: E prosseguem:

— Segundo esta visão filosófica, todos os problemas expostos no consultório médico se originam no próprio indivíduo, e por isso exigem soluções biológicas.

É certo, isto, no sentido de que disfunções espirituais estão sendo tratadas como problemas de saúde física, de vez que na chamada visão biológica predomina, em toda a sua estreiteza e unilateralidade, o conceito de que o ser humano não passa de um engenhoso conglomerado celular orquestrado pelo cérebro. É, portanto, um ser transitório e perecível que tem começo ao nascer sem passado e fim ao morrer sem futuro.

Ficamos sem saber, contudo, se os autores da expressão aceitariam a realidade espiritual da preexistência e da sobrevivência como elementos retificadores à abordagem biomédica que, evidentemente, condenam e com justa razão. Provavelmente apenas introduziriam no esquema o conceito de *mente*, sem mais nítida definição, com o que estaríamos na mesma.

Claro é, porém, que a medicação prescrita segundo a ótica meramente organicista e biológica só poderá cuidar de sintomas, de efeitos e não das causas geradoras dos distúrbios, que não se encontram no componente material do ser vivo e, por conseguinte, não poderão ser corrigidas ou eliminadas por processos meramente bioquímicos, por mais sofisticados que se apresentem.

Seja como for, ao cabo de mais de duas décadas de intensa experimentação, o emprego de tranquilizante começa a ser questionado e já há quem considere que prescrevê-los equivale à clara “admissão de um fracasso terapêutico”. Em suma: quando não se sabe o que fazer com um doente, recorre-se ao tranquilizante. Curioso paradoxo este: exatamente porque nada justifica, do ponto de vista orgânico, o estado de ansiedade, medica-se com drogas artificiais dirigidas ao organismo. Se o problema não é biológico por que empregar a abordagem biológica? Parece aquela anedota, segundo a qual se procura o anel não onde foi perdido, no escuro, mas alhures, junto do poste de iluminação, porque nada se pode enxergar lá...

Que reflexões teria o Espiritismo a oferecer para melhor entendimento de tão inquietante situação?

Como temos repetido, o Espiritismo não propõe soluções específicas, procurando regulamentar cada atitude ou ditar normas de comportamento do ser humano. Prefere acatar, em toda a sua amplitude, os dispositivos da lei divina que asseguram a todos o direito de escolha e a responsabilidade conseqüente pelo que fizerem. Prefere a atitude do Cristo que condena o pecado, mas oferece sua ternura e compreensão ao pecador, procurando mostrar-lhe o que precisa fazer para livrar-se do erro, construindo oportunidades de acerto.

Também não propõe o Espiritismo uma condenação formal ao processo mesmo da civilização, como vimos ainda há pouco no julgamento de alguns especialistas. É certo que as estruturas estão mudando e talvez mais rapidamente do que pode absorver a grande maioria dos seres hoje encarnados na Terra. Tensões, insegurança, temor, rivalidades e competição entre indivíduos, instituições e povos criaram um quadro confuso e incompreensível para muitos. O inseto aprisionado numa sala voa desesperadamente até cair morto de exaustão, de tanto chocar-se contra o vidro da janela, obstáculo invisível e incompreensível para ele, contra toda a sua lógica primitiva e espontânea. Por que não pode ele voar rumo à liberdade se aparentemente nada existe à sua frente que o impeça?

Neste contexto, torna-se difícil enfrentar o medo indiscriminado, a insegurança generalizada e o desespero existencial sem apoio em uma sólida estrutura de convicções sem um sistema ético adequado. Daí o apelo a entorpecentes, estimulantes ou tranquilizantes, que representam, no fundo, passaportes para a fuga.

Em vez de condenar a civilização pelos nossos equívocos, os Espíritos ensinaram a Kardec que “condenássemos antes os que dela abusam e não a obra de Deus” (Pergunta nº 790). Pouco adiante, na Pergunta de nº 793, documentaram o entendimento deles acerca das correções necessárias, ao informarem que reconheceríamos uma civilização completa “pelo desenvolvimento moral”. E prosseguem:

— “Credes que estais muito adiantados porque tendes feito grandes descobertas e obtido maravilhosas invenções; porque vos alojais e vestis melhor do que os selvagens. Todavia, não tereis verdadeiramente o direito de dizer-vos civilizados, senão quando de vossa sociedade houverdes *banido os vícios que a desonram* e quando viverdes como irmãos, praticando a caridade cristã. Até então, sereis apenas povos esclarecidos, que hão percorrido a primeira fase da civilização”.

Longe de ser desanimadora, ou mera pregação, a resposta é realista e programática.

A civilização em si não é um mal e nem pode ser, mas está sendo afetada e contaminada por mazelas humanas, por turbulências no comportamento dos próprios seres que a desenvolvem. Conquistas tecnológicas não solucionam problemas humanos por si mesmas e muitas vezes contribuem para agravá-los, com o controle da energia nuclear, que está gerando novas tensões individuais e sociais em vez de novo impulso civilizador pela aplicação pacífica da descoberta.

A receita que a Doutrina prescreve para os males da civilização pode até parecer óbvia e simples demais, mas a questão é que a verdade é simples e óbvia, embora nem sempre atinemos de pronto com ela. Resumem-se tais prescrições na prática da caridade e do entendimento, em convivência fraterna, inteligente que dissipe os temores, não identificados alguns e conhecidos outros, que mantêm uma parte considerável da humanidade em permanente regime de *stress* e de angústia. É esse o diagnóstico da ciência, como vimos há pouco. Encontramos tais aspirações nos documentos que consultamos para este estudo. Ou seja, especialistas que propõem mecanismos sociais de mútuo apoio e entendimento para exorcizar o fantasma aterrador do medo generalizado, do qual os mais desesperados fogem desabaladamente despenhando-se em abismos tenebrosos, empurrados

por drogas alienantes. Não faltou ao diagnóstico nem mesmo a generalizada irreligiosidade.

Cresce assustadoramente a massa de desesperados, criaturas desenraizadas, a vagarem sem rumo e sem propósito, arrastados por circunstâncias que não sabem como superar porque não se empenham em entender a realidade da própria vida. Não sabem tais pessoas que são seres espirituais imortais, responsáveis, criados simples e ignorantes, como nos asseguram os Instrutores, mas programados para a felicidade. Pensam muitos e muitos que são apenas um corpo físico pressionado por ânsias que é necessário satisfazer, por temores de que é preciso escapar, por angústias que tem de ser sufocadas, quando temores e angústias são consequência e não causa da visão deformada da realidade.

Recorrem ao entorpecente, diz-se, os que nasceram em lares desajustados, mas quem está cogitando aí de investigar as verdadeiras causas do desajuste e o que fazer, senão para neutralizá-las prontamente, pelo menos para promover atitudes e medidas que as excluam para sempre do futuro que nos aguarda?

Recorrem a drogas de variada natureza os que sofrem de carência afetiva, certo. Mas o que desencadeou nessas criaturas o doloroso processo de carência? Não seria porque o afeto que hoje lhes falta, eles próprios recusaram-se a doar em outros tempos? Se é assim, que correções introduzir para evitar a recaída futura?

Buscam a alienação da droga os que perderam o endereço de Deus, no dizer de alguém. Nem sabem que pertencem a uma comunidade de seres imortais ligados por vínculos indestrutíveis e destinados à felicidade em algum ponto na intersecção espaço/tempo.

Falta, pois, conteúdo espiritual, convicções racionais, confiança nos mecanismos auto-reguladores da própria vida. Falta o senso da responsabilidade pelos atos praticados, bem como a certeza de que a cada ação num sentido corresponde uma reação em sentido contrário. Vivemos num universo harmônico e que restabelece a ordem e o equilíbrio sempre que alguém tenta desestabilizar a menor de suas leis naturais.

O físico francês Jean Charon declara em L'ESPRIT, CET INCONNU que, ao contrário do que muitos supõem, o universo evolui no sentido de uma contínua ordenação e não para a desagregação e o caos.

O problema aflitivo da droga não é, portanto, um caso de polícia ou uma questão alfandegária, como ainda há pouco ouvimos alguém

dizer aqui mesmo neste estudo — é problema espiritual, distúrbio emocional do ser humano em atrito com as leis divinas. Como comportamento alienador e mecanismo de fuga, caracteriza-se como sintoma inequívoco de rebeldia ante o severo sistema de ajustes a que somos submetidos em consequência de transviamentos anteriores.

Isto não quer dizer que devemos condenar aquele que recorre à droga porque rejeita a realidade. Ele precisa de compreensão e de esclarecimento. Precisa descobrir sua própria realidade espiritual, sua condição de ser preexistente, sobrevivente e imortal, a caminho da perfeição, por mais distante que esta se coloque afugentada pelos desacertos.

Não nos iludamos, porém, de que isto seja viável apenas com uma vigorosa campanha de doutrinação maciça e compulsória. “O homem não passa subitamente da infância à maturidade” — disseram os Espíritos a Kardec na já citada questão número 90. Para que amadureçam, os imaturos que recorrem ao processo de fuga proporcionado pelas drogas, precisam antes do amor que, na sua dinâmica, se converte em caridade. Envolvido pela sua turbulência íntima, o dependente da droga não está preparado para ser doutrinado e rejeitará sumariamente qualquer tentativa de pregação com a qual seja abordado. Não rejeitará, porém, a abordagem do amor fraterno, que é, precisamente, o componente pelo qual mais anseia, na tormentosa aflição e solidão em que vegeta.

Quando lideranças políticas e sociais entenderem isto, estaremos começando a escalada rumo ao saneamento espiritual da civilização.

Não nos iludamos com o problema minimizando suas proporções, nem cometamos equívoco ainda mais grave considerando-o insolúvel. Só nos resta aqui a alternativa do realismo consciente, objetivo e otimista. É preciso insistir até à exaustão no conceito de que o ser humano é espírito que, intermitentemente, habita um corpo físico.

As multidões que se despedem a cada instante da vida física e retornam ao mundo invisível continuam vivas, pensantes e atuantes, arrastando problemas que não conseguiram solucionar aqui, e que, lamentavelmente conseguiram quase sempre agravar. Esta multidão desencarnada também exerce suas pressões sobre a que ficou na carne por mais algum tempo. Temos encontrado Espíritos que nos falam de suas manobras para levar seres encarnados a drogarem-se, a fim de que possam usufruir uma quota de alienação, pois também eles estão

tentando afritivamente fugir da realidades que lhe são penosas demais para as suas estruturas desarticuladas.

O problema das drogas oferece, pois, no enfoque doutrinário do Espiritismo, aspectos inusitados, surpreendentes e desconhecidos de muitos. É na exploração de tais contribuições que se encontram os meios para um equacionamento racional do problema que não é insolúvel, não porém, por um passe de mágica, utilizando-se de fórmulas secretas, rituais excêntricos ou novas drogas miraculosas, pois nada disso entra como componente na formulação doutrinária e sim por meio de uma atitude de inteligente compreensão da realidade espiritual.

O drogado é um doente espiritual, carregado de problemas cármicos e que se deixa arrastar pelas correntezas da vida na ilusão de que está sendo levado para longe de uma realidade que o assusta e aflige. Em verdade, porém, para onde for, aqui ou no mundo ultradimensional em que irá continuar a viver na condição de espírito, estará sempre ligado à realidade desagradável, que não é *exterior* e sim *interior*, com raízes profundamente mergulhadas no solo íntimo do passado.

Somente através do amor poderá ele ser instruído a cerca dessa realidade, a fim de que, entendendo-a, fique preparado para aceitá-la e vencer os obstáculos que estão a bloquear seu caminho rumo à felicidade a que todos temos direito inalienável.

Entendimento e amor fraterno é o que nos recomendou o Espírito de Verdade, com extraordinário impacto e poder de síntese, numa frase que se tornou antológica.

— Espíritas! amai-vos, este o primeiro ensinamento; instruí-vos, este o segundo — recomendou ele.

Duas únicas, simples e viáveis propostas, portanto, com as quais somos advertidos de que o caminho está no *amor* e na *instrução*.

Nada melhor do que isto para encerrar um livro de Deolindo Amorim. Com a sua mansidão, demonstrou ele que já aprendera o primeiro ensinamento, com o seu trabalho em favor da cultura espírita, ele praticou o segundo.


Fique expressa com a singela clareza de que sempre se valeu a nossa homenagem de saudade e respeito ao companheiro que partiu, com a transcrição de uma das suas posturas básicas reiteradas nesta edição de sua obra:

— Continuamos a sustentar a primazia da reforma moral do homem, como base ou ponto de partida de todas as reformas que visam ao melhoramento dos costumes e das condições humanas.

FIM

O Espiritismo e os Problemas Humanos
Deolindo Amorim

PENSE - Pensamento Social Espirita
www.viasantos.com/pense

Impresso na  *editora gráfica lda.*
03043 Rua Martim Burchard, 246
Brás - São Paulo - SP
Fone: (011) 270-4388 (PABX)
com filmes fornecidos pelo Editor.